PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO - PPDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ROBERTO LUCAS SPÍNOLA SOUTO

PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA: DIAGNÓSTICO E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Salvador
2017

ROBERTO LUCAS SPÍNOLA SOUTO

PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA: DIAGNÓSTICO E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities).

Souto, Roberto Lucas Spínola

Portal Sul da Chapada Diamantina: diagnóstico e os caminhos para o desenvolvimento. / Roberto Lucas Spínola Souto. – Salvador: UNIFACS, 2017.

190 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profº Drº Noelio Dantaslé Spinola.

1. Desenvolvimento regional - Livramento de Nossa Senhora – Bahia. I. Spinola, Noelio Dantaslé, orient. II. Título.

CDD: 382.98142

ROBERTO LUCAS SPÍNOLA SOUTO

PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA: DIAGNÓSTICO E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbana, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Noelio Dantaslé Spinola – Orientador _____
Doutor em Análise Geográfica Regional pela Universitat de Barcelona, Espanha
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Renato Barbosa Reis _____
Geógrafo, Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pelo Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz - Fundação Oswaldo Cruz, CPQGM, Brasil
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Gildásio Santana Júnior _____
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Salvador, 20 de junho de 2017.

Aos meus pais, Carlos e Suzete e aos meus avós Carlos e Antonieta.

AGRADECIMENTOS

A nossa missão em vida é marcada por ciclos. A cada novo ciclo que iniciamos enchemos o peito de esperança e vamos em busca daquilo que acreditamos que será capaz de nos tornar uma pessoa melhor.

Cumpri mais um ciclo da minha vida e encerro mais uma etapa da minha formação acadêmica. Valho-me da nobreza do gesto de gratidão, como forma de reconhecimento e retribuição àqueles que caminharam comigo em mais esta etapa.

Agradeço a Deus pelo dom da vida. Cumpro em vida às missões que a mim foram designadas por Ele em minha passagem aqui na terra.

Agradeço também aqueles que já se encontram ao lado do Pai, as estrelas que guiam os meus passos. Aos meus avós Mário e Severina, que mesmo tendo partido antes da minha chegada ao mundo, fazem parte de minha vida e que pulsam em mim, por serem parte do meu sangue. À "Padim Tõe", pelo vazio que deixou em nossos corações com sua partida, mas principalmente pelas grandes lições que nos deu em vida. O senhor é exemplo para cada um de nós da família Spínola. O "Luca" tem buscado honrar a tua história e de nossa família.

Aos meus pais Carlos e Suzete pelo amor que transbordam em mim. Em muitas oportunidades recuaram para me dar o suporte necessário para percorrer os caminhos que escolhi. São os meus alicerces e grandes incentivadores para que alcance os meus objetivos.

Aos meus avós Carlos e Antonieta pela devoção e entrega à família e pela infinidade de amor que me dispensam. Os senhores me inspiram a cada dia!

À Carla, minha noiva, por partilhar comigo cada momento de minha vida nestes últimos anos. Você é sinônimo de amor, de carinho e de respeito.

Aos meus irmãos Carla, Mário e Celene pelo companheirismo de sempre. A cada dia nossos laços se fortalecem e o amor aumenta ainda mais.

Ao meu afilhado Mário Enzo e ao meu sobrinho Miguel, pela pureza da alma das crianças.

À Joaquim, o coração valente, pequeno guerreiro que representa uma lição para todos nós desde os seus primeiros dias de vida e à Maria, pois são os xodós de toda nossa família Spínola.

Aos demais membros da família Spínola e à família Souto, por serem fonte eterna de amor e de inspiração.

À Badu e Ginga, irmãos que ganhei na vida. Exemplos de amizade.

À Casseb pelo incentivo, parceria e o apoio constante. Com certeza você é peça fundamental em tudo que venho buscando construir em minha trajetória acadêmica. Você é um exemplo e grande estímulo para mim!

À Noélio, que também carrega o sobrenome Spinola, por sua dedicação ao me ajudar a desenvolver este trabalho. Não cumpriu apenas o papel de orientador, mas foi amigo, foi pai, foi avô, foi conselheiro, quando preciso. Mais do que os aprendizados acadêmicos, carregarei comigo os aprendizados de vida. Espero seguir lhe tendo como mentor na minha carreira acadêmica.

À Renato Reis pela sua paciência e disponibilidade, pelo desejo de ver as coisas acontecerem e por caminhar ao meu lado ao longo deste Mestrado.

À Gildásio Júnior pela honra de tê-lo novamente compondo uma banca minha. Pessoa que admiro desde o dia que conheci. Um ser humano de alma nobre. A sua colaboração, mais uma vez, somou muito à minha caminhada.

Aos demais professores que passaram por minha vida, desde o primário ao mestrado, por todo ensinamento que compartilharam comigo.

Aos amigos de sempre e àqueles que fui agraciado no PPDRU, pelas experiências que trocamos, pela atenção dispensada e também pelas brincadeiras e gestos de carinho que recebo. Não poderia deixar de citar, de maneira muito especial, as figuras de minha líder Rafaela, de Moisés e de Pedro, pois tenho certeza que já os carrego em minha vida.

“Nunca vamos ter um mundo melhor se não lutarmos para mudar a nós mesmos. [...] Temos que viver como pensamos, porque, se não, acabamos pensando que vivemos.”

José Alberto Mujica Cordano

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender quais as reais necessidades para o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina estão sendo contempladas pelas políticas implementadas pelo poder público. O estudo de caso se dá através da compreensão das reais necessidades da região a partir da pesquisa documental de dados secundários, entrevistas semiestruturadas com representantes governamentais e da sociedade e da pesquisa de campo, com investigação "*in loco*" pelo autor, para posterior análise de quais destas necessidades estão sendo contempladas nas ações do poder público. O trabalho se inicia com a revisão bibliográfica abordando o conceito de região, essencial para o recorte espacial e definição da poligonal a ser estuda; a relação de hierarquia que se estabelece entre as cidades e a organização em redes urbanas, visando a compreensão do arranjo formado pelos municípios; e, relata os instrumentos de planejamento municipal e a proposta de regionalização do Estado da Bahia, como demonstrativo das diferentes escalas de atuação do poder público no fomento ao desenvolvimento. São realizadas breves considerações sobre as teorias de desenvolvimento regional – contemplando clássicos como Perroux, Myrdal, Hirschman, Rostow, Rosenstien-Rodan, Nurkse e North - e as discussões mais recentes sobre o desenvolvimento endógeno e local, pois as mesmas representam "modelos" do caminho que deve ser percorrido para que se alcance o desenvolvimento. Após a delimitação da região Portal Sul da Chapada Diamantina, apresenta-se uma análise socioeconômica e é avaliada a atuação do Estado diante das necessidades para o desenvolvimento econômico e social da região. Verificou-se que a atuação do poder público não contempla as reais necessidades da região. Tal fato está relacionado a baixa capacidade de investimento das prefeituras e falta de unidade política que dificulta a obtenção de recursos junto aos demais entes federativos. Atualmente, a renda na região é dependente do poder público. O setor agrícola que representava a principal fonte de renda da região entrou em declínio devido a falta de infraestrutura hídrica adequada, potencializando as consequências da seca. O turismo é pouco explorado e não se tem, no curto prazo, perspectivas com relação à exploração mineral na região, frente à ineficiência da infraestrutura logística. Os avanços na área de saúde, especialmente no setor privado, apresentam boas perspectivas de que os investimentos permaneçam. A dificuldade em garantir condições adequadas às estradas vicinais e a falta de energia elétrica em número considerável de propriedades representam um empecilho à agricultura familiar, importante elemento na distribuição da renda. Ressalta-se a falta de uma classe empresarial, pois mesmo diante das vantagens comparativas da região, pouco é feito, aumentando o grau de dependência das ações governamentais. O baixo grau na cobertura da rede de esgotamento sanitário e de distribuição de água pode estar vinculado à maior vulnerabilidade a doenças para àqueles que residem em áreas não contempladas pelos serviços e a necessidade de se buscar formação técnica ou superior em outras regiões ajuda na perpetuação do "privilégio" das famílias de maior renda.

Palavras-Chave: Análise socioeconômica. Cidade e região. Desenvolvimento regional. Livramento de Nossa Senhora. Portal Sul da Chapada Diamantina.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand what the real needs for the development of the region South Portal of the Chapada Diamantina are being contemplated by the policies implemented by the public power. The case study is carried out through the understanding of the real needs of the region from the documental research of secondary data, semi-structured interviews with government and society representatives and field research, with research *"in loco"* by the author, for later analysis of which of these needs are being contemplated in the actions of the public power. The work begins with a bibliographical review approaching the region's concept, essential for the spatial clipping and definition of the polygon to be studied; The relation of hierarchy that is established between the cities and the organization in urban networks, aiming at understanding the arrangement formed by the municipalities; and report the instruments of municipal planning and the proposal of regionalization of the State of Bahia, as a demonstration of the different scales of public power in promoting development. Brief considerations on regional development theories are made - looking at classics such as Perroux, Myrdal, Hirschman, Rostow, Rosenstien-Rodan, Nurkse and North - and to the more recent discussions on endogenous and local development, since they represent "models" of the path that must be taken to achieve development. After the delimitation of the region South Portal of the Chapada Diamantina, a socioeconomic analysis is presented and the State's performance is evaluated in the face of the needs for the economic and social development of the region. It was verified that the performance of the public power doesn't contemplate the real needs of the region. This fact is related to the low investment capacity of municipalities and lack of political unity that makes it difficult to obtain resources from other federal entities. Currently, income in the region is dependent on public power. The agricultural sector that represented the region's main source of income declined due to a lack of adequate water infrastructure, potentializing the consequences of drought. Tourism is little explored and there is no prospect in the short term regarding mineral exploration in the region, due to the inefficiency of the logistics infrastructure. Advances in the health sector, especially in the private sector, present good prospects for investments to remain. The difficulty in guaranteeing adequate conditions to the vicinal roads and the lack of electric power in a considerable number of properties represent a hindrance to the familiar agriculture, important element in the distribution of the income. The lack of an entrepreneurial class is highlighted, since even in the face of the comparative advantages of the region, little is done, increasing the degree of dependence on governmental actions. The low degree of coverage of the sewage and water distribution network may be linked to greater vulnerability to diseases for those residing in areas not covered by the services and the need to seek technical or higher education in other regions helps in the perpetuation of "privilege" of higher income families.

Keywords: City and region. Livramento de Nossa Senhora. Regional development. Socioeconomic analysis. South Portal of the Chapada Diamantina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ilustração do modelo de redes dendríticas 39
Figura 2 – Ilustração do modelo de redes dos mercados periódicos 40
Figura 3 – Ilustração do modelo de redes dos dois circuitos da economia 42
Figura 4 – Divisão dos Territórios de Identidade da Bahia no ano 2016 48
Figura 5 – Os cenários para o desenvolvimento regional 82
Figura 6 – Linha do Tempo da formação do Município de Rio de Contas 90
Figura 7 – Linha do Tempo da formação do Município de Livramento de Nossa Senhora 90
Figura 8 – Linha do Tempo de formação do Município de Dom Basílio 92
Figura 9 – Linha do Tempo de formação do Município de Jussiape 92
Figura 10 – Localização e Delimitação da Poligonal da Região Portal Sul da Chapa Diamantina 97
Figura 11 – Malha rodoviária na região Portal Sul da Chapada Diamantina 98
Figura 12 – Zona Urbana X Zona Rural nos municípios da Região PSCD em 2010 100
Figuras 13 e 14 – Número de Domicílios e Número de Moradores por Setor Censitário na Região PSCD em 2010 100
Figura 15 – Densidade Demográfica em Habitantes por Hectare por Setor Censitário nos municípios da Região PSCD em 2010 101
Figura 16 – Renda per capita média por setor censitário 115
Figuras 17, 18, 19, 20, 21, 22 – Distribuição por Setor Censitário de Domicílios ligados à Rede de Esgoto, com Pavimentação, com Coleta de Lixo, com Iluminação Pública, ligados à Rede de Abastecimento de Água e com Energia Elétrica dos municípios da Região PSCD em 2010 117
Figura 23 – Percentual de Não Alfabetizados com 5 anos ou mais por Setor Censitário nos Municípios da Região PSCD em 2010 128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Segmentação dos aspectos considerados para configuração dos Territórios de Identidade na Bahia 49
Quadro 2 – Relação dos Municípios que compõe cada Território de Identidade.....50
Quadro 3 – Estágios percorridos na trajetória do desenvolvimento de uma região 72
Quadro 4 - Características de um Estado Moderno do Ponto de Vista Territorial.....84
Quadro 5 – Tipos de Vegetação por município da região Portal Sul da Chapada Diamantina.....107
Quadro 6 – Característica geológicas dos municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina..108
Quadro 7 – Principais rios que cortam os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina..108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programação Pactuada e Integrada dos atendimentos de Média Complexidade com mês de referência em outubro de 2016 94

Tabela 2 – Características Econômicas da região 95

Tabela 3 – Informações Gerais da região Portal Sul da Chapada Diamantina 98

Tabela 4 – Distribuição População Urbana X População Rural por municípios em 200 e 2010 99

Tabela 5 – Taxa de Crescimento Populacional 2000-2010 102

Tabela 6 – Taxa Anual Geométrica Crescimento Populacional 2000-2010 (%) 102

Tabela 7 – Proporção de domicílios por elemento de infraestrutura e serviços urbanos por município da região Portal Sul da Chapada Diamantina e na Bahia 118

Tabela 8 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Dom Basílio 132

Tabela 9 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Jussiape 133

Tabela 10 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Livramento de Nossa Senhora 134

Tabela 11 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Rio de Contas 135

Tabela 12 – Expectativa de vida ao nascer 136

Tabela 13 – Taxas de Mortalidade Infantil no ano de 2014 137

Tabela 14 – Estatísticas de Saúde no município de Dom Basílio 137

Tabela 15 – Estatísticas de Saúde no município de Jussiape 137

Tabela 16 – Estatísticas de Saúde no município de Livramento de Nossa Senhora 138

Tabela 17 – Estatísticas de Saúde no município de Rio de Contas 138

Tabela 18 – Número de Empregos Formais e População Estimada em 2015 por município da PSCD 138

Tabela 19 – Empregos formais em 2015 por setor econômico 140

Tabela 20 – Tipo de vínculo dos empregos formais em 2015 140

Tabela 21 – Grau de escolaridade dos empregos formais em 2015 141

Tabela 22 – Faixa salarial em salários mínimos dos empregos formais em 2015 142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Grau de Urbanização entre os anos de 2000 e 2010 por município 103

Gráfico 2 – Proporção de homens e mulheres na população da PSCD 103

Gráficos 3, 4, 5, 6 - Proporção de homens e mulheres na população nos municípios de Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora, Jussiape e Rio de Contas 104

Gráfico 7 – Pirâmide etária da região PSCD 105

Gráficos 8, 9, 10, 11 – Pirâmides etárias dos municípios de Dom Basílio, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas 105

Gráfico 12 – Evolução do PIB a Preços Correntes (1000 R$) entre 2010 e 2014 109

Gráfico 13 – Participação no PIB da região por município 110

Gráficos 14 e 15 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 da região PSCD 111

Gráficos 16 e 17 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Dom Basílio 111

Gráficos 18 e 19 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Jussiape 112

Gráficos 20 e 21 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Livramento de Nossa Senhora 113

Gráficos 22 e 23 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Rio de Contas 113

Gráfico 24 – Evolução do PIB a Preços Per Capita (R$) entre 2010 e 2014 114

Gráfico 25 – Comparativo Proporção da Infraestrutura Urbanística entre os municípios, a região Portal Sul da Chapada Diamantina e o Estado da Bahia 116

Gráfico 26 – Coeficiente de Gini na Bahia e nos municípios da região PSCD em 2000 e 2010 120

Gráfico 27 – Proporção de moradores em situação de extrema pobreza nos anos de 2000 e 2010 120

Gráfico 28 – Proporção de moradores em situação de pobreza nos anos de 2000 e 2010 121

Gráfico 29 – Proporção de moradores em vulnerabilidade social nos anos de 2000 e 2010 122

Gráfico 30 – Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família nos municípios da Região PSCD entre 2010 e 2016 122

Gráfico 31 – Recursos de Transferência Direta de Renda através do Bolsa Família para os municípios da Região PSCD 123

Gráfico 32 – Percentual do PIB do Município da Região PSCD das Transferências Direta de Renda do Bolsa Família 124

Gráfico 33 – Índice de Desenvolvimento Humano por município da região PSCD e da Bahia no ano de 2000 e 2010 124

Gráfico 34 – IDH por setor no ano de 2010 125

Gráfico 35 – Evolução do IPESE nos municípios da PSCD entre 2010 e 2013 126

Gráfico 36 – Composição do IPESE em 2013 126

Gráfico 37 – Taxa de Analfabetismo nos municípios que compõe a PSCD e na Bahia em 2000 e 2010 127

Gráfico 38 – IDEB 4ª Série e 5º Ano 129

Gráfico 39 – IDEB 8ª Série e 9º Ano 129

Gráficos 40 e 41 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Dom Basílio 130

Gráficos 42 e 43 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Jussiape 131

Gráficos 44 e 45 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Livramento de Nossa Senhora 131

Gráficos 46 e 47 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Rio de Contas 132

Gráfico 48 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Dom Basílio 133

Gráfico 49 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Jussiape 134

Gráfico 50 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Livramento de Nossa Senhora 135

Gráfico 51 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Rio de Contas 136

Gráfico 52 – Participação nos empregos formais da região PSCD em 2015 139

Gráfico 53 – Exportações de empresas com sede em municípios da PSCD em 1000 US$ 143

Gráfico 54 – Importações de empresas com sede em municípios da PSCD em 1000 US$ 143

Gráfico 55 – Volume de produção (em toneladas) no Perímetro Irrigado do Brumado entre os anos de 2010 e 2016 153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPPA	Conselho de Acompanhamento do PPA
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Consolidação Leis do Trabalho
CODETER	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
DataSUS	Departamento de Informática do SUS
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
FEBRABAN	Federação dos Bancos do Brasil
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPESE	Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NGE	Nova Geografia Econômica
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMS	Região Metropolitana de Salvador
PBF	Programa Bolsa Família
PDs	Planos Diretores

PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSCD	Portal Sul da Chapada Diamantina
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SUS	Sistema Único de Saúde
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 21

2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PERSPECTIVAS DE PLANEJAMENTO 26

2.1 A CIDADE PEQUENA E A REGIÃO 26

2.2 HIERARQUIZAÇÃO DE CIDADES E REDES URBANAS 34

2.3 OS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL 43

2.4 A PROPOSTA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA 47

3 NOTAS SOBRE AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 55

3.1 OS POLOS DE CRESCIMENTO 56

3.2 O PROCESSO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR E CUMULATIVO 60

3.3 OS EFEITOS PARA FRENTE E PARA TRÁS 62

3.4 A DECOLAGEM PARA O CRESCIMENTO 65

3.5 AS INDÚSTRIAS COMPLEMENTARES 67

3.6 O CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA 68

3.7 A BASE DE EXPORTAÇÃO 71

3.8 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO LOCAL 74

3.9 OS CENÁRIOS CONTEXTUAL, ESTRATÉGIO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO 81

3.10 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DA CEPAL E DE RÔMULO ALMEIDA ENQUANTO EXPOENTES NO BRASIL 85

4 A REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA E A ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS 89

4.1 OS FATORES HISTÓRICOS E DE IDENTIDADE 89

4.2 A DEFINIÇÃO DO POLO REGIONAL 93

4.3 A DEFINIÇÃO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA 96

4.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 99

4.5 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS 106

4.6 ASPECTOS ECONÔMICOS 109

4.7 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA 115

4.8 DESIGULDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO 119

4.9 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO 126

4.10 ASPECTOS DA SAÚDE 136
4.11 CONDIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO 138
4.12 RELAÇOES COM O COMÉRCIO EXTERIOR 142
5 DIAGNÓSTICO E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA 144
5.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA REGIÃO 145
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE POLÍTICA DA REGIÃO 150
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO 152
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR INDUSTRIAL 154
5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS 157
5.5.1 Comércio e serviços em geral 157
5.5.2 Saúde 157
5.5.3 Educação 160
5.5.4 Turismo 162
5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUPERAÇÃO DA POBREZA 164
5.7 ANÁLISE DOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA A PARTIR DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS 165
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 170
REFERÊNCIAS 175
APÊNDICE A – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM DOM BASÍLIO 183
APÊNDICE B – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM JUSSIAPE 185
APÊNDICE C – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA 187
APÊNDICE D – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM RIO DE CONTAS 189

1 INTRODUÇÃO

A análise da relação entre o número de municípios, área e população já dá ideia da complexidade que se tem ao fazer recortes regionais ou mesmo municipais para compreensão dos desafios políticos-administrativos existentes. Para exemplificar, as regiões Sul e Sudeste são áreas bem populosas e mais densamente povoadas que as demais regiões do país. No caso da Bahia, no âmbito econômico, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentra as atividades de todo o estado. Estas diferenças influenciam a compreensão das relações existentes entre cidades e regiões.

No Brasil há um hiato muito grande entre as grandes metrópoles, que são minoria em termos numéricos e as cidades de pequeno porte, que representam a maioria absoluta dos municípios brasileiros. A realidade baiana não é diferente. O estado da Bahia é formado majoritariamente por municípios com grande extensão territorial e uma pequena população.

Cumpre ressaltar que em muitas ocasiões cidades não metropolitanas representam polos concentradores da oferta de serviços, de emprego, etc. Estas cidades se colocam muitas vezes como alternativas de crescimento econômico às regiões metropolitanas, o que consequentemente tem impactos no desenvolvimento, minimamente na escala regional, já que as forças da polarização entre as cidades se apresentam em diferentes escalas.

As pequenas cidades passaram a ganhar maior relevância diante da reestruturação urbana como consequência do processo de globalização do capital, do período pós fordista da economia e da revolução no setor de tecnologia da informação e das comunicações. A flexibilidade do capital rompeu a barreira espacial e superou a questão das vantagens locacionais, muito debatida noutros períodos, permitindo que a atividade produtiva se desconcentrasse e atingisse regiões periféricas.

Benko (1996), Lipietz (1988) e Harvey (1995), dentre outros, indicam que as vantagens locacionais naturais podem ser alteradas em função das economias de escala ou a partir da ação do poder público e dos moradores de uma determinada cidade. Estas transformações pelas quais podem passar as vantagens locacionais naturais existem em função de uma disputa entre as cidades, que buscam alternativas para atração do grande capital. As regiões que conseguem atrair investimentos avançam tanto em termo de importância econômica quanto política.

Nesta ótica, o poder público tem papel proativo nas estratégias de desenvolvimento econômico e é reforçado o papel que o Estado possui no planejamento dos investimentos estratégicos. O planejamento, no entanto, não pode se limitar a escala municipal, uma vez que os problemas e entraves econômicos não estão restritos a área territorial definida pelos limites estabelecidos às cidades.

Assim, esta dissertação se dedica a realizar um diagnóstico e discutir os caminhos para o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina, definida a partir do conceito de região, amplamente discutido na primeira parte deste trabalho. A proposta de regionalização do Governo da Bahia em Territórios de Identidade foi preterida diante da divergência conceitual que possui em relação ao arcabouço teórico que versa sobre região. Tem-se, portanto, que a região Portal Sul da Chapada Diamantina se trata de um recorte espacial consubstanciado pelo arcabouço teórico, levando-se em conta a inserção do município de Livramento de Nossa Senhora, por conta da relação afetiva do autor com a cidade, pois trata-se de sua terra natal.

Estabelecido o recorte espacial do estudo, levanta-se informações das condições sociais e econômicas dos municípios que compõe a região, para identificação dos seus principais entraves e vetores para o desenvolvimento econômico, bem como a maneira como a atuação do poder público está inserida neste contexto.

Em outras palavras, esta pesquisa busca responder às seguintes questões norteadoras: considerando a realidade socioeconômica da região do Portal Sul da Chapada Diamantina, quais das suas reais necessidades estão contempladas pelas políticas que vem sendo implementadas pelo poder público? De que maneira o poder público pode atuar para fomentar o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina?

O Governo da Bahia possui uma política clara de regionalização do estado que resultou na divisão em Territórios de Identidade e por isto, acredita-se que, os aspectos regionais sejam considerados nas políticas públicas, atendendo as perspectivas de investimento em escala regional, numa atuação conjunta com os demais níveis de governo. Sendo assim, espera-se que existam políticas públicas atendendo parte significativa das necessidades da região Portal Sul da Chapada Diamantina, visando o seu desenvolvimento social e econômico.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de caso, pela particularização da região da região Portal Sul da Chapada Diamantina. A revisão bibliográfica se inicia com a apresentação de teorias que versão sobre o conceito de região, com destaque para as proposições

de Kayser (1968) e Correa (1990); a relação de hierarquia entre as cidades proposta por Christaller (1961); a estruturação das redes urbanas, tendo como base Correa (2011) e Santos (2008); os instrumentos de planejamento municipal, a partir dos trabalhos de Villaça (1999), Rolnik (2003), Gondim (1995), Maricato (2003) e Acselrad (2004); e, a proposta de regionalização em Territórios de Identidade que está pautando a atuação do Estado da Bahia.

Neste tocante, o conceito de região é que fundamenta a definição da poligonal da região Portal Sul da Chapada Diamantina, cujo arranjo formado pelos municípios pode ser melhor compreendido pelas teorias que versam sobre a hierarquia das cidades e a estruturação em redes urbanas. A apresentação dos instrumentos de planejamento em escala municipal e a proposta de regionalização do Estado da Bahia retratam as diferentes escalas para a proposição de políticas públicas e atuação do poder público no fomento do desenvolvimento regional.

Dá-se sequência a revisão bibliográfica com a discussão das teorias de desenvolvimento regional, indo desde os autores clássicos – Perroux (1977), Myrdal (1960), Hirschman (1961), Rostow (2010), Rosenstien-Rodan (2010), Nurkse (2010) e North (1977) -, às discussões mais recentes sobre o desenvolvimento endógeno e local, abordadas a partir dos trabalhos de Amaral Filho (2001), Barquero (2002), Boisier (1996), Benko e Lipietz (1997), Garofoli (1992), Haddad (2001), Llorens (2001), Ruiz (2003), Santos (2002), Souza (2009) e Spinola (2003).

Estas teorias, de modo geral, fundamentam o planejamento apresentado pelo poder público em suas diferentes escalas. As teorias de desenvolvimento regional são uma espécie de “modelo” para o caminho que deve ser adotado para que se conquiste o desejado progresso. Sendo assim, são preponderantes na definição das reais necessidades da região e de como o poder público pode atuar em busca do desenvolvimento.

A pesquisa documental de dados secundários junto ao IBGE, a SEI, ao PNUD, ao MDS, ao INEP, ao DataSUS, ao MTE e ao MDIC subsidia a descrição da realidade socioeconômica da região. No entanto, a apresentação da realidade socioeconômica não se fundamenta apenas na análise “fria”, quantitativa e qualitativa, dos indicadores. Passa essencialmente pela investigação “*in loco*” dos principais entraves e vetores ao desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina. As informações são extraídas em campo pela percepção do autor e pelos diálogos estabelecidos com moradores da região.

Um outro instrumento de investigação utilizado são as entrevistas semiestruturadas com a classe política e representantes da sociedade nos municípios envolvidos nesta pesquisa. A estruturação

das entrevistas se dá em função da realidade apresentada pelos principais indicadores que retratam a desigualdade, a pobreza, aspectos da qualidade da saúde e da educação, a qualificação da mão de obra, as condições de infraestrutura urbana e aspectos econômicos. As perguntas apresentadas no questionário levam em consideração o município que o entrevistado representa e a sua área de atuação.

É importante reforçar que as diretrizes pelas quais esta pesquisa se norteia buscam incialmente a compreensão das reais necessidades para o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina através da pesquisa documental de dados secundários e da pesquisa de campo, com a investigação "*in loco*". Somente após a posse deste entendimento, é que se parte para a análise de quais destas necessidades estão sendo atendidas pela atuação do poder público.

Para tanto, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além desta breve introdução e das considerações que são apresentadas ao final do mesmo. No capítulo 2, apresenta-se inicialmente o conceito de região e o papel assumido pelas cidades pequenas diante do processo de globalização do capital. Posteriormente, são tratados os diferentes níveis hierárquicos que existem nas relações entre as cidades e os arranjos espaciais em redes de cidades. Ao fim do capítulo é realizada uma abordagem da perspectiva de planejamento, considerando a escala municipal e a proposta de divisão em Territórios de Identidade realizada pelo Governo do Estado, que versa sobre a perspectiva de planejamento em âmbito regional na Bahia.

No capítulo 3 são apresentadas de maneira sintética as diferentes teorias que abordam a temática do desenvolvimento regional. Majoritariamente, as teorias apresentadas tratam do processo de industrialização como vetor do crescimento econômico. No entanto, a necessidade da industrialização para que haja o crescimento econômico é contestada pela Teoria de Base de Exportação e também pelas teorias de desenvolvimento endógeno e local, que ascenderam com o declínio do Estado de Bem-Estar Social e passou a dar protagonismo aos atores locais no processo de desenvolvimento. A última parte do capítulo, foi reservada a breves considerações sobre o pensamento de Celso Furtado e Rômulo Almeida como expoentes do planejamento regional no Brasil e na Bahia, em especial.

Tem-se no capítulo 4 a definição da região da região Portal Sul da Chapada Diamantina, para consolidação do recorte espacial a ser estudada nas etapas finais do trabalho e a apresentação dos indicadores. A definição acontece a partir dos fatores históricos e de identidade, da existência de um polo regional e da comunicação entre as cidades. A poligonal que delimita a região e a sua localização no Estado da Bahia é apresentada e a partir de então, são apresentados

e analisados os indicadores da região Portal Sul a Chapada Diamantina. São abordados aspectos demográficos, ambientais, econômicos, as condições de infraestrutura, questões relacionadas a desigualdade e ao desenvolvimento humano, à educação, à saúde, as condições de mercado de trabalho e as relações que os municípios da região possuem com o comércio exterior.

Por fim, o capítulo 5 apresenta-se um relatório sintético do diagnóstico socioeconômico e são discutidos os caminhos para o desenvolvimento regional, a partir de considerações sobre a realidade política, as perspectivas econômicas, no setor industrial, agropecuário e de serviços, onde se destacam os aspectos de saúde, educação e do turismo, perspectivas para o desenvolvimento humano e superação da pobreza e uma análise da proposta de desenvolvimento a partir das teorias de desenvolvimento regional fundamentadas no capítulo 3.

Diante da compreensão do papel assumido pelas pequenas cidades, trabalhos como este reforçam a importância que o Estado tem ao criar condições para a descentralização da atividade econômica e se combater as desigualdades regionais. O Estado da Bahia reconhece esta importância e possui uma política clara de regionalização, o que não significa por si só, que as políticas públicas propostas contemplem adequadamente as necessidades das mais diversas regiões que formam o seu território. A análise da Portal Sul da Chapada Diamantina visa demonstrar a abrangência da atuação do poder público diante das demandas regionais.

2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PERSPECTIVAS DE PLANEJAMENTO

As discussões pelas quais este trabalho se propõe passam essencialmente pela organização do espaço e pela perspectiva de planejamento, papel a ser desempenhado pelo Estado. Em função disto, este capítulo está subdividido em 4 sessões com o objetivo de aprofundar na discussão da organização espacial das cidades, através do conceito de região, da relação de hierarquia que se estabelece entre as cidades e da organização em redes urbanas e as perspectivas que se tem no âmbito administrativo e político para o planejamento nas escalas municipal e regional.

2.1 A CIDADE PEQUENA E A REGIÃO

O ponto de partida nesta discussão é compreender o conceito de região, pontuando de antemão que as regiões são frutos de um constructo teórico. Kayser (1968) define região a partir de três pontos cruciais: o primeiro, em função dos laços que existem entre seus moradores, estes laços devem ser percebidos de maneira bem ampla e englobam características semelhantes; o segundo fator é que toda região está organizada em torno de um centro, que se comporta como um polo baseado nas atividades da população empregada; e, por fim, a região deve ser entendida como parte integrada de um conjunto maior.

> Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre os seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional com a economia global. Ela é resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial. (KAYSER, 1968, p. 284).

Mesmo diante da delimitação territorial, a região é um sistema aberto, em função das relações e dos fluxos que possui tanto internamente, quanto com as demais áreas que se apresentam ao longo do espaço. Estes fluxos internos e de entrada e saída (*input-output*) influenciam na organização interna, podendo modificá-las. A construção espacial se dá ao longo do tempo e estão relacionadas com o próprio desenvolvimento da sociedade, de suas forças produtivas e das relações com as produções predominantes.

A definição de região apresentada por Kayser (1968) é contrária aos três tipos de espaços econômicos defendido pela escola de Perroux. Considerado como um dos seguidores de Perroux, Boudeville (1969) destaca que existem três noções fundamentais a respeito do espaço: o espaço homogêneo, o espaço polarizado e o espaço plano. O espaço homogêneo corresponde

a um espaço contínuo, em que cada uma das partes que compõe apresenta características mais próximas possíveis das outras.

A lógica da homogeneidade no espaço está identificada no conceito de região natural proposto pela corrente do determinismo ambiental, onde:

> A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma dessas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e interagentes. (CORRÊA, 1990, p. 23-24).

Há ainda uma identificação na corrente possibilista, que mesmo considerando a interação entre o homem e a natureza, e as transformações existentes no espaço, "a região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza." (CORRÊA, 1990, p. 28). Esta harmonia pode ser compreendida como um aspecto relativamente homogêneo de uma determinada área, que se encontra num novo patamar de equilíbrio e não mais no estágio inicial da condição da natureza.

O espaço polarizado representa a noção de interdependência fisiológica que pode ser observada pela irradiação comercial nas aglomerações urbanas. Uma cidade se relaciona com o campo e com as cidades satélites que estão no seu entorno. Em razão destas trocas que existem, as regiões polarizadas, ou seja, regiões que não são uniformes. Podem ser entendidas como regiões heterogêneas, em que as diversas partes se complementam, mantendo entre si, em especial com os polos dominantes, uma maior troca do que com as regiões vizinhas. Trata-se de um local onde as trocas de bens e serviços interna é de maior intensidade do que as trocas com o ambiente externo (BOUDEVILLE, 1969).

Paelinck (1977, p. 176) define região polarizada "como o lugar de intercâmbio de bens e serviços, do qual a intensidade interior é superior, em cada ponto do espaço definido, à intensidade exterior." A região polarizada é definida, portanto, a partir da análise de processos econômicos.

As regiões planejadas são representadas por um espaço onde as diversas partes tem as decisões que as afetam tomadas de forma centralizada, a exemplo das filiais de uma grande empresa, onde as questões que afetam as filiais não são tomadas isoladamente e sim, a partir de decisões definidas na matriz. Trata-se de uma ferramenta de autoridade, que pode estar localizado na região ou não, para alcançar um determinado objetivo econômico que foi estabelecido. Esta

questão está ligada a uma coordenação entre as regiões, de modo a favorecer o enfrentamento de problemas que não seria possível de forma desordenada (BOUDEVILLE, 1969).

O entendimento é de que as regiões planejadas devem "incluir uma perspectiva do espaço econômico-geográfico, e é construído a partir do modelo descritivo, levando em conta os efeitos de dominação e subordinação, isto é, os efeitos das possibilidades e modalidades de ação sobre a região." (PAELINCK, 1977, p. 177).

Corrêa (1990) ressalta a contradição capitalista, pois a abordagem de regiões planejadas é uma tentativa de reestabelecimento do equilíbrio do desenvolvimento que foi rompido, como se não se interessasse ao capitalismo as desigualdades sociais dentro da estrutura de organização social.

Segundo Kayser (1968), não existem regiões que possuam uma real homogeneidade econômica e social em países evoluídos, o que impossibilitaria os espaços homogêneos representarem uma região. O espaço plano, por sua vez, só existe em função da estrutura polar, não sendo aplicável pelo fato de que uma das razões de ser da região são os níveis administrativos intermediários que a constituem. Assim sendo, admite-se apenas o espaço polarizado dada a definição de região apresentada.

Kayser (1968, p. 285) pontua que "o espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região". O desenvolvimento polarizado supõe que haja uma divisão de trabalho entre as cidades, entre as regiões e entre as nações. As cidades de uma determinada região se hierarquizam de acordo com a sua diversidade de funções que possui. Assim, as menores fornecem especialmente mercadorias e serviços de irradiação local ou por exceção, um produto altamente especializado. As cidades mais importantes dispõem de toda uma gama de produtos e serviços locais, regionais e, em algumas ocasiões, nacionais (BOUDEVILLE, 1969).

A cidade é colocada como foco irradiador do desenvolvimento (CORRÊA, 1990). Vê-se, então, a possibilidade da existência de arranjos territoriais em diversas escalas, indo além das regiões metropolitanas, havendo a possibilidade de que estes arranjos menores possuem o mesmo nível de complexidade em relação as regiões metropolitanas, no que se refere a elaboração de políticas públicas.

"É o que ocorre no plano administrativo: a região é um nível intermediário indispensável entre o poder central e os organismos locais. Ela é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões para o qual são estudados os programas de ação. " (KAYSER, 1968, p. 284).

A estruturação de uma região, pela proposição de Kayser (1968), se dá em função de quatro fatores: os fatores naturais e históricos, que não são motores mas tem grande representatividade nos limites estabelecidos; a polarização, indicando a maturidade da região a partir da capacidade de influência do centro sobre o território; as comunicações, em função da necessidade de circulação de bens e serviços; e, a administração, representado pela região administrativa.

Para Paelinck (1977) devem ser estabelecidos critérios a exemplo da densidade, população, nível de renda, atividades industriais ou agrícolas, etc., para que se possa realizar uma descrição estatística, de modo que estas regiões podem ser definidas a partir de uma dispersão relativa mínima das características observadas. Caso haja alguma mudança nos limites regionais esta dispersão média seria elevada.

No que se refere os aspectos naturais, embora não haja homogeneidade natural no espaço certos limites regionais são incontestavelmente limite natural. Os fatores históricos reforçam a estrutura da região. A centralização em polos não é condicionante do desenvolvimento regional, contudo é desejável e percebido como um caminho natural. Já as vias de comunicação são entendidas como obrigatórias, em função da circulação de pessoas e mercadorias, mas elas não representam necessariamente uma cultura de solidariedade regional. O aspecto da administração é endossado pela região-administrativa, pois tenderia a reforçar a região e contribuiria para criar um ambiente solidário e de polarização dentro dos limites estabelecidos (KAYSER, 1968).

Tanto as cidades quanto as regiões têm experimentado um processo de reestruturação urbano, como resultado da atuação de três forças de maneira inter-relacionadas: a globalização do capital, do trabalho e da cultura; a formação de uma nova economia definida em diversas formas pós-fordista/flexível/global; e, o impacto da revolução provocada pela tecnologia da informação e comunicação (SOJA, 2006).

Conforme pontua Oliveira (2006, p. 34), a lógica da economia global deslocou a forma financeira "da forma capital-produtivo, e a divisão mundial do trabalho é agora comandada pela oferta de capital-dinheiro, que escolhe as localizações espaciais do sistema produtivo". E

prossegue afirmando que “a espacialização do capital-produtivo é determinada pelo capital financeiro.” (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Os efeitos da globalização nas cidades podem ser percebidos tanto internamente quanto externamente. A globalização, internamente, tem cumprido um papel chave na reconfiguração da organização social e espacial das cidades e alterado algumas condições básicas da vida urbana. No âmbito externo está ilustrado pelo aumento dos fluxos globais de trabalho e capital e na concentração destes fluxos em determinadas áreas urbanas (SOJA, 2006).

Para Soja (2006), as relações interurbanas estão superando as fronteiras nacionais e substituindo os laços que são estabelecidos em longas distância pelos laços com as cidades que estão em sua proximidade. Esta proposta de vínculos interurbanos ultrapassa o limite dos acordos tradicionais, atingindo questões de grande alcance, a exemplo do investimento transnacional, o comércio, o turismo, a produção cultural e os intercâmbios culturais.

As transformações nas relações das cidades com o seu entorno é resultado dos efeitos desiguais da globalização e pelo impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, associado a crise de identidade cultural e nacional com as desigualdades crescentes que tem conduzido para uma polarização social. Estas transformações permitiram a expansão do alcance geográfico das interações e estão se estruturando hierarquicamente de acordo o grau de controle dos fluxos transacionais de capital, trabalho, informação e comércio e não mais apenas pelo tamanho da população. Com o crescimento na interação entre os municípios, aumenta mutuamente a influência que as mesmas possuem, bem como as suas posições relativas no contexto da hierarquia global (SOJA, 2006).

Fresca (2010) pontua o novo papel assumido pelas cidades pequenas mediante as intensas transformações socioespacial no Brasil e diante da estruturação das redes urbanas, por representar parcela significativa da produção propriamente dita. Esta análise é realizada a partir da diferenciação das cidades locais em relação as pequenas cidades, deixando de considerar apenas a população residente no município.

Mais importante do que o número de pessoas é compreender o papel que uma determinada cidade possui em termos de ofertas de bens e serviços no âmbito regional ou até mesmo em maior escala. Assim, as cidades locais representam o mais baixo nível hierárquico para os centros urbanos, distribuindo e ofertando apenas bens e serviços de consumo muito frequente,

que atendam às necessidades inadiáveis (básicas) da população. Por conseguinte, as cidades pequenas extrapolariam as necessidades básicas, com a oferta de bens e serviços entendidos como mais complexos. Tem-se, portanto, que a análise não deve acontecer de maneira isolada e pautada na identificação populacional, devendo ser considerada a inserção que uma determinada cidade possui em uma região ou rede de cidades (FRESCA, 2010).

Soja (2006) e Fresca (2010) levantam aspectos que são contundentes na defesa de que os níveis populacionais devem ser colocados em segundo plano quando tem-se como objetivo a hierarquização entre cidades. O aspecto central para que se promova um grau de hierarquia entre as cidades é a sua representatividade na oferta de bens e serviços de uma determinada região. Para Lemos (2006, p. 177), analisando sob a perspectiva da demanda, região "nada mais é do que a área de mercado da localidade concentradora da produção".

O conceito de cidade-região surge como consequência do entendimento de que apesar da importância que possuem os fluxos que acontecem diariamente na economia mundial, do processo de globalização e da evolução dos instrumentos de tecnologia e comunicação, não se pode renegar o papel territorial e local que os mesmos vem provocando no espaço. Dito isto, as redes de cidades como módulos espaciais, o desenvolvimento territorial, as cidades e as regiões e o regionalismo adquirem uma importância crescente no mundo contemporâneo, que devem ser analisados conjuntamente como processos de natureza espacial e regional (SOJA, 2006).

Estas cidades-região funcionam cada vez mais como módulos espaciais especializados dentro da economia global e como atores políticos dentro do cenário internacional. O papel das cidades e da região tem se renovado como um local de tomada de decisões e de autonomia política. À medida que os fluxos de troca começam a se definir, a análise isolada da cidade tem perdido força em comparação com as cidades-região ou as redes de cidades regionais (SOJA, 2006).

Merece ser destacado o aspecto político que afeta o debate sobre cidades-regiões. "É o fato político, a necessidade de reconhecer/estimular respostas para além da escala municipal, que justificaria, teoricamente, falar em "cidade-região". (ARRAIS, 2008, p. 86). Arrais (2008) apresenta dois argumentos que reforçam a existência da cidade-região: o primeiro está relacionado a fragilidade das estruturas locais e regionais diante da abertura ao mercado global e o segundo diz respeito ao fato de que muitos problemas atingem mais de uma cidade, considerando o fato de que o processo de reestruturação dependeria da atuação destes atores locais-regionais.

Em suma, a ideia de cidade-região trata-se de uma questão eminentemente política e relaciona-se com o fomento da discussão política em espaços integrados, tendo em vista que muitos dos problemas enfrentados são similares e cujos os desafios para superá-los são comuns a este conjunto de municípios.

As novas condições provocadas pelo regime de acumulação flexível, para Acselrad (2004) podem ser identificadas de cinco maneiras: os poderes locais assumem papel proativo nas estratégias de desenvolvimento econômico, em detrimento a uma menor participação do Estado central; a competição interurbana para oferta de possibilidades de consumo do lugar; a competição interurbana pelo comando financeiro e da comunicação; as políticas sociais e de emprego passam a estar subordinadas a questão econômica; e, novos atores não governamentais passam a envolver-se nos processos urbanos.

Harvey (1995) aponta que começa a existir uma concorrência entre as cidades, visando a criação de vantagens locacionais, de modo a atrair o capital, dada a sua grande mobilidade. O processo de acumulação flexível "rompeu" barreiras espaciais e permitiu que a atividade produtiva se desconcentrasse, chegando as regiões periféricas e pequenas cidades.

Um dos fatores que representam a criação de vantagem locacional está ligado às economias de aglomeração.

> As chamadas "economias de aglomeração" surgem quando diferentes capitais se juntam (por exemplo, fábricas de pneus e autopeças localizadas perto de montadoras). Empresas e indústrias diferentes podem dividir instalações, acesso a mão de obra especializada, informações e infraestruturas. Há benefícios quando todas as empresas conseguem tirar proveito dessa configuração (por exemplo, uma empresa treina os trabalhadores que outras empresas poderão contratar imediatamente, sem necessidade de treiná-los primeiro). Do mesmo modo, as oportunidades oferecidas pelos centros dinâmicos atraem mão de obra, mesmo na ausência de forças que expulsem as pessoas de sua terra de origem. As aglomerações urbanas são ambientes construídos que favorecem a sustentação coletiva de grupos particulares de atividades produtivas. (HARVEY, 2016, p. 141).

No entanto, estas economias de aglomeração são limitadas em consequência dos efeitos provocados por ela própria. Como exemplos Harvey (2016) cita a superpopulação, a poluição, os custos de administração e manutenção e o acréscimo no custo de vida e da terra. O acréscimo no custo de vida, por exemplo, faz com que sejam demandados salários melhores, impactando negativamente nos custos de produção.

No entanto, Benko (1996, p. 69) explica que "a vantagem comparativa é artificial; origina-se do processo mesmo da troca e se manifesta no decurso de uma trajetória do desenvolvimento

regional no instante em que se transformam progressivamente as aglomerações industriais e as condições de suas economias externas.”

Se a vantagem comparativa é decorrente de um processo artificial, cabe ao Estado intervir, a fim de evitar que ocorram graves distorções no território provocadas pela livre atuação do mercado. O papel do Estado não está ligado a garantia de uniformidade, mas é necessário compreender que o desenvolvimento desigual do território “se traduz por desigualdades cumulativas do lucro e da acumulação, com consequências sociais clássicas” (LIPIETZ, 1988, p. 157). “O capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente.” (HARVEY, 2016, p. 145).

> Se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva, independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse “coletivo” e aparece como “comunidade ilusória”: com o Estado. (LIPETZ, 1988, p. 149).

Para Harvey (2016), o capital vai se deslocando no espaço de modo a satisfazer as suas necessidades em um determinado período, quando as mesmas não são mais atendidas ele migra.

> O princípio aqui é o seguinte: o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-la em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa. O capital desencadeia as forças de “destruição criativa” sobre a terra. Alguns grupos se beneficiam dessa criatividade, enquanto outros sofrem o impacto da destruição. Invariavelmente, isso envolve uma disparidade de classes. (HARVEY, 2016, p. 146).

O papel a ser desempenhado pelo Estado está ligado a regulação das contradições entre o social e o privado em sua dimensão espacial. A intervenção estatal “visa atenuar a incapacidade da iniciativa privada em suscitar o desenvolvimento do espaço social.” (LIPIETZ, 1988, p. 146).

> O tipo de racionalidade tipicamente imposto pelo Estado é exemplificado por suas práticas de planejamento urbano e regional. Essas intervenções e investimentos tentam conter as consequências normalmente caóticas do desenvolvimento desregulado do mercado. O Estado impõe estruturas cartesianas de administração, lei, cobranças de impostos e identificação individual [...] Os Estados podem usar seus poderes para orquestrar a vida econômica não só por intermédio do controle dos investimentos em infraestrutura, mas também pelo poder de criar ou reformar instituições básicas. (HARVEY, 2016, p. 148).

Seguindo a lógica hierárquica urbano-regional, Lemos (2006, p. 184) diz que os centros urbanos estariam ordenados da seguinte forma: “no topo da escala territorial polarizam macrorregiões, enquanto centros intermediários polarizam mesorregiões e centros locais polarizam microrregiões”.

Lemos (2006, p. 184), elenca três pontos principais deste recorte territorial que devem ser considerados no planejamento econômico:

> 1) O fluxo de trocas mercantis que delimita e formata geograficamente as regiões e sua hierarquia urbano-regional;
> 2) A natureza desigual do desenvolvimento, medida pelos níveis de progresso econômico e conhecimento tecnológico acumulado, de tal forma a identificar neste recorte a dinâmica centro-periferia;
> 3) As transformações econômicas do território, que altera os fluxos de troca, os níveis futuros de progresso econômico, a hierarquia urbano-regional e a própria dinâmica centro-periferia.

Assim, dentro do propósito do esforço de planejamento esta regionalização permite compreender qual é a direção dos fluxos que deve prioritária. Se ações intra-regionais, inter-regionais ou dar ênfase ao comércio exterior. Certamente, que ao decorrer do tempo, devem ser considerados as transformações econômicas pela qual o território passa (LEMOS, 2006).

“Em síntese, a regionalização na perspectiva do desenvolvimento econômico tem como objetivo resgatar o papel do Estado no planejamento dos investimentos estratégicos de integração nacional e desenvolvimento do sistema urbano-regional.” (LEMOS, 2006, p. 185). Esta é uma forma do Estado poder exercer o controle social sobre as populações marginalizadas, em contraponto ao poder econômico que age de maneira transnacional.

Dentre os pontos abordados nesta sessão, duas questões, em especial, merecem aprofundamento: a estruturação hierárquica das cidades e a maneira como as mesmas podem se organizar, considerando esta hierarquia. Pela relevância destes temas, os mesmos serão abordados de maneira destacada na sessão a seguir.

2.2 HIERARQUIZAÇÃO DE CIDADES E REDES URBANAS

Walter Christaller foi pioneiro ao abordar as hierarquias estabelecidas entre as cidades, analisando a oferta de bens e serviços de uma cidade no âmbito regional. Sua teoria foi desenvolvida a partir do antagonismo entre o “lugar central” e o “lugar disperso”. Todas as regiões têm alguns centros que estão perto, mesmo que outros centros de maior abrangência sejam encontrados em cidades maiores para satisfazer aquelas demandas do campo e das menores cidades que as cidades pequenas não conseguem atender (CHRISTALLER, 1961).

A relação de influência exercida por uma cidade às regiões vizinhas, numa espécie de centro de abastecimento de bens e serviços à população local e à região circunvizinha é que caracteriza o conceito de “lugar central”. É a partir do entendimento de que todas as regiões possuem locais

centrais que ele formula leis em que se determina o número, a distribuição, o tamanho e uma hierarquização entre as cidades.

Os “lugares centrais” também são hierarquizados a partir da escala de importância que possuem para a vizinhança. “Lugares centrais de ordem maior” são lugares que tem funções centrais que se estendem por uma grande região, na qual estão inseridos lugares centrais de menor importância. Já os “lugares centrais de uma ordem mais baixa” têm importância apenas para as proximidades imediatas, sua relevância é local. Por fim, os “lugares centrais auxiliares”, representam os pequenos lugares que exercem pequenas funções centrais (CHRISTALLER, 1961).

O “lugar disperso”, que pelo próprio antagonismo sugerido, são locais que não são centro, nos quais estão inclusos três diferentes tipos de locais: os de ligação de fato, que representam regiões agrícolas e seus habitantes estão condicionados ao pedaço de terra que os circunda; os de ligação pontual, que são áreas que sobrevivem em função de recursos que são encontrados em locais específicos, a exemplo de áreas de mineradoras; e as áreas que não fazem fronteira com um lugar central, cujas localizações raramente são determinadas por vantagens econômicas (CHRISTALLER, 1961).

A importância que uma cidade possuí é identificada pelos esforços econômicos combinados dos habitantes (CHRISTALLER, 1961). Tem-se, portanto, que a importância da cidade não está condicionada a sua população, a renda auferida, tampouco a sua dimensão territorial. Obedecendo esta lógica, os “lugares centrais” possuem excedente de importância, enquanto “lugares dispersos” possuem déficit de importância. É o “excedente de importância” que indica o quanto central é uma cidade, bem como, este é o parâmetro para região complementar que está estabelecido a partir daquela cidade. Daí deriva-se o conceito de centralidade, como expressão da importância relativa que um lugar possui numa região (CHRISTALLER, 1961).

Região complementar é definida como a área de influência de um lugar central, ou seja, a região que tem um lugar central como centro. Estas regiões complementares também podem ser caracterizadas em ordem de grandeza tal qual os “lugares centrais”. Há uma dificuldade em se determinar uma região complementar, pois existe diferença na mesma em função dos diferentes tipos de bens e serviços. Mas, mesmo assim, o seu tamanho apresenta-se relativamente constante, pois, em grande medida, é determinado pela distância que se tem um lugar central para outro de igual ordem ou superior (CHRISTALLER, 1961).

Christaller (1961) também diferencia a produção dos bens e serviços, os qualificando como “bens e serviços centrais” quando são produtos de “lugares centrais” e “bens e serviços dispersos” quando são originários em “lugares dispersos”. Os “bens e serviços centrais” são consumidos em muitos pontos dispersos, enquanto que os “bens e serviços dispersos”, mesmo podendo ser disseminados em muitos pontos, desde que não sejam centrais, são preferencialmente consumidos em poucos pontos. Pode, contudo, existir situações em que um bem não é produzido centralmente, mas é centralmente oferecido, tem-se uma situação de oferta central, a exemplo do que acontece em regiões altamente industrializadas.

A distribuição dos centros acontece de forma que possa se cobrir toda a região, obedecendo aos critérios de hierarquia, de forma a atender a população rural com os bens e serviços que são essenciais. Christaller indica há um alcance máximo para um bem ou serviço, como resultado de uma noção de acessibilidade dos consumidores aos mercados. Estes dois pontos apresentados em conjunto com a concorrência que existe entre os fornecedores fazem com que estes centros se organizem no território visando atender as necessidades dos consumidores (SOUZA, 2009).

Neste quesito, Spinola (2003) acrescenta que, pela proposição de Christaller, as produções urbanas apresentam uma tendência de que haja uma organização em redes de lugares centrais, cobrindo as suas áreas de influência, situação que seria otimizada caso esta rede de cobertura se apresente de forma hexagonal, já que conseguiria cobrir toda área sem haver sobreposição. Dada a sua oferta limitada, os serviços mais especializados é que corresponderão às redes de hexágonos, de modo que a malha de cobertura destes serviços se ampliem.

Distância econômica está relacionado ao custo do frete, de segurança e armazenagem de um determinado bem. Este é um importante elemento para determinação da área de um bem, ou seja, a área limitada pela maior distância que a população dispersa está disposta a percorrer para comprar um determinado bem. Certamente que o preço também exerce influência nesta composição, ainda mais quando comparados com o preço daquele bem em outros “lugares centrais”. A área de um bem, entre outros fatores, também está condicionada pela população do lugar central, a densidade e a distribuição da população dispersa, bem com as respectivas condições de renda e a estrutura social da população e a distância de outro lugar central (CHRISTALLER, 1961).

Na concepção de distância econômica está intrínseco o conceito de limiar, cuja definição seria um nível mínimo de demanda que asseguraria a produção de um determinado bem ou serviço,

provocando um limite para que se possa existir um rendimento crescente (CAVALCANTE, 2007).

Três princípios básicos, na visão de Spinola (2003), são estabelecidos por Christaller:

> a) Cada bem ou serviço exige um volume mínimo de consumidores para poder ser rentável. A isto se denominaria de umbral de demanda (MENDEZ, 1997) ou limiar (SILVA, 1976);
>
> b) Existe uma distância máxima que a população está disposta a percorrer para consumir um determinado bem o que o denominou de alcance (MENDEZ, 1997, SILVA 1976). Os valores tanto para umbral de demanda (limiar) quanto para o alcance variam bastante segundo o tipo de bem. Por exemplo o pão seria um bem de pequeno alcance enquanto os serviços de um médico especializado seriam de alcance extenso (SILVA, 1976);
>
> c) O grau de centralidade de um núcleo habitacional é determinado pela quantidade e qualidade dos bens que ofereça (MENDEZ, 1997). (SPINOLA, 2003, p. 34).

Benko (1994 *apud* Spinola, 2003) critica a proposta de Christaller. A crítica baseia-se no fato de que cada bem ou serviço que é prestado possui um limiar de otimização dentro de sua escala de produção. Desta feita, pode-se minimizar os custos de transporte servindo a um determinado círculo do espaço homogêneo. As proposições de Benko (1994), conforme indica Spinola (2003), são evidência da importância que o poder público possui na organização das estruturadas das cidades, o que pode, em alguma medida, explicar a disparidade de desenvolvimento nas nações.

Em síntese, Correa (2011) aponta que a proposta geral do modelo definido por Christaller é de que existe uma diferenciação entre as localidades centrais, traduzidas por uma região homogênea e com considerável desenvolvimento econômico, havendo a manifestação de uma hierarquia a partir do conjunto de bens e serviços ofertados no setor terciário e a maneira como os mesmos atuam no espaço.

Tem-se como característica o fato de que os centros com o mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e a influência avança sobre uma área semelhante, tanto com relação a extensão territorial, quanto em relação ao tamanho da população (CORREA, 2011).

A hierarquia entre as cidades polos é que orientam os fluxos internos e são estes fluxos que demonstram a articulação funcional dos centros urbanos. São estes vínculos funcionais permanentes entre as cidades e do meio urbano com o rural, que permite a constatação da existência de uma rede urbana. É a intensidade percebida por estes vínculos funcionais que se

avalia o dinamismo de uma região (KAYSER, 1968). Quanto maior os vínculos entre as cidades, maior o dinamismo de uma região e vice-versa.

> Em termos genéricos, a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros. (CORREA, 2011, p. 93).

A existência das mesmas estaria condicionada a três fatores: a sociedade deve estar organizada numa economia de mercado, com uma mínima estrutura de divisão do trabalho; deve existir ao longo do espaço pontos fixos ou temporários onde as transações comerciais possam existir; e, a existência de um mínimo de transação entre os diferentes pontos que estão distribuídos pelo espaço (CORREA, 2011).

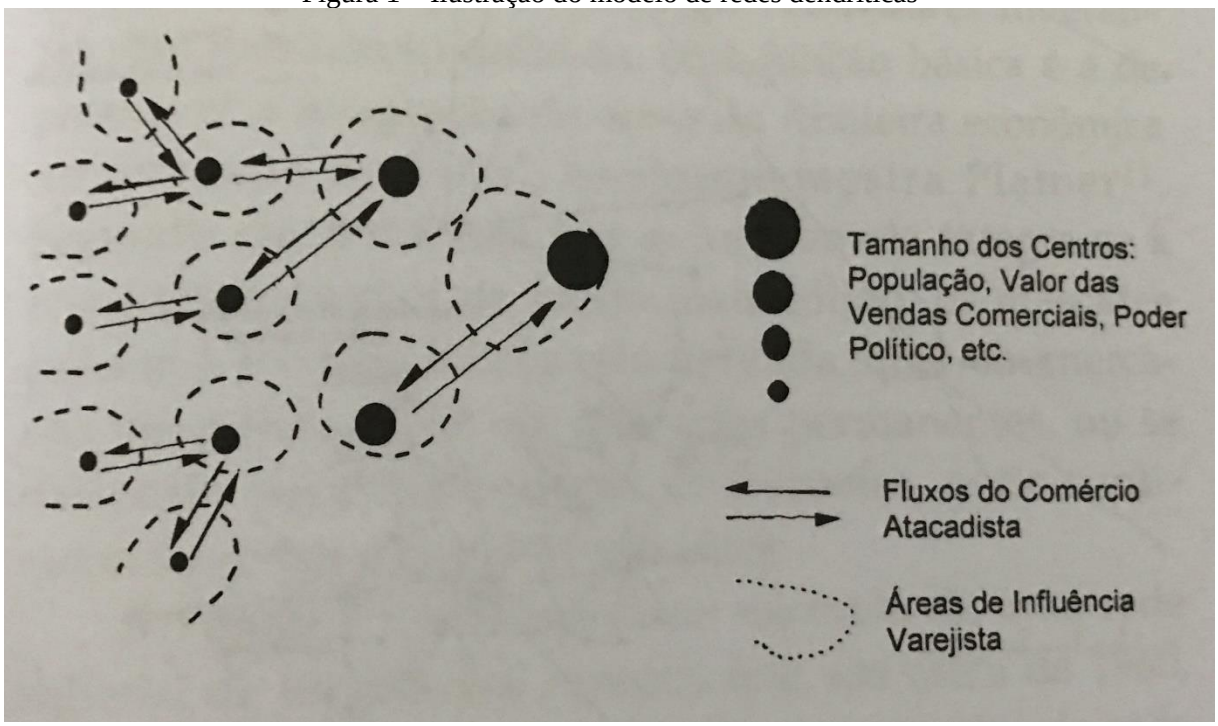
Correa (2011) apresenta três modos de organização espacial das redes de cidades: as redes dendríticas, os mercados periódicos e o desdobramento da rede em dois circuitos. As redes dendríticas têm como característica a origem colonial, onde o ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica, que funciona como área de penetração do território, se colocando como uma espécie de porta de entrada e porta de saída. Por esta função estratégica, concentra as principais funções tanto econômicas, quanto políticas.

Esta primazia, garante a concentração do comércio, da renda e a coloca como principal mercado de trabalho. Elementos que representa fortes atrativos para o processo de migração urbana. Outra importante característica das redes dendríticas são os excessivos centros de pequeno porte, que apresentam baixa diferenciação entre si. Os centros menores possuem baixo nível de demanda da população e precariedade dos meios de transporte e das vias (CORREA, 2011).

Ressalta-se que no modelo de redes dendríticas não existem centros intermediários. São os centros de rede que se comunicam entre si, para aproximar-se da cidade primaz. É a comunicação direta entre os centros de rede que se colocam como grande empecilho para que se constituam centros intermediários. Essa linha direta de comunicação também representa um dreno dos recursos, privilegiando a cidade primaz das demais cidades que compõe a sua rede (CORREA, 2011).

Conforme ilustra a Figura 1, a medida em que as cidades se afastam da cidade primaz, elas possuem uma população menor e também reduz a sua importância no comércio e em termos de expressão política (CORREA, 2011).

Figura 1 – Ilustração do modelo de redes dendríticas



Fonte: Correa (2011, p. 45).

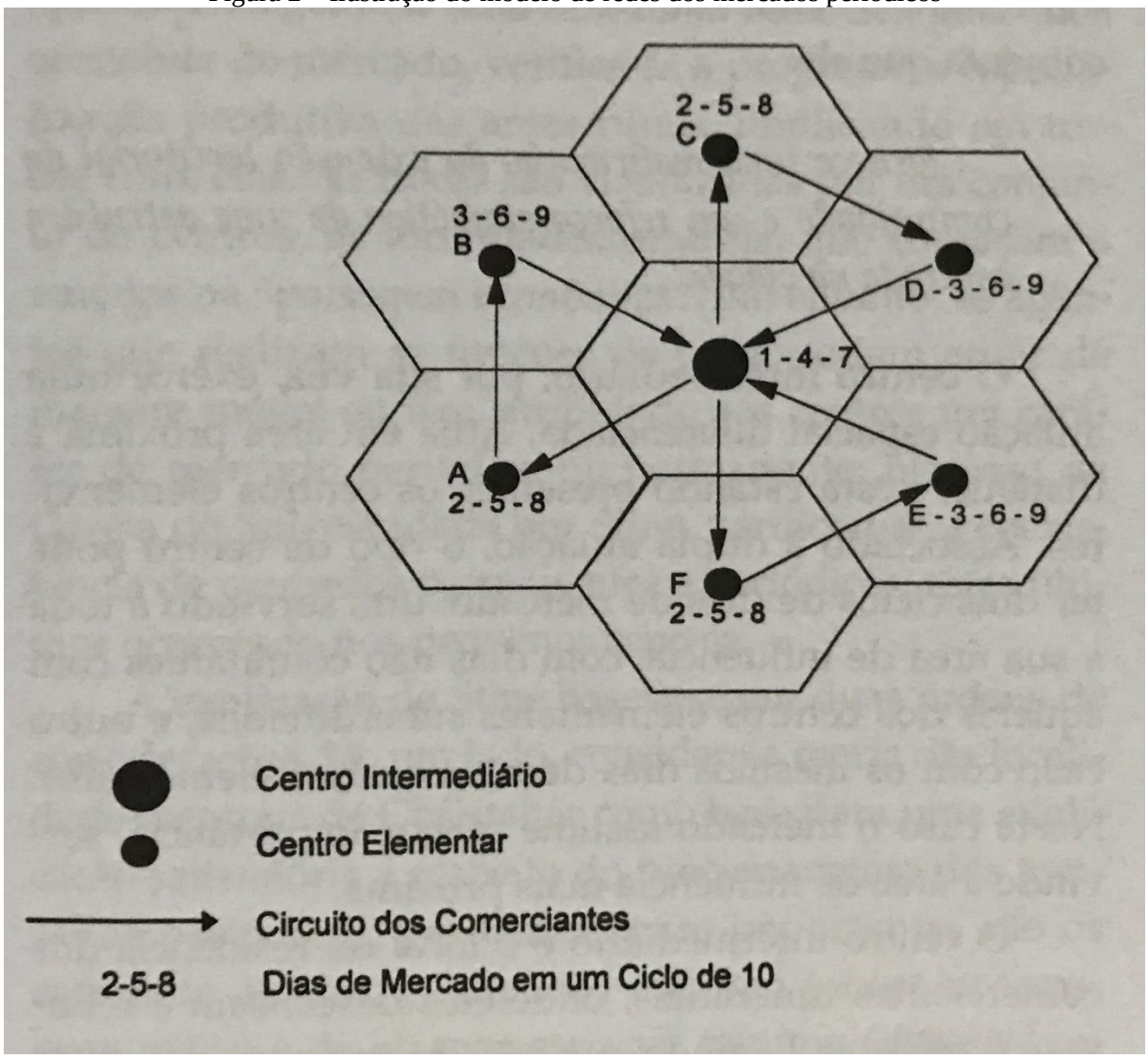
As redes dos mercados periódicos, tem como característica principal as pequenas cidades que periodicamente se transformam em regiões centrais. Não há uma condicionante em relação ao período que passam a exercer esta influência, podendo ser uma ou duas vezes na semana, ou até mesmo um período específico em que ocorre uma safra, por exemplo. Em "dias normais" retomam a condição de pequeno centro urbano, com baixa movimentação comercial, tendo sua população voltada majoritariamente para atividades no setor primário (CORREA, 2011).

O crescimento do comércio em determinados períodos se deve a atração de pessoas de outros núcleos. Sendo assim, os mercados periódicos sincronizam em termos de espaço e de tempo as atividades humanas, de maneira articulada com os demais centros, já que é necessário que haja deslocamento dos atores envolvidos (CORREA, 2011).

Há uma hierarquização dos mercados periódicos, conforme ilustra a Figura 2, em dois níveis inferiores: os centros elementares, que atende especialmente as necessidades do homem do campo, estando ligado majoritariamente a atração da população rural, havendo a venda de excedentes por parte dos camponeses e a aquisição de bens e serviços que necessitam e existe ainda o envolvimento social a partir de festividades religiosas, por exemplo; e, os centros intermediários, que abrangem tanto áreas próximas, quanto distantes, incluindo os centros elementares, cuja influência pode ser dividida em dois momentos, o de atuação mais

abrangente, quando não há conflito com os eventos dos centros elementares que estão subordinados a ele e nos momentos de conflito, com menor abrangência (CORREA, 2011).

Figura 2 – Ilustração do modelo de redes dos mercados periódicos



Fonte: Correa (2011, p. 55).

Por fim, no modelo de redes dos dois circuitos da economia, que representam um conjunto de causas, se apresentando de forma interligada. A origem da denominação está na segregação de dois estágios da cadeia produtiva, o da distribuição e o do consumo. Correa (2011) baseia-se na contribuição de Milton Santos (2008) que fala da segregação social entre uma maioria de pessoas com salários muito baixos, oriundos de atividades ocasionais e uma minoria com rendas muito elevadas. O resultado disto é que há uma divisão na sociedade entre aqueles que podem ter acesso permanente a determinados bens e serviços e aqueles que não possuem condições de satisfazer suas necessidades.

Os dois circuitos não estão isolados entre si, em função da existência de uma classe média que acessa a ambos os circuitos, impedindo o isolamento e pela interdependência e complementariedade, através de intercâmbio entre os dois circuitos. Na ponta superior, conforme aponta Santos (2008) estão as redes bancárias, os comércios e as indústrias que atuam voltadas para o comércio externo, pela indústria moderna que atua voltada para o mercado interno, pelas empresas atacadistas, pelas prestadoras de serviços modernos e o setor de transporte. Deste modo, sua atuação está destinada a parcela mais rica e para uma expressiva parcela da classe média. Na ponta inferior, o conjunto é composto pelas atividades menos intensiva em capital e com estrutura organizacional mais primitiva, que vão desde o comércio e serviços à fabricação de bens, cuja atuação é voltada majoritariamente às classes mais pobres.

A dicotomia entre os dois circuitos pode ser ilustrada pelos shoppings centers instalados em grandes cidades, que convivem num mesmo espaço com modestos espaços comerciais. Outra ilustração são as ruas e avenidas que representam grandes zonas comerciais e nelas abrigam num mesmo espaço lojas pequenas e grandes lojas de departamento.

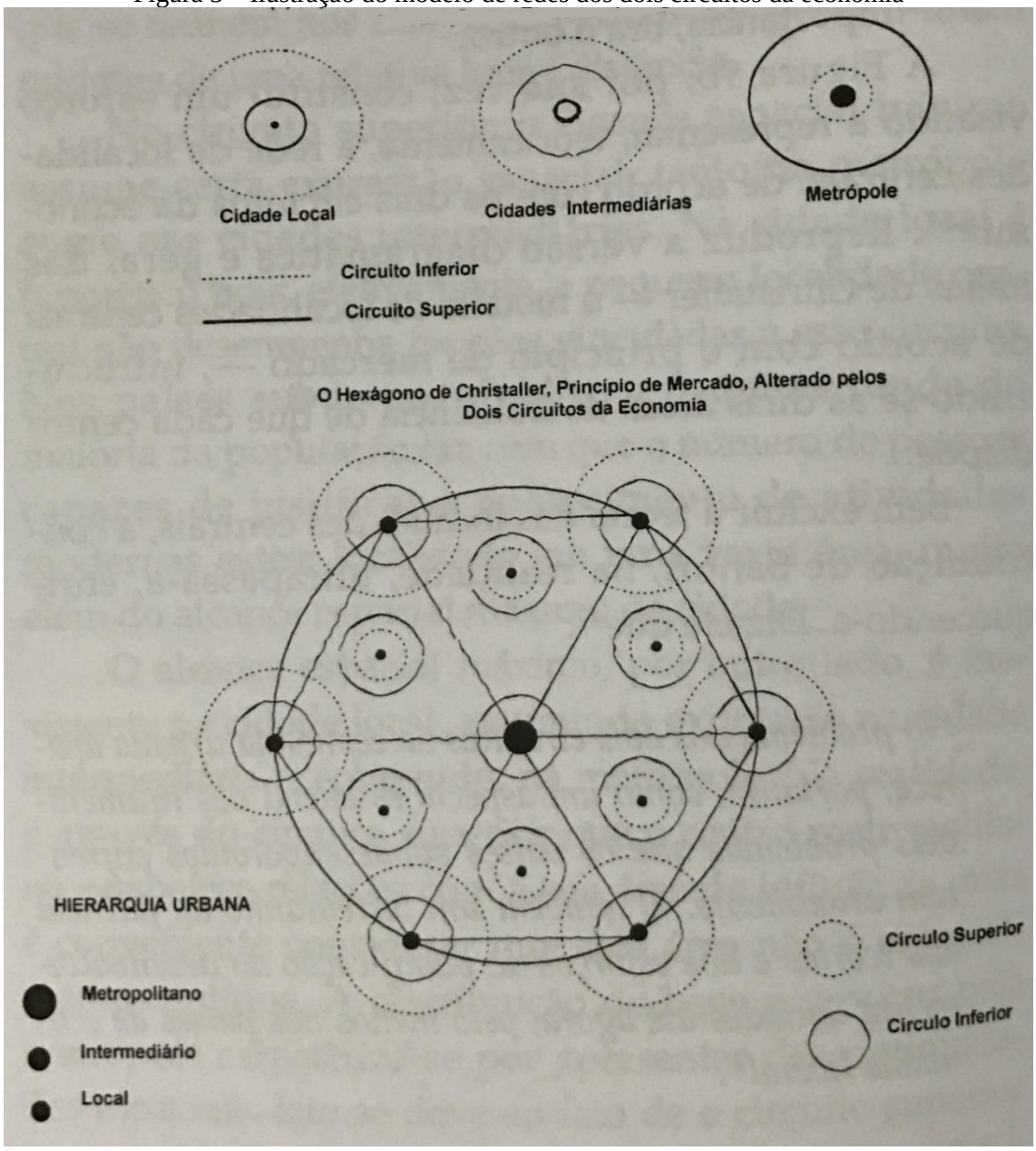
Para Santos (2008), os dois circuitos da economia estruturam as localidades centrais de modo que cada centro possa atuar nos dois circuitos e disponha de uma zona de influência. Há interferência de modo a garantir a estrutura hierárquica e o alcance mínimo e máximo. Sendo assim, existem três níveis hierárquicos: as metrópoles, as cidades intermediárias e a cidade local.

Com relação ao circuito inferior, o alcance mínimo é reduzido nos três níveis. No entanto, o alcance máximo das cidades locais é superior aos centros intermediários, já que a cidade local apoia a sua centralidade basicamente por este aspecto, atraindo moradores de outras cidades através da oferta de bens e serviços mais elementares. No caso das metrópoles, o seu alcance se limita aos moradores do centro metropolitano, não representando, portanto, atrativo a pessoas de outras regiões (SANTOS, 2008).

No que tange o circuito superior, o alcance mínimo passa a ter expressão nos centros intermediários e consequentemente nas metrópoles. Merece destaque o fato de que as cidades locais não desempenham atividades relacionadas ao circuito superior. No alcance máximo a lógica é semelhante. O que se destaca é a grande influência das metrópoles, cuja zona de influência não é limitada por questões espaciais, ou seja, não se limita a espaços contínuos. O fato de estar vinculado a bens e serviços modernos e ser voltado para uma população com

elevado nível de renda, faz com que possa haver essa descontinuidade espacial, tendo em vista que esta população tende se concentrar nas localidades centrais de maior relevância, distribuídas de maneira descontínua ao longo do espaço (SANTOS, 2008). A Figura 3 ilustra o comportamento das redes de cidades existentes em função dos dois circuitos da economia.

Figura 3 – Ilustração do modelo de redes dos dois circuitos da economia



Fonte: Correa (2011, p. 78).

Abordamos até aqui a importância que as pequenas cidades passaram a ter diante das transformações socioespaciais e na estruturação das redes urbanas, em decorrência da hierarquia que é estabelecida entre as cidades em função da oferta de bens e serviços. No aspecto administrativo, as cidades podem ser tratadas de maneira isolada ou de forma conjunta,

na perspectiva regional. As tratativas no âmbito administrativo são os temas das sessões 2.3 e 2.4, que trazem uma abordagem do planejamento em nível municipal e a proposta de regionalização do Estado da Bahia, respectivamente.

2.3 OS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Planejamento está vinculado ao ato de planejar, a organização de uma tarefa com a utilização de métodos apropriados e a determinação de ações para atingir metas estipuladas por uma empresa, órgão do governo, etc. Neste sentido, o planejamento pode adquirir diversos níveis de perspectivas, seja de âmbito municipal, estadual, nacional, regional. Apesar de estarem identificados em escalas diferentes, a lógica e o ferramental são os mesmos, ou seja, a metodologia adotada é equivalente e o conjunto de ações difere apenas em função da escala do objeto do estudo.

A nível municipal, os principais instrumentos do planejamento que se manifestam documentalmente são os planos diretores e/ou planos físicos territoriais. Outras modalidades são os planejamentos de cidades novas, o controle do uso e ocupação do solo e o planejamento setorial.

Para Rolnik (2003, p. 225), “o sentido do Plano Diretor é estabelecer claramente uma diretriz que garanta a cada cidadão a possibilidade de acessar e de mobilizar o seu direito à cidade”. Segundo Villaça (1999, p. 238) o Plano Diretor pode ser definido como sendo:

> Um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

Ele ainda pontua que há quem acredite que o plano diretor se reduziria aos aspectos físicos territoriais. Mesmo que este diagnóstico envolva os aspectos relacionados a realidade urbana, municipal e até mesmo regional, o resultado seria a apresentação de propostas apenas no âmbito dos aspectos físicos-territoriais, por se tratar de uma competência eminentemente municipal (VILLAÇA, 1999).

Por fim, Villaça (1999) indica uma terceira linha de pensamento, com uma ligação com os meios imobiliários, defendendo a ideia de que o plano diretor não possa conter dispositivos autoaplicáveis, contendo apenas, políticas, objetivos e diretrizes gerais.

Rolnik (2003, p. 226) ressalta que "o Plano Diretor deve ser entendido como um plano de desenvolvimento econômico territorial" e que o mesmo "tem uma dimensão socioambiental, considerando que não é possível separar dimensão ambiental da dimensão social". Figueiredo e Leite (2006, p. 283) acresce que os Planos Diretores, possui "um caráter educativo, que pretende estimular o espírito empreendedor na população, na mesma proporção em que procura consolidar ideias de cidadania e justiça social". Já Maricato (1996, p. 22) acredita que "os Planos Diretores – PDs têm se prestado à busca idealizadora da unidade e da totalidade do urbano tão ao gosto do urbanismo moderno".

O planejamento de uma maneira em geral acontece num cenário de conflito de interesses. Em escala municipal, destaca-se os conflitos com os interesses imobiliários, que é representado pela elite brasileira, se colocando como um grande entrave à elaboração de consistentes planos diretores, e por isto, há que pregue que deva conter apenas diretrizes gerais. Isto resulta no fato de que os interesses da maioria da população sejam ignorados, os colocando à margem da lei urbanística (VILLAÇA, 1999).

Gondim (1995, p. 474), pontua que deve ser superada esta fase de pressão social, devendo haver um novo pacto social, através da negociação entre os atores envolvidos.

> Nesse contexto, e dadas as profundas desigualdades socio-econômicas, aliadas ao colapso do Estado desenvolvimentista, a solução para os problemas urbanos — como, de resto, para os problemas globais da Nação brasileira — não pode apoiar-se apenas nos mecanismos convencionais da democracia formal, nem mesmo numa possível repetição do pacto tripartite (Estado, capital e trabalho) que fundou a social-democracia européia. Trata-se de recriar normas reguladoras dos conflitos sociais, capazes de permitir a substituição de estratégias de pressão social por estratégias de negociação.

É preciso que se busque condições sociais favoráveis para que também se traga para a discussão em torno do planejamento da cidade as classes menos favorecidas. O entendimento não é de que a elite social, que se representa neste caso através dos interesses mobiliários, deva ser retirada do processo, mas sim, de que exista um processo de negociação entre ela, e os mais diversos setores da sociedade, de modo que as classes menos favorecidas também possam ter voz diante de um cenário marcado pela exclusão social.

> Então, na verdade, abrir o processo de discussão pública para o conjunto da sociedade é essencial para que se consiga estabelecer no Plano Diretor, neste pacto territorial em torno da cidade, um pacto verdadeiro onde estejam presentes multiplicidades de interesses e não apenas poucos. (ROLNIK, 2003, p. 226).

Há uma dificuldade para que se viabilize este novo pacto social urbano, um dos empecilhos seria "transformar essa relação de antagonismo numa relação de parceria, ainda que limitada, mas ultrapassando as armadilhas da cooptação e do confronto sistemático." (GONDIM, 1999, p. 475).

Maricato (2003, p. 162) ressalta que "a eleição de governo municipais democráticos que testaram políticas sociais participativas, as lutas sociais pela mudança dos marcos legais que regulam o uso e a ocupação do solo lograram apresentar avanços". Acontece que, com a participação popular no planejamento existe uma ampliação nos atores envolvidos neste processo que envolve tanto os aspectos econômicos, quanto sociais e até mesmo no aspecto político em torno da gestão pública.

Para Figueiredo e Leite (2006, p. 270), o estimulo a participação popular é uma maneira de fomentar as empresas locais a investirem no aproveitamento das potencialidades das cidades.

> O processo de envolver a população urbana num contexto de reflexão acerca das potencialidades da cidade tem o objetivo claro de fomentar incubadoras de empresa locais, surgidas por meio do incentivo ao empreendedorismo, posto em prática pelas novas políticas de desenvolvimento urbano. A disseminação do espírito empreendedor contribuiria para o surgimento de empreendedores capacitados para a criação de empresas de base tecnológica, dado que proporciona o surgimento de uma cultura orientada a favorecer a atitude empreendedora, a criatividade, a inovação e a capacidade de assumir riscos.

Rolnik (2003, p. 225) fala desta nova movimentação em torno da participação popular, pontuando a lógica que está por trás do Estatuto da Cidade, obedecendo "a ideia de que a cidade e a propriedade urbana têm uma função social e a base desta função social é o direito de todos à moradia, é o direito à cidade".

Não há uma regra, um modelo preestabelecido pelo Estatuto da Cidade que deva ser aplicado em todas as cidades, dada a diversidade da estrutura dos municípios do Brasil. Por isto, o que fica evidenciado pelo estatuto é que a terra tem que cumpri o seu papel social e para isto, devem ser adotadas as medidas plausíveis para que esta função social seja cumprida, de modo que o direito a cidade seja garantido (ROLNIK, 2003). O Estatuto da Cidade é o ferramental e o Plano Diretor é quem traduz a individualidade de cada cidade.

A existência do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor como instrumental do planejamento das cidades, fortalecem o papel da instância municipal na proposição de políticas de desenvolvimento socioeconômicas.

> A ampliação da autonomia dos municípios e, sobretudo, a maior participação da sociedade no processo de planejamento urbano pode garantir novas perspectivas de crescimento econômico e social, baseadas no desenvolvimento das potencialidades locais para a inserção da cidade no novo modelo de crescimento global, através de iniciativas empreendedoras surgidas entre a população. (FIGUEREDO; LEITE, 2006, p. 269-270).

Contudo, existe um grande conflito da própria essência do plano diretor, que deve estar limitado aos interesses do município que estejam em sua alçada, já que, por se tratar de uma lei municipal, o mesmo não tem nenhuma representatividade para as questões de interesse da cidade que estejam sob as alçadas estadual ou federal. Ao se incluir questões que fogem da alçada municipal, o plano se coloca na condição de apresentar uma infinidade de propostas sem que haja qualquer responsabilização definida e, portanto, não deverá ser cumprido o que se foi estabelecido, perdendo o seu sentido.

Neste sentido, Villaça (1999, p. 245) reforça a importância de que o plano diretor se limite às atribuições que estão vinculadas ao governo municipal, de modo a não perder a sua credibilidade.

> Se é verdade que não se pode compreender a cidade, desvinculada de sua região (do país e mesmo do mundo), e se é também verdade que as ações governamentais sobre determinada cidade devem ser coordenadas, daí não decorre que um plano diretor deva ter propostas de desenvolvimento regional como as de infra-estrutura, emprego, desenvolvimento econômico etc. O plano diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política, vinculada tão somente aos poderes e atribuições de um governo municipal. Seu poder político de "influenciar" outros níveis de governo é pequeno e será nulo se o próprio governo municipal não der credibilidade ao plano.

Avançando a perspectiva do planejamento da cidade, destacados aqui pelo Estatuto das Cidades e os Planos Diretores, buscar-se-á elencar aspectos do planejamento regional, destacando a experiência baiana dos Territórios de Identidade.

Como já explicitado anteriormente, os Planos Diretores, por se tratarem de lei municipal deve reduzir-se às questões de competência apenas dos municípios, mas é certo de que existem problemas que são comuns às cidades que compõe uma determinada região. O papel do Estado para o desenvolvimento do sistema urbano-regional e para a integração das regiões, já que o desenvolvimento se expressa de maneira heterogênea no espaço, também deve ser considerado. Assim, a sessão 2.4 está reservada a proposta de regionalização vigente no Estado da Bahia.

2.4 A PROPOSTA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA

Para Boudeville (1969), o planejamento regional contempla dois aspectos complementares: o primeiro diz que é necessário se obter uma base de informação local, indispensável na utilização dos esquemas explicativos. Em outros termos, trata-se de reunir elementos que permitam diferenciar as regiões de caráter homogêneo das de caráter polarizadas; o segundo diz que é necessário se ter uma perspectiva de futuro, saber quais serão os mecanismos utilizados e as regiões que permitem a realização ótima do objetivo político estabelecido.

A perspectiva de futuro serve como elemento auxiliar para a ação. É preciso projetar o futuro a partir daquilo que se almeja chegar. Com um objetivo estabelecido, busca-se os melhores mecanismos para que se consigo êxito no que foi planejado. Caso não se consiga, o plano deve ser modificado. Impostos e gastos públicos são importantes para o equilíbrio financeiro e possuem amplos efeitos (BOUDEVILLE, 1969).

Os Territórios de Identidade da Bahia surgiram:

> Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. (SEPLAN, 2016).

A Figura 4 ilustra espacialmente como estão distribuídos os vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia.

Figura 4 – Divisão dos Territórios de Identidade da Bahia no ano 2016

Fonte: SEI (2016).

Para a divisão territorial, território está definido como:

> Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2016).

O conceito de território utilizado na proposta de regionalização por Territórios de Identidade na Bahia difere-se do entendimento que se tem no campo da geografia, cujo conceito de território usualmente está vinculado a relação de poder. Para Raffestin (1993, p. 143-144) “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e

informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que homens constroem para si".

Corroborando com o pensamento de Raffestin, Souza (2000, p. 78) descreva que o território:

> É fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações efetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Os critérios adotados pelo Governo do Estado da Bahia na definição dos Territórios de Identidade, podem ser agrupados em quatro segmentos: culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos. O Quadro 1 os aspectos que contemplados em cada segmento.

Quadro 1 – Segmentação dos aspectos considerados para configuração dos Territórios de Identidade na Bahia

SEGMENTO	ASPECTOS CONSIDERADOS
Culturais	Costumes e valores, religiosidade, manifestações folclóricas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local.
Geoambientais	Características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade
Político-institucionais	Capacidade de formação de capital social (capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos coletivos), sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território
Econômicos	Base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, etc.

Fonte: Elaboração própria a partir de Governo do Estado da Bahia (2016).

Obedecendo aos critérios multidimensionais definidos, o agrupamento de municípios pelos 27 Território de Identidade segue descrito pelo Quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos Municípios que compõe cada Território de Identidade

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Irecê	América Dourada -Barra do Mendes -Barro Alto -Cafarnaum -Canarana -Central -Gentio do Ouro -Ibipeba -Ibititá -Ipupiara -Irecê -Itaguaçu da Bahia -João Dourado -Jussara -Lapão -Mulungu do Morro -Presidente Dutra -Uibaí -São Gabriel -Xique-Xique.
Velho Chico	Barra - Bom Jesus da Lapa - Brotas de Macaúbas - Carinhanha - Feira da Mata - Ibotirama - Igaporã - Malhada - Matina - Morpará - Muquém do São Francisco - Oliveira dos Brejinhos - Paratinga - Riacho de Santana - Serra do Ramalho - Sítio do Mato.
Chapada Diamantina	Abaíra - Andaraí - Barra da Estiva - Boninal - Bonito - Ibicoara - Ibitiara - Iramaia - Iraquara - Itaetê - Jussiape - Lençóis - Marcionílio Souza - Morro do Chapéu - Mucugê - Nova Redenção - Novo Horizonte - Palmeiras - Piatã - Rio de Contas - Seabra - Souto Soares - Utinga – Wagner.
Sisal	Araci - Barrocas - Biritinga - Candeal - Cansanção - Conceição do Coité - Ichu - Itiúba - Lamarão - Monte Santo - Nordestina - Queimadas - Quijingue - Retirolândia - Santaluz - São Domingos - Serrinha - Teofilândia - Tucano – Valente.
Litoral Sul	Almadina - Arataca - Aurelino Leal - Barro Preto - Buerarema - Camacan - Canavieiras - Coaraci - Floresta Azul - Ibicaraí - Ilhéus - Itabuna - Itacaré - Itaju do Colônia - Itajuípe - Itapé - Itapitanga - Jussari - Maraú - Mascote - Pau-Brasil - Santa Luzia - São José da Vitória - Ubaitaba - Una – Uruçuca.
Baixo Sul	Aratuípe - Cairu - Camamu - Gandu - Ibirapitanga - Igrapiúna - Ituberá - Jaguaripe - Nilo Peçanha - Piraí do Norte - Presidente Tancredo Neves - Taperoá - Teolândia - Valença - Wenceslau Guimarães.
Extremo Sul	Alcobaça - Caravelas - Ibirapoã - Itamaraju - Itanhém - Jucuruçu - Lajedão - Medeiros Neto - Mucuri - Nova Viçosa - Prado - Teixeira de Freitas – Vereda.
Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba - Firmino Alves - Ibicuí - Iguaí - Itambé - Itapetinga - Itarantim - Itororó - Macarani - Maiquinique - Nova Canaã - Potiraguá - Santa Cruz da Vitória.
Vale do Jiquiriçá	Amargosa - Brejões - Cravolândia - Elísio Medrado - Irajuba - Itaquara - Itiruçu - Jaguaquara - Jiquiriçá - Lafayette Coutinho - Laje - Lajedo do Tabocal - Maracás - Milagres - Mutuípe - Nova Itarana - Planaltino - Santa Inês - São Miguel das Matas – Ubaíra.
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes - Canudos - Casa Nova - Curaçá - Juazeiro - Pilão Arcado - Remanso - Sento Sé - Sobradinho – Uauá.
Bacia do Rio Grande	Angical – Baianopolis – Barreiras – Buritirama – Catolandia - Cotegipe – Cristopolis - Formosa Do Rio Preto - Luís Eduardo Magalhaes – Mansidão - Riachão Das Neves - Santa Rita De Cassia - São Desiderio - Wanderley.
Bacia do Paramirim	Boquira – Botupora –Caturama - Erico Cardoso - Ibipitanga – Macaúbas – Paramirim - Rio Do Pires.

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Sertão Produtivo	Brumado - Caculé - Caetité - Candiba - Contendas do Sincorá - Dom Basílio - Guanambi - Ibiassucê - Ituaçu - Iuiu - Lagoa Real - Livramento de Nossa Senhora - Malhada de Pedras - Palmas de Monte Alto - Pindaí - Rio do Antônio - Sebastião Laranjeiras - Tanhaçu - Tanque Novo – Urandi.
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim - Iaçu - Ibiquera - Itaberaba - Itatim - Lajedinho - Macajuba - Mundo Novo - Piritiba - Rafael Jambeiro - Ruy Barbosa - Santa Terezinha – Tapiramutá.
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande - Capela do Alto Alegre - Capim Grosso - Gavião - Ipirá - Mairi - Nova Fátima - Pé de Serra - Pintadas - Quixabeira - Riachão do Jacuípe - São José do Jacuípe - Serra Preta - Várzea da Roça - Várzea do Poço.
Piemonte da Diamantina	Caém - Jacobina - Miguel Calmon - Mirangaba - Ourolândia - Saúde - Serrolândia - Umburanas - Várzea Nova.
Semiárido Nordeste II	Adustina - Antas - Banzaê - Cícero Dantas - Cipó - Coronel João Sá - Euclides da Cunha - Fátima - Heliópolis - Jeremoabo - Nova Soure - Novo Triunfo - Paripiranga - Pedro Alexandre - Ribeira do Amparo - Ribeira do Pombal - Santa Brígida - Sítio do Quinto.
Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba - Alagoinhas - Aporá - Araçás - Aramari - Cardeal da Silva - Catu - Conde - Crisópolis - Entre Rios - Esplanada - Inhambupe - Itanagra - Itapicuru - Jandaíra - Olindina - Ouriçangas - Pedrão - Rio Real - Sátiro Dias.
Portal do Sertão	Água Fria - Amélia Rodrigues - Anguera - Antônio Cardoso - Conceição da Feira - Conceição do Jacuípe - Coração de Maria - Feira de Santana - Ipecaetá - Irará - Santa Bárbara - Santanópolis - Santo Estêvão - São Gonçalo dos Campos - Tanquinho - Teodoro Sampaio - Terra Nova.
Sudoeste Baiano	Anagé - Aracatu - Barra do Choça - Belo Campo - Bom Jesus da Serra - Caetanos - Cândido Sales - Caraíbas - Condeúba - Cordeiros - Encruzilhada - Guajeru - Jacaraci - Licínio de Almeida - Maetinga - Mirante - Mortugaba - Piripá - Planalto - Poções - Presidente Jânio Quadros - Ribeirão do Largo - Tremedal - Vitória da Conquista.
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu - Cachoeira - Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa - Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro - Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara – Varzedo.
Médio Rio de Contas	Aiquara - Apuarema - Barra do Rocha - Boa Nova - Dário Meira - Gongogi - Ibirataia - Ipiaú - Itagi - Itagibá - Itamari - Jequié - Jitaúna - Manoel Vitorino - Nova Ibiá – Ubatã.
Bacia do Rio Corrente	Brejolandia – Canapolis – Cocos – Coribe – Correntina – Jaborandi - Santa Maria Da Vitoria – Santana - Sao Felix Do Coribe – Serra Dourada - Tabocas Do Brejo Velho.
Itaparica	Abaré - Chorrochó - Glória - Macururé - Paulo Afonso – Rodelas.

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha - Antônio Gonçalves - Caldeirão Grande - Campo Formoso - Filadélfia - Jaguarari - Pindobaçu - Ponto Novo - Senhor do Bonfim.
Metropolitano de Salvador	Camaçari - Candeias - Dias D'Ávila - Itaparica - Lauro de Freitas - Madre de Deus - Mata de São João - Pojuca - Salvador - São Francisco do Conde - São Sebastião do Passé - Simões Filho - Vera Cruz.
Costa do Descobrimento	Belmonte - Eunápolis - Guaratinga - Itabela - Itagimirim - Itapebi - Porto Seguro - Santa Cruz Cabrália.

Fonte: SEPLAN (2016).

O Governo do Estado da Bahia (2016) considera que a adoção dos Territórios de Identidade representou um avanço para o planejamento público no estado em dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de toda diversidade cultural, ambiental, econômica e social serem consideradas e o segundo aspecto está relacionado a participação popular, num novo paradigma para formulação de políticas públicas, quando o planejamento é feito de forma conjunta com a sociedade.

A Política de Desenvolvimento Territorial no Estado da Bahia tem como princípios a dignidade humana, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade, a justiça social e ambiental, a função socioambiental da propriedade, a participação social e a cooperação visando garantir o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, conforme indica a Lei 13.214 de 29 de Dezembro de 2014. A referida lei também estabelece as seguintes diretrizes para a elaboração e implantação da Política de Desenvolvimento Territorial:

> I – Estabelecer estratégias de desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
>
> II – Fomentar a coesão social e reduzir desigualdades territoriais;
>
> III – Valorizar o potencial de desenvolvimento dos Territórios de Identidade;
>
> IV – Respeitar a diversidade cultural e territorial;
>
> V – Promover o uso sustentável de recursos naturais;
>
> VI – Promover a inserção competitiva dos territórios baianos;
>
> VII – Estimular o desenvolvimento da democracia participativa;
>
> VIII – Promover a ação integrada dos entes federados. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

São sete os principais instrumentos da Política de Desenvolvimento Territorial adotada na Bahia: o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (CODETER0, o Plano Plurianual Participativo (PPA) e o Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPPA), os

Diálogos Territoriais, o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), o Zoneamento Ecológico-Econômico e os Consórcios Públicos (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

O CODETER trata-se de um fórum de discussão e participação social com representação em todos os Territórios de Identidade, identificado como um espaço aberto para o planejamento, cogestão e concentração de políticas públicas, programas e projetos. Os colegiados de cada um dos Territórios de Identidade são compostos por das instituições públicas nas três esferas e da sociedade organizada, de forma igualitária (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Com o objetivo de assegurar um maior diálogo entre a sociedade e o Estado na construção de políticas públicas de forma transparente surgiu o PPA. A elaboração do PPA se dá através de reuniões preparatórias e de plenárias realizadas em diversos municípios para que se alcance a representatividade de todos os Territórios de Identidade. A execução do plano é acompanhada pelo CAPPA, que é formado por representantes dos Territórios de Identidade eleitos durante as plenárias. Cabe ao CAPPA também a mediação do diálogo entre o governo e a sociedade (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Foi adotada uma medida de fortalecimento dos membros da CAPPA, visando uma maior integração com os colegiados territoriais. A CAPPA em parceria com o Coordenação Estadual dos Territórios – CET passaram a promover os Diálogos Territoriais, que também serve como uma prestação de contas das ações adotadas pelo Governo do Estado nos Territórios de Identidade (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

As estratégias e intervenções nos Territórios de Identidade são orientadas pelo PTDS, cujo papel é o de facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos a fim de que se alcance o desenvolvimento sustentável. Mais uma vez se identifica o processo de participação popular, instrumentalizando as demandas e proposições a ser feita junto aos órgãos públicos em todas as esferas (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

O CEDETER é um órgão que assessora na elaboração de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável. Ao CEDETER foram incorporados instrumentos de controle e participação social, sendo composto por representantes de Secretarias de Estado, membros dos Colegiados Territoriais e do Governo Federal (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Áreas adequadas à implantação de arranjos sócio produtivos específicos, os locais que devem ser protegidos em função da maior vulnerabilidade ambiental e as regiões degradadas ou em estado de degradação que necessitam de recuperação devem ser descritas em lei, através do ZEE (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Como uma modalidade de associação entre entes federativos, existem os Consórcios Públicos, que visam o planejamento, à regulação e a execução de atividades de um modo geral ou de serviços públicos que possuam interesse comum. Os Consórcios Públicos são autarquias de administração indireta dos entes que estão associados (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Os Consórcios Públicos Baianos devem obedecer a três premissas básicas: a multiplafinalidade, devido a ampla atuação que podem ter; os Territórios de Identidade servem como referência espacial; e, o controle social, com a existência de um colegiado instituído no contrato do consórcio público, formado exclusivamente por representantes da sociedade civil organizada, que pode opinar e deve monitorar as ações que estão sendo desenvolvidas (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2016).

Como este trabalho propõe-se a entender as questões que afetam uma região específica do estado, as discussões não passem necessariamente pela divisão dos Territórios de Identidade pelo Governo do Estado da Bahia. O fato da região ser fruto de uma construção teórica pode resultar em estruturas diferentes, até mesmo por poderem delimitar regiões em diferentes níveis.

É de extrema relevância ressaltar que, em essência, toda discussão aqui proposta partirá do conceito de região de Kayser, já apresentado na sessão 2.1 deste capítulo e não dos aspectos considerados pelo governo estadual em sua proposta de regionalização, tendo em vista que os mesmos divergem conceitualmente. A composição regional defendida nesta pesquisa busca a consonância com a abordagem teórica e sendo assim, como a proposição de regionalização do Governo da Bahia não corrobora as considerações teóricas que versam sobre região, a mesma será desconsiderada.

As considerações realizadas sobre as perspectivas de planejamento evidenciam que a participação popular no processo de desenvolvimento de uma região é de grande relevância. O envolvimento da comunidade é característico dos modelos de desenvolvimento na ótica “de baixo para cima” que serão apresentados a seguir, no capítulo 3, juntamente com as demais vertentes das teorias de desenvolvimento regional.

3 NOTAS SOBRE AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O tema desenvolvimento regional vem sendo debatido há anos pela literatura econômica e de maneira geral representam o arcabouço teórico que orientam os trabalhos de planejamento propostos pelo Estado. As teorias representam “modelos” do caminho a ser percorrido para que se alcance o desenvolvimento econômico.

Este capítulo, portanto, faz uma breve leitura sobre as teorias de desenvolvimento regional como forma de compreender os “modelos” apresentados pelos diversos autores para que se alcance o desejado progresso econômico. Importante ressaltar o constructo teórico sobre o desenvolvimento regional limita-se às questões econômicas, abdicando dos aspectos sociais e ambientais.

Os modelos teóricos desenvolvidos podem ser divididos em dois grandes grupos: as teorias na ótica “de cima para baixo” e as teorias na ótica “de baixo para cima”. O antagonismo das denominações sugeridas a estes dois grupos se relaciona com a visão das condicionantes para que se conquiste o almejado desenvolvimento.

Pela ótica “de cima para baixo”, o desenvolvimento acontece fruto de uma “imposição” estatal e é marcado pelo forte investimento público na criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento. A perspectiva da ótica “de baixo para cima” é de que o desenvolvimento só pode ser alcançado e se perpetuar se houver a participação e envolvimento dos atores locais, ou seja, os atores locais devem necessariamente ser protagonista do processo. Há ainda, a defesa de que o desenvolvimento regional se dá em função da existência de uma base de exportação.

A transição entre os períodos que marcam esta mudança na concepção da lógica desenvolvimentista está atrelada ao declínio do Estado de Bem-estar Social. Modifica-se o papel assumido pelo Estado, mas o mesmo não deixa de ser elemento importante no processo, na criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento.

O estudo a respeito do desenvolvimento regional está condicionado pela ideia de que o desenvolvimento se manifesta de forma diferente entre as regiões, havendo, portanto, um desequilíbrio regional no crescimento. O crescimento “manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia.” (PERROUX, 1977, p. 146).

As diferentes proposições teóricas a respeito do desenvolvimento regional serão debatidas de maneira sintética neste capítulo, com sessões específicas para cada uma das proposições a serem abordadas. Ao final, na sessão 3.10, serão feitas breves considerações a respeito do pensamento desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tendo como um dos expoentes Celso Furtado e por Rômulo Almeida, pela relevância que possuem para o planejamento regional no Brasil e na Bahia, especialmente.

3.1 OS POLOS DE CRESCIMENTO

Como já mencionado, Perroux (1977) não acreditava que o crescimento aparecia de maneira simultânea em toda parte. Este entendimento se colocava com uma crítica aos entendimentos de Schumpeter e Cassel, pois pela formulação de ambos, o produto, os serviços e a moeda possuíam comportamento semelhante ao da população, da produção e do capital. O entendimento divergia, pois, para Perroux, o equilíbrio estático e o circuito estacionário considerados por Schumpeter e Cassel, não levavam em conta as mutações estruturais e as flutuações que ocorrem nos processos de crescimento observados ao longo da história.

Paelinck (1977, p. 160) orienta que "os estudos sobre o crescimento devem-se apoiar estritamente na análise das vinculações técnicas e de sua provável evolução. O estudo sistemático dessas relações permite iniciar e reforçar o funcionamento multiplicador interindustrial". Esta ponderação tem como premissas a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma região é medido através do grau de industrialização e as vinculações existentes entre estas indústrias.

A ideia de polo é consequência do entendimento de que o espaço econômico é um campo de forças, ou seja, que o espaço econômico é um vetor de forças econômicas (LASSUÉN, 1976). "Um polo de crescimento seria toda a implantação de empresas importantes, de preferência industriais, que exercem efeitos benéficos sobre o meio geográfico em que se introduzem." (PAELINCK, 1977, p. 162). E não um entendimento de que se trata de uma ação espontânea que se encontra geograficamente concentrada.

Como resultado das interpretações das definições atribuídas ao polo de crescimento, Paelinck (1977) apresenta a seguinte definição funcional:

> Constitui um polo de crescimento uma indústria que, pelos fluxos de produtos e de rendas, que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de indústrias tecnicamente ligadas a ela (polarização técnica), determina a prosperidade do setor

> terciário, por meios das rendas que gera (polarização das rendas), e produz uma aumento da renda regional, graças à concentração de novas atividades numa zona determinada, mediante a perspectiva de poder dispor de certos fatores de produção existentes nessa zona (polarização psicológica e geográfica). (PAELINCK, 1977, p. 163).

Lassuén (1976) aponta que a construção teórica de Perroux está em consonância com o pensamento Schumpeter no que diz respeito fato de que o desenvolvimento se dá pelos efeitos diretos e indiretos do processo de inovação.

A descrição da teoria proposta por Perroux (1977) é realizada a partir de três conceitos fundamentais: indústria motriz, indústria movida e indústria chave. Perroux (1977, p. 147-148) chama a atenção para o papel desempenhado pelas indústrias motrizes, que são indústrias que "apresentam durante períodos determinados, taxas de crescimento de seu próprio produto mais elevadas que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional".

Com uma característica de ser inovadora, as indústrias motrizes geralmente se expressam através de unidades industriais de grande dimensão, o que, de certo modo, favorece a geração de impactos positivos no interior do complexo de indústrias (SOUZA, 2009).

Paelinck (1977, p. 167) relata que uma indústria motriz pode exercer sua influência sobre a região de duas maneiras.

> Através de uma ação sobre os fluxos, tanto os existentes como os futuros, ou seja, neste último caso, sobre as previsões com base nas quais a empresa dominante vai trabalhar. Por outro lado, sua influência se fará sentir pelas consequências das inovações técnicas da empresa dominante sobre as rendas reais disponíveis na região, sobre as técnicas de fabricação e sobre os custos intermediários das outras empresas que utilizam os produtos da empresa principal.

A indústria motriz poderia se manifestar sem gerar prejuízo a nenhum setor pela utilização de fatores ociosos; representando ganhos líquidos superiores através da "substituição" de capitais menos produtivos por forças qualitativamente superiores; e, através do aumento da produção global, havendo perda em alguns setores em detrimento ao crescimento de outros setores (PERROUX, 1977).

Os impactos na economia global pelas indústrias motrizes podem ser expressos de duas maneiras: forma direta, a partir do avanço de sua representatividade no produto ou indiretamente, por conta da indução que a mesma provoca e faz com que haja um suplemento no produto. A indução acontece quando novas indústrias surgem em função da indústria motriz

e do encadeamento no processo de indução que pode ser provocado por estas novas indústrias. As indústrias que surgem a partir do processo de indução, são consideradas indústrias movidas (PERROUX, 1977).

É o surgimento de uma ou de um complexo de indústrias que cria um ambiente favorável para o crescimento e ao progresso. A desestabilização dos agentes, como elemento preponderante nesta mudança de ambiente, é o processo de inovação. Este processo de inovação, ao ser bem-sucedido, pode representar um estímulo tanto para quem provocou, quanto para os demais agentes (PERROUX, 1977).

O "complexo de indústrias" conceituado por Perroux (1977) não está ligado apenas ao fato de existirem várias indústrias em comunicação. Ele introduz três novos elementos na análise: a indústria chave, o regime não concorrencial do complexo e o fato da aglomeração territorial.

Além das considerações em relação a indústria motriz, a indústria chave é "aquela que induz na totalidade de um conjunto, por exemplo, de uma economia nacional, um acréscimo global de vendas muito maior que o de suas próprias vendas." (PERROUX, 1977, p. 152). As indústrias chaves representam pontos privilegiados de aplicação de força ou do dinamismo do crescimento. O regime não concorrencial no interior do complexo, acontece em função da existência de um líder, no qual um grupo de indústrias giram em torno. Esta condição permite que a firma dominante possa elevar a sua produtividade e acumular capital com muito mais intensidade do que conseguiria obter num ambiente que existe concorrência (PERROUX, 1977).

Quando um complexo industrial se instala em um determinado ponto geográfico, há uma intensificação econômica daquela região em função da proximidade e dos contatos humanos que existem motivados pelo complexo. Como fruto da relação entre o complexo industrial e a zona urbana além de permitir ao consumidor uma diversificação de bens, emergem também as necessidades de infraestrutura do qual se encadeiam acréscimos na renda da terra, que devem ser somados ao lucro das empresas (PERROUX, 1977).

Coraggio (1972) afirma que a teoria dos polos de crescimento pode ser entendida basicamente por quatro aspectos: uma nova atividade motriz é inserida em um subsistema regional, com altas taxas de crescimento e com tamanho suficiente para desestabilizar o sistema, apresentando uma série de efeitos positivos e negativos; na medida que os efeitos se concentram no

subsistema regional se diz que a atividade motriz constitui-se em um polo para região, que pode ser de crescimento ou desenvolvimento, a depender do nível e qualidade que os efeitos provocados terão sobre as estruturas já existentes; se os efeitos positivos estiverem sujeitos a um processo de filtragem sobre o resto do sistema e os efeitos negativos tiverem uma maior concentração no subsistema, diz-se que a atividade representa um entrave para a região; a partir da classificação dos efeitos e seus filtros correspondentes, há uma explicação para as condicionantes para uma atividade motriz se constituir um polo ou um entrave, de modo que possa se identificar os obstáculos ao desenvolvimento.

Há, no entanto, uma ideia de que os resultados dos efeitos positivos da instalação de uma nova atividade motriz sempre superam os efeitos negativos, o que caracterizaria a existência dos polos de crescimento. Coraggio (1972) apresenta sete requisitos para que isto aconteça:

1. A atividade motriz deve conseguir transformar os insumos da região, oferecendo um tamanho de mercado suficiente para que sejam atraídas para região atividades produtoras destes insumos (encadeamento para trás);
2. A atividade deve ter uma tecnologia relativamente intensiva em mão de obra, para que contribua na transformação da qualidade do trabalho na região (efeito do trabalho);
3. A população ocupada diretamente pela nova atividade em conjunto com a população já ocupada em outras atividades deve elevar a demanda de modo que se supere os limites econômicos do fornecimento de bens e serviços básico (efeito de demanda);
4. Os efeitos provocados devem recair sobre os empresários “modernos” locais, para que possa haver a reversão para outras atividades regionais que estejam ligadas ou não com a atividade principal, criando um efeito de expansão em um maior número de setores (efeito reversão);
5. Para que exista a possibilidade dos benefícios serem apropriados efetivamente pelos empresários locais, é necessário que o mecanismo de comercialização e de financiamento sejam manipulados pelo mesmo grupo de empresários locais, para que tenham uma estrutura competitiva e impeça a transferência de recursos para outras regiões;
6. Os novos grupos sociais que participarão de forma direta destas novas atividades devem estar integrados a estrutura social da região, como forma de se facilitar o fenômeno da difusão;

7. As ações dos agentes das novas atividades e do setor público devem se concentrar num programa coerente, que reflita o interesse das elites e que considere os excessivos custos sociais.

Em síntese, a teoria proposta por Perroux (1977) trata em sua essência de que o crescimento se dá de maneira desequilibrada no território, se manifestando de maneira localizada e aponta a interdependência técnica entre as empresas para a transmissão do conhecimento. O fato de existir um polo industrial geograficamente aglomerado, apresenta modificações na estrutura não só a nível regional, mas também na economia nacional inteira.

Ressalta-se que a polarização é um fenômeno complexo e há a possibilidade de que possam surgir polos em outras escalas, conforme indicou Paelinck (1977). Estes outros polos que podem surgir a partir do polo principal são denominados como polos derivados e polos laterais, numa espécie de sequência hierárquica. Em essência, são segmentos que surgem em decorrência do setor responsável pelo polo principal, cujos serviços prestados pelas empresas dos polos secundários estão vinculados.

3.2 O PROCESSO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR E CUMULATIVO

Myrdal aborda as interrelações consideradas como causais e circulares dos fatores que provocam o desenvolvimento. São os efeitos do processo de causação circular e cumulativo que explicariam a maneira desigual com que o desenvolvimento se apresenta entre as regiões internas de um país e até mesmo a diferenças entre os países, de modo que estas forças agem no sentido de manter esta desigualdade. Estas forças tendem a agir e reagir de maneira interdependente.

Com embasamento também feito em função do processo de industrialização, Myrdal (1960) cita o exemplo da desativação de uma unidade fabril, que representará a perca do emprego por parte dos trabalhadores desta fábrica e consequentemente redução do nível de renda e, por conseguinte, da demanda que originária destes trabalhadores. A piora no nível de renda e a queda da demanda apresentará reflexos negativos em outros segmentos. Seguindo a lógica apresentada no fluxo, os segmentos que forem afetados no segundo momento também tendem a demitir, o que representaria a criação de um processo de causação circular e cumulativo de forma viciosa. Este processo só poderá ser interrompido através de interferências exógenas a

fim de que acabe este ciclo negativo ou até mesmo para que se conquista uma tendência de crescimento.

Estímulos positivos também podem gerar este processo cumulativo dentro de uma economia e por isto, Myrdal (1960) reforça a importância do Estado em criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, como forma de atrair novas indústrias a se implantar em uma dada região, impulsionando o seu desenvolvimento de forma cumulativa.

Analogamente ao que acontece quando o estímulo inicial é negativo, ao se implantar uma nova indústria em uma determinada região, há a abertura de novos postos de trabalho. Os novos postos de trabalho podem representar tanto emprego para aqueles que estavam desempregados, quanto uma melhoria salarial para aqueles já empregados, mas o fato é que haverá aumento da renda e como consequência da demanda. O aumento da demanda representa estímulos para que haja novos investimentos na cadeia produtiva, com abertura de novos postos de trabalhos através da ampliação de investimentos já existentes ou a partir do surgimento de novos investimentos, provocando um novo ciclo como o descrito anteriormente (MYRDAL, 1960).

Denomina-se como “efeito propulsor” os choques positivos e “efeito regressivo” os choques negativos. São os choques inicias que apontam a tendência circular e cumulativa. Como estes choques iniciais provocam novos choques de mesmo sentido, a velocidade com que os mesmos ocorram tende a ser maior. Desta forma, regiões pobres tendem a aumentar ainda mais a sua pobreza e as regiões ricas tenderiam a ficar ainda mais rica, crescendo a desigualdade entre estas regiões.

> Um processo acumulativo do mesmo caráter geral, descendente ou ascendente, será também provocado por uma transformação nos termos de intercâmbio de uma comunidade ou de uma região, quando a mudança é grande e suficientemente persistente, ou por qualquer outra que resulte em acréscimo ou decréscimo substancial nas quantidades econômicas interralacionadas: demanda, poder aquisitivo e de rendas, investimento e produção. (MYRDAL, 1960, p. 42-43).

Para que se interrompa o ciclo em um determinado sentido, as forças exógenas têm que ter intensidade igual a força que está atuando em sentido contrário. Ou seja, é o nível de desenvolvimento que serve como parâmetro para saber a intensidade dos “efeitos propulsores” ou dos “efeitos regressivos”, para que se estimule o crescimento ou a redução do patamar de desenvolvimento de uma região, respectivamente.

A lógica apresentada por Myrdal (1960) é de que as forças de mercado tendem a atuar para aumentar a desigualdade entre as regiões. A desigualdade regional é fruto do processo histórico,

onde regiões são privilegiadas em detrimento de outras, tendo em vista que o progresso não consegue se apresentar de maneira homogênea ao longo do território. Daí a importância de que haja uma política intervencionista por parte do Estado, garantindo o controle sobre os mais diversos setores econômicos, a fim de evitar que a atividade produtiva se concentre em determinadas regiões, em detrimento a outras que permanecem estagnadas ou em declínio.

> Em linhas gerais, o atual poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento, e não em vários outros lugares, onde podia do mesmo modo ter começado com igual ou maior êxito. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou norma. (MYRDAL, 1960, p. 43).

Não se aceita como pressuposto nesta teoria o fato de que possam existir procedimentos internos consistentes o suficiente para estabilizar a economia quando a mesma está submetida a choques externos. Mas sim, a ideia de que os choques externos são capazes de levar a economia para a direção inicial, com ainda mais força por conta do processo de causação circular e cumulativo. A estabilidade pode ser alcançada por ações tanto no âmbito econômico quanto político, mesmo que não impeçam a ocorrência dos movimentos circulares. É necessário compreender que a economia se trata de um ambiente sistêmico e interligado e por isto, está sujeita choques externos constantemente.

Myrdal (1960) sustenta seu pensamento com base num mercado que atua de forma imperfeita e desigual. O Estado é quem pode atuar no sentido de conter essas forças de mercado, criando ambiente favorável ao progresso, para que se acentue as desigualdades regionais. Para ele, o patamar de desenvolvimento das regiões se difere pelo nível de industrialização.

3.3 OS EFEITOS PARA FRENTE E PARA TRÁS

Norteado pela mesma visão de que o desenvolvimento é desigual entre as regiões, Hirschman (1961) entendia que o subdesenvolvimento de alguns países não era reflexo de sua falta de capacidade empreendedora, mas sim em virtude das perspectivas de curto prazo que se tinha para economia. Com um nível de qualificação profissional baixo e pouca experiência, os empregos eram direcionados para atividades fora do setor industrial.

De um modo geral, acreditava-se que a capacidade empreendedora e de investimento estava espalhada pelo mundo, mas a sua manifestação só ocorre em locais com ambientes propícios para recebê-los. Hirschman (1961, p. 17-18) pontuava que “ esses recursos não são escassos ou

tão difíceis de obter, dado que, o desenvolvimento econômico primeiro se manifeste". Reforçando a ideia de que o subdesenvolvimento não era fruto da ausência ou escassez dos fatores de produção, mas sim da inexistência de um ambiente favorável ao progresso.

A visão de Hirschman também é intervencionista, pelo fato de que países menos desenvolvidos estavam condicionados a passar por menos processos espontâneos que levassem ao progresso. Ele entendia que se houvesse pressão ou incentivo o capital que é escasso conseguiria ser mobilizado (CAVALCANTE, 2007).

> Nossa concepção leva-nos a procurar pressões e processos de incentivo, que farão eclodir e mobilizar a maior soma possível destes recursos. Considerá-los irremediavelmente escassos e planejar a distribuição destes recursos nesta base pode ter sentido de estrangular o desenvolvimento. (HIRSCHMAN, 1961, p. 21).

Com uma visão próxima a ideia de causação circular e cumulativa de Myrdal, Hirschman (1961, p. 19) defende que "uma vez que o desenvolvimento se inicie, o círculo, provavelmente, se tornará numa espiral ascendente, desde que todos os pré-requisitos e condições de desenvolvimento passem a existir".

O caráter cumulativo do desenvolvimento é descrito a partir dos efeitos que podem ser provocados conjuntamente por duas ou mais indústrias, de maior intensidade do que se uma indústria se instalasse isoladamente.

> Quando a indústria A se estabelece primeiro, os seus satélites logo surgem; quando, porém, a indústria B é subsequentemente instalada, pode isto contribuir para a criação não só de seus próprios satélites, como também de algumas firmas, que nem A e B, isoladamente, poderiam ter provocado. E, com a entrada em cena de C, seguir-se-ão outras empresas, que requerem os estímulos conjugados, não só de B e C, e sim de A, B, e C. Esse processo pode-se estender no sentido de explicar a aceleração do crescimento industrial, que é tão relevante nas primeiras etapas do desenvolvimento de um país. (HIRSCHMAN, 1961, p. 161).

Quem condiciona o processo de desenvolvimento é a mobilização dos recursos e não o fato de se encontrar condições ótimas de determinados fatores de produção. Os recursos a serem mobilizados podem estar ocultos, dispersos ou mal-empregados ou estimulado por um agente coordenador (HIRSCHMAN, 1961).

Países subdesenvolvidos possuem economias fracas devido ao baixo nível de investimento. Assim, o principal entrave ao desenvolvimento está na dificuldade que se têm para conseguir entrosar as economias existentes e as oportunidades que estavam disponíveis. O investimento requer prática (HIRSCHMAN, 1961).

> Está claro que a nossa habilidade para investimento está intimamente ligada ao que, algumas vezes, foi denominado capacidade de absorção. Chegou-se, de fato, à conclusão que a capacidade que tem um país de absorver capital pode ser mais reduzida do que os fundos de investimentos para tal fim disponíveis, em virtude de deficiências de aptidões e outros obstáculos. (HIRSCHMAN, 1961, p. 65-66).

Só haverá atração de novos investimentos industriais se as condições forem favoráveis tanto para a produção quanto para a venda dos bens produzidos. A instalação de uma nova indústria é resultado de uma demanda já existente.

> É de máxima importância o fato de determinado produto ser fabricado internamente resultar, provavelmente, em esforços da parte dos produtores para propagar-lhes usos adicionais e na participação financeira dos mesmos em tais empreendimentos. A disponibilidade interna de um produto dá, assim, vida a forças ativas que procuram ser utilizadas como input em novas atividades econômicas, que supram as necessidades acarretadas recentes. (HIRSCHMAN, 1961, p. 155).

Hirschman utiliza os conceitos de ligações para frente (*forward linkages*) e ligações para trás (*backward linkages*). As ligações para trás expressam externalidades como fruto da instalação de uma indústria naquela região e as ligações para frente representam as externalidades que a instalação da indústria naquela região pode representar aos segmentos nos quais está vinculada. Estes efeitos que são provocados tanto para trás quanto para frente é que permite uma articulação entre as diversas atividades que integram a cadeia produtiva de uma determinada economia.

> Os encadeamentos poderiam também ser medidos a partir das matrizes de relações interindustriais, nas quais os setores possuidores de maior intensidade nos seus vínculos com os demais deveriam ser priorizados nos processos de desenvolvimento de um país ou de uma região, principalmente em função de sua capacidade de impulsionar mais eficientemente a taxa de crescimento dessas economias. (SORGI, 2009, p. 33).

Fruto dos efeitos para trás, Hirschman (1961, p. 157) conceitua a capacidade econômica mínima, como sendo “a capacidade que tem a firma do país, tanto para garantir lucros normais, quanto para concorrer com fornecedores estrangeiros, já existentes, levando-se em conta as vantagens e desvantagens locais, bem como, talvez, certa proteção à indústria incipiente”.

Os resultados dos efeitos para frente podem ser compreendidos a partir do conceito de indústria satélite, que tem as seguintes características: beneficiasse de vantagem locacional em função da proximidade com a indústria principal, um produto ou subproduto da indústria principal é utilizado como *input* fundamental em sua cadeia produtiva e sua capacidade econômica mínima é menor do que a da indústria principal (HIRSCHMAN, 1961).

> Essas duas avaliações da extensão em que uma indústria qualquer se entrelaça com outras no âmbito da economia nacional podem ser tomadas como representativas dos efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos da ligação de uma indústria com outras na economia nacional somente na base de uma experiência mental. Teríamos que imaginar, em relação a cada indústria das redondezas, que o desenvolvimento do país houvesse começado por ela, de modo que se tenha a ilusão de terem as suas compras e vendas as outras indústrias nacionais se desenvolvido em consequência de sua criação. (HIRSCHMAN, 1961, p. 162).

Se analisa os efeitos provocados para frente a partir da relação de interdependência entre as indústrias, em função da proporção da produção que uma encaminha para as outras, ao invés de ir para o consumo final, ou seja, a quantidade que é produzida como bem intermediário para as demais indústrias. Já para compreensão dos efeitos para trás se analisa a proporção da produção que é adquirida de outras indústrias ou segmentos (HIRSCHMAN, 1961).

3.4 A DECOLAGEM PARA O CRESCIMENTO

Rostow (2010) aponta a existência de três fases durante o processo de crescimento econômico: no primeiro período são criadas as precondições para a decolagem; o segundo seria a decolagem propriamente dita; e, no terceiro período como um momento em que o crescimento acontece de forma natural, automática.

Por definição, decolagem é:

> Como o intervalo durante o qual a taxa de investimento cresce de tal modo que aumenta o produto real per capita, proporcionando esse aumento inicial transformações radicais nas técnicas de produção e na disposição dos fluxos de renda que perpetuam a nova escala de investimento e, assim, perpetuam também a tendência crescente do produto per capita. (ROSTOW, 2010, p. 181).

A decolagem exige transformações políticas, sociais e institucionais e que a sociedade esteja preparada e que seja ativa diante das novas possibilidades de investimento produtivo. Estes são fatores preponderantes para que haja um aumento inicial da escala de investimentos, resultando na aceitação e absorção das inovações como algo normal (ROSTOW, 2010).

Dois tipos diferentes de sociedades estão propensos a ocorrência do processo de decolagem: mais comumente a decolagem ocorre em sociedades que enfrentaram as transformações sociais necessárias para que se crie um ambiente propício para o crescimento e sociedades que retardam o processo de decolagem devido aos padrões elevados de bem-estar obtidos através da exploração da terra e dos demais recursos naturais existentes (ROSTOW, 2010).

A diferença básica é de que enquanto a primeira enfrenta uma série de restrições nas condições de vida em função da realidade econômica local, na segunda estas restrições não existem,

apresentando elevados padrões de vida. Assim, enquanto na primeira existem motivações tanto econômicas, quanto não econômicas, a exemplo da ascensão social, na segunda a exploração dos recursos naturais possui vantagem comparativa (ROSTOW, 2010).

Se no primeiro modelo de sociedade apresentado existem motivações econômicas e sociais para conquistar o crescimento, a decolagem no segundo modelo de sociedade depende de uma forte motivação particular, do surgimento de inovações tecnológicas, da existência de um ambiente externo favorável, do aumento nos preços dos produtos de exportação ou importação de capital ou pela necessidade de transformações internas para se enfrentar condições adversas do ambiente externo (ROSTOW, 2010).

> O essencial aqui, contudo, não é a forma do estímulo, mas o fato de que o desenvolvimento anterior da sociedade, assim como sua economia, permite uma resposta positiva, sustentada e autor reforçada ao estímulo. O resultado não é uma transformação preliminar nas funções de produção ou no volume de investimentos, mas uma proporção mais elevada de aceitação de possíveis inovações num fluxo mais ou menos regular, assim como uma taxa de investimento mais elevada. (ROSTOW, 2010, p. 186).

Rostow (2010) aponta que para que haja a decolagem a proporção do investimento líquido deve se elevar de 5% para mais de 10%, como garantia de que irá superar a pressão populacional e do nítido aumento no produto per capita. O aumento do consumo per capita depende da distribuição de renda, da pressão populacional e do caráter e da produtividade do próprio investimento. Deve se desenvolver pelo menos um setor manufatureiro com elevadas taxas de crescimento e uma rápida transformação da sociedade, da classe política e institucional para que as economias externas do processo de decolagem sejam aproveitadas, caracterizados pela capacidade de mobilização de capital doméstico, concedendo um caráter contínuo ao processo de crescimento.

A partir dos estímulos iniciais que deram origens às explosões marginais de atividades se ampliam, elevando a velocidade com que as transformações tendem a ocorrer. Entre as explicações descritas por Rostow (2010) está o surgimento de novas indústrias com altas taxas de crescimento e com considerável volume de capital reinvestido, que provoca a expansão de setores mais modernos da economia; as instituições financeiras cresceram em eficácia, mobilizando a poupança; novas técnicas se difundirão tanto no setor agrícola quanto industrial; há o surgimento de uma nova classe empresarial, a qual controlará as decisões de utilização da poupança; surgem novas possibilidades de exportação e de importação; recursos técnicos e

naturais não utilizados passam a ser explorados. De modo geral, todos estes acontecimentos representam atrativos ao capital estrangeiro.

O progresso econômico se sustentará com o amadurecimento da economia. As indústrias-chaves que impulsionaram a decolagem passam por um processo de desaceleração e os dirigentes inovadores dão lugar a representantes empresariais menos capacitados. São os novos setores que mantém a taxa média de crescimento, devido ao seu rápido crescimento e o surgimento de um novo grupo de dirigentes inovadores. Há uma redução da população ligada as atividades rurais. A sociedade se adequa as novas exigências do setor produtivo. Por fim, e economia encontra uma nova posição no mercado internacional (ROSTOW, 2010).

3.5 AS INDÚSTRIAS COMPLEMENTARES

Rosenstien-Rodan (2010, p. 265) também defende a industrialização como “meio para que se alcance uma distribuição de renda mais equitativa entre diferentes partes do mundo pela elevação da renda nas regiões deprimidas a uma taxa mais alta que nas regiões ricas”.

O processo de industrialização pode se dar de duas maneiras: sem o investimento internacional, que implicaria na construção dos mais variados tipos de indústria, visando alcançar a autossuficiência; com o investimento internacional, ajustando a realidade local ao contexto da economia global, preservando as vantagens da divisão internacional do trabalho (ROSENSTIEN-RODAN, 2010).

Para Rosenstien-Rodan (2010), os investimentos internacionais permitem um progresso mais rápido e um menor sacrifício dos níveis de consumo da região. Defende que os princípios da divisão internacional do trabalho garantiriam que as indústrias intensivas em mão de obra se instalem em regiões subdesenvolvidas. Em contraponto, sem o investimento internacional, a dependência exclusiva das fontes internas resultaria num progresso lento, já que os níveis de consumo e de padrão de vida já eram baixos. Também afetaria as condições da divisão internacional do trabalho, com o nível menor de produção no mundo todo.

A qualificação da mão de obra é o primeiro passo para que uma região passe pelo processo de industrialização planejado e isto caberia ao Estado, já que não é uma boa aplicação para as empresas, o que poderia vir a ocorrer caso o investimento fosse realizado de maneira conjunta. Outro argumento é a necessidade de que exista uma rede complementar de indústrias. Com a oferta dos bens mínimos necessários a sobrevivência do trabalhador, seria criado um mercado

adicional, o que provocaria expansão da produção mundial sem que houvesse perturbação na economia mundial (ROSENSTIEN-RODAN, 2010).

Outros dois aspectos são considerados como economias externas oriundas da instalação de um sistema de indústrias: as economias marshallianas, quando se instala um conjunto indústrias de um mesmo ramo que está em ascensão ou de maneira secundária, quando uma empresa se beneficia das economias externas em função do crescimento de outras indústrias (ROSENSTIEN-RODAN, 2010).

A expectativa individual de lucro do empresário o principal efeito propulsor, mas se não acontecer de maneira articulada por uma instância de planejamento com uma visão mais abrangente da situação, o processo de crescimento pode ser mais lento, com menores taxas de investimento e com desequilíbrio no nível de investimento entre os setores da indústria (ROSENSTIEN-RODAN, 2010).

O problema do crédito pode ser superado se houver um investimento grande o suficiente, pois, considerando os lucros convertidos pelas economias externas de todas as empresas instaladas na região, os dividendos seriam pagos com tranquilidade. Tendo em vista que, um determinado investimento, quando analisado isoladamente, pode não ter lucros suficientes que compensem os juros e a dívida (ROSENSTIEN-RODAN, 2010).

Para Rosenstien-Rodan (2010), inicialmente o investimento deve ser concentrado em indústrias básicas e nos serviços públicos que podem fazer surgir novos investimentos. Um exemplo são os investimentos na qualificação da infraestrutura em locais onde é insuficiente. Como resultado do efeito multiplicador do investimento nas indústrias básicas, haverá um processo crescente de industrialização.

3.6 O CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA

A discussão proposta por Nurkse (2010) sobre o subdesenvolvimento, pela ótica da demanda, é iniciada a partir dos fatores que influenciam na determinação da dimensão do mercado consumidor. Nurkse (2010) indica que a dimensão do mercado é determinada pelo nível de produtividade, numa relação onde a capacidade de compra significa a capacidade de produção. Neste entendimento, o mercado não é medido apenas pela demanda monetária, por sua extensão territorial e número de habitantes, também são considerados os custos de produção. A produtividade depende em grande proporção do volume de capital utilizado na produção. Um

mercado pequeno inibe o aporte de capital, enquanto que um mercado grande representa estímulo a utilização do capital.

Quando há um mercado pequeno, tem-se um círculo vicioso da pobreza, que para ser superado é necessário que haja uma ampliação do mercado. Esta condição é corroborada pela inelasticidade da demanda para locais onde o nível de renda é baixo, representando uma barreira para qualquer investimento que venha a acontecer de maneira isolada. Segundo Nurkse (2010, p. 278), a saída do círculo vicioso de pobreza passa essencialmente pela "ampliação de capital mais ou menos sincronizada numa ampla gama de indústrias diferentes. Nesse caso, o resultado é a ampliação geral do mercado e, portanto, uma saída para o impasse."

Nurkse (2010) defende que para ampliar o mercado é necessário a instalação de indústrias complementares, de modo a atender as necessidades humanas, fazendo com que os trabalhadores das diferentes indústrias se transformem em clientes desta cadeia industrial.

> Os indivíduos que trabalham com mais e melhores equipamentos em certo número de projetos complementares se tornam clientes mútuos. As indústrias que abastecem o consumo das massas são em sua maioria complementares, no sentido de que ao mesmo tempo proporcionam um mercado e se sustentam mutuamente. Essa complementação básica resulta da diversidade dos desejos humanos. No caso do 'crescimento equilibrado", baseia-se, em última análise, na necessidade de uma "dieta equilibrada'. (NURKSE, 2010, p. 278).

Diferente do que aconteceria se o investimento acontecesse de modo isolado, "o aumento na produção de um amplo setor de bens de consumo, equilibrado de modo a corresponder ao esquema das preferências dos consumidores, cria a sua própria demanda." (NURKSE, 2010, p. 278).

"O crescimento equilibrado da produção gera economias externas, ampliando a dimensão do mercado para cada empresa ou setor" (NURKSE, 2010, p. 280), podendo acontecer tanto pelos incentivos dos preços, quanto pelo processo de inovação defendido por Schumpeter. Caso exista pressão em função do rápido crescimento demográfico, um crescimento lento não é suficiente para que se tenha equilíbrio. Com relação as inovações, mesmo sendo originárias em uma determinada indústria, seus efeitos monetários e as demais circunstâncias tendem a promover novos investimentos em todo campo industrial. Ressalta-se que, em ambos os casos, por conta da limitação do mercado existente, o investimento em alguma medida em uma determinada indústria pode ser malsucedido.

Nurkse (2010, p. 280) explica que “o investimento privado norteia-se, em geral, pelo impulso da demanda de mercado”. Deste modo, o baixo nível de renda dos países subdesenvolvidos, faz com que eles operem essencialmente com indústrias extrativas voltadas para o mercado externo, enquanto que países desenvolvidos produzem para o consumo local, já que o alto nível de renda garante um bom mercado para produção de bens finais.

O baixo nível de renda do mercado de países subdesenvolvidos restringe o incentivo ao investimento privado tanto nacional quanto estrangeiro. Investimento este, que pode ocorrer de maneira “autônoma”, sem que dependa do estágio da demanda do mercado, pelas autoridades públicas, ou “induzido”, por uma demanda já existente no mercado, pelo setor privado.

> O investidor privado estrangeiro pode não ter capacidade, ainda que o desejasse, para romper o impasse originado pela baixa produtividade, pela falta de poder aquisitivo real e pelos estímulos ao investimento deficientes na economia interna de uma área atrasada. Mesmo no auge do investimento externo privado, os gastos de capital efetuados por autoridades públicas por meio de empréstimos externos privados foram uma das formas mais importantes do investimento internacional. (NURKSE, 2010, p. 281).

Estes fatores também explicam a condição de países subdesenvolvidos como exportadores de bens originários da indústria extrativa, cujo investimento é induzido pela própria demanda dos países investidores, contudo, não representa um movimento duradouro.

> Portanto, a confiança no investimento privado direto como fornecedor do capital necessário para o desenvolvimento econômico está sujeita a dupla frustração. Não somente há pouco ou nenhum incentivo para que o capital privado se dedique à expansão das economias internas dos países de baixa renda, mas mesmo para a expansão de matérias-primas de exportação os fundos privados podem não se interessar por um deslocamento estável em quantidades consideráveis. Mas, repito, isto se refere ao investimento induzido. Não afeta, e nem tem por que afetar, o investimento internacional autônomo. (NURKSE, 2010, p. 282).

Para Nurkse (2010) a tese de que os países subdesenvolvidos devem buscar o crescimento equilibrado a partir de uma indústria diversificada complementar não representa o afastamento do princípio da vantagem comparativa, pois a vantagem é também entendida em escala global. A expansão da produção primária só ocorreria se a demanda nos países industrializados estivesse em elevação constante. Por isto, não é visto como promissor para o desenvolvimento impulsionar as exportações quando a demanda existe é inelástica. O aumento da produtividade e do mercado interno tende a provocar transformações na composição das importações e exportações, sendo provável que as exportações aumentem.

Ao realizar a análise a partir da oferta, Nurkse (2010) pontua que as grandes e crescentes diferenças entre os níveis de renda entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, podem

enfraquecer a balança de pagamentos, já que tende a aumentar a propensão geral de consumo nos países mais pobres, reduzindo assim, a sua capacidade de poupança. Os consumidores de países subdesenvolvidos tendem a querer imitar o padrão de consumo dos países mais ricos.

São apontados dois fatores para o nível de intensidade da atração que é exercida pelos países de nível econômico maiores, denominado de “efeito demonstração”: o tamanho da diferença entre as rendas reais e os níveis de consumo e o grau de consciência que a população possui a este respeito. A evolução dos mais diferentes meios de comunicação eleva a atração pelos padrões de consumo dos países dominantes. Esta forte atração reduz a poupança voluntária individual e também restringe o leque de medidas que podem ser adotados pelo governo para controlar esta demanda (NURKSE, 2010).

Há um desequilíbrio no comércio internacional fruto do “efeito demonstração”, pois países pobres apresentam uma tendência de buscar um estilo de vida acima do que sua realidade permite.

> O desequilíbrio não se dá porque a produtividade determina os custos de exportação e a força competitiva de um país no mercado mundial, nem porque o país mais produtivo necessariamente supera os demais em todos os setores; o desequilíbrio ocorre porque a produtividade de um país determina a sua renda real e seu nível de consumo, e porque diferenças entre os níveis de vida, quando muito amplas e conhecidas, exercem uma pressão que eleva a propensão ao consumo dos países mais pobres. (NURKSE, 2010, p. 287).

A consequência que se tem deste fato é que a renda sofre estímulos que a direcionam para o consumo e não para o investimento produtivo, deixando assim, de ser apenas um problema para a balança de pagamentos e provocando efeitos também na formação de capital nos países subdesenvolvidos (NURKSE, 2010).

3.7 A BASE DE EXPORTAÇÃO

North (1977) apresenta a sua proposição teórica levando em conta regiões que apresentam as seguintes condições: regiões que tenham se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalistas, estando sensíveis a oportunidades de maximização de lucros e a mobilidade dos fatores de produção; e, regiões que não sofreram pelas restrições que são impostas ao desenvolvimento pela pressão populacional.

São descritos cinco estágios, aceitos pelas teorias apresentadas anteriormente, que são percorridos pelas regiões na trajetória do seu desenvolvimento conforme indica o Quadro 3,

com o custo de transporte possuindo papel de grande relevância para o avanço nestes cinco estágios, por conta da transformação dos padrões de produção pela dispersão e da promoção de uma progressiva diferenciação entre as regiões.

Quadro 3 – Estágios percorridos na trajetória do desenvolvimento de uma região

ESTÁGIO	DESCRIÇÃO
Estágio 1	Fase da economia de subsistência, marcada pela existência de pouco investimento ou comércio. De característica agrícola, a sua população se distribui de acordo a existência de recursos naturais.
Estágio 2	Fase das modestas indústrias locais para os agricultores. Passa-se a desenvolver algum tipo de comércio com especialização local impulsionado a partir das melhorias nos transportes. A localização da nova estrutura industrial é determinada pela localização da "camada básica", ainda ligada a atividade agrícola.
Estágio 3	Fase do aumento do comércio inter-regional. A região apresenta uma tendência de se deslocar por uma sucessão de culturas agrícolas, passando pela produção de hortaliças à pecuária extensiva.
Estágio 4	Fase da industrialização. Os rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas "forçam" o processo de industrialização. A primeira etapa do processo de industrialização está vinculada aos produtos agrícolas e florestais e caso avance, os recursos minerais e energéticos assumem papeis decisivos. Numa segunda etapa, encontra-se as indústrias de fundição, refinação e processamento de metais. Se houver energia elétrica barata, há a viabilidade de surgimento de indústrias que necessitam dela em grande quantidade.
Estágio 5	Fase da especialização em atividades terciárias, produzindo para exportação. Nesta fase, a região passa a ser exportadora de capital, de mão-de-obra qualificada e serviços especializados para regiões menos desenvolvidas.

Fonte: Elaboração própria a partir de North (1977).

Contudo, para North (1977), estes estágios não condizem com a realidade experimentada no processo de desenvolvimento das regiões, tampouco, conseguem indicar as causas do crescimento. A principal crítica está no fato de que a lógica apresentada é de dependência do desenvolvimento em relação a necessidade de industrialização.

Em detrimento a dependência da industrialização, North (1977) indica que a evolução econômica pode ser explicada a partir da produção para exportação, daí a denominação da Teoria de Base de Exportação. A expressão "base de exportação" designa o conjunto de produtos voltados à exportação em uma região, enquanto que se denomina "produto de exportação" ao abordar os produtos de forma individual.

> Um estado cuja base de exportação consiste principalmente, de produtos agrícolas pode ter uma porcentagem baixa de sua força de trabalho na atividade primária e uma alta porcentagem, nas ocupações terciárias e ainda ser basicamente dependente da agricultura, em razão da alta renda per capita que esta possui. São os produtos agrícolas de exportação que fornecem a alta renda que permite ao estado sustentar um alto nível de serviços. (NORTH, 1977, p. 339).

A dependência da produção agrícola para a economia não implica em empecilho ao desenvolvimento da atividade industrial, pelo contrário. Elevadas taxas de renda pode representar estímulos para o surgimento de indústrias locais, não só para atender as demandas oriundas da produção de bens para exportação, como para o consumo dos moradores local e até mesmo indústrias sem raízes, assim denominadas pelo fato de que os custos de transferência não representam grande importância em sua localização (NORTH, 1977).

Baseando-se em relato histórico, North (1977) diz que a demanda do produto de exportação trata-se de uma variável exógena, porém, os custos de transferência não. Daí a lógica de se haver um esforço combinado para que se possa reduzir os custos que podem ser controlados. As diferentes esferas de governo devem atuar de modo contínuo para que os custos de transferência possam ser reduzidos, melhorando a competitividade no mercado externo. De igual modo, é importante se investir em pesquisa e desenvolvimento e em melhoria tecnológica. As economias externas provocadas pelo crescimento de uma região a partir da base de exportação melhoram a competitividade dos produtos de exportação.

North (1977) fundamenta que as vantagens locacionais oferecidas de modo especial pela diminuição dos custos de transferência e processamento dos produtos de exportação fazem com que os centros nodais cresçam e se tornem também em centros comerciais, como porta de saída dos produtos de exportação e na distribuição regional dos produtos importados. Favorece a

criação de uma rede de indústrias subsidiárias e a oferta de serviços especializados que estão relacionados aos produtos de exportação, reduzindo os custos destes produtos.

Um ponto que merece ser ressaltado é que dada a tamanha influência exercida pela base de exportação, até mesmo as questões referentes ao mercado de trabalho são influenciadas. É a estrutura da base de exportação que condiciona a especialização do trabalhador, a periodicidade, a estabilidade e as condições de trabalho do empregado (NORTH, 1977).

A dinâmica do desenvolvimento de uma região está atrelada ao comportamento da base de exportação. Sendo assim, caso um dos produtos de exportação entre em declínio, se não houver crescimento em outro produto, pode haver uma estagnação ou até mesmo retração na economia daquela região dada a influência que aquele produto em declínio possui para economia. Analogamente, uma região pode expandir com o aumento da demanda pelos produtos da sua base de exportação ou pelo incremento de um novo produto à base, seja por aumento da renda do setor ou por alterações nos gostos dos consumidores. O acréscimo da renda patrocinado pela base de exportação também pode destinar parte dos lucros para serem investidos em outros segmentos, a exemplo das indústrias sem raízes (NORTH, 1977).

3.8 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Inicialmente, considerando a relação existente entre os dois conceitos, se faz necessário a diferenciação conceitual do desenvolvimento local e do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento local está relacionado ao aproveitamento de potencialidades locais, enquanto o desenvolvimento endógeno propõe-se a solucionar demandas apresentadas por uma população que está ativamente envolvida no processo de desenvolvimento.

Barquero (2002, p. 57), define desenvolvimento local como sendo:

> O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento.

Tem-se, portanto, a ideia de que uma proposição de desenvolvimento local parte da lógica de se aproveitar as potencialidades de desenvolvimento existente num determinado território e que

estas potencialidades podem ser dinamizadas a partir da resposta dada pelos atores locais mediante a necessidade de aumento de competitividade.

Já o desenvolvimento endógeno, a partir da definição de Amaral Filho (2001, p. 37-38):

> Pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou atração de excedentes produtivos de outras regiões.

Ou segundo aponta Barquero (2002, p. 39), o desenvolvimento endógeno:

> Propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido com um processo de crescimento econômico, que está atrelado a ampliação da capacidade produtiva e a retenção pela comunidade local do excedente gerado. Pode-se dizer, que o desenvolvimento endógeno é desencadeado pela resposta dada pelos atores locais a partir do aproveitamento das potencialidades locais, quer seja recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, ou até mesmo economias de escala não aproveitadas (BARQUERO, 2002).

As mudanças que caracterizam este novo enfoque das teorias de desenvolvimento regional surgem em função das limitações apresentadas pelas teorias tradicionais, cujos modelos se baseavam no envolvimento de grandes capitais externos, inspirando a ideia de substituição da importação, que eram dominantes até então. Amaral Filho (2001) pontua que eram teorias estáticas e que estavam limitadas na quantificação de custos e lucros a partir da localização ótima de uma firma, no caso das teorias de localização, e, algumas mais dinâmicas, por se preocuparem com as economias externas, a exemplo da teria dos polos de Perroux, do conceito de causação circular e cumulativo de Myrdal e dos efeitos para trás e para frente descritos por Hirschman, já descritos neste trabalho.

O novo enfoque desenvolvimentista surge mediante as grandes crises que regiões industriais tradicionais enfrentavam, considerando as mudanças que reestruturavam o processo produtivo, a reestruturação funcional do espaço e o advento da globalização e as aberturas das economias

nacionais, por conta dos impactos provocados nos custos e preços relativos das empresas, o que ampliava a influência dos fatores locais nas estratégias de competitividade (AMARAL FILHO, 2001).

Amaral Filho (2001) avalia que o pensamento de Krugman, com a Nova Geografia Econômica (NGE), e o modelo evolucionista e institucionalista estão enquadrados no modelo de desenvolvimento endógeno, com uma perspectiva "de baixo para cima", cujas possibilidades de avanço na economia são oriundas de questões socioeconômicas locais. Acresce-se a elas, uma vertente schumpteriana.

Ruiz (2003) explica que a proposição teórica da Nova Geografia Econômica de Krugman é baseada no seu modelo de centro-periferia. Dois conjuntos de regras estão relacionados ao modelo de centro-periferia: a curva de demanda representando a alocação da renda por parte dos consumidores e a curva de oferta ilustrando o comportamento das firmas na determinação do nível de preço e produção.

Consumidores e firmas estão distribuídos entre as regiões e para que possam importar ou exportar mercadorias é necessário considerar os custos de transporte. A atuação dos consumidores e das empresas visam a maximização da renda e a minimização dos gastos levando-se em conta a localização dos demais agentes, sendo assim, eles irão buscar por uma localização que otimize a relação entre as receitas e custos (RUIZ, 2003).

O modelo proposto obedece às regras clássicas dos procedimentos microeconômicos neoclássicos, como a determinação da oferta e da demanda ocorrendo de maneira simultânea, e tem como premissas o fato de que as firmas possuem mobilidade, o aparto tecnológico é homogêneo e não existem economias externas às firmas. A maximização dos lucros leva em conta a elasticidade da demanda. Os mercados se equilibram a partir do equilíbrio instantâneo entre oferta e demanda e com a alocação de todos os fatores de produção (RUIZ, 2003).

Regiões que oferecem melhor salário tendem a absorver os trabalhadores, que também são consumidores, já que a exemplo das firmas, os mesmos também possuem mobilidade entre as regiões. A organização espacial da produção é dirigida pelo ajuste do mercado de trabalho, pois como as firmas estão em equilíbrio, o sistema só estaria integralmente equilibrado se os salários reais fossem iguais (RUIZ, 2003).

Apenas dois setores econômicos são considerados produtivos pelo modelo: a agricultura e a manufatura. No caso do setor agrícola, as firmas são fixas e competitivas, com retornos decrescentes em escala e produtos homogêneos. Já as firmas manufatureiras possuem mobilidade e os produtos são diferenciados, apresentando, portanto, retornos crescentes em escala. Uma firma não consegue monopolizar o mercado, pois os consumidores têm preferência pela variedade e isto bloqueia a concentração na demanda (RUIZ, 2003).

As firmas atuam de maneira integrada em ambos os setores (agrícola e manufatureiro), sendo que o único insumo da produção agrícola é a força de trabalho fixa e na indústria o único insumo é a força de trabalho que migra de uma região para outra. Então, considera-se que inicialmente todas as regiões são idênticas, possuindo a mesma estrutura produtiva (RUIZ, 2003).

O equilíbrio inicial só é rompido pela decisão de migração por parte dos trabalhadores. Como a força de trabalho é o único insumo da produção em ambos os segmentos considerados produtivos, esta diferença na oferta provoca efeitos cumulativos e dá início a um processo de reorganização espacial, podendo chegar a concentração total da produção em uma dada região (RUIZ, 2003).

Com a oferta extra de mão de obra, há um acréscimo na demanda local e isto atrai a entrada de novas firmas e um aumento na variedade de produtos ofertados. Este é o efeito provocado no mercado local. A demanda por variedade de produtos é crescente, quanto maior a oferta de produtos maior tende a ser a vantagem do local, pois menor é a quantidade de produtos que necessitam ser importados. Por isto, que as regiões mais industrializadas tendem a apresentar um custo de vida menor, como efeito no índice de preços, e os salários tendem a ser maiores, pois o nível salarial está relacionado diretamente com a demanda (RUIZ, 2003).

Tanto os efeitos no mercado local quanto os efeitos no índice de preços são responsáveis pela elevação do nível salarial, representando as forças centrípetas. A força centrífuga atua de modo a bloquear concentração espacial, através dos mercados periféricos ou da população espacialmente fixa (RUIZ, 2003).

Denomina-se de mercados periféricos as populações agrícolas das regiões, pois como depende da terra, que é um fator de produção fixo, não existe a possibilidade de haver concentração em uma única região. A população agrícola esta dispersa e o mercado periférico exporta os excedentes de produção e importa os produtos manufaturados (RUIZ, 2003).

Produtos com elevado custo de transporte e a existência de grandes mercados periféricos representam atrativos para instalação de firmas, substituindo as importações da região. Movimento inverso acontece em regiões industrializadas, pois, neste caso, os produtos agrícolas são importados de regiões cada vez mais distante e isto tende a reduzir o salário real dos trabalhadores. Deste modo, a concentração da atividade manufatureira é limitada pelos mercados periféricos e pela inflação dos produtos agrícolas no centro industrializado (RUIZ, 2003).

Pela lógica proposta no modelo, cada cidade ou região industrializada possui a sua periferia agrícola. A estrutura da cidade se diferencia em função dos custos de transporte, pelas preferências que os consumidores possuem pelas variedades dos produtos e pelas economias de escala (RUIZ, 2003).

O entendimento de Amaral Filho (2001) é de que Krugman passou a privilegiar as externalidades marshallianas, dando maior consideração à proximidade espacial e aos fatores locacionais. As externalidades marshallianas se devem a concentração espacial do mercado de trabalho, aos insumos intermediários e as questões tecnológicas. Este são os fatores que condicionam a existência de um processo cumulativo duradouro e amplo, a partir de um "acidente histórico".

Barquero (2002) acresce que pela visão de Krugman os encadeamentos para trás contribuem para o surgimento de economias de escala e de externalidades, pois os investimentos realizados numa indústria devem resultar num aumento da demanda em relação as atividades fornecedoras de bens e serviços, influenciando assim a escala produtiva dos fornecedores.

Em síntese, a ideia da NGE é de que as regiões não se diferenciam apenas pelo fator-terra, mas também pela diferença do conhecimento que os seus trabalhadores possuem e pelos instrumentos utilizados no trabalho. O espaço econômico baseia-se em especializações industriais que extrapola a relação bilateral de centro e periferia.

A corrente evolucionista e institucionalista, por sua vez, está dividida em duas: a de natureza indutiva, que parte de estudos específicos para demonstrar que as condicionantes do desenvolvimento e a de natureza dedutiva, que defende a tese da crise do sistema produtivo fordista, dando vantagens à pequena produção flexível. Porém, as duas subcorrentes evolucionista e institucionalista convergem com relação ao fato de que regiões fora dos grandes

eixos de aglomerações estão experimentando oportunidades de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001).

Os evolucionistas e institucionalistas reforçam o protagonismo dos atores locais no processo de desenvolvimento, em contraponto a atuação das forças de mercado e de um planejamento centralizado. É a participação protagonista dos atores locais que podem tornar irreversíveis as transformações ocorridas em função do processo de desenvolvimento.

> Mais do que isso, o aspecto novo trazido pelas novas abordagens na economia regional está na recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico. O que significa dizer que o passado influencia o presente, que esse influencia o futuro (intertemporalidade), que as propriedades do tempo zero não coincidem com as propriedades do tempo um, e assim sucessivamente (irreversibilidade), de tal forma que a situação de equilíbrio no ponto zero dificilmente será recuperada em um tempo um. (AMARAL FILHO, 2001, p. 267).

Vê-se, então, que a importância dos atores locais nas decisões, os tornam responsáveis pelo destino econômico de uma região, sendo esta uma característica marcante do modelo evolucionista e institucionalista. São os atores locais que podem antecipar movimentos positivos e também podem representar empecilhos a ações que pudessem vir a atrapalhar o desenvolvimento da região.

Haddad (2001) reforça que os atores locais devem não só ser os responsáveis pelo estímulo inicial do desenvolvimento, quanto na construção de um ambiente político favorável, com participação no processo decisório e de planejamento.

> Está cada vez mais evidente que este esforço de desenvolvimento tem de brotar a partir das próprias comunidades locais, num movimento de baixo para cima ou de dentro para fora, particularmente em áreas menos desenvolvidas do País com enormes potencialidades de crescimento. O sucesso das experiências de desenvolvimento endógeno fica muito na dependência de se criar um ambiente político-institucional de participação dos grupos regionais e locais, através de consultas formais e informais, no processo decisório sobre o destino das áreas, o que torna o planejamento participativo o complemento indispensável para se viabilizarem essas experiências. (HADDAD, 2001, p. 7).

Krugman e a corrente evolucionista e institucionalista divergem ao tratar da previsibilidade de futuro por meio da interação e da coordenação entre os agentes, no entanto, têm pensamento semelhante no fato de que as condicionantes históricas e a dinâmica das externalidades devem ser levadas em conta (AMARAL FILHO, 2001).

O tema central da abordagem schumpteriana é a ideia de que o processo de inovação é resultado de um esforço conjunto do setor produtivo e dos atores locais. A inovação e o acesso ao

conhecimento e a informação são tão vitais ao processo de desenvolvimento endógeno quanto as economias externas e de aglomeração.

Empresas e outros atores locais, como as universidades, prefeituras, centros de pesquisa, associações comerciais, entre outros, têm que cumprir o papel de estimular o processo de inovação, não só em função da perspectiva de redução de custo, bem como servindo de estímulo a atuação das empresas no mercado (SOUZA, 2005).

"O sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões será devido às suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como configurações organizacionais e institucionais inovadoras." (SANTOS, 2002, p. 293).

Llorenz (2001) indica que o aparecimento de novas tecnologias é traduzido em alterações no sistema produtivo industrial. Estas modificações estão representadas na qualidade e variedade de bens e serviços e também na melhoria dos fatores que afetam a produção, a exemplo dos sistemas de comunicação e transporte.

Pela abordagem schumpteriana, o desenvolvimento regional é potencializado em ambientes que funcionam como facilitadores do fluxo de conhecimento, ajudando na difusão de ideias e boas práticas. Ou seja, a abordagem schupmteriana dá grande relevância ao papel da aprendizagem, do saber e do saber fazer.

Santos (2002, p. 301) apresenta o conceito de regiões inteligentes, que:

> Constituem territórios especialmente vocacionados e direcionados para reproduzir um conjunto de condições favoráveis à recriação de uma cultura de relação e de uma dinâmica coletiva de aprendizagem, tendo por referencial estratégico a produção de conhecimento e inovação, não se diferenciando, por esses aspectos específicos, do conceito já mais trabalhado de meio inovador.

As mudanças que ocorrem nas organizações, no âmbito social e cultural, potencializam o processo criativo e criam condições favoráveis para que seja formado uma rede de comunicação com o intuito de se aumentar a qualidade dos bens e serviços que são ofertados. O processo de inovação não se limita ao surgimento ou aquisição de novas máquinas, podendo também, ser representado por alternativas na gestão de pessoas, como a melhoria do ambiente de trabalho, por exemplo (LLORENZ, 2001).

> Percebe-se que o desenvolvimento das pequenas regiões passa por sua organização interna, pela mobilização das forças locais, formada pelos empresários existentes e

> potenciais, pelas universidades, prefeituras, secretarias de estado e demais órgãos públicos vinculados com a questão regional. (SOUZA, 2005, p. 101).

Benko e Lipietz (1997) trazem os distritos industriais, como exemplo desta nova realidade, que se apresentavam como uma mescla de competência, superação e cooperação num sistema de pequenas e médias empresas especializadas. Os reflexos destas transformações podem ser vistos no profissionalismo da mão de obra, na descentralização da inovação e na coordenação entre as empresas, que é uma das características do ambiente social do distrito industrial.

Garofoli (1993) acredita que os casos mais interessantes de desenvolvimento endógeno seriam os sistemas de pequenas empresas, com a fabricação girando em torno de um mesmo produto, que são formados em um determinado local.

> Os casos mais significativos desse novo modo de organização da produção, baseado na pequena empresa, são aqueles dos sistemas produtivos locais, formados por uma multiplicidade de pequenas empresas que produzem o mesmo bem ou giram em tomo da produção de um bem típico da área. Flexibilidade produtiva e economia de escala (a nível de área) são as características fundamentais desses sistemas locais, pela presença de fortes economias de aglomeração que incentivam o surgimento de novas empresas e pela localização das empresas numa área relativamente restrita. Isso permitiu elevada integração produtiva entre as empresas no interior do conjunto cíclico de produção, especialização produtiva a nível de empresa, elevada divisão do trabalho entre as empresas locais. (GAROFOLI, 1993, p. 69).

Amaral Filho (2001) reitera a importância dos investimentos Estatais, principalmente na infraestrutura, para a criação de um ambiente favorável a formação de aglomerações e na criação de externalidades para o capital privado. No entanto, os investimentos públicos não são suficientes, devendo estar atrelado a uma estratégia de desenvolvimento global, de modo que evite a formação de aglomerações industriais sem que haja coerência interna de suas interconexões.

Porém, conforme descreve Garofoli (1993, p. 71):

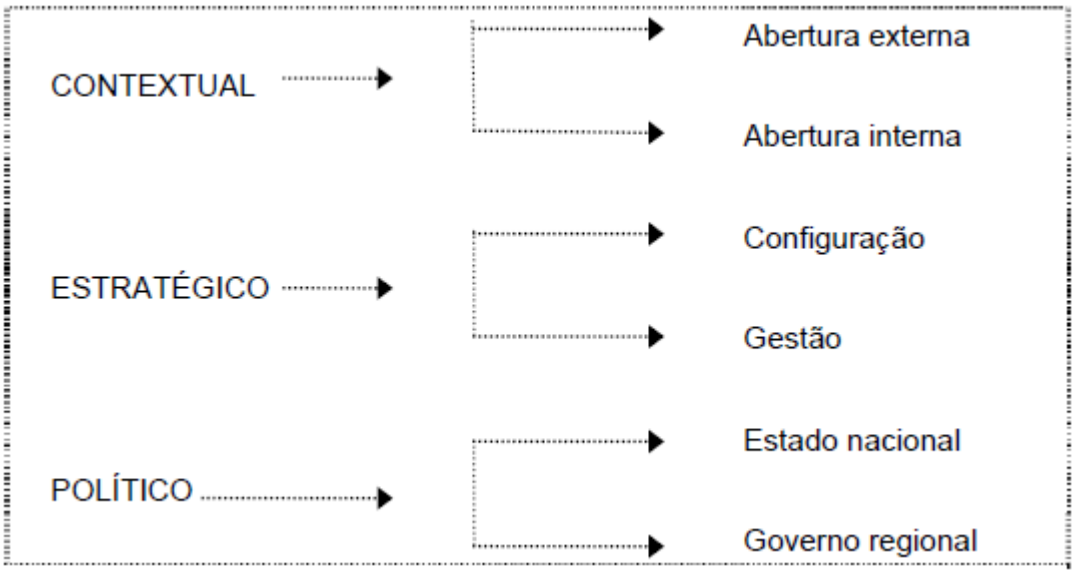
> Somente a nível local podem, de fato, ser individualizadas as necessidades específicas de reforço e a consolidação dos sistemas territoriais para a economia extensiva e podem ser predispostas políticas de intervenção coerentes para eliminar os “pontos fracos” do processo de industrialização extensivo e dos sistemas produtivos locais (isto após uma eficaz diagnose e um amplo debate a nível local com o congraçamento direto das forças sociais e das instituições locais.

3.9 OS CENÁRIOS CONTEXTUAL, ESTRATÉGIO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO

Sérgio Boisier (1996) diz que o processo de desenvolvimento regional deve ser visto como um processo que envolve, conforme ilustra a Figura 5, três cenários interdependentes: o contextual,

o estratégico e o político. No cenário contextual é percebido através da interação de dois processos: a abertura externa, como consequência do processo de globalização; e, a abertura interna, como resultante do impulso provocado pela descentralização.

Figura 5 – Os cenários para o desenvolvimento regional



Fonte: Boisier (1996, p. 117).

Dois elementos básicos podem ser identificados no processo de globalização: a microeletrônica, que respalda tecnicamente o processo de globalização; e, a mudança na ordem estrutural da política internacional, marcada pela multipolaridade econômica, a monopolaridade política e pelo regionalismo aberto (BOISIER, 1996).

A abertura externa pode ser medida de acordo o enquadramento da estrutura de exportação de um determinado país dentro do comércio internacional em termos de modernidade e competitividade. Aqueles que estão no topo da cadeia em termos de progresso tecnológico, comercializam produtos com alto valor agregado, que são produtos que tendem a aumentar sistematicamente a própria participação no mercado em segmentos produtivos e nos serviços que estão em expansão (BOISIER, 1996).

Entre os efeitos do processo de globalização, Boisier (1996) destaca a estruturação dos blocos econômicos, em que ocorre uma certa desfiguração do Estado Nacional, apontando para um Estado Supranacional e o fortalecimento de cidades e regiões como novos atores dentro no contexto da competição internacional. Territórios que conseguem se organizar conseguem avançar em busca da competitividade.

Quatro elementos caracterizam a abertura interna: a revolução científica, na perspectiva do impacto que pode causar no sistema produtivo; a transformação do Estado, criando ambientes propícios a descentralização da atividade produtiva; a tendência de busca pela autonomia de organizações de base territorial; e, por fim, a tendência de privatização, aumentando o número de entes com poder de decisão, o que pode representar uma redistribuição de poder. Os gastos governamentais em nível local ou regional e a geração de entes políticos em nível regional e local são parâmetros para medir o grau de abertura interna, em busca de uma maior equidade e participação (BOISIER, 1996).

A análise destes quatro fatores fundamenta o conceito de regiões pivotais, definidas por Boisier (1996, p. 123) como sendo o "menor território organizado, que simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (capaz de gerar identidade) e resiliência".

Caso estas regiões pivotais se associem a outras ou a outras formas de organização social democrática, estando localizadas de forma contínua, dão origem as regiões associativas. A atuação destas regiões pivotais ou regiões associativas de maneira colaborativa no sentido de se formular estratégias de longo prazo em busca de uma melhor posição no comércio internacional. Pode se avançar ainda em questões regulatórias, sem a necessidade de que estejam localizados continuamente no espaço, no que se denomina de região virtual, categoria fruto da revolução tecnológica e científica (BOISIER, 1996).

"É importante notar que essa forma de permitir o surgimento de regiões é essencialmente democrática, pois entrega a iniciativa e a sanção as próprias comunidades locais." (BOISER, 1996, p. 124). Esta nova configuração regional marca o cenário estratégico, onde a região passa a ser vista como quase-Estado e também coloca o poder político como elemento primordial no tratamento do desenvolvimento regional.

A principal argumentação defendida por Boisier (1996) é de que estas regiões se articulam respeitando uma hierarquia, em função das relações de dependência e dominação. Deste modo, para que se obtenha um resultado ótimo de maneira agregada, algumas partes do sistema estarão subotimizadas, uma clara evidência de desigualdade do poder político entre estas regiões.

O processo de dominação no sistema regional pode se manifestar de maneira limitada ao crescimento econômico, entendido como quantitativo, ou quando há um estímulo ao desenvolvimento da região dominante, que é entendido como qualitativo. Só uma modificação

na relação de dominação e dependência é que pode fazer com que uma região dependente rompa a barreira para que possa retomar o crescimento (BOISIER, 1996).

Boisier (1996) entende que o acúmulo do poder político pode acontecer por meio da criação do poder político ou através da transferência de poder numa política descentralizadora, havendo um novo pacto social, pautado pela cultura da cooperação, se criando um projeto de desenvolvimento. É desta maneira, que ele destaca a importância de se ter um projeto político em nível regional, como sendo um instrumento de criação de poder político.

As regiões também podem ser vistas de maneira semelhante a uma empresa, ou quase empresa, possuindo a necessidade de que se introduza um plano gerencial regional, com características semelhantes ao planejamento estratégico adotado em empresas. O governo precisa ter consciência dos projetos que precisam ser desenvolvidos, de que maneira os mesmos podem ser financiados e a qualificação profissional exigida, para que se eleve a imagem da região (BOISIER, 1996).

O cenário político é caracterizado essencialmente pela modernização no papel do Estado, através das novas funções que são atribuídas aos governos territoriais. As características de um Estado moderno, para Boisier (1996) estão indicadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Características de um Estado Moderno do Ponto de Vista Territorial

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS
Compreende e entende sua própria estrutura sistêmica territorial;
É inteligente, ou seja, descentralizado e organizado em rede;
Compreende a inter-relação entre objetivos nacionais e o papel do território;
Pode, por conseguinte, explicitar a contribuição de cada região ou território a cada objetivo;
A partir daí, pode construir cenários territoriais futuros;
Com a informação, incorpora a territorialidade no projeto político nacional;
Reconhece a si mesmo como uma instituição desdobrada em duas dimensões: o Estado nacional e um conjunto de quase-Estados regionais;
Aceita a variedade, e, portanto, permite e estimula a maleabilidade nas estruturas de governo e administração;
Incorpora nos quase-Estados regionais a velocidade e apoia a existência de sistemas de informação e análise conjuntural;
Estabelece um marco regulatório mínimo para facilitar a flexibilidade;
Estimula, nas estruturas dos quase-Estados regionais, o surgimento da imaginação criativa e a ativação de duas novas funções (condução política e animação social);
Reconhece-se como um Estado territorial e é capaz de exercer tanto liderança territorial quanto liderança política.

Fonte: Boisier (1996, p. 130).

A gestão quase empresarial da região está vinculada a liderança regional, com caráter político e a animação regional, que possui um caráter sociológico. É fundamental que a gestão aconteça de maneira articulada com as demais instâncias governamentais e com a sociedade civil. É o Estado quem tem a capacidade de provocar a sinergia entre os atores envolvidos, se colocando como catalisador, processando e reestruturando o fluxo de informações regionais (BOISIER, 1996).

> É importante observar que a negociação para cima adquire uma importância impensável no passado, levando-se em conta a crescente exogeneidade do crescimento econômico. Com efeito, à medida que se intensifica a globalização, aumenta a mobilidade espacial do capital, tanto nacional quanto transnacional (principalmente este último). (BOISIER, 1996, p. 132).

Através da capacidade de mobilização com os municípios e com a sociedade civil, os governos regionais avançam na negociação com os outros níveis estatais. É importante que os projetos pleiteados não sejam vistos isoladamente, mas sim como parte de uma política regional planejada (BOISIER, 1996).

> A animação, enquanto função catalisadora do governo regional, adquire mais e mais importância à medida que é reconhecida a importância da sinergia como fundamento do desenvolvimento regional endógeno e, sobretudo, como base da capacidade local e regional de inovação: peça-chave do desenvolvimento contemporâneo. (BOISIER, 1996, p. 134).

Estruturar a informação é uma maneira de se reduzir o grau de incerteza nas tomadas de decisões dos agentes que possuem mais relevância no contexto regional, fazendo com que exista a ideia de pertencimento no projeto de desenvolvimento regional planejado. Boisier (1996, p. 135) sintetiza seu pensamento sobre o papel desempenhado pelo Estado, indicando que "consiste em encontrar o modo de auxiliar sua área a inserir-se no contexto do comércio internacional, de forma moderna e competitiva e, no contexto da descentralização nacional, de uma forma equitativa e participativa."

3.10 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DA CEPAL E DE RÔMULO ALMEIDA ENQUANTO EXPOENTES NO BRASIL

A industrialização como vetor do desenvolvimento dominou o pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), ficando conhecido como "estruturalismo cepalino". Os debates se deram em função da distorção entre a realidade econômica dos países desenvolvidos, países de centro, e dos países subdesenvolvidos, países periféricos. Defendia-se

com muita clareza que a industrialização era a receita para que os países periféricos pudessem alcançar o desenvolvimento e reduzir o papel de dominação exercido pelos países centrais.

Bielschowsky (1998, p. 25) sentenciou que “no fundo, com diferentes maneiras de formular a questão, todos colocavam a mesma mensagem central, a da necessidade de se realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza.”

Entendia-se que mesmo considerando a discrepância do processo de crescimento nos países centrais e periféricos, a industrialização e a introdução do progresso técnico seriam os propulsores para o crescimento, para a distribuição de renda e para a absorção de mão de obra. A defesa era de que a dependência externa pudesse ser superada pelo processo de substituição da importação, avançando o setor industrial interno.

O arcabouço teórico apresentado pela CEPAL não se limitava as questões de divergências entre países, também trataram da desigualdade interna dos países, abordada de maneira muito especial por Aníbal Pinto (1970) com a tese da heterogeneidade estrutural, mantendo o processo de industrialização como carro chefe.

Em síntese, era percebido uma tendência de que o progresso técnico se concentrasse, tanto em relação a distribuição de renda nas classes sociais, quanto em relação a distribuição entre os estratos da sociedade e as diferentes regiões do país.

“Seja como for, o aspecto principal não é o de se tratar de áreas diferenciadas, mas de ser nula ou mínima a ‘irradiação’ do *locus* exportador para o ‘interior’. O primeiro cresce de e para fora, enquanto o segundo ‘vegeta’ sem outros estímulos, a não ser os ‘endógenos’. ” (PINTO, 1970, p. 569).

A proposta da tese da heterogeneidade estrutural indica que a concentração da atividade industrial em áreas mais dinâmicas de um país periférico, significaria num atraso ainda maior para outras áreas, que formariam uma espécie de periferia interna. A descentralização da atividade produtiva, é então, de extrema relevância para que se restrinja este cenário de desigualdade internamente.

> A expansão, às vezes bastante rápida, da população acolhida pelas regiões mais dinâmicas não constitui um obstáculo a que continuasse aumentando, em termos absolutos, o contingente arraigado na ‘periferia interna’. Além disso, convém levar em conta (e essa é outra perspectiva fundamental para a discussão) que as regiões avançadas tem a sua própria periferia interna, composta, principalmente, pela chamada ‘marginalidade urbana’.

> Em resumo, reiteramos, existem razões para supormos uma tendência para a acentuação da heterogeneidade estrutural, o que pode, em alguns casos, não significa uma piora absoluta da situação dos marginalizados, mas que quase sempre implicará um distanciamento das situações relativas. (PINTO, 1970, p. 578).

Visualizava-se que a atuação das áreas periféricas se dava de maneira passiva e bastante limitada dentro da sociedade. O progresso técnico não era disseminado, não havendo, portanto, um processo de integração provocado pelo aumento da renda e da produtividade e pelo aumento no número e na qualidade dos empregos. Caberia ao governo o fomento do equilíbrio entre as regiões, atuando de maneira compensatório para que possa se corrigir as distorções internas.

"Existem efeitos 'compensatórios' como são derivados dos gastos públicos, dos investimentos sociais, das políticas de 'reequilíbrio social', etc., cujo objetivo é aliviar o estado da 'periferia'." (PINTO, 1970, p. 580).

Buscava-se a alteração de algumas das condicionantes que provocavam os cenários de desigualdade extrema. Um destes exemplos são os fatores de estabelecem os níveis de produtividade, as questões relativas ao emprego e os diferentes níveis de oportunidades que são dados à população que está à margem do processo desenvolvimento. Em sendo assim, o Estado tem papel preponderante para que o sistema possa ser homogêneo.

Aníbal Pinto (1970, p. 584) pregava uma mudança de rumo modelo de crescimento estabelecido pelos países periféricos. Tal medida poderia residiria no:

> Deslocamento da ênfase de um crescimento precariamente assentado nas bases anteriores para um crescimento cujo eixo e objetivos centrais fossem a disseminação do progresso técnico, a ampliação do mercado interno, a 'homogeneização' do sistema – finalidades que estão intimamente ligadas e que são, na verdade, faces de uma mesma moeda – e *lastbutnotleast*, a conquista de um grau maior de autonomia ou capacidade de auto sustentação desse processo em relação as influências externas.

Rômulo Almeida também era defensor da industrialização e sustentava a ideia de que o crescimento regional seria mais exitoso caso se apoiasse em indústrias capazes de realizar exportação interestadual e em certos casos no comércio internacional. Para ele, as áreas periféricas deveriam receber investimentos para instalação de indústrias subsidiárias ou complementares da região central do nosso país, representando pelo eixo Sul-Sudeste do Brasil.

> As indústrias capazes de exportação são as que possibilitam um crescimento regional mais vigoroso, que aproxima a região atrasada da mais adiantada, posto que a taxa de crescimento dessas indústrias é maior do que a das atividades de consumo. Portanto, são elas que puxam o desenvolvimento regional e o consolidam, sobretudo quando incluem também a produção de bens intermediários e a de bens de capital. (FIEB, 2013, p. 234).

A limitação de recursos amenizava a possibilidade de crescimento das regiões atrasadas e por isto, o surgimento de polos de desenvolvimento dependeria dos recursos e dos mercados de influência e da interação com os demais polos. Por isto, Rômulo Almeida elencava dois problemas para o processo de descentralização: o investimento com populações inamóveis, pelo fato de que as transferências requereriam um cálculo econômico cuidadoso e o aparelhamento dos polos. Devendo ser levado em conta os recursos naturais e humanos, o grau de aglomeração e a capacidade de mobilização de recurso (FIEB, 2013).

Para Rômulo Almeida, a concentração territorial do desenvolvimento podia ser traduzida como uma transferência de recursos de áreas periféricas para as áreas mais dinâmicas e isto requeria uma política econômica orientada para a compensação destas perdas. Era defensor do modelo de desenvolvimento econômico baseado na descentralização concentrada, num sistema multipolarizado (FIEB, 2013).

A pesquisa já apresentou as organizações espaciais, a relação de hierarquia entre as cidades, a redes urbanos, diferentes perspectivas do planejamento por parte do Estado e os “caminhos” para que se alcance o desenvolvimento, descritos neste capítulo a partir das notas sobre as teorias de desenvolvimento regional.

Na sequência, no capítulo 4, será realizada a delimitação espacial para o estudo a que se propõe este trabalho. Região esta que será analisada tanto nos aspectos sociais e ambientais quanto econômicos, numa abordagem da organização espacial e das perspectivas de desenvolvimento regional fundamentadas teoricamente.

4 A REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA E A ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Tendo como base a definição de região oferecida por Kayser (1968) tratada na sessão 2.1 deste trabalho e considerando a relação de identidade do autor com a cidade de Livramento de Nossa Senhora, este capítulo tem como objetivo identificar os municípios que possuem laços históricos e de identidade com o município de Livramento de Nossa Senhora, pela representatividade que possui para os limites regionais que são estabelecidos e identificar um polo regional para estes municípios.

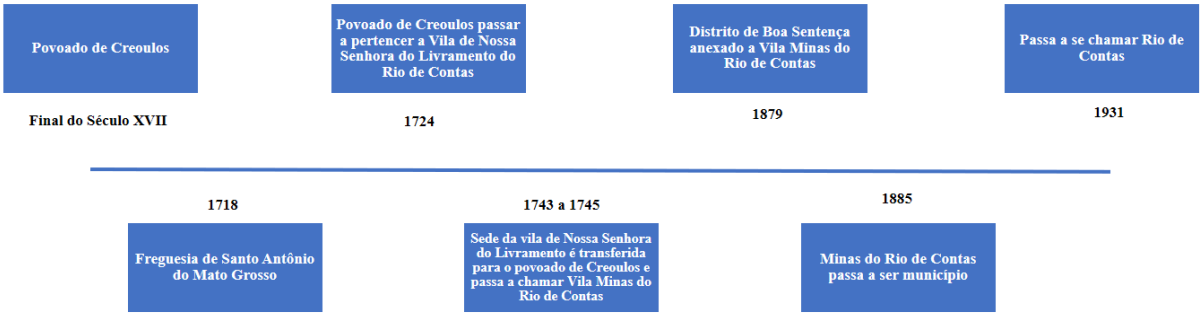
Outro aspecto a ser considerado para definição da poligonal é o da comunicação entre os municípios envolvidos, questão vista como obrigatória por Kayser (1968), já que é necessário que haja a circulação de bens e serviços entre os municípios que compõe uma região. Estes três elementos analisados de maneira conjunta vão permitir a definição da composição regional envolvendo o município de Livramento de Nossa Senhora. Como já dito no capítulo 2, a delimitação da região deste estudo não possui vinculação com a proposta dos Territórios de Identidade realizada pelo Governo do Estado da Bahia. A partir da definição da poligonal o capítulo seguirá com a apresentação e análise dos indicadores socioeconômicos da região.

4.1 OS FATORES HISTÓRICOS E DE IDENTIDADE

A região onde hoje se localiza o município de Livramento de Nossa Senhora, foi povoada a partir da chegada de paulistas que foram atraídos para região em busca do ouro e de outras pedras preciosas.

O primeiro foco de povoamento na região, ainda no final do século XVII, surgi com o povoado denominado Creoulos, criado por viajantes oriundos de Goiás e do Norte de Minas, que tinham como destino Salvador. O povoado de Creoulos está localizado na área onde hoje está situado o município de Rio de Contas, cuja linha do tempo da formação está ilustrada na Figura 6.

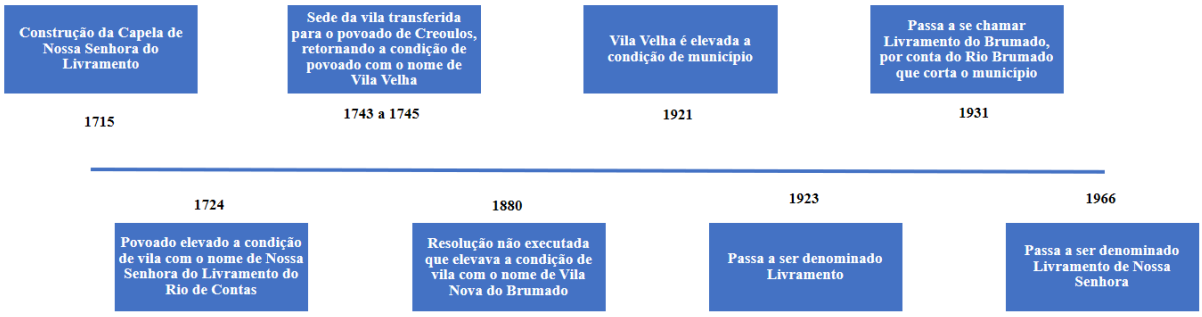
Figura 6 – Linha do Tempo da formação do Município de Rio de Contas



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE.

Em seguida, por volta do ano 1715, um novo foco de povoamento na região se deu pela chegada de paulistas numa área localizada a 12 quilômetros de distância do povoado de Creoulas, localidade que hoje é pertencente ao município de Livramento de Nossa Senhora. Os paulistas estavam acompanhados de jesuítas, que início do século XVIII construíram uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Livramento. A formação histórica do município de Livramento de Nossa Senhora está ilustrada na Figura 7.

Figura 7 – Linha do Tempo da formação do Município de Livramento de Nossa Senhora



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE.

Foi a partir da descoberta de ouro no leito do Rio Brumado que a região experimentou um crescimento populacional, já que o ouro representava um forte atrativo aos garimpeiros. Os garimpeiros também foram responsáveis pela criação do povoado de Mato Grosso ao longo do curso do rio, confirmando a exploração mineral como principal vetor de crescimento populacional na região naquela época.

No ano de 1724, o Coronel Pedro Barbosa Leal, foi encarregado pelo Vice-Rei Dom Vasco Fernandes de criar uma Vila no Alto Sertão Baiano, tendo escolhido o povoamento criado em torno da igreja construída pelos jesuítas. A Vila foi denominada de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas.

A Vila de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas retornou à categoria de simples povoado, passando a denominar-se Vila Velha, entre os anos de 1743 e 1745, por ordem do Vice-Rei Dom André de Melo e Castro, o Conde de Galvêas, que transferiu a sede da Vila para o povoado de Creoulos, com a denominação de Minas do Rio de Contas.

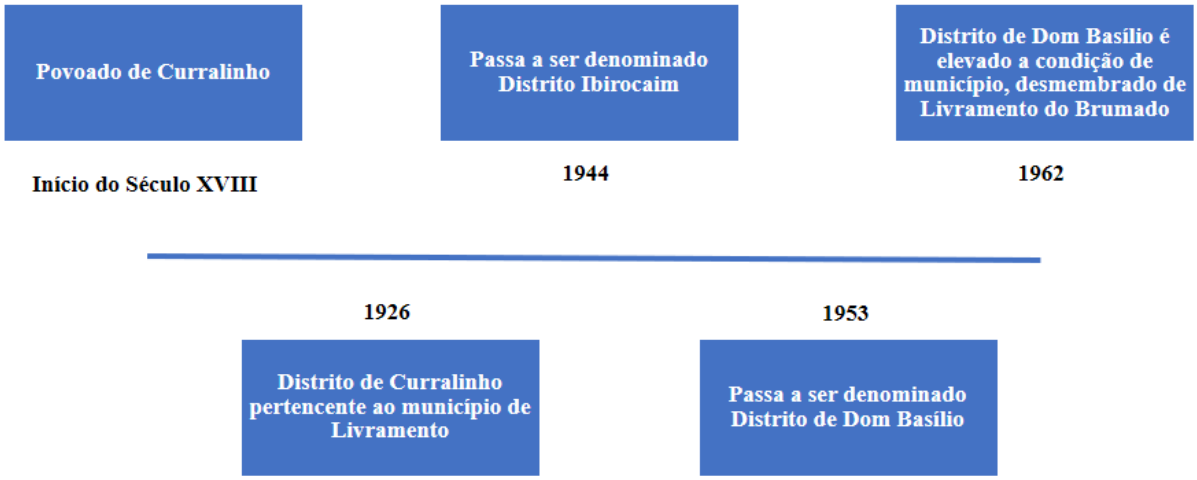
No ano de 1868 foi criado o distrito de Vila Velha, que foi anexado a Vila de Minas de Rio de Contas, que também incorporou o distrito de Boa Sentença no ano de 1879. Em 1880 houve uma Resolução não executada que elevava a Vila Velha novamente a condição de vila, com o nome de Vila Nova do Brumado.

A Vila Minas de Rio de Contas foi elevada à condição de cidade no ano de 1885, sofrendo o seu primeiro desmembramento no ano de 1921, quando foi restaurado a condição de município ao Distrito de Vila Velha.

O município de Vila Velha passou a ser denominado de Livramento em 1923, mudando de nome para Livramento do Brumado em 1931, por conta do Rio Brumado que corta o município. E no ano de 1966 passou a ser chamado de Livramento de Nossa Senhora. Também foi em 1931 que o município de Minas de Rio de Contas passou a ser denominado apenas como Rio de Contas.

Dom Basílio torne-se município no ano de 1962, a partir de desmembramento do município de Livramento do Brumado. A linha do tempo de sua formação está ilustrada na Figura 8. A povoação desta localidade decorre da instalação de fazendas de gado, ainda no século XVIII, e de uma capela construída em homenagem a São João Batista. Sua denominação inicial era de povoado de Curralinho, que passou a ser considerado distrito em 1926. Depois, em 1944, passou a chamar-se Ibirocaim, para só no ano de 1953 ser denominado distrito de Dom Basílio, numa homenagem ao padre Manoel Olímpio Alves Pereira, que nasceu no município e sagrou-se bispo em Manaus com o nome de Basílio.

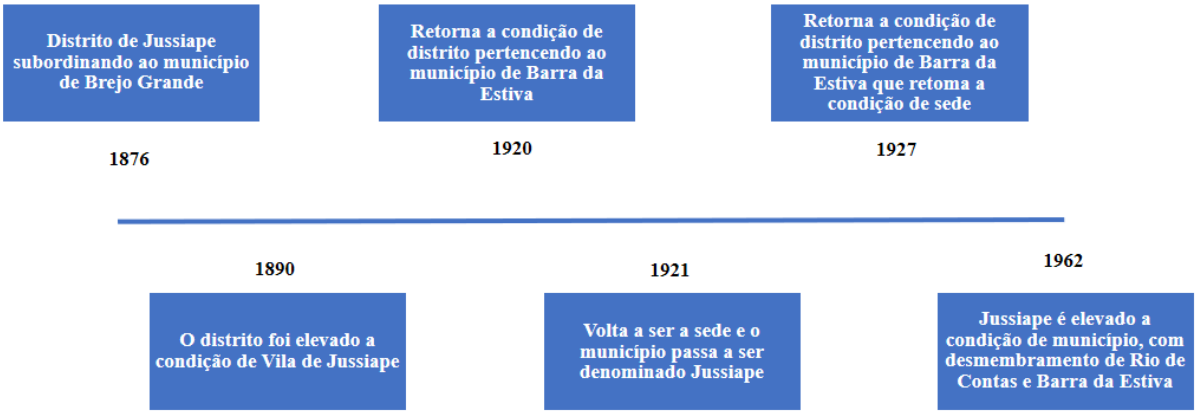
Figura 8 – Linha do Tempo de formação do Município de Dom Basílio



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE.

No mesmo ano de 1962, o distrito de Caraguataí, do município de Rio de Contas, foi transferido para a formação do município de Jussiape juntamente com o distrito de Jussiape que pertencia ao município de Barra da Estiva. A história de formação da cidade de Jussiape é retratada em forma de linha do tempo na Figura 9.

Figura 9 – Linha do Tempo de formação do Município de Jussiape



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE.

O distrito de Jussiape foi criado em 1876, subordinado ao município de Brejo Grande e foi elevado à condição de vila em 1890, desmembrando-se de Brejo Grande. A vila de Jussiape era formada por 3 distritos: Jussiape, Barra da Estiva e Sincorá. Em 1920, Jussiape retorna à condição de distrito, pertencendo ao município de Barra da Estiva que foi criado a partir da transferência da sede da Vila de Jussiape. Estruturação que só durou um ano, pois em 1921, Jussiape volta a ser a sede e denominar o município, enquanto Barra da Estiva retornou à condição de distrito.

Porém, no ano de 1927, Barra da Estiva novamente assume a sede do município, que voltou a ter o seu nome e Jussiape retorna à condição de distrito mais uma vez. O distrito de Jussiape pertenceu ao município de Barra da estiva até o ano de 1962, quando foi elevada à condição de município e mantém forte relação de identidade com o município de Rio de Contas.

Vê-se que, a formação histórica dos municípios aqui mencionado se dá a partir do desmembramento da cidade de Rio de Contas, sendo que o município de Dom Basílio já surge como um desmembramento posterior de Livramento de Nossa Senhora. Jussiape por sua vez foi formado a partir de parte do município de Rio de Contas e parte da cidade de Barra da Estiva.

4.2 A DEFINIÇÃO DO POLO REGIONAL

Levando-se em conta os aspetos históricos e de identidade dos municípios retratados na sessão anterior, a definição do polo e a hierarquia entre os municípios se dá a partir de uma análise das características e relações econômicas destes municípios. Livramento de Nossa Senhora apresenta-se como foco de atração de pessoas em busca do acesso ao comércio, aos serviços de saúde tanto no setor público quanto privado e em menor monta para o serviço de educação.

Em que pese o comércio na cidade ser eminentemente local, já é possível perceber a presença de redes varejistas, entre as quais destaca-se a Real Calçados, a Drogaria Pague Menos, Farmácia União, Eletrozema e Eletrosom. A presença das redes varejistas representa um indicativo da força do comércio em Livramento de Nossa Senhora, cujo alcance é regional.

A rede bancária do município de Livramento de Nossa Senhora é formada por três bancos, sendo eles o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco. Em Rio de Contas há uma agência do Banco do Brasil, em Dom Basílio há uma agência do Bradesco e em Jussiape o funcionamento da agência do Banco do Brasil foi interrompido após um assalto que houve ao banco (FEBRABAN, 2017). Esta estruturação da rede de agências bancárias também condiciona Livramento de Nossa Senhora como foco de atração para estes serviços, pois a atuação das demais cidades é bem limitada, quando comparado a realidade do município.

No que tange aos serviços educacionais, Livramento de Nossa Senhora é a única cidade da região que oferta o ensino médio no setor privado, ademais, a qualidade da própria rede pública no ensino médio no município se apresenta como atratividade para alunos dos demais municípios.

Livramento de Nossa Senhora também concentra a oferta dos serviços de saúde de média complexidade no setor público. Conforme descrito na Tabela 1, os municípios de Dom Basílio, Jussiape e Rio de Contas possuem grande parte destes serviços contratados junto ao município de Livramento de Nossa Senhora pelo regime de pactuação. Percebe-se que tanto em Dom Basílio, quanto em Rio de Contas, os valores pactuados com os próprios municípios são inferiores ao montante pactuado com a cidade de Livramento de Nossa Senhora. Em Jussiape, por sua vez, o valor pactuado com o município de Livramento de Nossa Senhora é inferior ao montante que está pactuado no próprio município. Ainda com referência ao serviço de saúde, a rede privada no município de Livramento de Nossa Senhora concentra os investimentos em relação as demais cidades.

Tabela 1 – Programação Pactuada e Integrada dos atendimentos de Média Complexidade com mês de referência em outubro de 2016

	Programação Ambulatorial		Programação Hospitalar	
	No Município	Em Livramento	No Município	Em Livramento
Dom Basílio	R$ 53.423,96	R$ 82.582,72	R$ 57.225,56	R$ 104.476,71
Jussiape	R$ 167.238,15	R$ 70.668,64	R$ 59.707,09	R$ 18.038,96
Rio de Contas	R$ 52.080,50	R$ 139.186,56	R$ 52.530,68	R$ 119.645,34

Fonte: Elaboração própria a partir de SESAB (2017).

A feira livre da cidade de Livramento de Nossa Senhora, que acontece aos sábados, representa mais um foco de atração para os moradores dos demais municípios. Esta atração não se dá apenas para aqueles que vão em busca dos produtos, mas especialmente para aqueles que se propõe a vender. Grande parte dos comerciantes da feira livre do município de Livramento de Nossa Senhora são oriundos dos municípios de Dom Basílio e Rio de Contas.

O desempenho econômico do município de Livramento de Nossa Senhora também pode ser compreendido através de sua relevância perante os demais municípios, tomando por base o modelo do estudo que é proposto nas análises do Regiões de Influência das Cidades (REGIC) realizado pelo IBGE.

Conforme está explicitado na Tabela 2, percebe-se que Livramento de Nossa Senhora responde sozinho por mais de 60% do somatório total dos PIBs no ano de 2014 dos municípios identificados pelas relações históricas e de identidade. A maior participação percentual do município de Livramento de Nossa Senhora no Valor Adicionado Bruto (VAB) é no setor de industrial, com 69,26%, porém o setor industrial responde por apenas 6,90% no PIB total da região. A indústria tem peso muito pequeno em todos os municípios da região, sendo

Livramento de Nossa Senhora o município de maior representatividade, respondendo por 7,89% do PIB municipal. Em números absolutos, o VAB do setor secundário em Livramento de Nossa Senhora é aproximadamente 5,4 vezes maior do que o segundo colocado, a cidade de Dom Basílio.

Tabela 2 – Características Econômicas da região

Características	Demais municípios	Livramento de Nossa Senhora (cidade polo)	Participação de Livramento no total
PIB Total 2014 (1.000 R$)	635.356	385.124	60,62%
Valor adicionado serviços	218.083	142.231	65,22%
Valor adicionado indústria	43.847	30.370	69,26%
Valor adicionado agropecuária	154.715	87.395	56,49%
Valor adicionado administração pública	193.126	108.096	55,97%
Impostos	25.586	17.033	66,57%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE Cidades.

No lado oposto, a menor contribuição percentual do município de Livramento de Nossa Senhora é no VAB do setor público, mas ainda assim supera em 50% do total dos municípios que compõe a região. O VAB do setor público responde por 30,40% do total do PIB da região e Livramento de Nossa Senhora representa 55,97% deste montante. O setor público destaca-se como a maior participação no PIB do município de Jussiape, respondendo com 43,19%. A região tem uma dependência considerável do setor público, com menor representatividade em Livramento de Nossa Senhora, mas ainda assim se aproximando dos 30%.

Cumpre salientar que o VAB do setor de serviços está dividido em dois, a participação da administração pública e dos serviços em geral. E, os dois em conjunto, correspondem a aproximadamente 65% do PIB da região, com uma participação um pouco maior dos serviços em geral. Com 34,32% do PIB da região, os serviços em geral é quem tem maior contribuição para o PIB da região. Este é o setor mais importante na composição do PIB de Livramento de Nossa Senhora com 36,96%, o que representa uma contribuição de 65,22% no montante da região.

No setor primário, Livramento de Nossa Senhora representa 56,49% dos 24,35% que ele representa para o PIB da região. A agropecuária, entre os municípios da região, tem maior representatividade no município de Dom Basílio, com 34,27%. Nos demais, representa 24,35% em Livramento, 22,72% do PIB de Rio de Contas e apenas 18,68% de Jussiape.

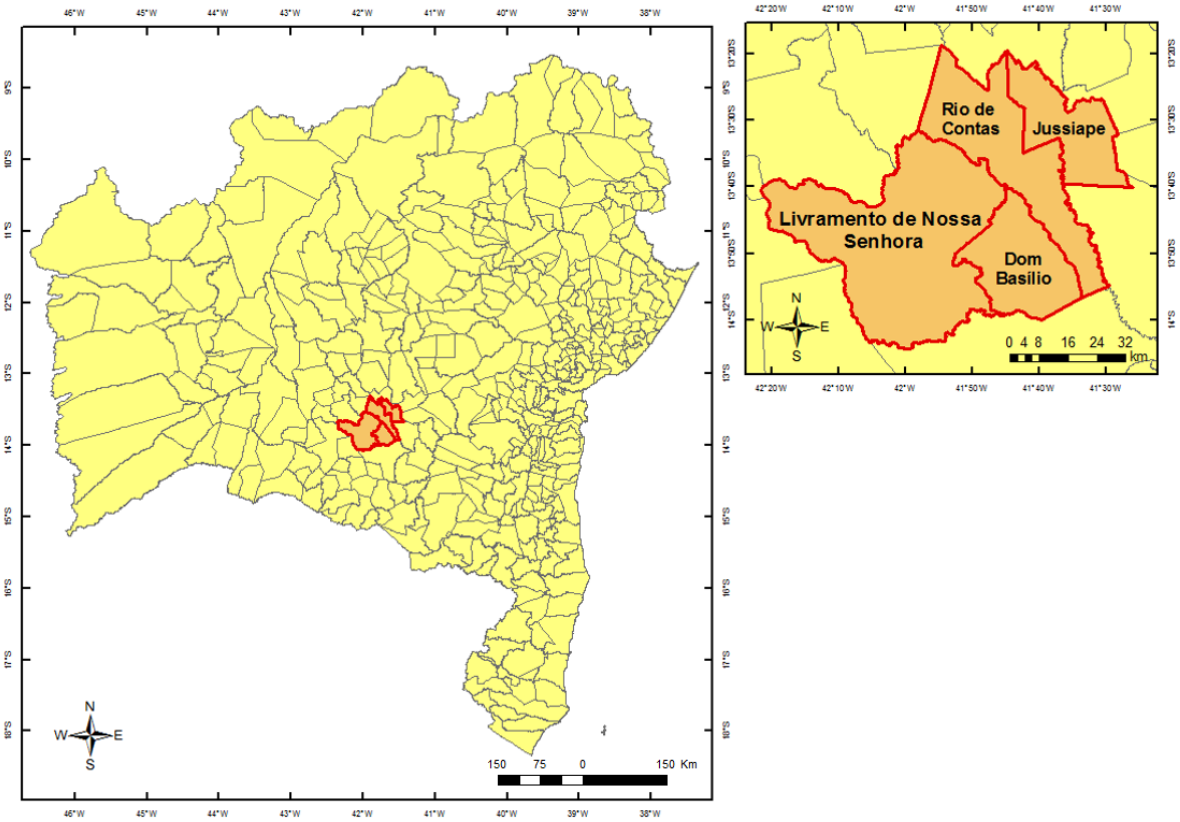
Os números apresentados na Tabela 2, demonstram que o município de Livramento em relação a região reproduz o que acontece em nível de Bahia, em função da concentração espacial da força econômica. Livramento de Nossa Senhora representa 60,62% do total do PIB da região. Em números absolutos o PIB do município é 3,6 vezes maior do que Dom Basílio, que vem em seguida e 8,4 vezes maior do que a cidade de Jussiape, o mais carente dos municípios da região. O PIB de Livramento de Nossa Senhora é ainda aproximadamente 4 vezes maior do que o da cidade de Rio de Contas.

4.3 A DEFINIÇÃO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA

Em consonância com o conceito de região defendido por Kayser (1968) apresentado ao longo deste trabalho, a região formada a partir dos laços históricos e de identidade de outros municípios com a cidade de Livramento de Nossa Senhora, que também já foi identificada como polo, fica denominada de Portal Sul da Chapada Diamantina. O nome faz referência a localização na parte sul da Chapada Diamantina, cujos municípios membros representam uma espécie de portal de acesso.

A região Portal Sul da Chapada Diamantina, é formada pelos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape, abrangendo uma área 4.280 km², delimitada conforme indica a poligonal da Figura 10. Os municípios estão localizados na parte sudoeste do Estado da Bahia.

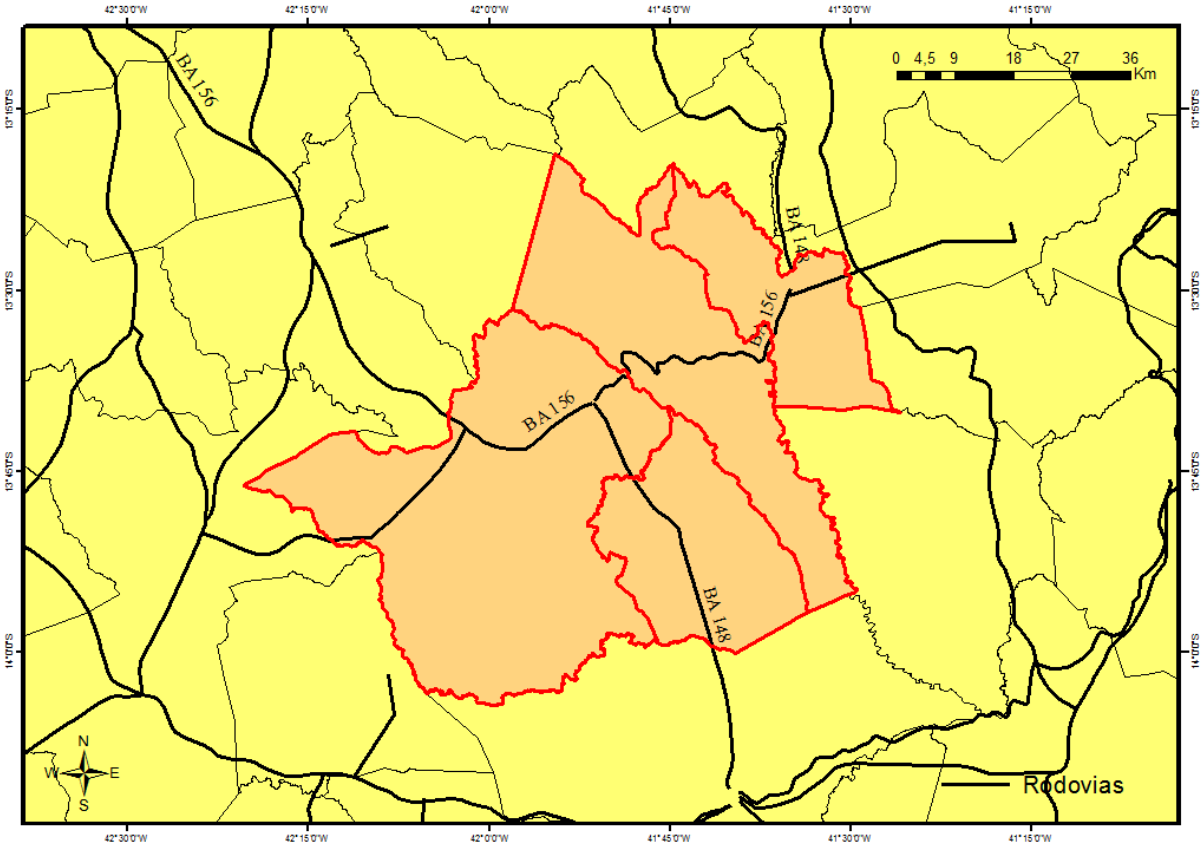
Figura 10 – Localização e Delimitação da Poligonal da Região Portal Sul da Chapa Diamantina



Fonte: Elaboração própria.

Os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina estão interligados através da BA-148 e da BA-156, conforme indicado na Figura 11.

Figura 11 – Malha rodoviária na região Portal Sul da Chapada Diamantina



Fonte: Elaboração própria.

A população estimada é de aproximadamente 80 mil habitantes no ano de 2016 e uma densidade populacional de 18,64 km², Tabela 3. Deste total, mais de 46 mil destes habitantes se encontram em Livramento de Nossa Senhora, 13.581 são moradores de Rio de Contas, 12.553 residem em Dom Basílio e os outros 7.239 moram em Jussiape.

Tabela 3 – Informações Gerais da região Portal Sul da Chapada Diamantina

	Dom Basílio	Jussiape	Rio de Contas	Livramento	PSCD
População Estimada em 2016	12.553	7.239	13.581	46.399	79.772
População em 2010	11.355	8.031	13.007	42.693	75.086
Área Territorial 2015 (km²)	688,65	556,23	1.082,14	1.953,38	4.280,39
Densidade Demográfica Estimada (hab/km²)	18,23	13,01	12,55	23,75	18,64
PIB a preços correntes em 2014 (mil reais)	106.776	45.986	97.470	385.124	635.356

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE Cidades.

Com o recorte espacial claramente definido para a região denominada Portal Sul da Chapada Diamantina, dar-se-á sequência com a apresentação e análise dos aspectos demográficos, ambientais, econômicos, as condições de infraestrutura, questões relacionadas a desigualdade e ao desenvolvimento humano, à educação, à saúde, as condições de mercado de trabalho e as relações que os municípios da região possuem com o comércio exterior.

4.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população da região Portal Sul da Chapada Diamantina (PSCD) é majoritariamente rural, conforme ilustrado pela Tabela 4, correspondendo aproximadamente 57% dos mais de 75 mil moradores, no ano de 2010. Em todos os municípios que compõe a região, o número de moradores na zona rural é superior à zona urbana, com destaque para o município de Dom Basílio que cerca de 80% da população é rural.

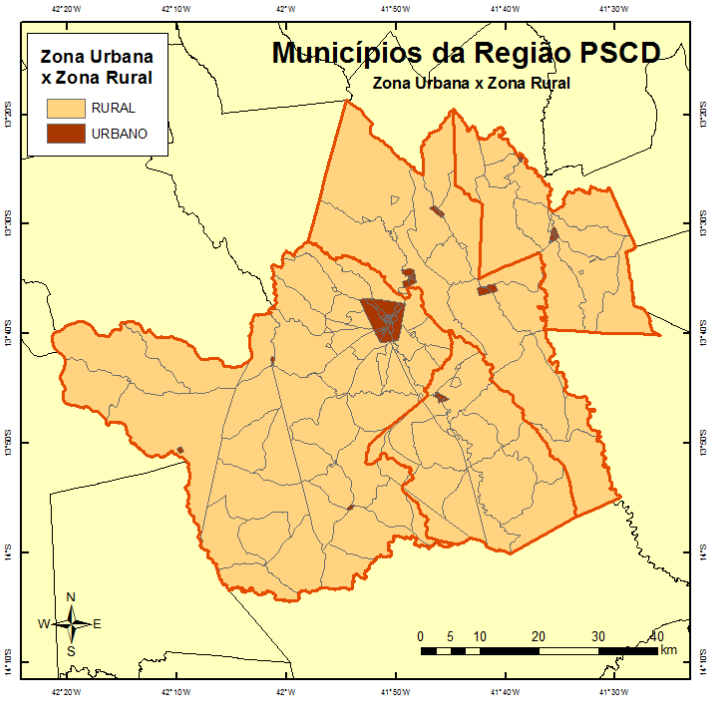
Tabela 4 – Distribuição População Urbana X População Rural por municípios em 200 e 2010

Município	Total		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Dom Basílio	10.427	11.355	1.521	2.241	8.906	9.114
Jussiape	10.051	8.031	3.766	3.068	6.285	4.963
Livramento	38.025	42.693	16.724	20.530	21.301	22.163
Rio de Contas	13.935	13.007	5.684	6.309	8.251	6.698
PSCD	72.438	75.086	27.695	32.148	44.743	42.938

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2000, 2010).

Com exceção de Dom Basílio que não possui nenhuma sede de distrito, as zonas urbanas são formadas pelas sedes dos municípios e as sedes dos seus distritos. A cidade de Jussiape possui o distrito de Caraguataí, em Livramento de Nossa Senhora possui os distritos de Iguatemi, Itanagé e São Timóteo e no município de Rio de Contas existem os distritos de Arapiranga e Marcolino Moura, conforme ilustra a Figura 12.

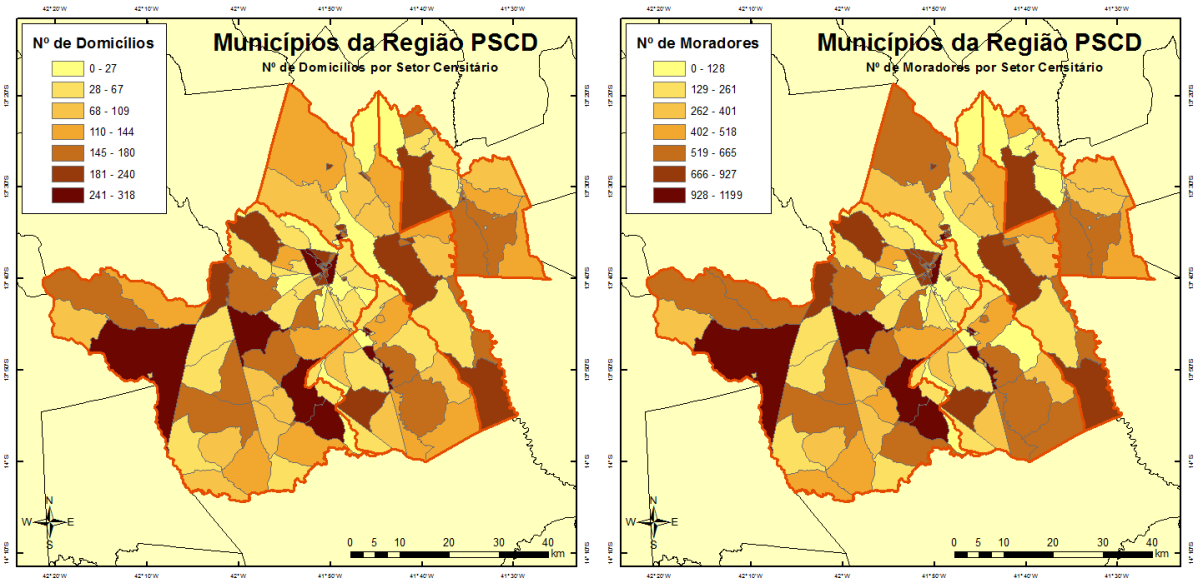
Figura 12 – Zona Urbana X Zona Rural nos municípios da Região PSCD em 2010



Fonte: Elaboração própria.

As figuras 13 e 14 demonstram que os domicílios e a população estão distribuídos de maneira disforme em toda a região, além das sedes existem áreas com grande número de domicílios o que reflete em boa medida um grande número de moradores.

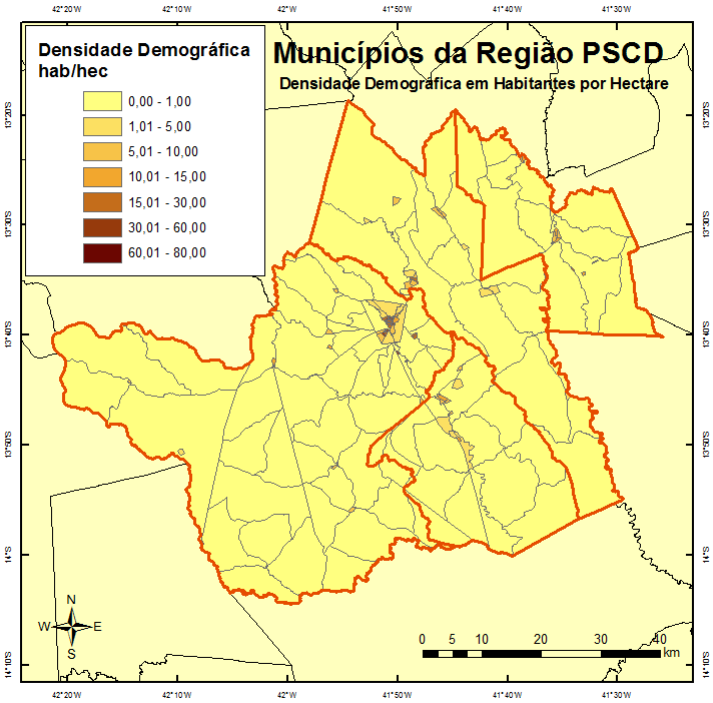
Figuras 13 e 14 – Número de Domicílios e Número de Moradores por Setor Censitário na Região PSCD em 2010



Fonte: Elaboração própria.

Os quase 75 mil moradores registrados no Censo 2010 estão distribuídos de maneira dispersa dada a grande extensão territorial da região PSCD. A Figura 15 ilustra a densidade demográfica por setor censitário e vê-se que basicamente nas sedes dos municípios há uma densidade mais representativa, pois concentram parte significativa da população em pequenas áreas.

Figura 15 – Densidade Demográfica em Habitantes por Hectare por Setor Censitário nos municípios da Região PSCD em 2010



Fonte: Elaboração própria.

De uma maneira geral, a população na região PSCD cresceu, mas conforme aponta a Tabela 5, vê-se que a população rural tem caído e a urbana crescido com maior intensidade. A redução na população rural da região foi de 4,03%, enquanto que a população urbana apresentou um crescimento bastante significativo, com um índice de 16,08% entre os anos de 2000 e 2010.

O crescimento populacional da região foi pequeno ao longo dos 10 anos, pois dentre os quatro municípios, dois deles apresentaram redução populacional. Jussiape apresentou uma queda de cerca de 20% do total, sendo que esta queda acontece de forma levemente mais acentuada entre os moradores da zona rural, diminuindo aproximadamente 21% o número de moradores nestes 10 anos, enquanto a redução da população urbana foi de menos de 19%.

Em Rio de Contas, apesar de em menor intensidade, a redução populacional também é significativa, superando os 6%. Toda esta queda é provocada pela redução na população rural, que atingiu 18,82%, tendo em vista que a população urbana cresceu 11% no mesmo período.

Livramento de Nossa Senhora é a cidade que mais contribui para o crescimento da população da região. Não só pelo fato de ser a cidade de maior população do PSCD, bem como pelo fato de ter experimentado um crescimento total na sua população de mais de 12%. A população em Livramento de Nossa Senhora cresceu com uma intensidade muito maior na zona urbana, aproximando de 23%, enquanto que na zonal rural o crescimento ficou em torno de 4%.

Na cidade de Dom Basílio, mesmo tendo um crescimento de quase 50% na população urbana, o seu crescimento total não atinge os 10%. Como já relatado anteriormente, sua população é majoritariamente rural e na zona rural o crescimento foi de menos de 3%.

Tabela 5 – Taxa de Crescimento Populacional 2000-2010

	Total	Urbano	Rural
PSCD	3,66%	16,08%	-4,03%
Dom Basílio	8,90%	47,34%	2,34%
Jussiape	-20,10%	-18,53%	-21,03%
Rio de Contas	-6,66%	11,00%	-18,82%
Livramento	12,28%	22,76%	4,05%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2000, 2010).

Através das taxas anuais geométricas de crescimento populacional, apresentadas na Tabela 6, destaca-se o fato de que o crescimento da população urbana em Dom Basílio foi de aproximadamente 4% ao ano e que em Jussiape e Rio de Contas a redução da população rural superam os 2% ao ano.

Tabela 6 – Taxa Anual Geométrica Crescimento Populacional 2000-2010 (%)

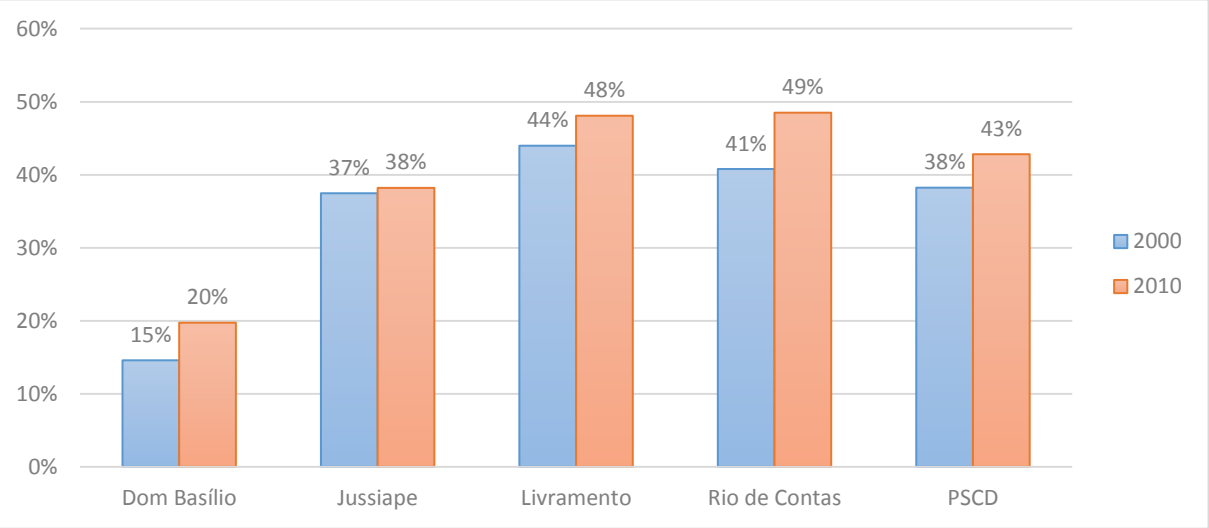
	Total	Urbano	Rural
PSCD	0,36	1,50	- 0,41
Dom Basílio	0,86	3,95	0,23
Jussiape	- 2,22	- 2,03	- 2,33
Rio de Contas	- 0,69	1,05	- 2,06
Livramento	1,16	2,07	0,40

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2000, 2010).

A transformação experimentada ao longo do período de 10 anos entre as realizações do Censos Demográficos, caracterizada em termos gerais pela redução da expressividade da população

rural mediante a população urbana, esta ilustrada no Gráfico 1. Vê-se que todos os municípios apresentaram um crescimento no seu grau de urbanização.

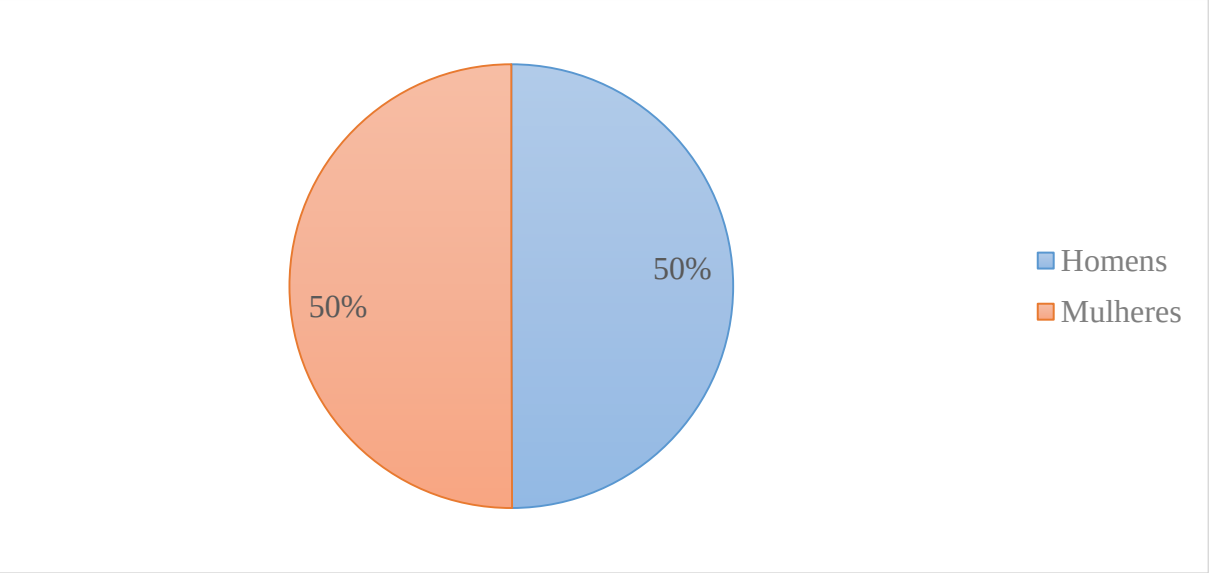
Gráfico 1 – Evolução do Grau de Urbanização entre os anos de 2000 e 2010 por município



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2000, 2010).

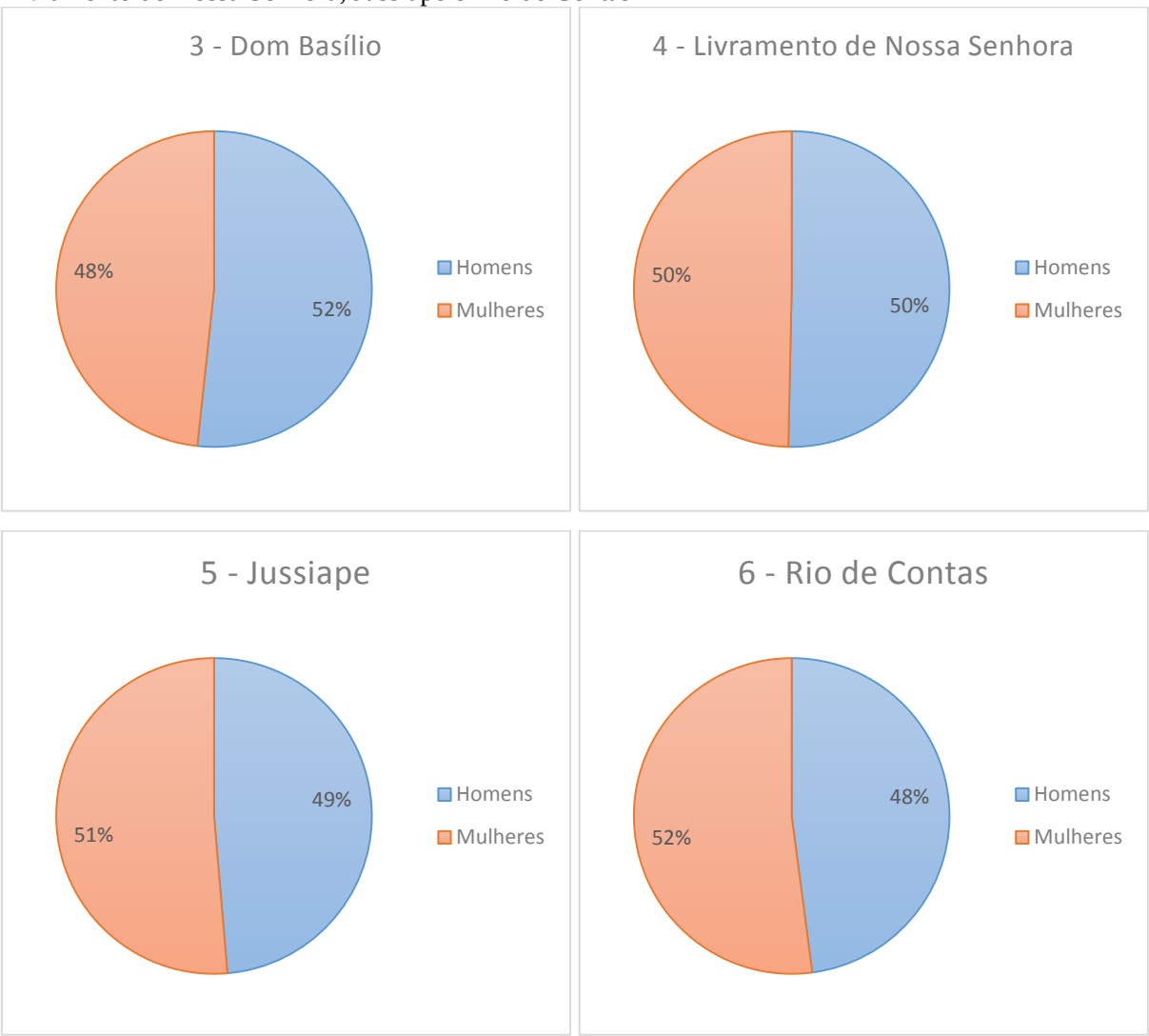
Os moradores da PSCD estão distribuídos quase que proporcionalmente entre homens e mulheres, conforme ilustra o Gráfico 2. Nos municípios que compõe a região, quando analisados isoladamente, tem-se que em Dom Basílio e Livramento de Nossa Senhora os homens superam o número de mulheres, enquanto que em Jussiape e Rio de Contas as mulheres é que são majoritárias, indicados pelos Gráficos 3, 4, 5, 6. Em todos os casos, a diferença é inferior a 5%.

Gráfico 2 – Proporção de homens e mulheres na população da PSCD



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2010).

Gráficos 3, 4, 5, 6 - Proporção de homens e mulheres na população nos municípios de Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora, Jussiape e Rio de Contas

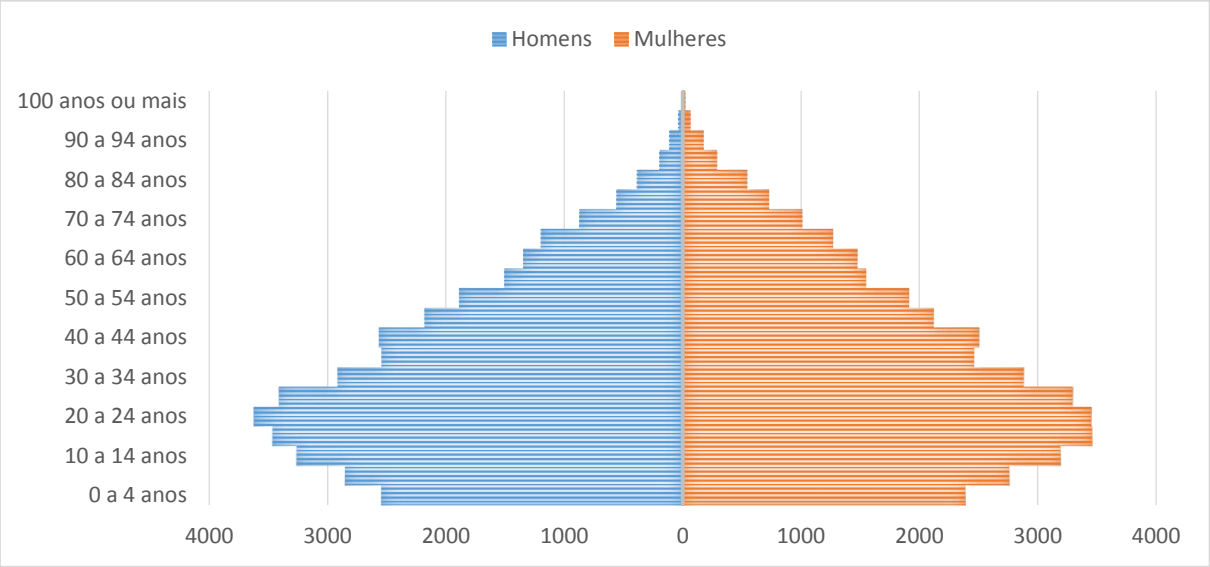


Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2010).

Tem uma pirâmide etária com a base larga, com a maior parte da população distribuída entre 15 e 30 anos, um indicativo de forte pressão no mercado de trabalho, ilustrado pelo Gráfico 7. Esta realidade é próxima a pirâmide etária do município de Livramento de Nossa Senhora, que concentra a maior parte da população da região.

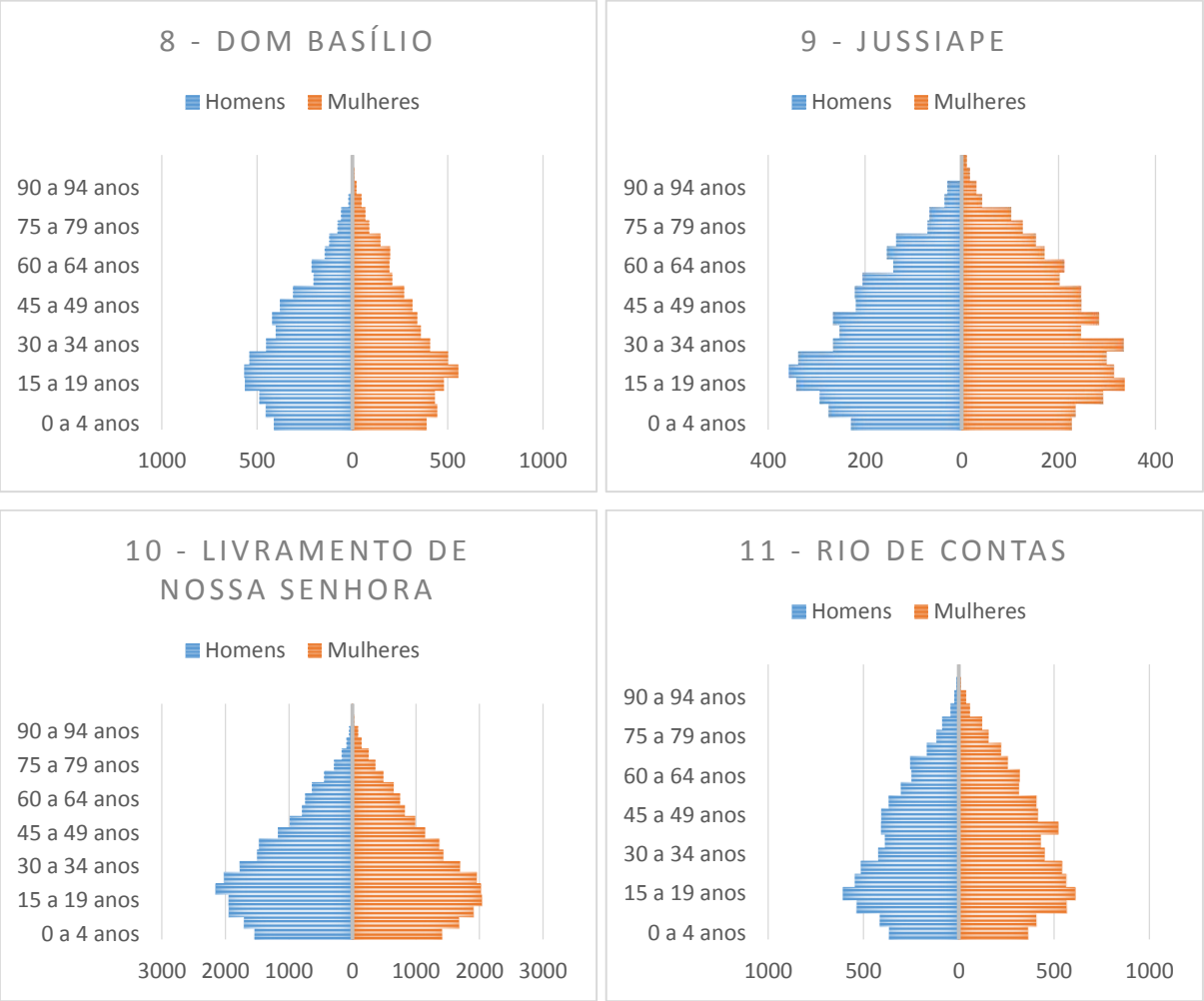
Os municípios de Jussiape e Rio de Contas e com um pouco menos de intensidade o município de Dom Basílio a população entre 30 e 65 anos têm maior representatividade do que em Livramento de Nossa Senhora, indicando uma pressão menor de entrada no mercado de trabalho. Há nestes casos, um indicativo de necessidade de políticas públicas voltadas a população na fase adulta, conforme indicam os Gráficos 8, 9, 10, 11.

Gráfico 7 – Pirâmide etária da região PSCD



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2010).

Gráficos 8, 9, 10, 11 – Pirâmides etárias dos municípios de Dom Basílio, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2010).

4.5 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

Rio de Contas é o município mais alto da região, com uma altitude de aproximadamente 1 km. Na outra ponta, está a cidade de Dom Basílio com 440 metros. Na faixa intermediária está Livramento de Nossa Senhora com 475 metros e Jussiape com 538 metros de altitude (SEI, 2013, 2014).

Dos municípios quem compõe a região Portal Sul da Chapada Diamantina apenas Rio de Contas tem o clima subúmido a seco, os demais possuem clima semiárido. Rio de Contas também se difere dos demais com relação à temperatura média, situando em 19º. Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio tem a temperatura média de aproximadamente 24º e Jussiape aproximadamente 23º (SEI, 2013, 2014).

Dom Basílio possui o menor período chuvoso entre as cidades do Portal Sul da Chapada Diamantina, ficando entre os meses de novembro e março, com índice pluviométrico de cerca de 600 mm por ano. Em Jussiape e Livramento de Nossa Senhora o período chuvoso se enquadra entre os meses de outubro a março, sendo que Jussiape possui um índice pluviométrico de aproximadamente 500 mm por ano e Livramento de Nossa Senhora se aproxima de 700 mm ao ano. Rio de Contas é quem possui o maior período chuvoso e também o maior índice pluviométrico da região. As chuvas estão compreendidas no período de outubro a abril, com a pluviosidade anual em mais de 800 mm por ano (SEI, 2013, 2014).

O solo dos municípios da região contempla o Neossolos, o Latossolos e o Luviossolos em Jussiape e Rio de Contas. Nas cidades de Dom Basílio e Livramento de Nossa Senhora, além dos tipos de solo já citados, ainda se encontram os Cambissolos e Planossolos (SEI, 2013, 2014). As vegetações predominantes estão relacionadas a caatinga, conforme indica o Quadro 5. Em Rio de Contas existe o Parque Municipal Natural da Serra da Almas e a Área de Proteção Ambiental da Serra do Barbado, esta segunda unidade de conservação também abrange o território do município de Jussiape.

Quadro 5 – Tipos de Vegetação por município da região Portal Sul da Chapada Diamantina

MUNICÍPIO	TIPO DE VEGETAÇÃO
Dom Basílio	Caatinga Arbórea Densa, com palmeiras, Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras, Cerrado-Refúgio Ecológico Montano, Cerrado Arbóreo Aberto, sem Floresta-de-Galeria e Cerrado Parque, sem Floresta-de-Galeria
Jussiape	Refúgio Ecológico Montano, Caatinga Arbórea Densa, com palmeiras, Cerrado Parque, sem Floresta-de-Galeria, Cerrado Arbóreo Aberto, com Floresta-de-Galeria, Cerrado Gramíneo Lenhoso, com Floresta-de-Galeria, Cerrado Arbóreo Aberto, com Floresta-de-Galeria e Ecótono Contato Cerrado-Caatinga
Livramento de Nossa Senhora	Caatinga Arbórea Densa, com palmeiras, Ecótono Contato Cerrado-Caatinga, Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras, Caatinga Arbórea Densa, sem palmeiras, Floresta Estacional Decidual Montana, Cerrado-Refúgio Ecológico Montano e Ecótono Contato Cerrado-Caatinga-Floresta Estacional
Rio de Contas	Refúgio Ecológico Montano, Contato Cerrado-Caatinga, Caatinga Arbórea Aberta, sem palmeiras, Caatinga Arbórea Densa, com palmeiras e Cerrado Parque, sem Floresta-de-Galeria

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2013, 2014).

Entre as formas de relevo, no município de Dom Basílio há o Pediplano Sertanejo e as Serras da Borda Ocidental do Planalto da Diamantina. Em Jussiape e Rio de Contas, além das formas de relevo encontradas em Dom Basílio, possui o Pediplano Central da Chapada Diamantina. Já em Livramento de Nossa Senhora, encontra-se os mesmos relevos do município de Dom Basílio e os Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço (SEI, 2013, 2014).

No aspecto geológico, as manifestações são diversas, conforme descritas no Quadro 6. Destacam os depósitos Eluvionares e Coluvionares que estão presente em todas as cidades da região Portal Sul da Chapada Diamantina e os Arenitos Argilosos, os Argilitos e os Siltitos que não se manifesta apenas no município de Dom Basílio.

Quadro 6 – Característica geológicas dos municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS GEOLÓGICAS
Dom Basílio	Anfibolitos, Biotita-Gnaisses, Depósitos Eluvionares, Coluvionares, Gnaisses, Granitóides e Metamafitos
Jussiape	Arenitos Argilosos, Argilitos, Biotita-Granitóide, Siltitos e Depósitos Eluvionares e Coluvionares
Livramento de Nossa Senhora	Anfibolitos, Arenitos Argilosos, Argilitos, Biotita-Gnaisses, Depósitos Eluvionares e Coluvionares, Formação Ferrífera, Gnaisses, Granitóides, Mármore Magnesíticos, Quartizitos e Siltitos
Rio de Contas	Arenitos Argilosos, Argilitos, Quartizitos, Rochas Metavulcânicas, Siltitos e Depósitos Eluvionares e Coluvionares

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2013, 2014).

As ocorrências minerais são majoritárias no município de Dom Basílio, com a presença do Amianto, da Barita, da Fluorita, do Ouro, do Talco, do Ferro, do Cobre e da Vermiculita. Em Livramento de Nossa Senhora ocorrem a Argila, a Pedra de Revestimento, Rochas Ornamentais e do Ferro. Em Jussiape há apenas a Barita e em Rio de Contas apenas as Pedras de Revestimento (SEI, 2013, 2014).

Todos os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina fazem parte da Bacia do Rio de Contas. Jussiape também faz parte da Bacia do Rio Paraguaçu e Rio de Contas da Bacia do Rio São Francisco. Os principais rios que cortam os municípios estão indicados no Quadro 7.

Quadro 7 – Principais rios que cortam os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS RIOS
Dom Basílio	Rio Brumado, Córrego da Areia, Riacho da Guariba, Riacho da Capeba e Riacho São João
Jussiape	Rio de Contas, Riacho do Bicho e Rio Taquari
Livramento de Nossa Senhora	Rio Brumado, Rio do Paulo, Rio Taquari, Rio São João e Riacho Vereda
Rio de Contas	Rio Brumado, Rio de Contas, Rio das Furnas e Córrego da Baeta

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI (2013, 2014).

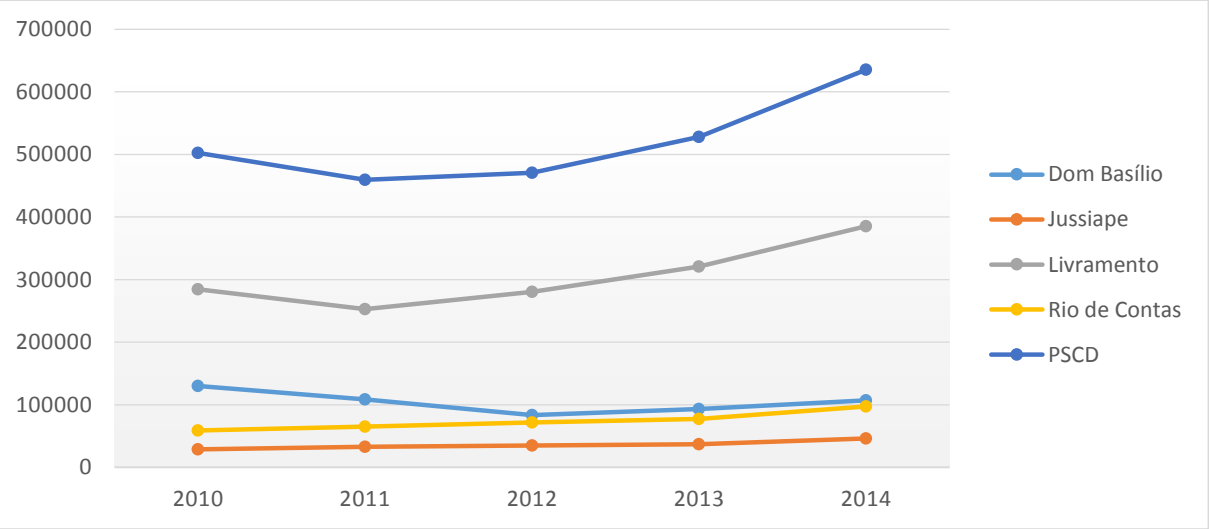
Na região há apenas uma área irrigada, o Perímetro Irrigado do Brumado, que está localizado no município de Livramento de Nossa Senhora e é administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). O Açude do Brumado (Barragem Luiz Vieira) localizado

em Rio de Contas e o Açude do Rio do Paulo (Barragem do Rio do Paulo), que fica na divisa entre os municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, são os principais espelhos de água da região (SEI, 2013, 2014).

4.6 ASPECTOS ECONÔMICOS

A análise do PIB na região ao longo dos últimos quatro anos medidos pelo IBGE, Gráfico 12, mostra que houve uma redução entre os anos de 2010 e 2011, mantendo-se praticamente estável até o ano de 2012, quando passou a apresentar um crescimento mais significativo. O comportamento da região é bastante semelhante ao da cidade de Livramento de Nossa Senhora, que se coloca como polo regional.

Gráfico 12 – Evolução do PIB a Preços Correntes (1000 R$) entre 2010 e 2014



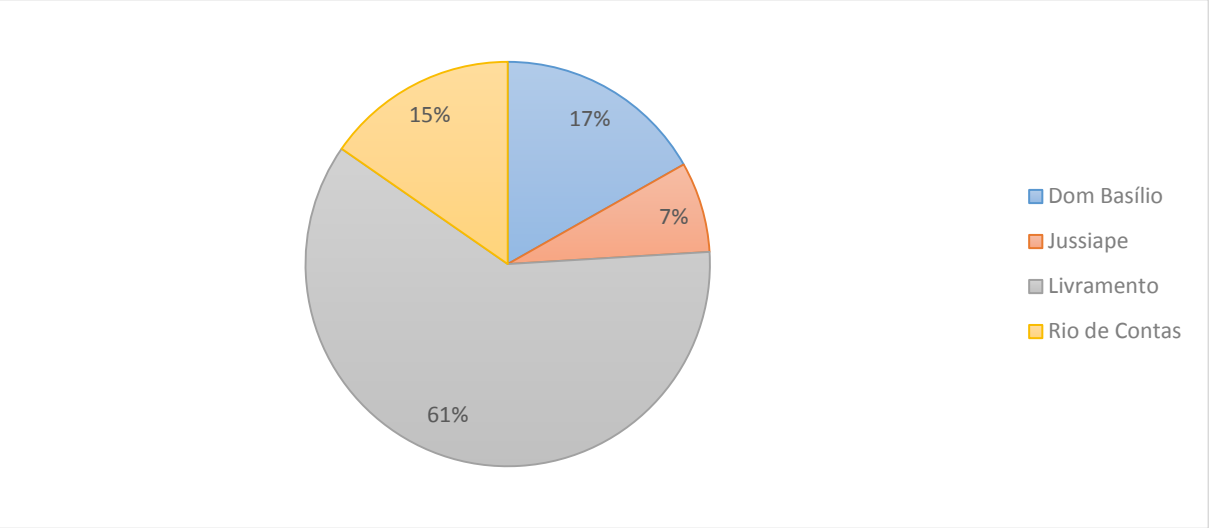
Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Nos demais municípios, o retrato é diferente. Jussiape mantém-se praticamente estável, com um crescimento pouco expressivo. Rio de Contas têm conseguido apresentar um crescimento constante ao longo dos 4 anos, porém, também com pouca expressividade, mais ainda assim, conseguiu se distanciar um pouco mais do PIB de Jussiape. Dom Basílio, por sua vez, apresentou queda entre os anos de 2010 e 2012, quando retomou o crescimento, mas sequer conseguiu atingir o patamar ocupado no ano de 2010. Isto fez com que o PIB do município e da cidade de Rio de Contas, mesmo sendo bastante superior no ano de 2010, ficasse bem próximos em 2014.

Em 2014, o PIB da região Portal Sul da Chapada Diamantina, conforme ilustra o Gráfico 13, é formado em 61% a partir da contribuição de Livramento de Nossa Senhora, seguido por 17%

do município de Dom Basílio, participação próxima a de Rio de Contas, que atinge cerca de 15% e por fim, com apenas 7% a cidade de Jussiape.

Gráfico 13 – Participação no PIB da região por município

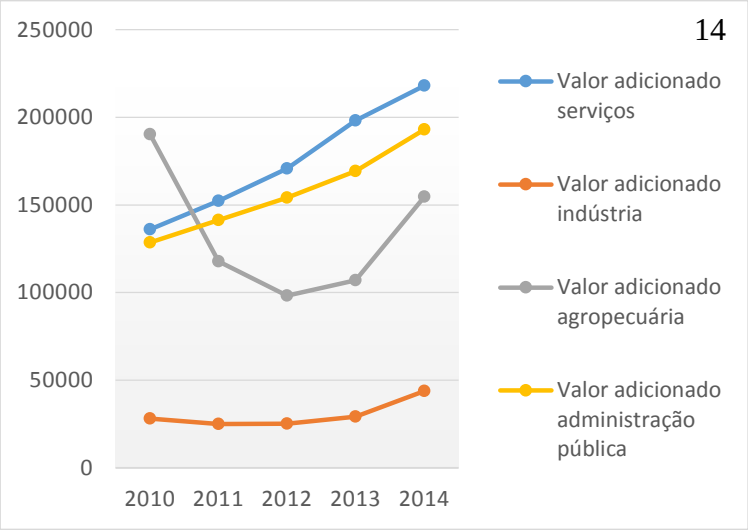


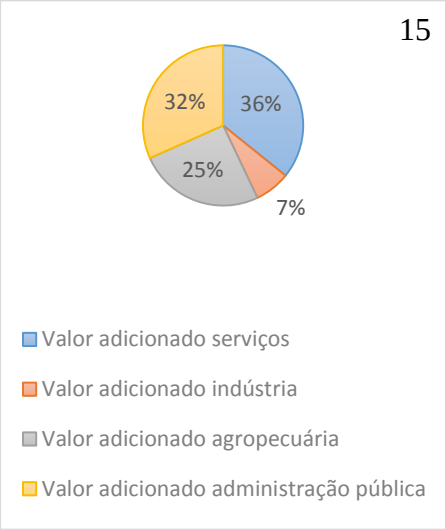
Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2014).

Ao analisar o PIB da região de forma setorial, Gráficos 14, percebe-se que o setor de serviços, tanto o relacionado a administração pública, quanto aos serviços em geral, ocupa a dianteira e tem sido o principal segmento econômico da PSCD. No entanto, a movimentação que deve ser mais destacada é a do setor agropecuário, que era o principal segmento econômico da região em 2010, porém reduziu quase a metade entre 2010 e 2012, se recuperando em 2013 e crescendo com bastante força em 2014, mas ainda longe do que representava em 2010. A indústria vinha mantendo-se praticamente estável até 2013 e apresentou um crescimento em 2014.

Têm-se em 2014, Gráfico 15, o setor de serviços correspondendo a cerca de 68% do PIB da região, subdivido entre 36% dos serviços em geral e 32% dos serviços públicos, seguido pelo setor agropecuário que vem se recuperando e corresponde a aproximadamente 25%, bem distante do setor industrial que responde por apenas 7% do PIB da região.

Gráficos 14 e 15 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 da região PSCD

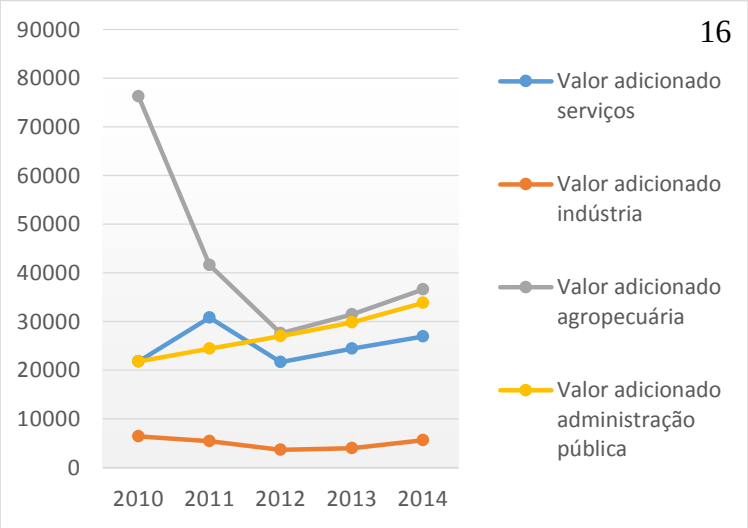


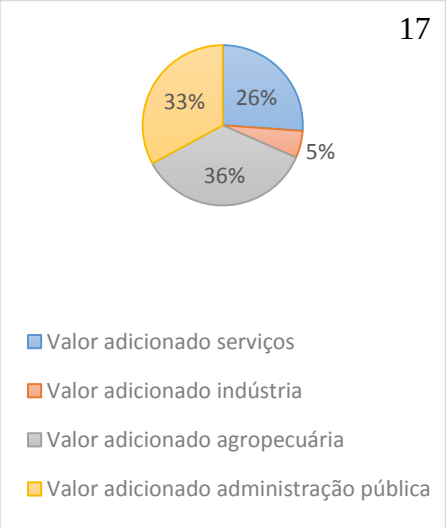


Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

A evolução do PIB dos municípios ajuda a explicar o movimento percebido no PIB da região. Em Dom Basílio, Gráfico 16, o VAB do setor agropecuário foi reduzido a um terço entre os anos de 2010 e 2012, tendo começado a se recuperar lentamente a partir de 2013. O setor agropecuário era a maior força do PIB do município em 2010, mesmo quando analisado o setor de serviços de forma agregada, no entanto, de 2011 a 2014 já é o setor de serviços o mais importante na economia do município. No gráfico 17 percebe-se que em 2014, o setor agropecuário representa 36%, enquanto o serviço público, isoladamente já representa 33% e ainda se têm 26% dos serviços em geral. O setor industrial mantém-se praticamente estável ao longo dos anos, representando cerca de 5% do VAB em 2014.

Gráficos 16 e 17 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Dom Basílio

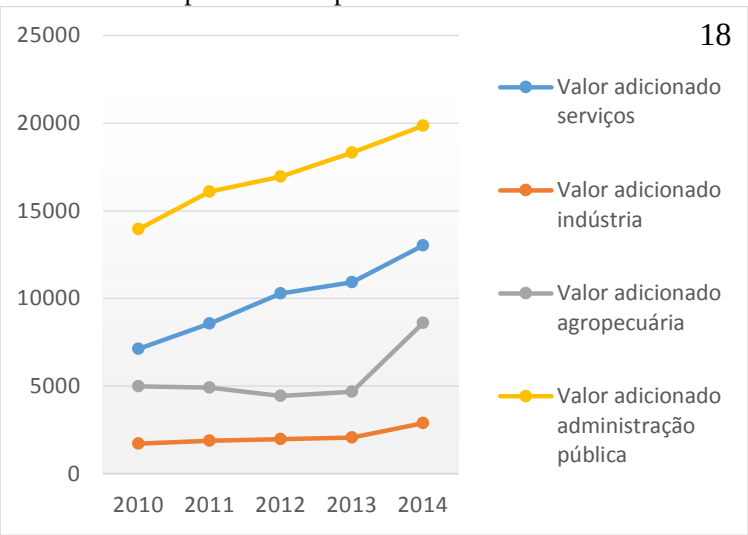


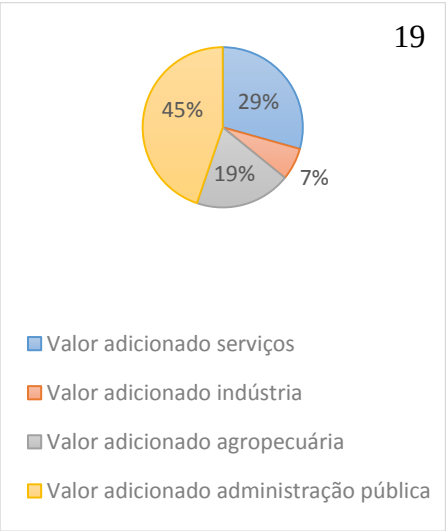


Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

O município de Jussiape, é pouco representativo no PIB da região, porém o setor agropecuário começa a dar sinais em 2014 de que pode representar uma alternativa para a economia do município, conforme indica o Gráfico 18. O setor de serviços tem apresentado um crescimento contínuo ao longo dos anos e mostra a forte dependência dos serviços públicos, que em 2014, representa cerca de 45% do VAB do município, Gráfico 19. Ainda no setor terciário, os serviços em geral representam aproximadamente 29%, seguido do setor primário com 19% e o setor industrial com apenas 7%.

Gráficos 18 e 19 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Jussiape

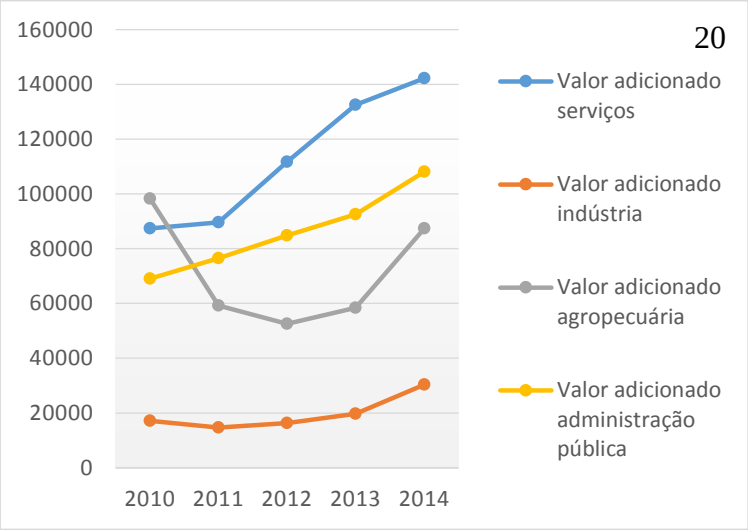


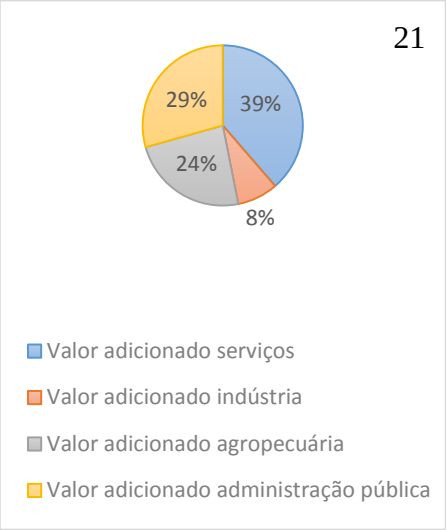


Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Em Livramento de Nossa Senhora, os serviços em geral apresentaram forte salto na representatividade ao longo dos últimos anos, especialmente entre 2011 e 2013, Gráfico 20. O serviço público também tem crescido em importância, de maneira menos acentuada que os serviços em geral. O setor agropecuário, que apresentou queda por dois anos consecutivos, voltou a crescer em 2013 e em 2014 apresentou um forte crescimento de aproximadamente 50% do seu VAB. No Gráfico 21, vê-se que os serviços é o principal segmento econômico do município, com 39% nos serviços em geral e 29% nos serviços públicos. O setor agropecuário, que voltou a crescer, representa 24%, enquanto o setor industrial representa apenas 8%.

Gráficos 20 e 21 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Livramento de Nossa Senhora

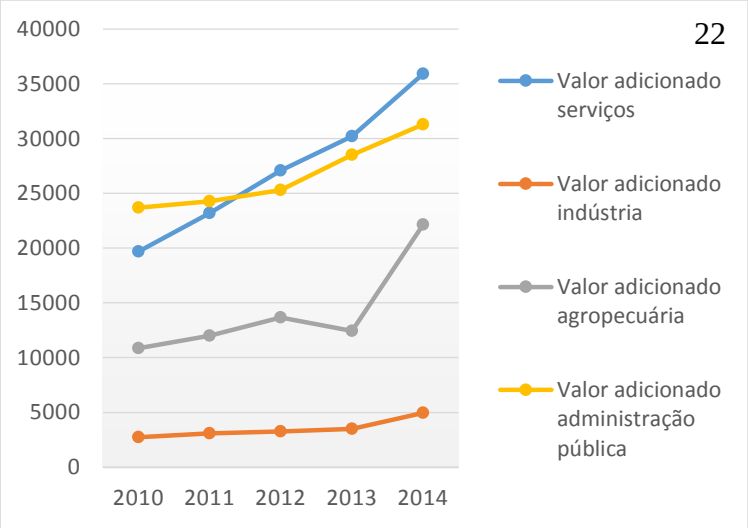


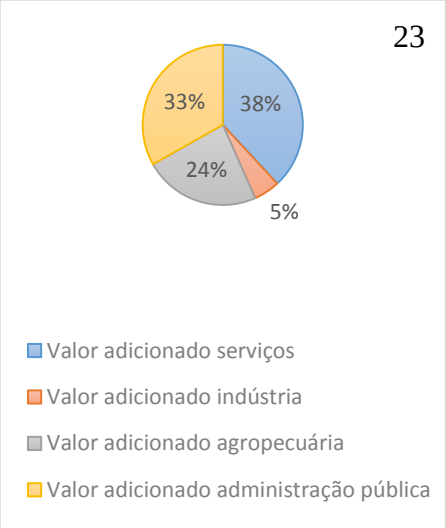


Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014);

A exemplo do que aconteceu nos demais municípios que compõe a região, o setor agropecuário também apresentou forte alta em 2014 na cidade de Rio de Contas, tendo quase dobrado, ilustrado no Gráfico 22. O setor de serviços também tem crescido, com destaque para os serviços em geral que cresce de forma mais acentuada do que o serviço público. O setor industrial segue com pouca representatividade. Em 2014 o PIB do município, Gráfico 23, os serviços em geral representam 38%, 33% para os serviços públicos, 24% no setor agropecuário e o setor industrial com apenas 5%.

Gráficos 22 e 23 – Evolução do VAB por setor entre 2010 e 2014 e Participação no PIB por setor em 2014 do município de Rio de Contas

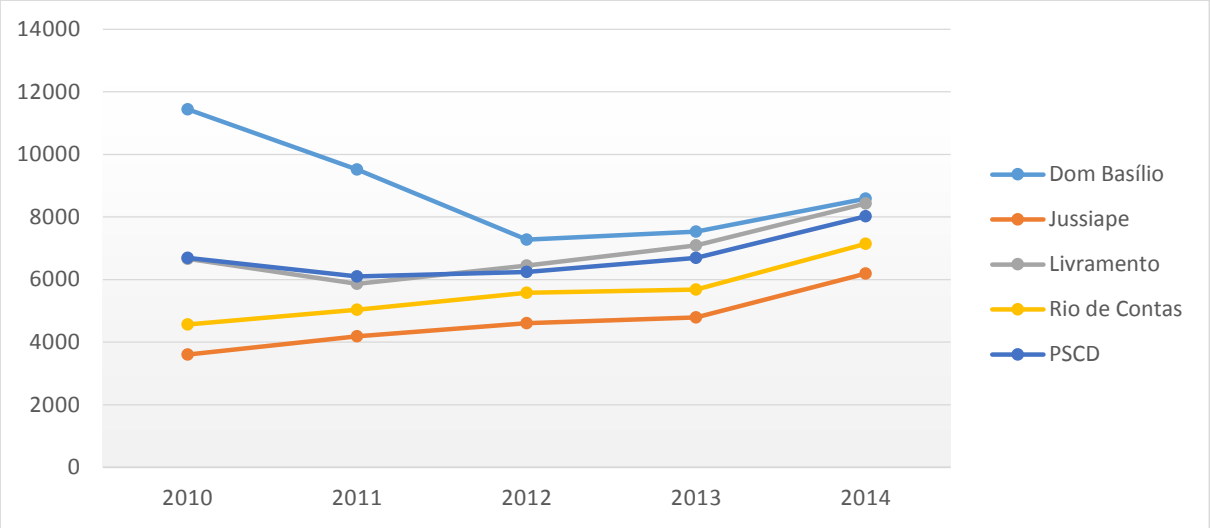




Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

O PIB per capita da PSCD, Gráfico 24, está crescendo nos últimos anos, mesmo com o crescimento populacional apresentado. O comportamento nas quatro cidades é bem parecido nos últimos 2 anos. No entanto, no município de Dom Basílio houve uma queda acentuada entre 2010 e 2012, voltando a crescer em 2013, conseguindo permanecer como o melhor PIB per capita entre os municípios da região. Mas o município de Livramento de Nossa Senhora que possuía quase metade do PIB per capita de Dom Basílio em 2010, já está bem próximo em 2014. Com crescimento de cerca de 70% e 56%, as cidades de Jussiape e Rio de Contas, respectivamente, aproximaram-se se bastante das demais cidades da região, reduzindo o desvio padrão no PIB per capita dos municípios do PSCD.

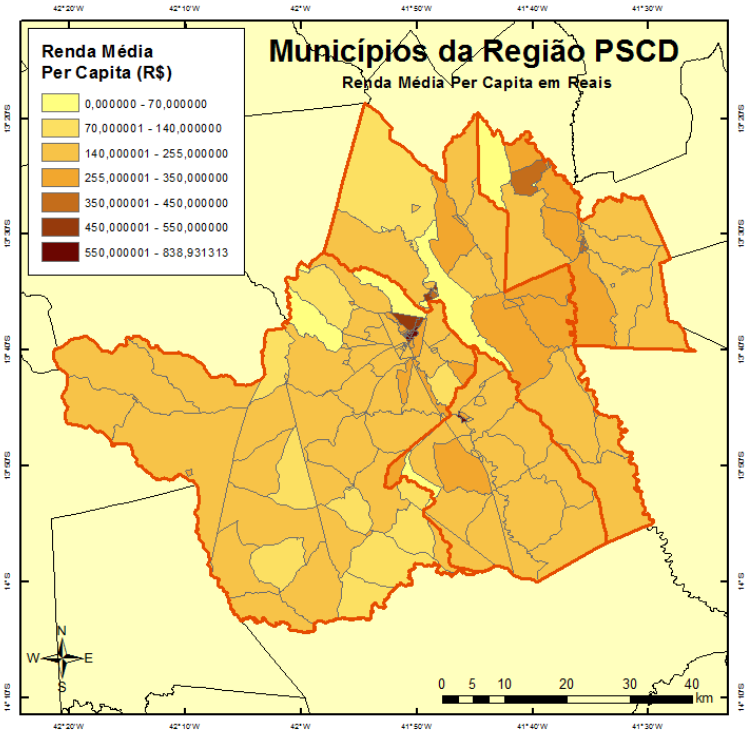
Gráfico 24 – Evolução do PIB a Preços Per Capita (R$) entre 2010 e 2014



Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

Tomando como parâmetro a renda declarada ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE, é perceptível a concentração de renda existente nos municípios. A Figura 16, indica que na maior parte da extensão territorial dos municípios a renda média per capita percebida por setor censitário indica que a faixa de renda dos moradores está na situação de vulnerabilidade social, com renda média entre R$ 140,00 e R$ 255,00. Em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio é possível notar o aparecimento de rendas médias per capita superior a R$ 550,00.

Figura 16 – Renda per capita média por setor censitário



Fonte: Elaboração Própria.

4.7 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA

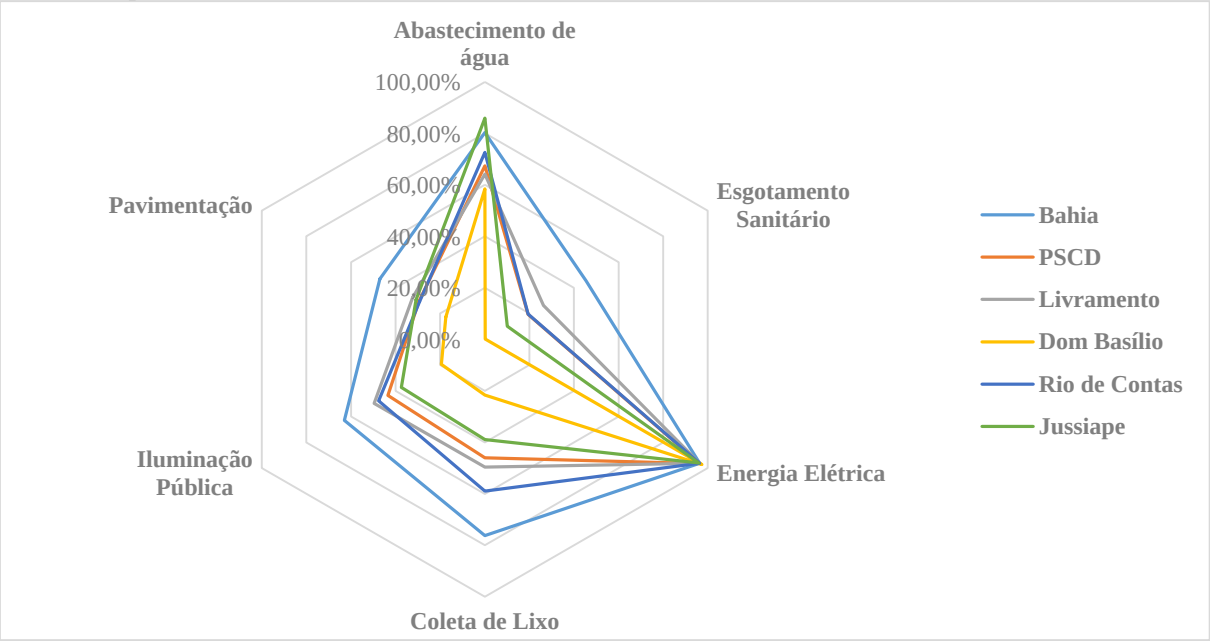
Os problemas de infraestrutura urbana no Estado da Bahia são evidentes, destacando as questões relacionadas ao esgotamento sanitário e pavimentação, a distribuição espacial por setor censitário está ilustrada nas Figuras 17, 18, 19, 20, 21 e 22. O Censo 2010 indica que menos de 50% das residências possuíam ligação com a rede de esgoto, montante semelhante encontrava-se em ruas sem pavimentação. A ineficiência do sistema de esgotamento sanitário, por exemplo, tem impacto direto nas condições de saúde da população e certamente representam a desigualdade entre a elite e a população mais carente do estado.

Apesar de apresentarem números relativos em melhor condição do que os aspectos já apresentados, apenas 62,88% dos municípios baianos são contemplados com o serviço de iluminação pública e apenas 76,20% possuem coleta de lixo. Em pleno século XXI, cerca de 80% das residências do estado estão ligadas a rede de água e aproximadamente 96% tem acesso à energia elétrica. Talvez, os números relativos minimizam a deficiência da rede de abastecimento de água e da rede de energia baiana, contudo, os quase 20% dos domicílios de municípios sem rede de abastecimento de água representam um montante de mais de 800 mil

residências, enquanto que os quase 4% sem energia correspondem a aproximadamente 150 mil casas que ainda estão às escuras (IBGE, Censo 2010).

Na região Portal Sul da Chapada Diamantina os números são ainda piores, a exceção do percentual de casas ligadas a rede de energia elétrica, que é bem próximo a realidade baiana. A deficiência percebida na região segue a lógica da realidade baiana, porém com uma queda considerável em todas as proporções apresentadas. O Gráfico 25 ilustra comparativo entre a proporção dos elementos de infraestrutura urbanística dos municípios que compõe a região PSCD e o Estado da Bahia e a Tabela 7 sintetiza os números relativos as proporções.

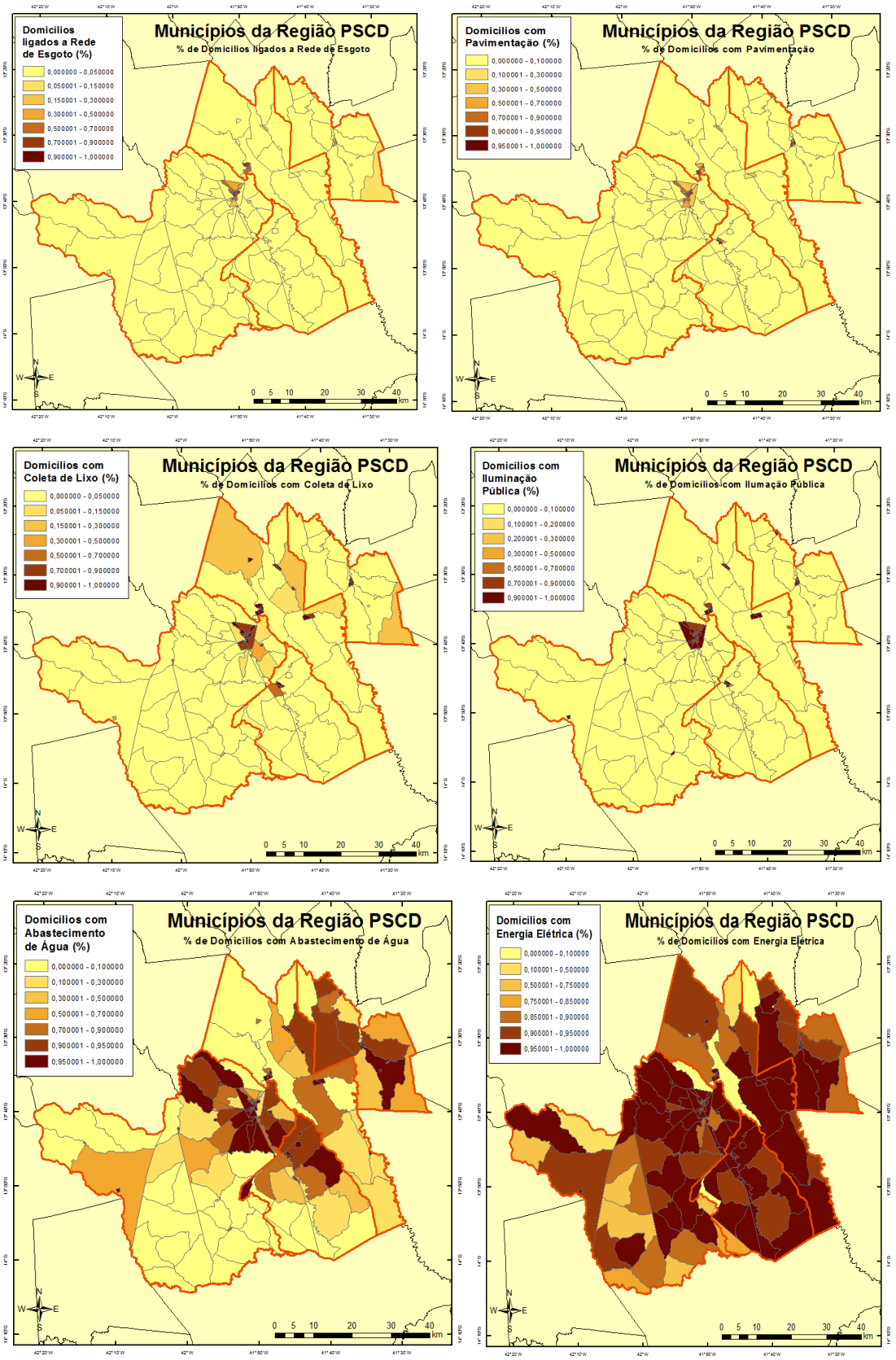
Gráfico 25 – Comparativo Proporção da Infraestrutura Urbanística entre os municípios, a região Portal Sul da Chapada Diamantina e o Estado da Bahia



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE/Censo (2010).

Assusta a ineficiência apresentada pela infraestrutura de esgotamento sanitário percebida na região, com menos de 20% das casas ligadas à rede de esgoto. No município de Dom Basílio apenas 0,17% (5 domicílios em números absolutos) das residências estão ligadas à rede de esgoto. O melhor desempenho neste quesito é notado em Livramento, mas, ainda assim, pouco mais de um quarto das casas estão ligadas a rede de esgotamento sanitário. Em números absolutos, isto significa dizer que dos mais de 20 mil domicílios que compõe a região, menos de 4 mil estão ligados à rede de esgoto.

Figuras 17, 18, 19, 20, 21, 22 – Distribuição por Setor Censitário de Domicílios ligados à Rede de Esgoto, com Pavimentação, com Coleta de Lixo, com Iluminação Pública, ligados à Rede de Abastecimento de Água e com Energia Elétrica dos municípios da Região PSCD em 2010



Fonte: Elaboração Própria.

Menos de 30% das casas estão localizadas em ruas pavimentadas, número bem inferior a realidade do Estado da Bahia, quando quase 47% dos domicílios estão em áreas com pavimentação. Mais uma vez o destaque negativo entre os municípios da região PSCD é Dom Basílio, onde apenas 17,50% dos domicílios possuem pavimentação na sua rua. Livramento de Nossa Senhora é quem possui melhor condição da pavimentação, abrangendo 32,39% das residências, patamar próximo aos demais municípios. Ou seja, das mais de 20 mil residências, apenas pouco mais de 6 mil estão em ruas pavimentadas, enquanto mais de 14 estão em locais sem calçamento.

Tabela 7 – Proporção de domicílios por elemento de infraestrutura e serviços urbanos por município da região Portal Sul da Chapada Diamantina e na Bahia

	Abastecimento de água	Esgotamento Sanitário	Energia Elétrica	Coleta de Lixo	Iluminação Pública	Pavimentação
Bahia	80,31%	45,40%	96,36%	76,20%	62,88%	46,98%
PSCD	67,36%	19,41%	96,44%	46,01%	43,47%	29,48%
Livramento	64,13%	26,35%	96,33%	49,61%	49,64%	32,39%
Dom Basílio	58,40%	0,17%	97,34%	21,68%	19,45%	17,50%
Rio de Contas	72,53%	19,51%	96,35%	58,96%	47,65%	29,24%
Jussiape	85,94%	10,08%	96,01%	38,96%	37,36%	30,86%

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE/Censo (2010).

Com relação a iluminação pública, na PSCD o serviço contempla 43,47% dos domicílios ante 62,88% na Bahia. Mais uma vez, o município de Livramento de Nossa Senhora é quem tem maior cobertura, com 49,64% e Dom Basílio segue sendo quem tem pior proporção de cobertura do serviço com apenas 19,45%. Jussiape com 37,36% e Rio de Contas com 47,65% completam a relação dos municípios da região. Estes percentuais correspondem a dizer que quase 9 mil dos domicílios estão contemplados com o serviço de iluminação pública e mais de 11 não são cobertos pelo serviço.

A coleta do lixo é realizada em 46% dos domicílios da região, enquanto a média do estado é de mais de 76%. O destaque negativo segue sendo Dom Basílio com apenas 21,68% das residências possuindo coleta de lixo, enquanto em Rio de Contas, aproximadamente 60% das casas são atendidas. Em Livramento de Nossa Senhora, aproximadamente 50% dos domicílios são contemplados e em Jussiape são 38,96%. São mais de 9 mil domicílios onde há a coleta de lixo, em oposição a outros cerca de 11 mil que não possuem o serviço.

Na região PSCD menos de 70% dos municípios estão ligados a rede geral de abastecimento de água. Número consideravelmente inferior à média do estado que é de mais de 80%. A maior

proporção de residências ligas a rede de água na região é no município de Jussiape, com mais de 85%, um dos poucos índices que se encontram acima de média da Bahia. Em compensação, em Dom Basílio, menos de 60% das casas são abastecidas pela rede geral de água. Em Rio de Contas são 72,53% e em Livramento são 64,13%. Mesmo com números relativos consideráveis, 6.680 das casas não estão ligadas a rede de água, como garantia de acesso a um bem indispensável para vida humana.

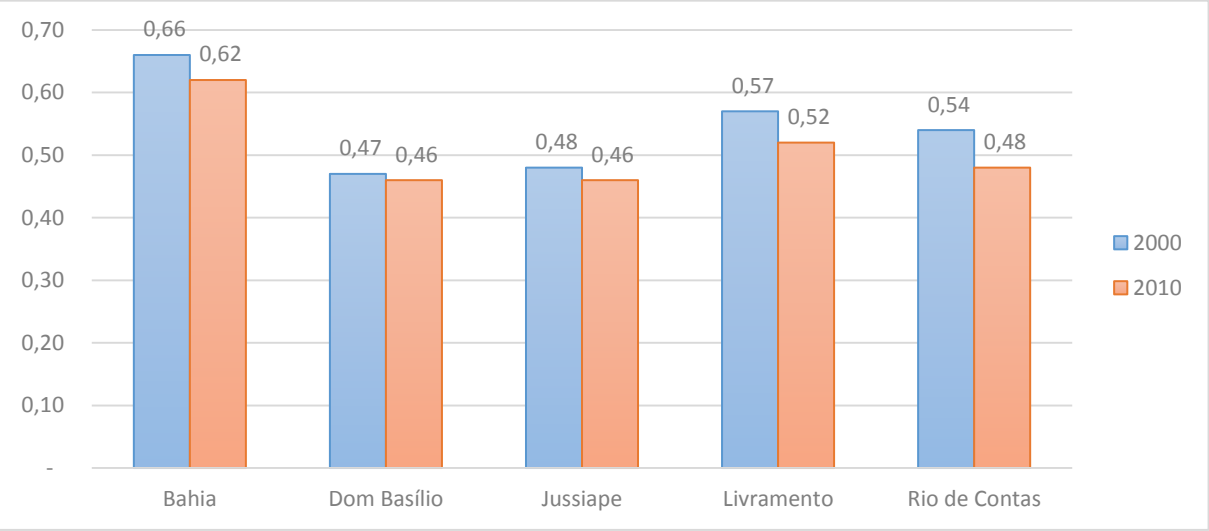
Proporção média, na Bahia, superior a 96% das casas ligadas a rede de energia elétrica, certamente pode ser apontado como resultado do Programa Luz para Todos, mas ainda assim, é preciso avançar. Uma clara evidência da importância de que o direcionamento das políticas públicas em níveis superiores a escala municipal é fundamental para a superação de problemas, pois como visto, no que se refere a infraestrutura e serviços urbanos são questões que afetam a maior parte dos municípios do Estado da Bahia, por exemplo.

A média na Bahia é de 96,36% e na região PSCD é um pouco maior, com 96,44% dos domicílios ligados a rede de luz. Esta é a única proporção que a região estudada possui número melhor do que o apresentado pelo estado. A proporção de domicílios ligados a rede de energia elétrica nos municípios que compõe a região fica entre 96% e 98%. Entretanto, não há como desconsiderar o fato de que aproximadamente 800 domicílios ainda estão às escuras. Dentre todos os problemas que este fato pode representar, há um impacto econômico, pois, a energia elétrica é que permite a irrigação em terras agrícolas, conforme notou-se em visitas de campo realizadas no município de Livramento em regiões onde ainda não há energia elétrica.

4.8 DESIGULDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

As cidades que compõe a região PSCD ainda possui um cenário de muita desigualdade, em que pese estar em situação bem melhor que a apresentada no Estado da Bahia. O Coeficiente de Gini medido nos municípios da região, ilustrado no Gráfico 26, demonstra que houve redução no grau de desigualdade entre os anos de 2000 e 2010, com destaque para Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora. Dom Basílio e Jussiape são os municípios com menos desigualdade, apresentando um Coeficiente de Gini de 0,46, seguidos por Rio de Contas cujo coeficiente é de 0,48. Livramento de Nossa Senhora é quem apresenta o maior grau de desigualdade, com um coeficiente de 0,52.

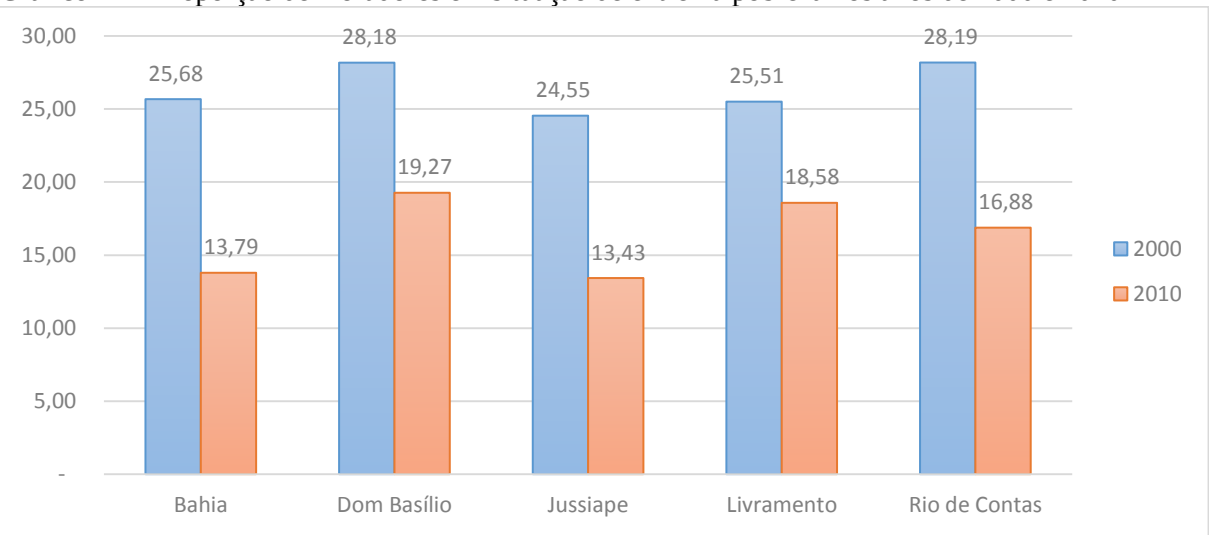
Gráfico 26 – Coeficiente de Gini na Bahia e nos municípios da região PSCD em 2000 e 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir de IBGE/Censo (2000, 2010).

Além de desigual, os municípios da região apresentam uma grande proporção de moradores em situação de extrema pobreza, ou seja, moradores cuja a renda domiciliar per capita é igual ou inferior a R$ 70,00 mensais. Ressalta-se a queda desta proporção nos municípios da região PSCD, que no ano 2000 aproximava-se de 30%, no ano de 2010, está inferior a 20%, mas ainda assim com bastante significância, ilustrado pelo Gráfico 27. Dom Basílio é quem apresenta a maior proporção de moradores em condição de extrema pobreza no ano de 2010, com 19,27%. Jussiape é a única cidade da região cuja proporção é inferior a proporção do Estado da Bahia, com 13,43%. Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas possuem a proporção de 18,58% e 16,88%, respectivamente.

Gráfico 27 – Proporção de moradores em situação de extrema pobreza nos anos de 2000 e 2010



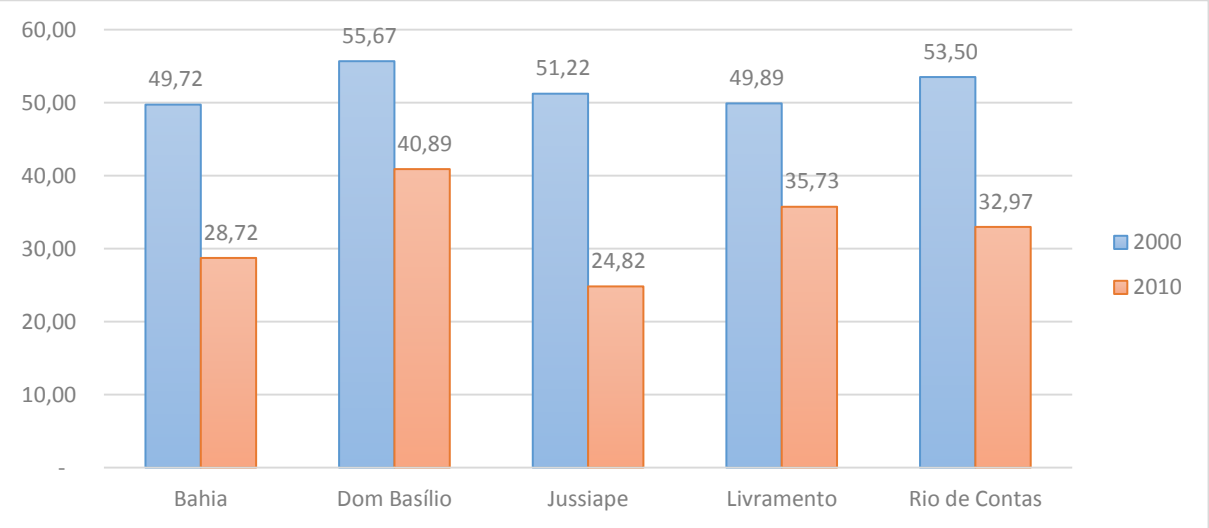
Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003, 2013).

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo PNUD também apresenta a proporção em condição de pobreza, caracterizado por moradores com renda domiciliar per capita inferior a R$ 140,00 mensais e em condição de vulnerabilidade social, cuja renda domiciliar per capita é inferior a R$ 255,00 mensais, apresentados pelos Gráficos 28 e 29, cujos dados assustam ainda mais.

Mais uma vez, Jussiape, mesmo sendo o município com menor PIB e menor PIB per capita entre os municípios da região é quem tem menos moradores em condição de pobreza e de vulnerabilidade social, 24,82% e 51,09%, respectivamente. Isto não significa necessariamente que seja um desempenho, pois mais de metade da população se encontra em condição de vulnerabilidade social.

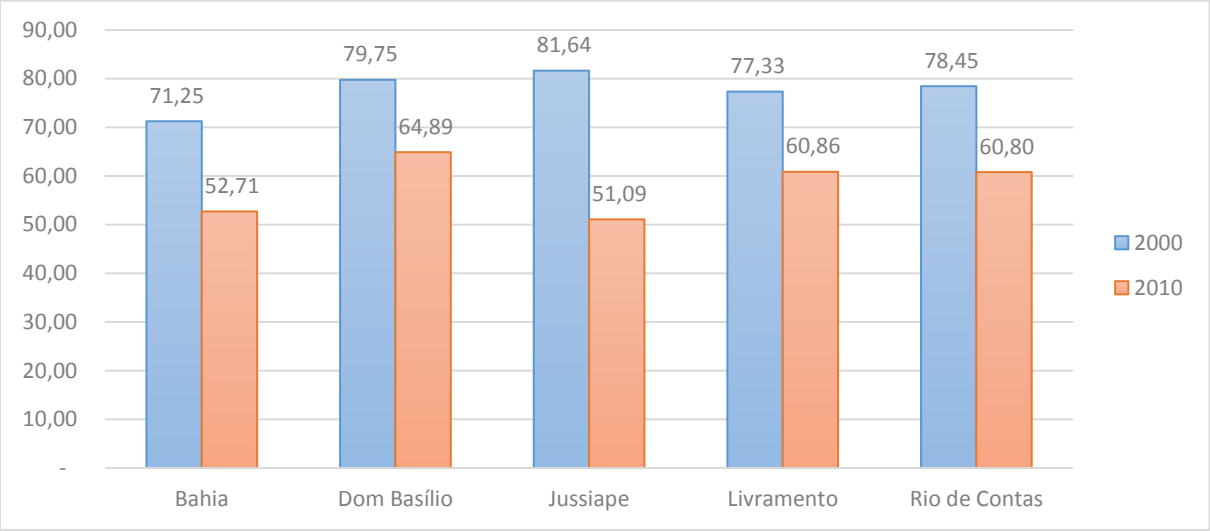
As maiores proporções entre as cidades da região estão em Dom Basílio, que tem o maior PIB per capita da PSCD. Em 2010, mais de 40% da população se encontrava em situação de pobreza e aproximadamente 65% em condição de vulnerabilidade social. Em Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, a proporção de moradores em condição de vulnerabilidade social é de cerca de 60% e a proporção de pobreza é de 35,73% e 32,97%, respectivamente.

Gráfico 28 – Proporção de moradores em situação de pobreza nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003, 2013).

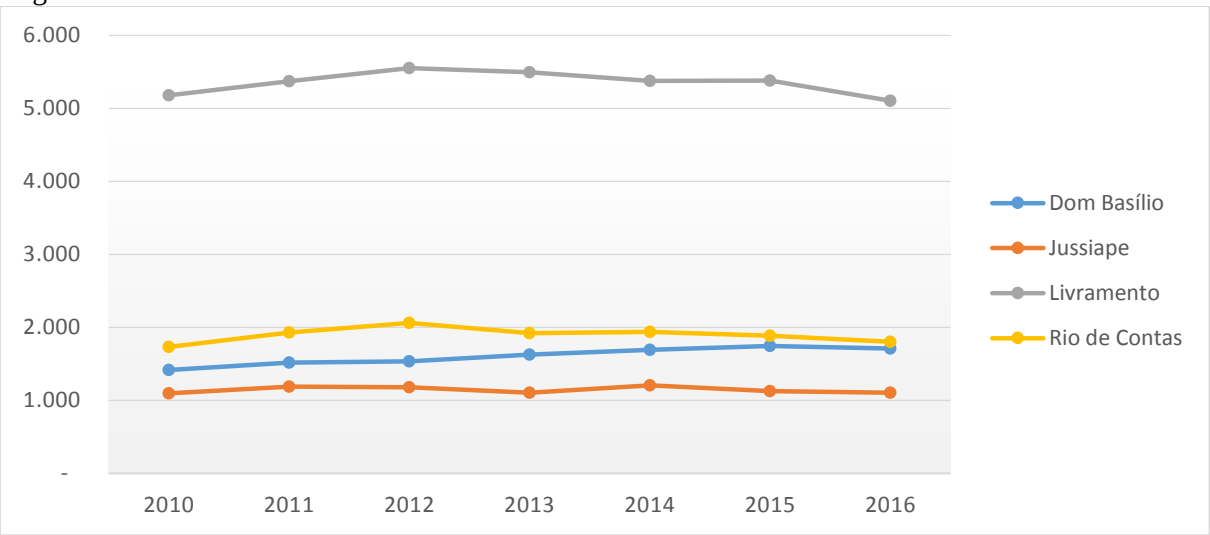
Gráfico 29 – Proporção de moradores em vulnerabilidade social nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003, 2013).

O elevado número de famílias em condições sociais vulneráveis está refletido num número significativo de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, cujo objetivo é a transferência direta de renda. Em Dom Basílio, conforme ilustra o Gráfico 30, houve um crescimento no número de famílias beneficiárias, nas demais cidades houve uma oscilação não significativa. No ano de 2016, são mais de 5.100 famílias beneficiárias em Livramento de Nossa Senhora, mais de 1.800 em Rio de Contas, aproximadamente 1.700 em Dom Basílio e cerca de 1.100 em Jussiape.

Gráfico 30 – Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família nos municípios da Região PSCD entre 2010 e 2016

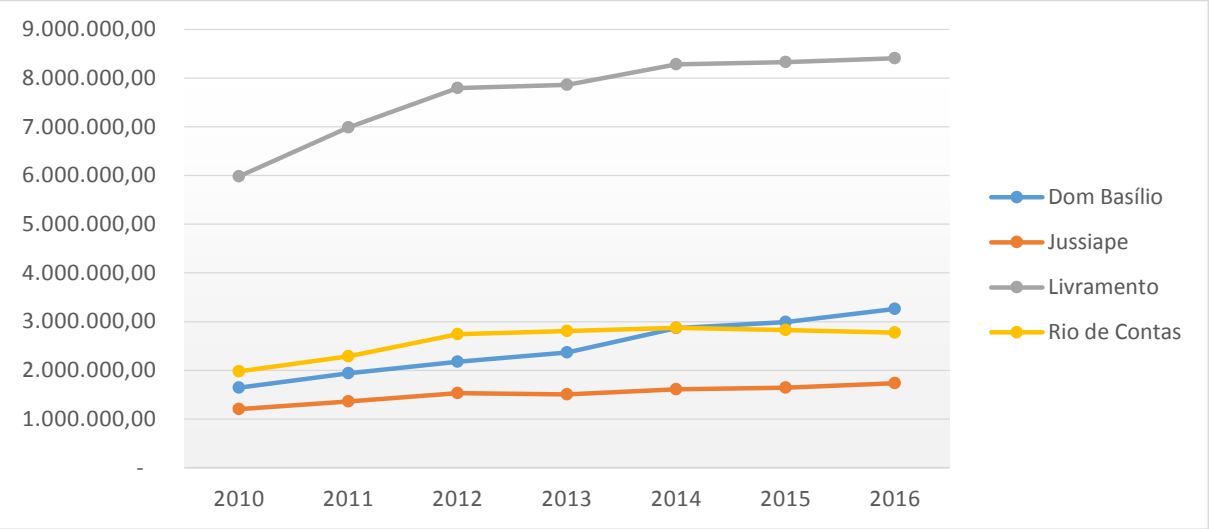


Fonte: Elaboração Própria a partir de MDS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Este montante de famílias beneficiárias representam um representativo volume de recursos transferidos diretamente às famílias dos municípios. O gráfico 31, demonstra que em

Livramento de Nossa Senhora, no ano de 2016 foram mais de 8 milhões e 400 mil reais transferidos, ante menos de 6 milhões transferidos no ano de 2010. Proporcionalmente o acréscimo transferido foi inferior ao medido em Dom Basílio, que em 2016 já supera os 3 milhões e 200 mil, quase dobrando o valor que era repassado em 2010. Jussiape saltou de pouco mais de 1 milhão e 200 mil em 2010 para mais de 1 milhão e 700 mil em 2016, enquanto Rio de Contas saiu de aproximadamente 2 milhões em 2010 para aproximadamente 2 milhões e 800 mil em 2016.

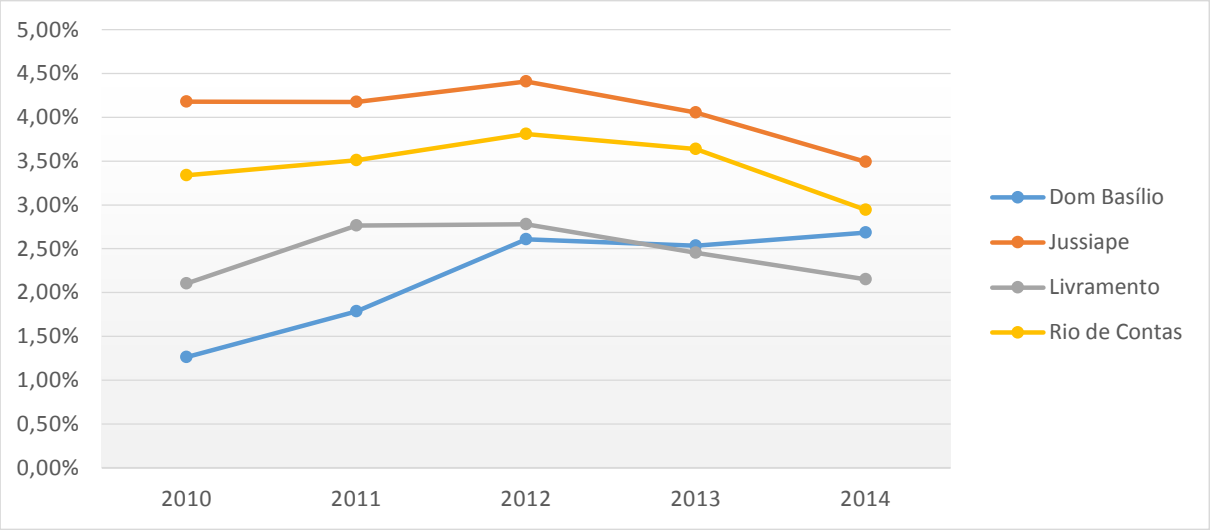
Gráfico 31 – Recursos de Transferência Direta de Renda através do Bolsa Família para os municípios da Região PSCD



Fonte: Elaboração Própria a partir de MDS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Estes recursos têm representatividade no total do PIB dos municípios, importância esta que cresceu entre os anos de 2010 a 2012, conforme ilustra o Gráfico 32. De 2012 para 2014 o percentual de participação no PIB dos recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família só cresceu em Dom Basílio, tendo reduzido nos demais. Mesmo com a queda nos últimos 2 anos, as transferências do Bolsa Família representam quase 3,5% do PIB de Jussiape, aproximadamente 3% em Rio de Contas, cerca de 2,7% em Dom Basílio e mais de 2% do PIB de Livramento de Nossa Senhora.

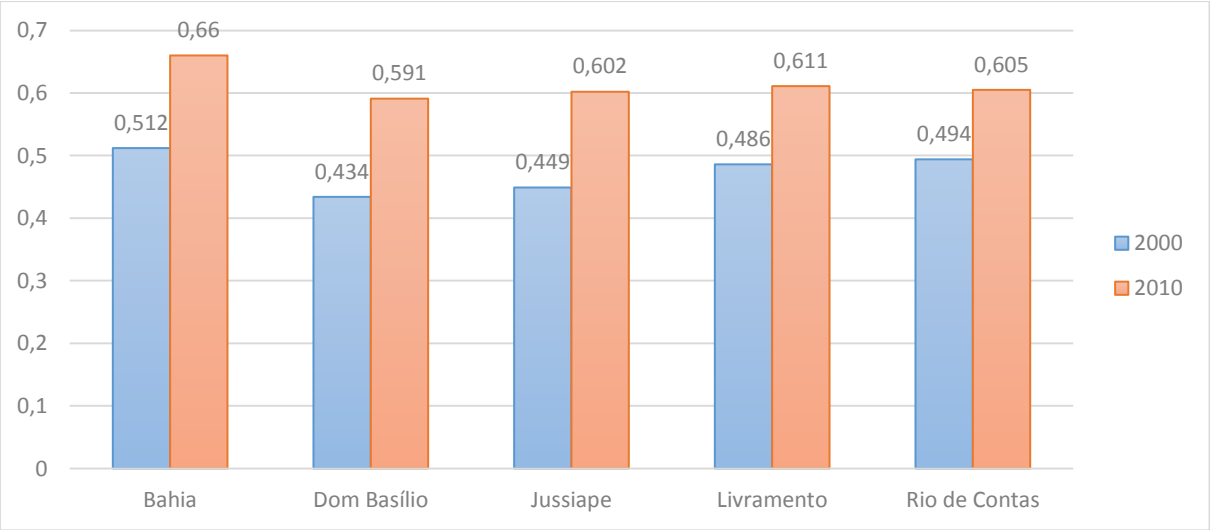
Gráfico 32 – Percentual do PIB do Município da Região PSCD das Transferências Direta de Renda do Bolsa Família



Fonte: Elaboração Própria a partir de MDS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014) e IBGE/PIB Municipal (2010, 2011, 2012, 2013, 2014).

No que tange o desenvolvimento humano, retratado pelo do Índice de Desenvolvimento Humano, percebe-se que os municípios que compõe a região PSCD, estão em patamar inferior a realidade do Estado da Bahia, porém apresentam melhora entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto o IDH da Bahia atinge 0,66 em 2010, Gráfico 33, o melhor desempenho entre os municípios da região PSCD é Livramento de Nossa Senhora, registrando 0,611. Jussiape e Dom Basílio foram as cidades que mais evoluíram neste quesito, contudo, Dom Basílio ainda está na última posição com 0,591. Jussiape, por sua vez, já se aproximou do índice medido em Rio de Contas, registrando 0,602 e 0,605, respectivamente.

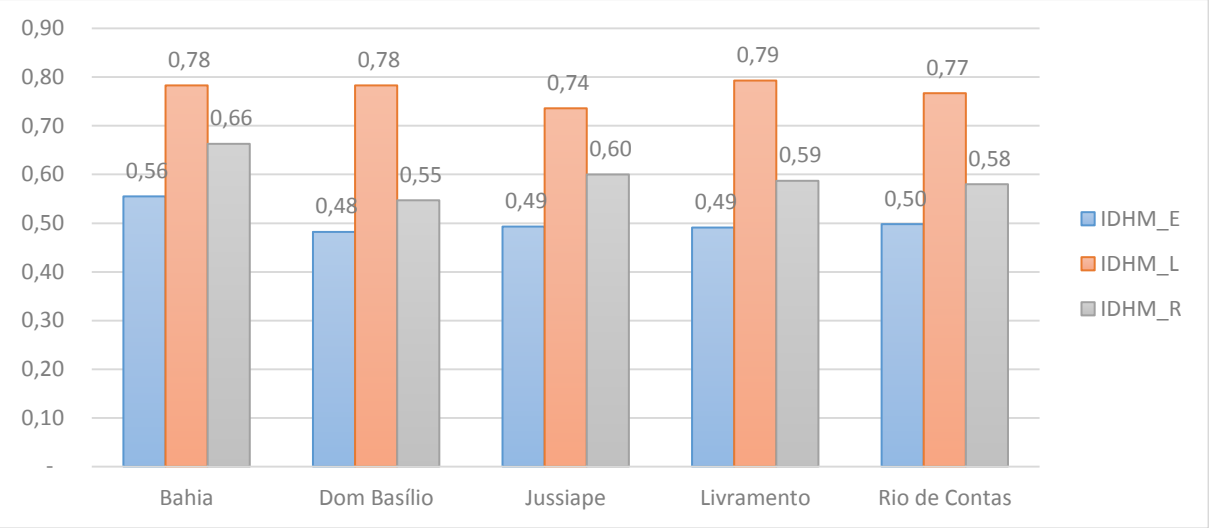
Gráfico 33 – Índice de Desenvolvimento Humano por município da região PSCD e da Bahia no ano de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003, 2013).

O IDH é calculado a partir de 3 sub índices, que caracterizam a longevidade, educação e renda. A partir do registro destes sub índices em separado, no ano de 2010, Gráfico 34, percebe-se que o melhor comportamento nos municípios que compõe a PSCD e na Bahia é o que está relacionado a longevidade. O desempenho das cidades da região é bem próximo a realidade da Bahia, com o índice se aproximando de 0,78. Na outra ponta, o pior desempenho é no índice de educação, cujos desempenhos nas cidades da região são ainda piores do que no Estado da Bahia. Na Bahia o índice de educação é de 0,56, enquanto que nos municípios da região gira em torno de 0,49. No índice relacionado a renda, o comportamento das cidades da PSCD também é inferior ao percebido no estado. O pior desempenho entre os municípios neste quesito é o de Dom Basílio, com 0,55, nos demais, aproximam-se de 0,59.

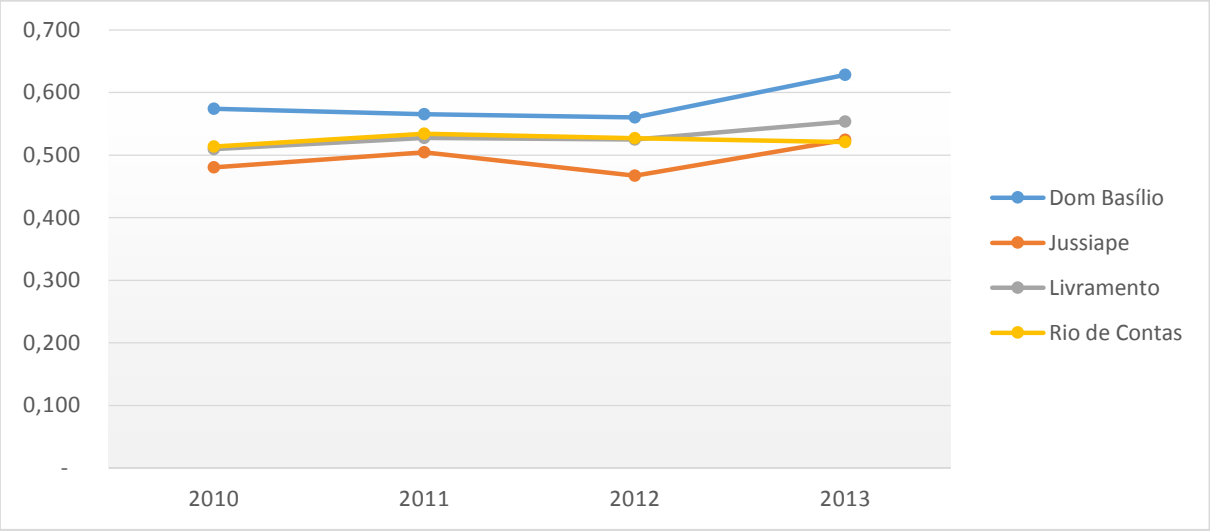
Gráfico 34 – IDH por setor no ano de 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Um outro índice com objetivo semelhante ao IDH é o Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos (IPESE), desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pelo IPESE, Gráfico 35, Dom Basílio é a cidade com melhor performance socioeconômica, atingindo 0,629 em 2013, mantendo o melhor desempenho entre os municípios da região desde 2010 e com distância significativa para os demais. Rio de Contas, que chegou a ocupar a segunda colocação em 2010, no ano de 2013 é quem tem o pior desempenho da região, 0,521. Livramento de Nossa Senhora é quem tem o segundo melhor desempenho com 0,554 e Jussiape assumiu em 2013 a terceira colocação com 0,524.

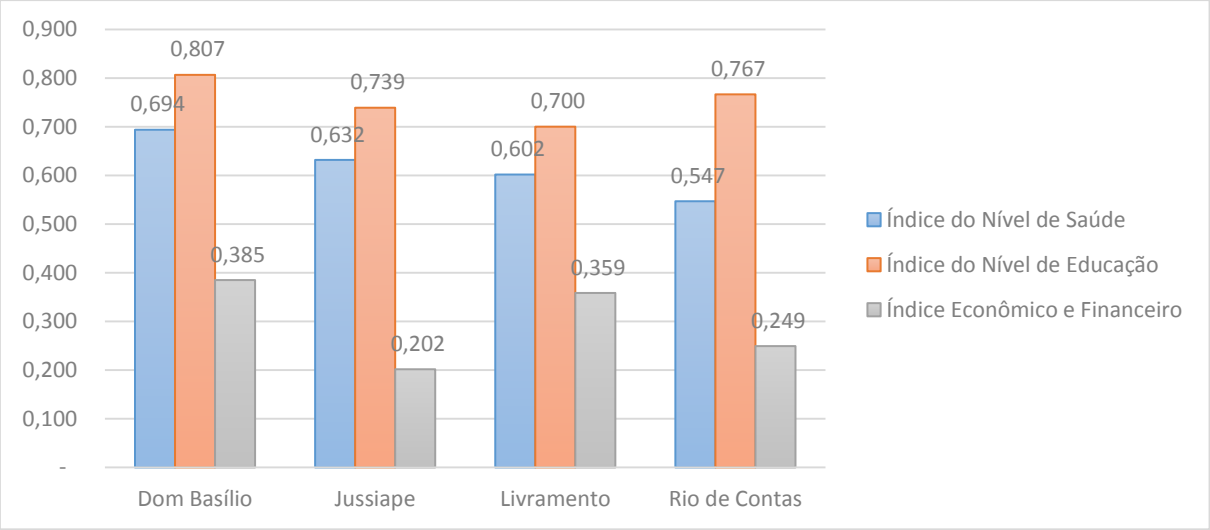
Gráfico 35 – Evolução do IPESE nos municípios da PSCD entre 2010 e 2013



Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/IPESE (2010, 2011, 2012, 2013).

O IPESE, a exemplo do IDH, também é medido a partir de 3 sub índices, o Índice do Nível de Saúde, o Índice do Nível de Educação e o Índice Econômico e Financeiro. Pelo IPESE, no entanto, o pior desempenho das cidades da região é no Índice Econômico e Financeiro, Gráfico 36. A educação, que é o setor que os municípios tiveram menor desempenho no IDH, por divergência metodológica, é o que melhor se coloca no IPESE. Destaque-se a cidade de Dom Basílio que tem comportamento melhor que as demais em todos os sub índices.

Gráfico 36 – Composição do IPESE em 2013



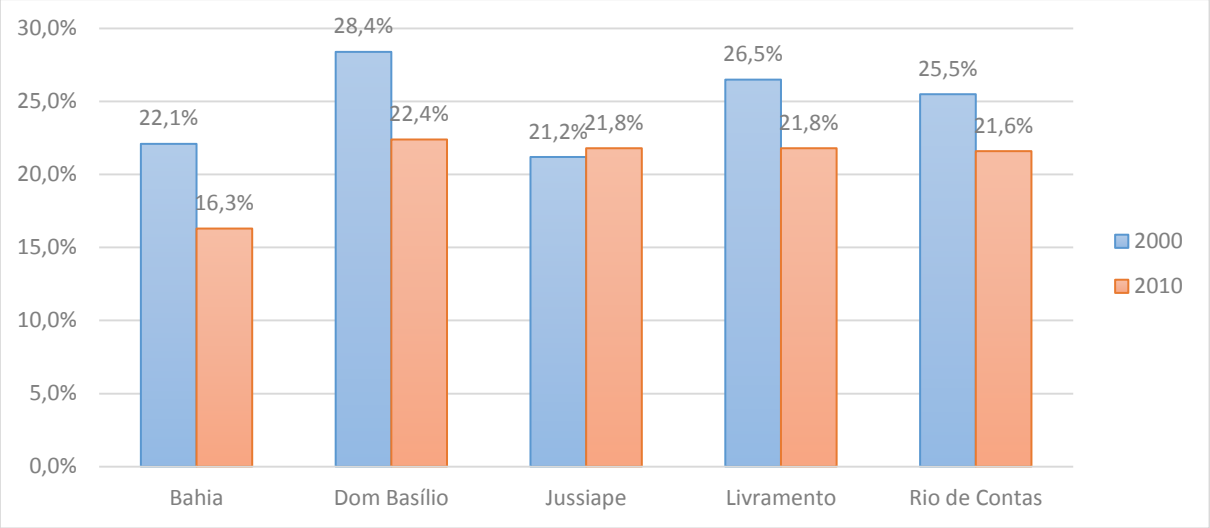
Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/IPESE (2013).

4.9 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo também é impactante entre os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina, número superior ao registrado na Bahia pelo Censo de 2010. Enquanto a

taxa de analfabetismo no estado é de aproximadamente 16%, Gráfico 37, nas cidades da PSCD este percentual supera os 20%, o que significa dizer que uma a cada cinco pessoas é analfabeta. Apesar de terem percentual próximo entre as cidades, Dom Basílio é quem tem o pior indicador com 22,4% de analfabetos, enquanto Rio de Contas, com o melhor desempenho, tem 21,6% de analfabetos. Livramento de Nossa Senhora e Jussiape apresentam o mesmo percentual de analfabetos, 21,8%. Jussiape foi a única cidade que aumentou o percentual de analfabetos entre os anos de 2000 e 2010. A maior redução foi no município de Dom Basílio.

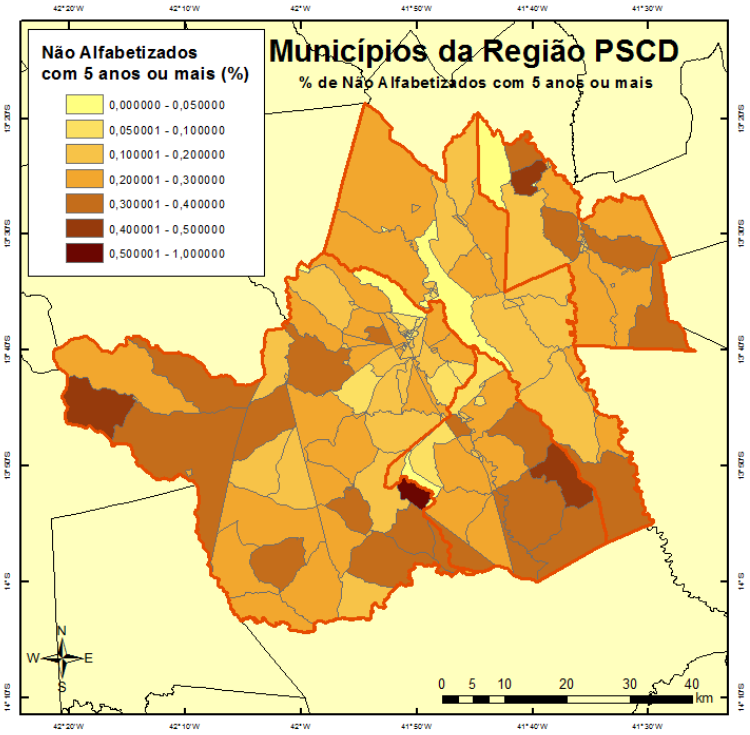
Gráfico 37 – Taxa de Analfabetismo nos municípios que compõe a PSCD e na Bahia em 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo (2010).

Na Região PSCD, conforme ilustra a Figura 23, na maior parte do território, o percentual de moradores não alfabetizados no período correto, até os 5 anos de idade, varia entre 20% e 40%. Em Rio de Contas é um pouco inferior com a média ao longo dos setores censitários variando majoritariamente entre 10% e 30%.

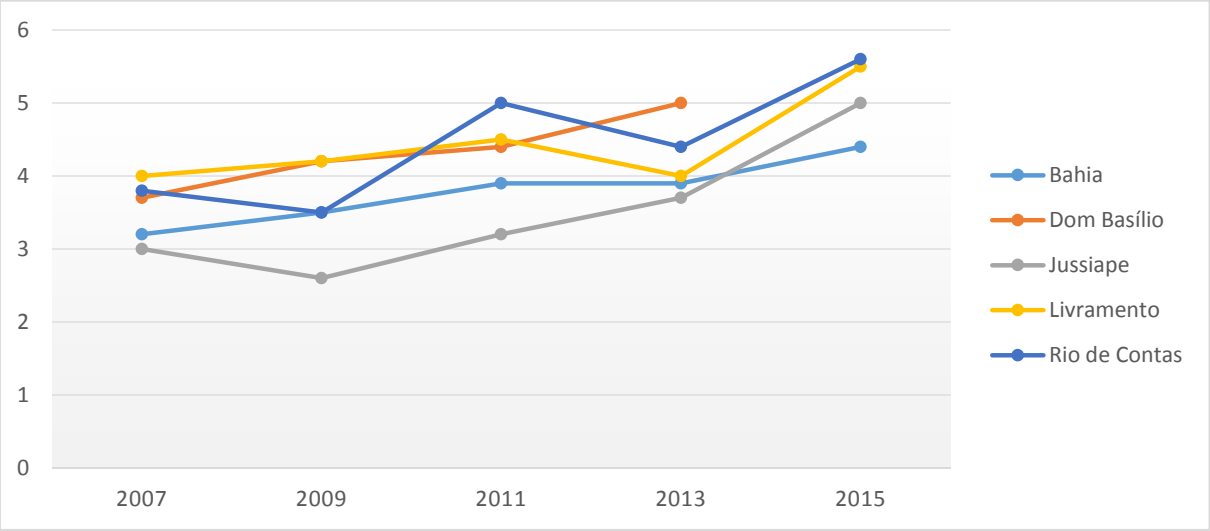
Figura 23 – Percentual de Não Alfabetizados com 5 anos ou mais por Setor Censitário nos Municípios da Região PSCD em 2010



Fonte: Elaboração Própria.

Nos municípios da PSCD o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), parâmetro utilizado como medida da qualidade do ensino, para a 4ª série e 5º ano, o desempenho é superior ao que é percebido na Bahia, cuja nota foi 4,4. Há uma oscilação nas notas entre os anos de 2007 e 2015, mas a avaliação tem evoluído. As melhores notas, no ano de 2015, Gráfico 38, são dos municípios de Rio de Contas e Livramento de Nossa Senhora, com nota 5,6 e 5,5, respectivamente. Jussiape aparece com nota 5 e não se foi calculado a nota em Dom Basílio neste ano.

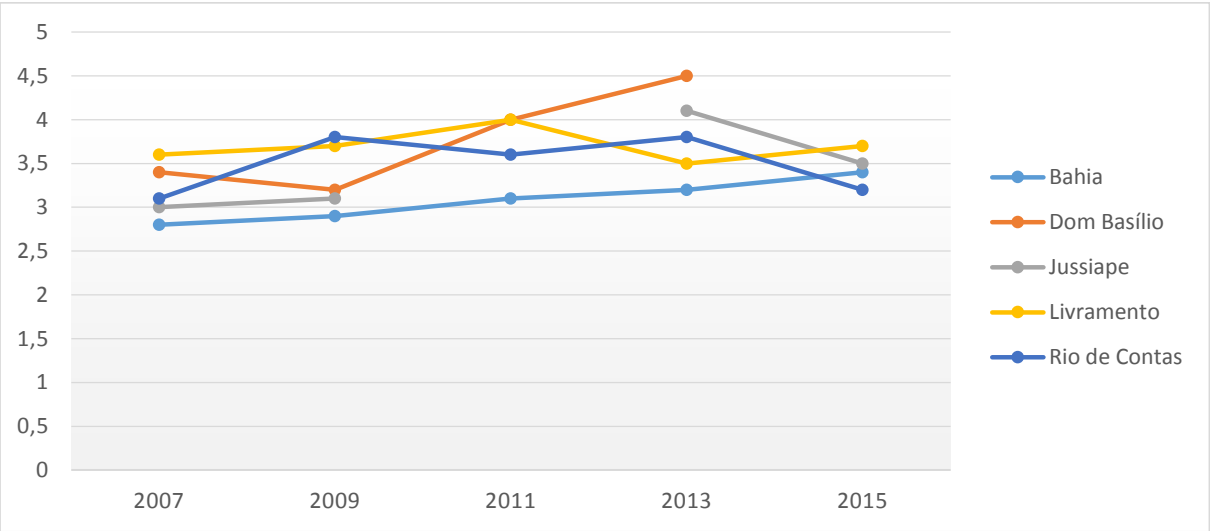
Gráfico 38 – IDEB 4ª Série e 5º Ano



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

Já no IDEB 8ª série e 9º ano a média na Bahia é superior do que no município de Rio de Contas, que se analisar os extremos da série histórica apresentada no Gráfico 39, vê se que pouco mudou, saiu de 3,1 para 3,2 em 2015. Situação semelhante ao que acontece com a cidade de Livramento de Nossa Senhora, detentora do melhor desempenho neste quesito, que saiu da nota 3,6 e ficou com a nota 3,7 em 2015. O município de Dom Basílio apresentou uma evolução considerável entre 2007 e 2013, quando passou da nota 3,4 para nota 4,5, contudo não houve cálculo referente ao ano de 2015. Jussiape apresentou uma melhora em 2013, porém posteriormente a nota reduziu significativamente, saindo de 4,1 para 3,5 em 2015.

Gráfico 39 – IDEB 8ª Série e 9º Ano



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

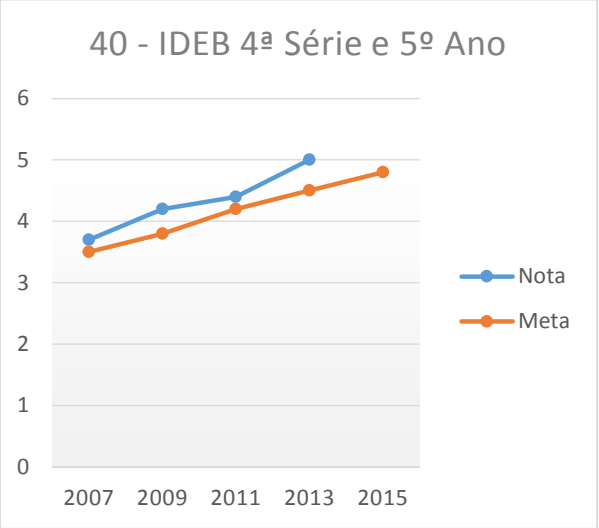
Dom Basílio até o ano de 2013 conseguiu alcançar notas superiores às metas estipuladas para o IDEB 4ª série e 5º ano e IDEB 8ª série e 9º ano, apresentando uma crescente na série temporal

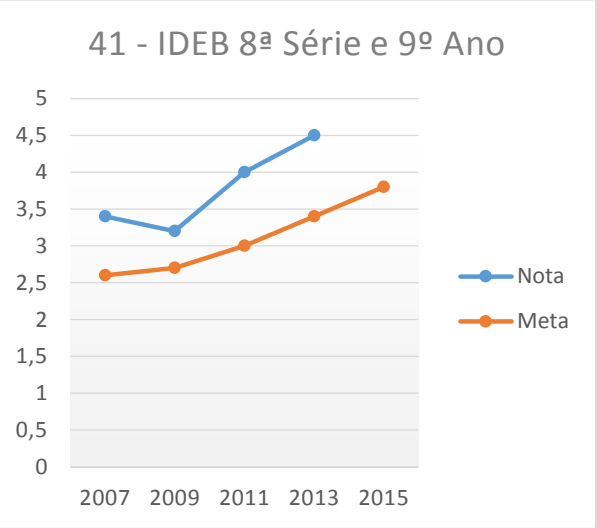
apresentada nos Gráficos 40 e 41. Não houve nota no ano de 2015. Jussiape, Gráfico 42, no IDEB 4ª série e 5º ano só conseguiu superar a meta no ano de 2015, mas está longe da meta do IDEB 8ª série e 9º ano, Gráfico 43.

Em Livramento de Nossa Senhora o desempenho no IDEB 4ª série e 5º ano manteve-se acima da meta estipulada entre os anos de 2007 e 2011, tendo ficado bem abaixo em 2013 e voltando a superar a meta, de forma significativa no ano de 2015, conforme ilustra o Gráfico 44. No IDEB 8ª série e 9º ano o desempenho sempre foi abaixo da meta, mesmo que se mantendo próximo entre 2007 e 2011, em 2013 e 2015 o desempenho piorou e houve distanciamento da meta estipulada, Gráfico 45.

No IDEB 4ª série e 5º ano, a cidade de Rio de Contas, tem oscilado nas notas medidas entre 2007 e 2015, Gráfico 46, tendo apresentando um resultado bem acima da meta no último ano medido. Situação ruim é no IDEB 8ª série e 9º ano, Gráfico 47, que de 2009 para cá apresenta uma curva descendente e está se distanciando ainda mais da meta indicada.

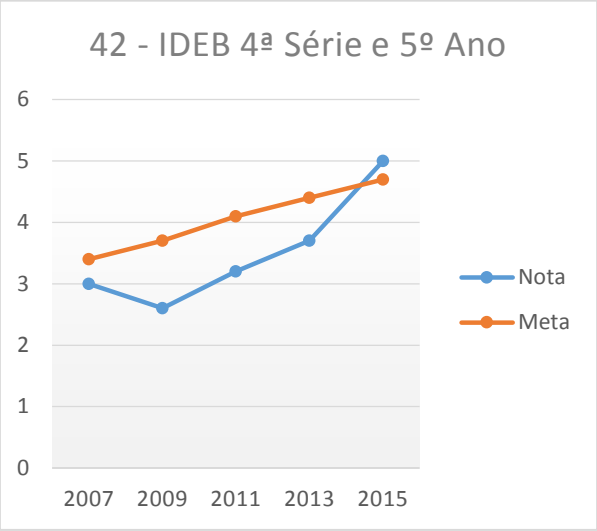
Gráficos 40 e 41 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Dom Basílio

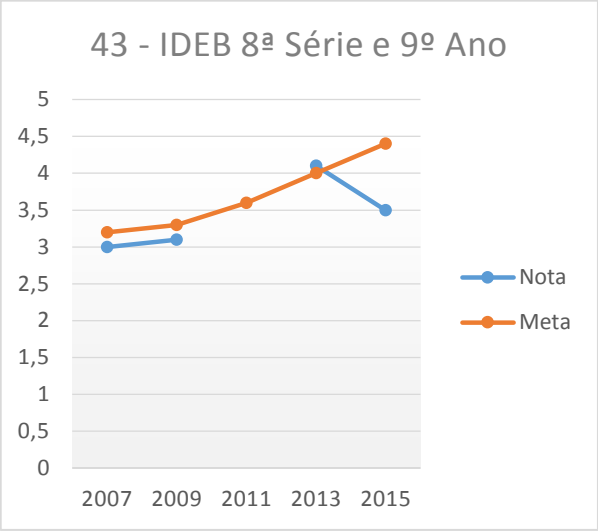




Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

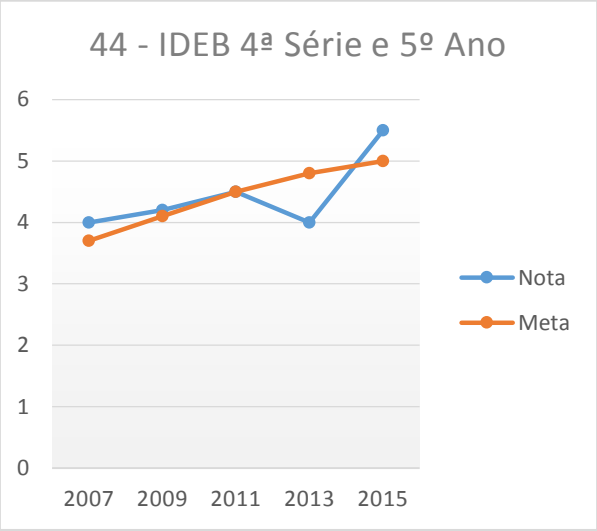
Gráficos 42 e 43 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Jussiape

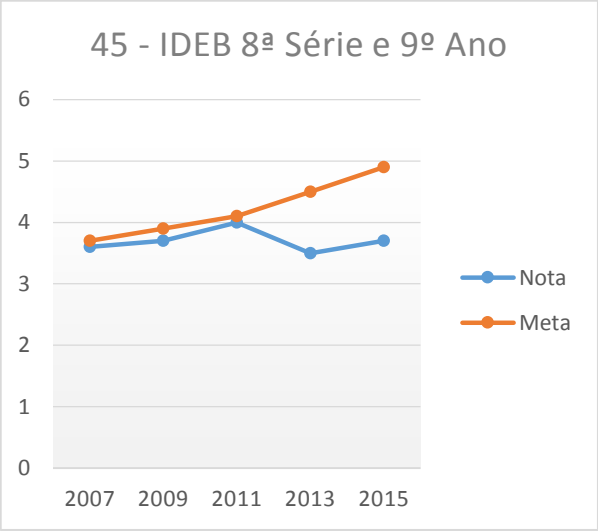




Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

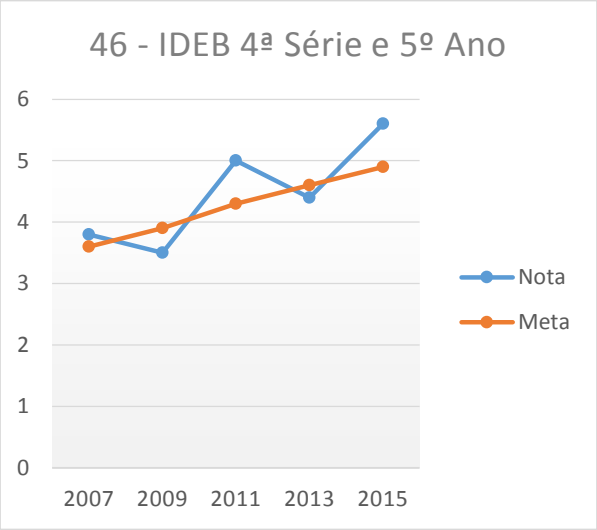
Gráficos 44 e 45 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Livramento de Nossa Senhora

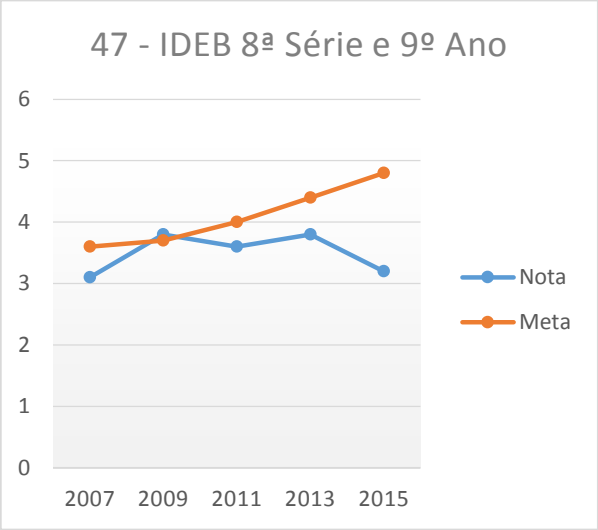




Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

Gráficos 46 e 47 – Notas e Metas IDEB 4ª Série e 5º Ano e 8ª Série e 9º Ano no município de Rio de Contas





Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/IDEB (2007, 2009, 2011, 2013, 2015).

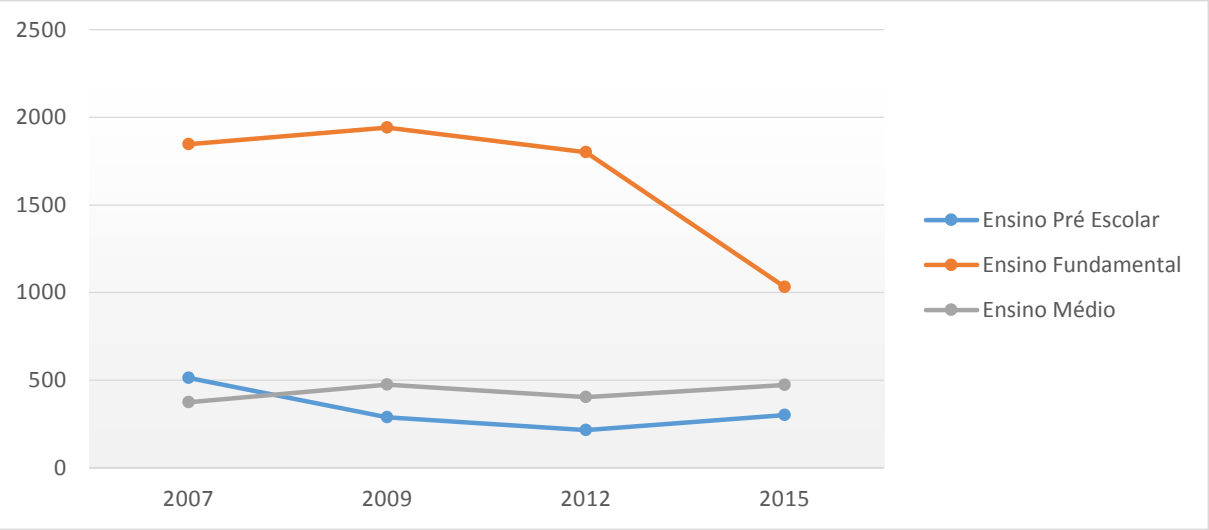
Não há registro de nenhum estabelecimento de ensino particular no município de Dom Basílio até o ano de 2013, Tabela 8. Sendo assim, o serviço educacional é ofertado exclusivamente pelo poder público, possuindo em 2013, 27 estabelecimentos com oferta de vagas para pré escola, 29 para o ensino fundamental e apenas uma no ensino médio. O Gráfico 48 mostra que o município reduziu em aproximadamente 800 as vagas ofertadas para o ensino fundamental entre 2007 e 2015. Também houve redução de cerca de 200 vagas na pré escola e foram ofertadas 100 novas vagas no ensino médio ao longo destes anos.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Dom Basílio

Nível Escolar	Dependência Administrativa	2007	2009	2011	2013
Pré-Escola	Pública	28	32	27	27
	Privada	0	0	0	0
Ensino Fundamental	Pública	29	31	26	29
	Privada	0	0	0	0
Ensino Médio	Pública	3	1	1	1
	Privada	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2007, 2009, 2011, 2013).

Gráfico 48 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Dom Basílio



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/Censo Educacional (2007, 2009, 2012, 2015).

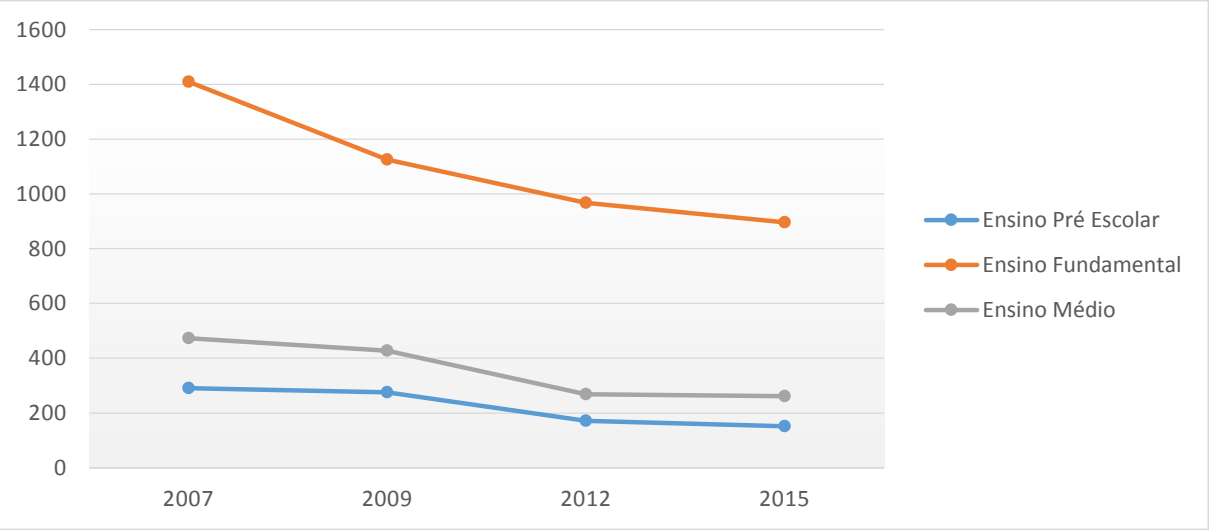
Já Jussiape possui ensino pré-escolar e fundamental num estabelecimento privado. De 2007 para 2009 houve redução para menos de um terço no número de estabelecimentos públicos de pré-escola e para menos de um quarto no ensino fundamental, conforme indica a Tabela 9. Dois novos estabelecimentos passaram a ofertar vagas no ensino fundamental entre 2011 e 2013. O número de estabelecimentos que ofertam o ensino médio é constante ao longo da série temporal apresentada. O Gráfico 49 demonstra a queda no número de vagas ofertadas em todos os níveis de ensino no município.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Jussiape

Nível Escolar	Dependência Administrativa	2007	2009	2011	2013
Pré-Escola	Pública	23	7	7	7
	Privada	1	1	1	1
Ensino Fundamental	Pública	25	6	7	8
	Privada	1	1	1	1
Ensino Médio	Pública	2	2	2	2
	Privada	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2007, 2009, 2011, 2013).

Gráfico 49 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Jussiape



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/Censo Educacional (2007, 2009, 2012, 2015).

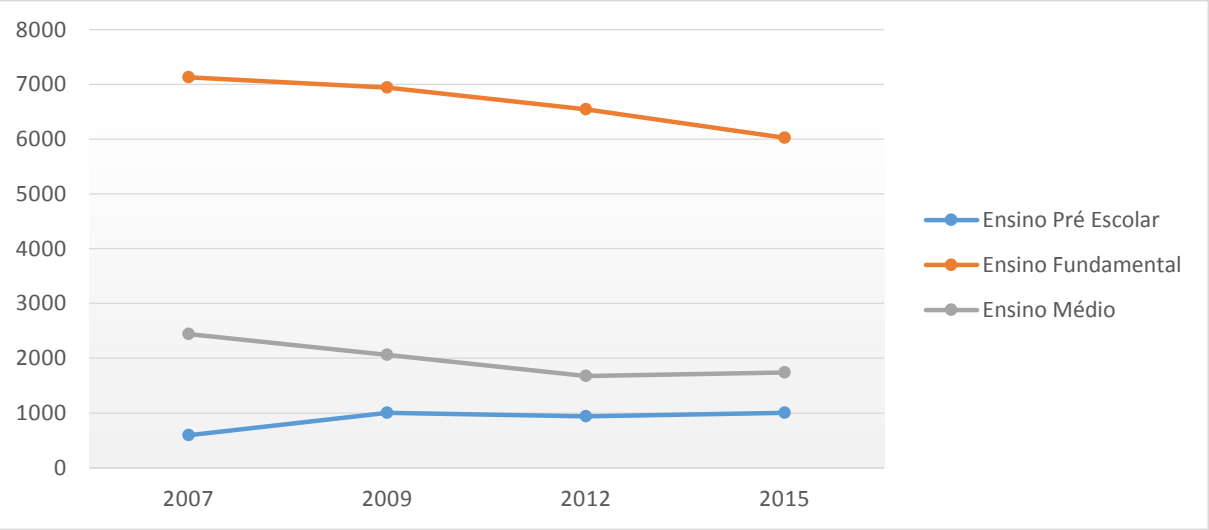
Em Livramento de Nossa Senhora, conforme demonstrado na Tabela 10, o número de estabelecimentos públicos que ofertam a pré-escola aumentou significativamente de 2007 para 2009, de lá para cá tem reduzido, mas ainda assim, em 2013 possui um número superior ao que apresentava em 2007. A rede privada ofertando a pré-escola chega a 5 em 2013. No ensino fundamental, de 2007 para 2013 reduziu-se em 21 unidades a rede de estabelecimentos públicos e chegou a 5 na rede privada. As vagas no ensino médio também reduziram o número de estabelecimentos, saindo de 8 em 2007 para 2 em 2013, com um estabelecimento privado. De 2007 até 2015, Gráfico 50, a oferta de vagas na pré-escola e no ensino fundamental tem apresentado uma curva decrescente, no entanto, está havendo incremento na quantidade de vagas ofertadas no ensino médio.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Livramento de Nossa Senhora

Nível Escolar	Dependência Administrativa	2007	2009	2011	2013
Pré-Escola	Pública	66	83	76	70
	Privada	2	4	1	5
Ensino Fundamental	Pública	106	98	91	85
	Privada	2	4	1	5
Ensino Médio	Pública	8	8	2	2
	Privada	1	1	0	1

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2007, 2009, 2011, 2013).

Gráfico 50 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Livramento de Nossa Senhora



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/Censo Educacional (2007, 2009, 2012, 2015).

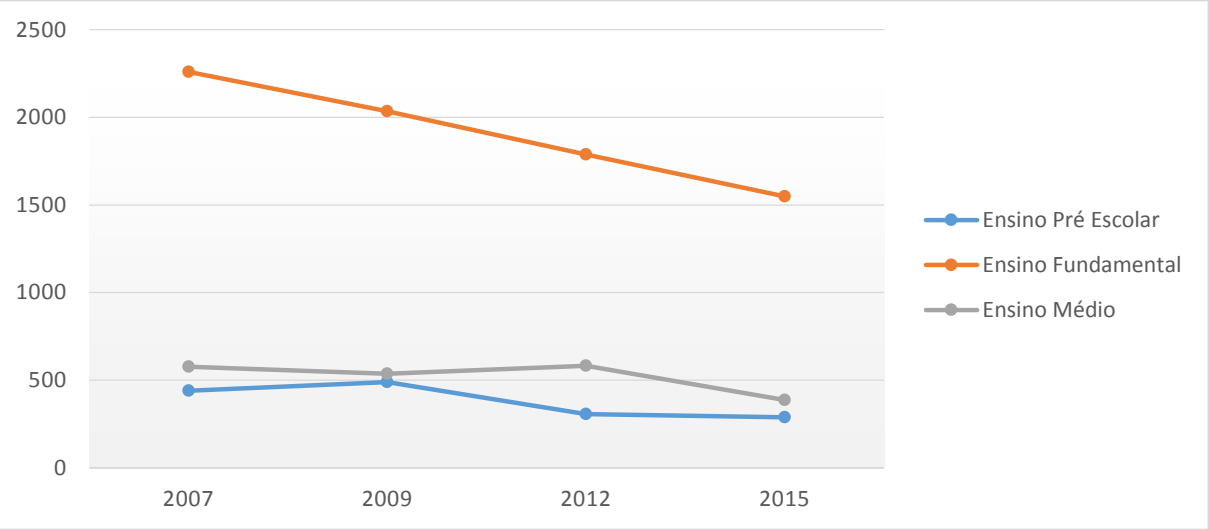
Na cidade de Rio de Contas existem dois estabelecimentos privados com ensino pré-escolar e um com a oferta do ensino fundamental, como indica a Tabela 11. Também houve no município uma redução significativa no número de estabelecimentos que ofertam vagas na pré-escola e no ensino fundamental. O número de estabelecimentos com vagas no ensino médio aumentou uma unidade, chegando a 4 em 2013. O Gráfico 51 mostra queda no número de vagas ofertadas em todos os níveis, sendo que, a redução se dá de forma mais acentuada no ensino fundamental.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos por dependência administrativa no município de Rio de Contas

Nível Escolar	Dependência Administrativa	2007	2009	2011	2013
	Pública	39	28	21	16
Pré-Escola	Privada	1	2	2	2
	Pública	50	33	26	21
Ensino Fundamental	Privada	1	1	1	1
	Pública	3	3	3	4
Ensino Médio	Privada	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir de SEI/Anuário Estatístico da Bahia (2007, 2009, 2011, 2013).

Gráfico 51 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Pré-Escolar, Fundamental e Médio no município de Rio de Contas



Fonte: Elaboração própria a partir de INEP/Censo Educacional (2007, 2009, 2012, 2015).

4.10 ASPECTOS DA SAÚDE

A expectativa de vida ao nascer cresceu nos municípios que formam a PSCD, um comportamento semelhante ao que se viu no Brasil. No ano de 2010, a maior expectativa de vida ao nascer é no município de Livramento de Nossa Senhora, se aproximando dos 73 anos, indicado na Tabela 12. A pior expectativa de vida ao nascer é em Jussiape, com aproximadamente 69 anos. Em Dom Basílio a expectativa de vida para os que nasceram em 2010 se aproxima de 72 anos, enquanto em Rio de Contas fica em torno de 71 anos.

Tabela 12 – Expectativa de vida ao nascer

	2000	2010
Dom Basílio	65,20	71,97
Jussiape	64,34	69,17
Rio de Contas	66,55	71,01
Livramento	65,20	72,60

Fonte: Elaboração própria a partir de PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

A taxa de mortalidade infantil nos municípios da região PSCD estão bem acima da média registrada no Brasil, que em 2014 era de 14,40 a cada 1000 nascidos vivos. Apenas em Livramento de Nossa Senhora a taxa de mortalidade infantil é próxima da realidade no Brasil, conforme indicado na Tabela 13, com 16,79. Rio de Contas fica próximo do dobro da taxa no Brasil com aproximadamente 26 mortes a cada 1000 nascidos vivos. Dom Basílio chega a taxa de 32 e Jussiape atinge 32,79, com a taxa mais elevada entre as cidades da região.

Tabela 13 – Taxas de Mortalidade Infantil no ano de 2014

	Taxa de mortalidade infantil
Dom Basílio	32,00
Jussiape	32,79
Rio de Contas	26,32
Livramento	16,79

Fonte: Elaboração própria a partir de DataSUS (2014).

Desde o ano de 2010, a exceção de Livramento de Nossa Senhora, tem-se a cobertura de 100% dos habitantes pelas Equipes de Saúde da Família, conforme indicam as Tabelas 14, 15, 16 e 17. Livramento de Nossa Senhora, no entanto, atingiu 90% a partir do ano de 2014. Porém, Livramento de Nossa Senhora é quem oferta o serviço de média complexidade para os municípios da região, fato que pode ser ilustrado pelo número de leitos hospitalares, pois a cidade representa mais de 75% do total de leitos da região. É em Livramento de Nossa Senhora também que se encontra a maior parte dos médicos e enfermeiros que servem a região.

Tabela 14 – Estatísticas de Saúde no município de Dom Basílio

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leitos Hospitalares	11	11	9	7	7	7
Médicos	16	14	14	19	14	14
Enfermeiros	5	9	10	12	19	18
Equipes de PSF	4	4	4	4	4	4
Cobertura de Equipes PSF	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de DataSUS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Tabela 15 – Estatísticas de Saúde no município de Jussiape

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leitos Hospitalares	17	17	5	5	5	5
Médicos	17	17	12	12	12	12
Enfermeiros	7	12	13	8	8	9
Equipes de PSF	4	4	4	4	4	4
Cobertura de Equipes PSF	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de DataSUS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Tabela 16 – Estatísticas de Saúde no município de Livramento de Nossa Senhora

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leitos Hospitalares	92	92	92	92	92	92
Médicos	50	65	55	71	71	72
Enfermeiros	25	32	33	33	33	38
Equipes de PSF	8	9	9	10	12	12
Cobertura de Equipes PSF	60%	67%	67%	76%	90%	90%

Fonte: Elaboração própria a partir de DataSUS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Tabela 17 – Estatísticas de Saúde no município de Rio de Contas

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leitos Hospitalares	11	11	17	17	17	17
Médicos	16	12	10	11	11	12
Enfermeiros	7	6	8	8	9	9
Equipes de PSF	5	5	5	5	5	5
Cobertura de Equipes PSF	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de DataSUS (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

4.11 CONDIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO

Apenas 6,63% da população total da região possui emprego formal, indicado pela Tabela 18. Em 2015 apenas 5.262 pessoas, das quase 80 mil, que moram na região possuem vínculo formal de emprego. A maior proporção na relação empregos formais e população estimada entre os municípios da região é na cidade de Livramento de Nossa Senhora, com 7,59% do total da população estando empregada formalmente. Com percentual próximo está a cidade de Jussiape com 7,14%. No entanto, em Dom Basílio apenas 4,31% da população possui emprego formal e em Rio de Contas é apenas 5,24%.

Tabela 18 – Número de Empregos Formais e População Estimada em 2015 por município da PSCD

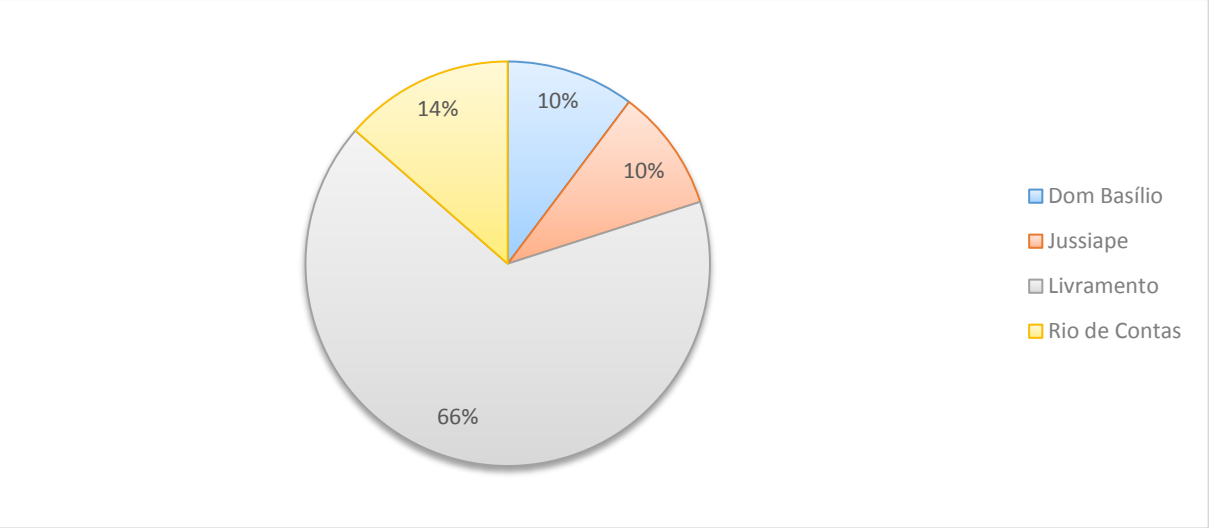
	Empregos Formais	População Estimada	%
Dom Basílio	539	12.499	4,31%
Jussiape	516	7.229	7,14%
Livramento	3.493	46.035	7,59%
Rio de Contas	714	13.616	5,24%
PSCD	5.262	79.379	6,63%

Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015) e IBGE/Estimativa Populacional (2015).

Livramento de Nossa Senhora é o município com mais empregos formais da PSCD, conforme ilustra Gráfico 52, com 66% do total. Seguido por Rio de Contas com 14% e Jussiape e Dom Basílio representam 10% do total cada um. A participação certamente está vinculada à

população de cada cidade, porém, não se trata de uma relação direta. Dom Basílio tem população bem superior à de Jussiape e o número de empregos formais é bem próximo.

Gráfico 52 – Participação nos empregos formais da região PSCD em 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015).

O grande empregador da região é a administração pública, com 41,24%, número bem próximo ao que o comércio e o serviço somados representam, totalizando 41,15%, Tabela 19. A agropecuária mesmo sendo importante elemento econômico da região, poucos são os empregos formais registrados, apenas 6,21%, ficando atrás até da indústria que representa 8,27%. A construção civil por sua vez representa 3,07%.

Analisando de forma segregada os municípios, vê-se ainda mais a importância que a administração pública possui na geração de empregos, chegando a representar mais de 80% do total de empregos formais no município de Jussiape. Em Rio de Contas e Dom Basílio os números também superam a metade, atingindo 61,17% e 52,05%, respectivamente. Mesmo em Livramento de Nossa Senhora, cidade com maior dinâmica econômica da região, a administração pública representa aproximadamente um terço do total. Em Livramento de Nossa Senhora, o comércio e os serviços em conjunto são os maiores empregadores, seguido da administração pública. Nos demais municípios a situação inverte e a administração pública é o maior empregador, seguido do comércio e dos serviços.

Tabela 19 – Empregos formais em 2015 por setor econômico

	Dom Basílio	Jussiape	Livramento	Rio de Contas	PSCD
Extrativa mineral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Indústria de transformação	5,07%	1,31%	10,27%	4,38%	8,27%
Serviços industriais de utilidade pública	0,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,06%
Construção Civil	0,33%	0,00%	4,43%	0,00%	3,07%
Comércio	25,37%	12,34%	31,24%	19,71%	27,72%
Serviços	9,33%	4,99%	15,55%	10,51%	13,43%
Administração Pública	52,05%	81,36%	31,46%	61,17%	41,24%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	7,36%	0,00%	7,05%	4,23%	6,21%

Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015).

Os vínculos empregatícios são basicamente regidos pela CLT e Estatutário, em todos os municípios que compõe a região PSCD, Tabela 20. Poucos são os vínculos temporários ou celebrados através de contrato. Em Jussiape e Rio de Contas a maior parte são do regime estatutário, já que a administração pública se coloca como grande empregadora. Em Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio as contratações pela CLT são majoritárias.

Tabela 20 – Tipo de vínculo dos empregos formais em 2015

	Dom Basílio	Jussiape	Livramento	Rio de Contas	PSCD
CLT U/ PJ Ind	51,21%	15,31%	62,18%	33,47%	52,57%
CLT U/ PF Ind	1,11%	0,00%	0,97%	0,14%	0,78%
CLT R/ PJ Ind	1,86%	0,19%	1,57%	0,42%	1,31%
CLT R/ PF Ind	3,71%	0,00%	4,32%	2,66%	3,61%
Estatutário	0,56%	64,15%	25,94%	55,18%	31,05%
Estatutário RGPS	35,99%	0,00%	0,00%	0,00%	3,69%
Estatutário não Efetivo	3,71%	4,46%	3,98%	4,62%	4,09%
Temporário	0,37%	15,50%	0,00%	2,94%	1,96%
CLT U/ PJ Determinado	0,00%	0,00%	0,14%	0,00%	0,10%
CLT U/ PF Determinado	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,02%
Diretor	0,19%	0,39%	0,09%	0,56%	0,19%
Contrato Prazo Determinado	0,00%	0,00%	0,77%	0,00%	0,51%
Contrato Lei Municipal	1,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%

Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015).

A população da PSCD empregada possui nível médio de escolaridade, sendo a maioria em todos os municípios da região, representando mais de 60% do total da região, Tabela 21. Em Dom Basílio e Rio de Contas há uma parcela mais significativa de empregados com nível superior,

ficando próximo dos 20%. Livramento e Jussiape não chega nem aos 10%. Não há registro de emprego formal com Mestrado ou Doutorado em nenhum dos municípios, no lado oposto a participação de analfabetos nos empregos formais também é irrisória.

Tabela 21 – Grau de escolaridade dos empregos formais em 2015

	Dom Basílio	Jussiape	Livramento	Rio de Contas	PSCD
Analfabeto	0,37%	0,00%	0,57%	0,00%	0,42%
Até 5ª Incompleto	7,05%	2,71%	5,38%	2,52%	4,90%
5ª Completo Fundamental	3,71%	3,68%	3,46%	1,68%	3,27%
6ª a 9ª Fundamental	7,05%	1,55%	5,81%	2,94%	5,13%
Fundamental Completo	7,05%	9,11%	5,50%	2,52%	5,61%
Médio Incompleto	2,97%	2,13%	5,38%	1,26%	4,26%
Médio Completo	48,24%	73,45%	62,12%	70,59%	62,96%
Superior Incompleto	0,37%	0,00%	1,83%	0,70%	1,35%
Superior Completo	23,19%	7,36%	9,93%	17,79%	12,11%
Mestrado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Doutorado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015).

Esta baixa qualificação da mão de obra tem reflexo direto com o nível salarial. Sendo assim, como os empregos formais da região são em sua grande maioria para pessoas com no máximo o nível médio concluído, mais de 80% do total dos empregos em todos municípios da região chega no máximo a 2 salários mínimos, Tabela 22. Destes, a maior parte está na faixa de 1,01 a 1,50 salários mínimos. Menos de 5% dos empregos formais recebem mais de 4 salários mínimos, sendo que em Livramento a faixa salarial de 3,01 a 4,00 salários mínimos possui até uma certa representatividade, com quase 5% do total.

Tabela 22 – Faixa salarial em salários mínimos dos empregos formais em 2015

	Dom Basílio	Jussiape	Livramento	Rio de Contas	PSCD
Até 0,50	0,19%	0,39%	0,80%	0,56%	0,67%
0,51 a 1,00	7,05%	49,61%	11,11%	36,13%	17,86%
1,01 a 1,50	52,13%	36,82%	58,35%	40,20%	53,14%
1,51 a 2,00	23,93%	6,40%	13,48%	10,36%	13,44%
2,01 a 3,00	11,32%	4,46%	7,53%	8,26%	7,72%
3,01 a 4,00	1,86%	0,97%	4,21%	1,96%	3,34%
4,01 a 5,00	2,97%	0,58%	1,86%	0,84%	1,71%
5,01 a 7,00	0,19%	0,39%	0,74%	0,70%	0,65%
7,01 a 10,00	0,37%	0,19%	0,49%	0,56%	0,46%
10,01 a 15,00	0,00%	0,00%	0,14%	0,00%	0,10%
15,01 a 20,00	0,00%	0,00%	0,06%	0,14%	0,06%
Mais de 20,00	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%	0,04%
Não classificado	0,00%	0,19%	1,17%	0,28%	0,84%

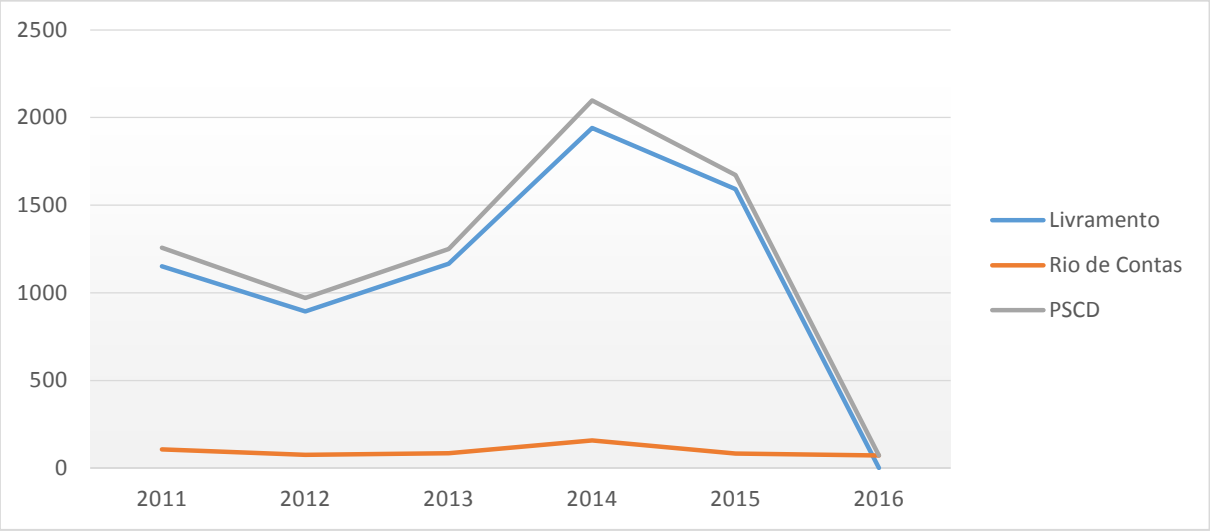
Fonte: Elaboração própria a partir de MTE/RAIS (2015).

4.12 RELAÇOES COM O COMÉRCIO EXTERIOR

Importante ressaltar que as informações que tratam das importações e exportações apresentadas nesta sessão estão vinculadas ao domicílio fiscal das empresas que atuam com o mercado externo, isto significa dizer que não necessariamente são produções das cidades estudadas. Tanto nas exportações quanto nas importações, o total da região é basicamente a relação comercial existente por empresas sediadas em Livramento de Nossa Senhora, aparecendo com pouca significância, empresas de Rio de Contas.

Como pode ser visto no Gráfico 53, não houve nenhum registro de transação comercial de exportação no ano de 2016 de empresas com domicílio fiscal nos municípios da PSCD. Nos últimos 6 anos, o ápice aconteceu em 2014, quando foram exportados aproximadamente 2 milhões de dólares. O principal produto exportado é a manga.

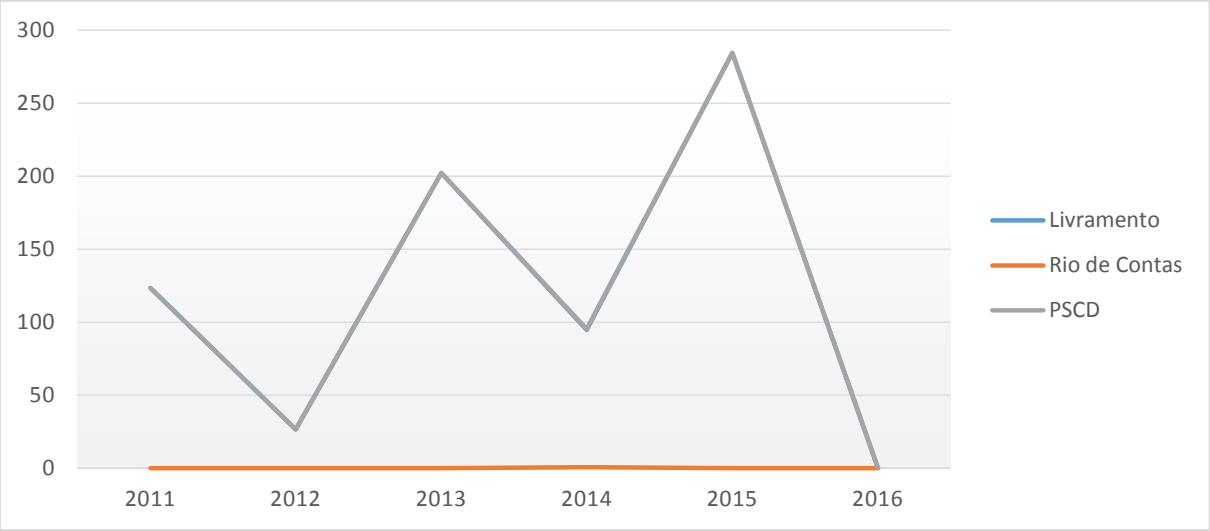
Gráfico 53 – Exportações de empresas com sede em municípios da PSCD em 1000 US$



Fonte: Elaboração própria a partir de MDIC/Balança Comercial dos Municípios Brasileiros (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

A exemplo do que aconteceu com as exportações, não há registro de importação por parte de empresas com domicílio fiscal nos municípios da PSCD, tendo registrado o maior volume no ano de 2015 com aproximadamente 300 mil dólares, conforme ilustra o Gráfico 54. O principal produto importado está relacionado a embalagens, bolsas ou sacos.

Gráfico 54 – Importações de empresas com sede em municípios da PSCD em 1000 US$



Fonte: Elaboração própria a partir de MDIC/Balança Comercial dos Municípios Brasileiros (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

5 DIAGNÓSTICO E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA

Diante dos indicadores e análises descritas no capítulo anterior, dá-se início a discussão dos reais problemas enfrentados pela região Portal Sul da Chapada Diamantina e de como o poder público tem enfrentado os mesmos. Não sem antes apresentar uma breve reflexão sobre a proposição de Angus Deaton, Prêmio Nobel da Economia em 2015, em seu livro intitulado A Grande Evasão, que busca despertar um novo debate envolvendo o desenvolvimento.

Para Deaton (2016), a desigualdade possui estreita relação com o desenvolvimento, com o progresso.

> Não rara as vezes, a desigualdade é uma consequência do progresso. As pessoas não enriquecem todas ao mesmo tempo, do mesmo modo que o acesso imediato aos mais recentes meios destinados a salvar vidas – sejam elas água potável, vacinas ou novos medicamentos de prevenção a doenças cardiovasculares – não é comum a todos. E as desigualdades, por seu turno, afetam o progresso. (DEATON, 2016, p. 19).

É a partir deste racional que Angus Deaton defende que o desenvolvimento não possa está relacionado apenas às questões de cunho econômico. Deaton (2016, p. 22) pontua que "a atual desigualdade global foi, em larga medida, gerada pelo sucesso do crescimento econômico moderno".

Todavia, Deaton (2016) explica que a desigualdade não tem origem apenas econômica e desenvolve ao longo do seu livro uma série de argumentos que defendem a ideia de que questões sociais, retratadas ao longo do texto por aspectos ligadas à saúde, também geram desigualdade. Essa desigualdade se dá pelo acesso que a classe mais alta tem às novas tecnologias e modernos tratamentos que não são disponibilizados para as classes mais pobres, ou mesmo quando ofertados aos pobres, esta oferta se dá de maneira limitada. Há, portanto, uma diferença na expectativa de vida dos pobres e dos ricos. Esta diferença no acesso serviço de saúde, por exemplo, representa uma grande injustiça social.

A análise puramente econômica "perde completamente a força se o bem-estar for analisado com extremo rigor; as pessoas têm de estar numa situação melhor – ou não estar numa situação pior – no plano do bem-estar, não apenas no plano do nível de vida material." (DEATON, 2016, p. 27). Considerar apenas os aspectos sociais também é um erro em si mesmo.

Neste sentido, as análises aqui não se restringirão ao cunho econômico, em que pese ser esta a abordagem central das teorias de desenvolvimento regional, tratadas no capítulo 3 deste

trabalho. As perspectivas aqui apresentadas associarão os aspectos econômicos com questões sociais, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos moradores da região.

5.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA REGIÃO

A região Portal Sul da Chapada Diamantina possui uma população estimada no ano de 2016 pelo IBGE de aproximadamente 80 mil habitantes, majoritariamente rural, de baixa densidade demográfica, havendo maior concentração nas sedes municipais e em alguns pontos isolados na zona rural, normalmente nas sedes de distritos. Este povoamento de maneira dispersa ao longo do território dificulta a atuação do poder público.

Vem sofrendo um processo de urbanização, tendo em vista que a participação da população rural está reduzindo diante população urbana. Este processo de urbanização, aliado ao Programa Minha Casa Minha Vida representaram um forte crescimento da composição urbana, com o surgimento de novas ruas e até mesmo bairros inteiros, ampliando a demanda por ações de infraestrutura urbana nos municípios.

Os registros dos censos realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010 demonstram que a população da cidade de Jussiape está reduzindo, tanto na zona urbana quanto rural, e a projeção para o ano de 2016 acompanha este movimento. Rio de Contas por sua vez, apresentou uma queda populacional entre os anos de 2000 e 2010, especialmente em função da redução dos moradores da zona rural, mas as projeções realizadas apontam para a retomada do crescimento populacional. Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio mantiveram um crescimento populacional tímido na zona rural e de maior intensidade na zona urbana.

Como a população de Livramento de Nossa Senhora representa mais da metade da população da região, o seu crescimento garante o acréscimo da população da região Portal Sul da Chapada Diamantina. A distribuição entre homens e mulheres é uniforme, representando aproximadamente 50% cada.

A pirâmide etária dos moradores da região Portal Sul da Chapada Diamantina mostra a base mais larga indicando uma população mais jovem e uma pressão no mercado de trabalho. Nos municípios de Rio de Contas e Jussiape se percebe uma maior representatividade da população idosa. Esta diferença na estrutura da pirâmide etária deve direcionar políticas públicas específicas em cada um destes municípios.

Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio tem uma altitude em cerca de 450 metros, Jussiape está em torno de 538 metros e Rio de Contas é a cidade com localização mais alta, se aproximando dos 1000 metros. O clima na região é majoritariamente semiárido, apenas Rio de Contas tem o clima subúmido a seco.

Esta diferença climática está refletida no índice pluviométrico, com Rio de Contas apresentando a maior pluviosidade anual com cerca de 800 mm por ano. Livramento de Nossa Senhora se aproxima de 700 mm por ano e Rio de Contas e Jussiape apresentam aproximadamente 600 mm e 500 mm por ano, respectivamente.

A região faz parte da Bacia do Rio de Contas, sendo que Jussiape também faz parte da Bacia do Paraguaçu e Rio de Contas também está inserida na Bacia do Rio São Francisco. Há na região apenas uma área irrigada, no município de Livramento de Nossa Senhora, que é o Perímetro Irrigado do Brumado, cujo abastecimento de água é garantido pela Barragem Luiz Vieira, que está localizado na cidade de Rio de Contas.

Na maior parte do território, a irrigação das plantações agrícolas depende dos lençóis freáticos, pois a irrigação se dá através dos poços tubulares. Em essência são cultivos familiares e o principal produto é o maracujá. As denominadas aguadas ou açudes também possuem papel relevante, mas são mais aproveitados na criação animal.

O cenário de seca é predominante na região e há sérias restrições à água para o consumo humano. Em muitas comunidades o abastecimento é realizado através de sistemas simplificados a partir de poços tubulares não havendo o tratamento adequado da água como nas estações. Neste quesito, a construção de cisternas tem tido papel fundamental, pois quando o período de chuva possibilita um armazenamento de água adequado, garante condições minimamente dignas às famílias.

Diante da deficiência na infraestrutura hídrica existe a necessidade de abastecimento por parte de caminhões pipas em muitas áreas, que são despejados em reservatórios coletivos ou quando não existem tais reservatórios, diretamente nas casas. No entanto, existem situações extremas que se recorre a barramentos, açudes e lagoas. Tal realidade não garante a qualidade da água consumida por grande parte dos moradores da região, os deixando vulneráveis a uma série de doenças.

O PIB da região Portal Sul da Chapada Diamantina é ditado pelo comportamento do PIB de Livramento de Nossa Senhora, cuja participação é de 61%. Houve uma queda entre os anos de 2010 a 2011 e depois foi retomado o crescimento. Jussiape mantém-se com o PIB praticamente estável, Rio de Contas apresenta um crescimento constante nos últimos anos, mas de pouca expressão e Dom Basílio teve forte queda entre 2010 e 2012, quando retomou a linha ascendente, no entanto, ainda não alcançou o patamar do ano de 2010.

Tem-se o setor de serviços como carro chefe da economia da região, posto que era ocupado pelo setor agropecuário no ano de 2010, considerando a segregação do setor de serviços no setor público e no setor privado. O setor industrial tem uma pequena participação. A queda percebida no setor agropecuário se deu de maneira mais acentuada na cidade de Dom Basílio, porém, em 2014 o setor cresceu significativamente, pelo forte crescimento em Jussiape, Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora e pela retomada do crescimento em Dom Basílio.

Empresas situadas em Livramento de Nossa Senhora exportavam até o ano de 2015, sendo a manga *in natura* o principal produto, chegando a movimentar 2 milhões de dólares. Havia também registros na balança comercial referente à importação, principalmente de produtos relacionados a embalagens, bolsas ou sacos, chegando a comercializar 300 mil dólares. As relações com o comércio externo foram interrompidas em 2016 com o declínio da produção agrícola na região que está direcionada exclusivamente para o mercado interno. A interrupção no ciclo de comercialização com o mercado externo é mais um dos reflexos da crise hídrica vivida na região.

Diante da forte queda no setor agropecuário em Dom Basílio, o PIB Per Capita no município reduziu significativamente, mas ainda assim, é a cidade com maior PIB Per Capita da região Portal Sul da Chapada Diamantina, bem próximo à realidade do município de Livramento de Nossa Senhora. Rio de Contas está abaixo e Jussiape tem o pior PIB Per Capita, com um número significativamente inferior a Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio.

A queda significativa na renda da região resultante do declínio do setor agropecuário tem efeitos nos demais setores da economia. O comércio e os serviços são afetados diretamente pela redução da circulação de renda, deixando a região Portal Sul da Chapada Diamantina num cenário de dependência dos salários do funcionalismo público, das aposentadorias e da renda transferida pelo PBF.

Nos últimos dez anos houve uma tímida redução no coeficiente de Gini, indicando uma redução na desigualdade nos municípios da região. Em que pese a redução na proporção de moradores em situação de pobreza, extrema pobreza e vulnerabilidade social os índices são elevados. O percentual da população em condição de vulnerabilidade social em Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas supera 60% e em Jussiape está acima de 50%. Números que reforçam e justificam a existência do Programa Bolsa Família.

Há uma divergência nas informações referente ao desenvolvimento humano nos indicadores do IDH e IPESE, mas ambos apresentam evolução. A análise do IDH demonstra que a maior fragilidade no desenvolvimento humano está no setor de educação, área com melhor desempenho no IPESE. No IDH o índice relacionado ao setor de saúde é o que tem melhor desempenho, mas no IPESE o desempenho é intermediário. Estas divergências estão condicionadas pelas considerações metodológicas dos indicadores e demonstram a fragilidade nas análises “frias” dos números, ao serem realizadas maneira isolada.

No quesito infraestrutura, a região possui uma carência considerável, com destaque para os problemas com o esgotamento sanitário, pavimentação e iluminação pública. A cobertura da rede de abastecimento de água tem um percentual significativo, porém bem distante da realidade percebida no Estado da Bahia.

A abrangência da rede de energia elétrica supera 96% em todos os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina, mas em termos absolutos o número de domicílios sem cobertura não pode ser desconsiderado. Parte destes domicílios possui energia solar, mas capacidade é bem limitada. Ainda assim, a energia solar permite o acesso à rede mundial de computadores, preferido especialmente pelos mais jovens que abdicam do uso da televisão, por exemplo.

O acesso à rede de energia afeta diretamente a qualidade de vida aos moradores, por não lhes permitir o uso de muitos eletrodomésticos, e também dificulta a geração de renda, já que muitas propriedades permanecem improdutivas, pois a irrigação depende dos poços tubulares, que só apresentam viabilidade econômica quando são bombeados utilizando energia, tendo em vista que o custo com combustível é bastante elevado.

Por conta da grande extensão territorial dos municípios, a malha de estradas vicinais é imensa e como são na terra, a conservação e manutenção adequada torna-se algo extremamente complexo e oneroso aos municípios. Mais do que a circulação de pessoas, as condições das

estradas vicinais se colocam com empecilho para a produção e a movimentação econômica nas zonas rurais. Um dos reflexos direto é o aumento no custo do frete.

A taxa de analfabetismo na região ainda é bastante significativa, sendo que o percentual é ainda maior quando considerado a alfabetização no período correto. A cidade de Rio de Contas possui um desempenho melhor do que os demais municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina.

De modo geral, a qualidade do ensino no primeiro ciclo do ensino fundamental é boa, mas no segundo ciclo o desempenho está sendo abaixo do esperado. Apenas Dom Basílio possui um desempenho acima da meta estabelecida nos dois ciclos. Jussiape, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, conseguem superar a meta estabelecida para o primeiro ciclo, porém estão se distanciando do desempenho almejado para o segundo ciclo.

Está havendo uma redução nas matrículas no ensino fundamental em todos os municípios da região, enquanto o ensino pré-escolar e médio mantém-se relativamente estável. A estrutura escolar na região é basicamente toda no setor público, sendo que apenas em Livramento de Nossa Senhora há ofertas de vagas pelo setor privado nos três níveis de ensino.

A maior carência no setor educacional na região Portal Sul da Chapada Diamantina é a falta do ensino superior e a deficiência no ensino técnico. O ensino superior na região se restringe aos cursos na modalidade de Ensino à Distância (EAD), “obrigando” aqueles que almejam a formação superior a ter que se deslocar para outros centos.

Livramento de Nossa Senhora concentra os postos de trabalho formais da região Portal Sul da Chapada Diamantina, representando mais de 66% do total. O maior gerador de empregos na região é a administração pública, sendo que, em Livramento de Nossa Senhora, o setor de comércio e serviços tem representatividade. A qualificação dos profissionais é majoritariamente até o ensino médio completo. Esta baixa qualificação profissional está refletida na média salarial na região que é inferior a 1,5 salários mínimos.

No que tange as condições de saúde, a expectativa de vida apresenta uma crescente entre os anos de 2000 e 2010, mas as taxas de mortalidade infantil são bastante elevadas. Livramento de Nossa Senhora concentra a oferta de leitos hospitalares na região, bem como a oferta de médicos e de enfermeiras. Salienta-se que o serviço médico na região se limita a baixa e média

complexidade, este segundo atendido majoritariamente em Livramento de Nossa Senhora. Os serviços de alta complexidade são demandados em outras regiões.

A cobertura do serviço de saúde da família na região é de 100% em Dom Basílio, Jussiape e Rio de Contas e 90% em Livramento de Nossa Senhora. Apesar do elevado índice de cobertura, o serviço de saúde da família ainda apresenta margem considerável de melhora. Um dos pontos que podem ser destacados é que o atendimento médico não cumpre as 40 horas que preza o programa.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE POLÍTICA DA REGIÃO

Apesar da grande identidade histórica e cultural dos municípios, a sinergia na atuação política da região Portal Sul da Chapada Diamantina é frágil e, por isto, a região e de maneira especial o município de Livramento de Nossa Senhora, enquanto cidade polo, perdeu espaço para outras cidades vizinhas, a exemplo do município de Paramirim, de menor população e com expressividade econômica inferior e de Brumado, neste caso uma cidade com maior população e de mais expressiva pujança econômica.

A perca de investimentos governamentais para instalação de serviços públicos podem estar justificadas a partir do cenário político, abordado por Boisier (1996), já fundamentado neste trabalho. Esta deve ser a explicação para o fato do município de Paramirim ter atraído para si o Instituto Pedro Mello e também ter conseguido o credenciamento no plano de saúde Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (PLANSERV).

Ambos representam grandes atrativos de pessoas das cidades circunvizinhas, que certamente tem impactado negativamente na atividade econômica livramentense. O Instituto Pedro Mello atrai pessoas da região Portal Sul da Chapada Diamantina para a realização de registro de identificação civil, enquanto o PLANSERV fortalece o serviço de saúde no município Paramirim, absorvendo quase que totalitariamente a demanda dos usuários do plano de saúde da região.

Brumado por sua vez, foi por anos sede da 19ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES), extinta no início de 2015, da 19ª Diretoria Regional de Educação (DIREC), estando hoje vinculado ao núcleo sediado em Caetité, e, permanece sendo sede da 18ª Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), importantes entes da administração pública descentralizada. O município conta

com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com o Instituto Federal (IF) e com o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

Planeja-se, ainda, no município de Brumado, a construção de uma Policlínica de Saúde e a oferta de vagas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), através do modelo de consórcio que vem sendo adotado pelo Governo do Estado da Bahia, abrangendo os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina. Vale ressaltar, que a formação do consórcio não possui vinculação com a proposta de regionalização em Territórios de Identidade do Governo da Bahia.

O setor de saúde é quem efetivamente une a Portal Sul da Chapada Diamantina, sendo Livramento de Nossa Senhora o município que tem atendido os serviços de média complexidade para as cidades que compõe a região através do Hospital Municipal de Livramento, pelo regime de pactuação. Mas não se resume a isto. A união entre as cidades tem sido importante para a qualificação do serviço de saúde pública oferecido.

Para que se atendesse condicionantes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 foi considerado o caráter regional da abrangência do serviço. Entre os fatores considerados está o número da população assistida. O serviço do SAMU 192 tem como base o município de Brumado, mas Livramento de Nossa Senhora conta com uma unidade básica para atendimento na cidade e a unidade avançada cuja área de cobertura abrange todos os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina. Os demais municípios da região também contam com unidades básicas do SAMU 192.

Outro importante avanço no setor de saúde se deu através da implantação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Livramento de Nossa Senhora. A construção da unidade em Livramento de Nossa Senhora também levou em conta a abrangência regional do serviço, mais uma vez em decorrente de uma parceria com as cidades de Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape.

Ao passo que existem pautas que conseguem convergir a atuação política e os interesses administrativos dos representantes dos municípios, como demonstrado no segmento da saúde, existem questões conflitantes que se arrastam há anos. O principal ponto de tensão é o acesso a água oriunda da Barragem Luiz Vieira, localizada em Rio de Contas e que foi construída para o abastecimento humano e para a irrigação do Perímetro Irrigado do Brumado.

Acontece que, o Perímetro Irrigado do Brumado trata-se de uma obra inaugura nos anos 1980, mas que segue inconclusa, o que provoca perda significativa do volume de água liberado da barragem. Além disto, não houve controle efetivo da área plantada na região do perímetro, bem como nas áreas próximas a barragem, ultrapassando o que fora planejado. Parte significativa dela ao longo do curso do rio Brumado cujo fluxo de água é alimentado através da barragem.

A disputa pelo acesso a água tem provocado conflitos constantes entre produtores dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, majoritariamente. O envolvimento econômico dos moradores de Rio de Contas com a barragem é pequeno e, portanto, não há tensionamento na relação com os demais municípios.

Uma das soluções apresentadas para garantia do acesso à água no município de Dom Basílio, foi a construção da Barragem do Paulo. A construção da referida barragem foi uma demonstração de força política de Dom Basílio, no embate que envolve diretamente produtores e a classe política, especialmente de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio.

No entanto, o projeto se mostrou inadequado, já que a barragem foi construída no curso de um rio sazonal e nunca conseguiu se alcançar um volume significativo de água. O recurso aplicado foi desperdiçado e segue sem solução o problema de abastecimento de água do município. A questão hídrica é um ponto que não consegue unir os municípios de Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO

O Perímetro Irrigado do Brumado, situado em Livramento de Nossa Senhora, trata-se do principal elemento do setor agropecuário na região e o seu complexo, envolvendo a Barragem Luiz, que está localizada em Rio de Contas, afeta diretamente os municípios já citados e o de Dom Basílio.

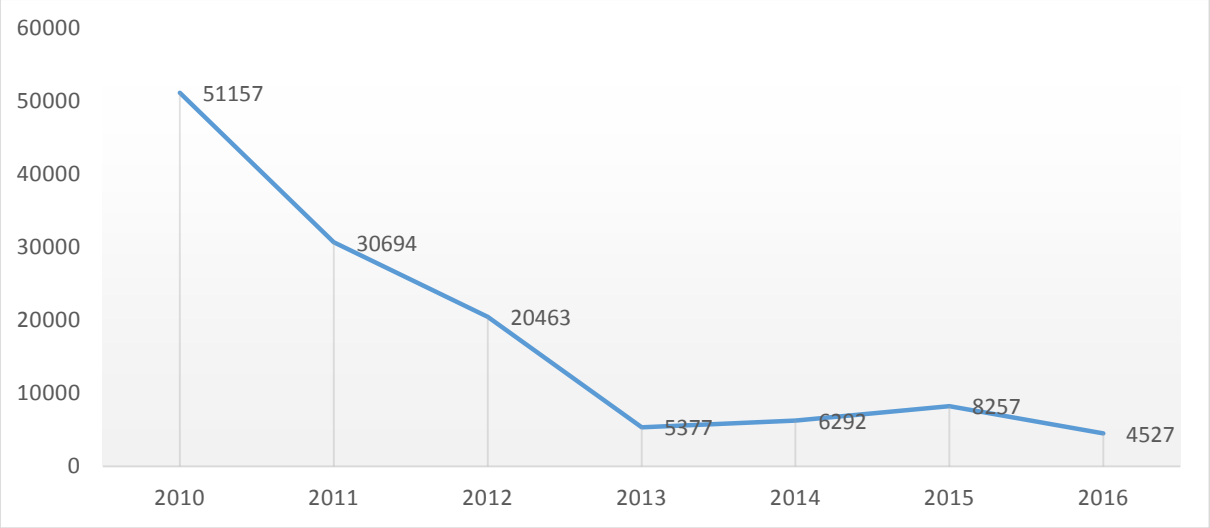
A produção de manga representa quase que a totalidade da área plantada no perímetro, caracterizando, portanto, uma monocultura. Era também o principal produto de exportação para as empresas localizadas na PSCD, no entanto, este ciclo de exportação e importação foi interrompido no ano de 2015, como apresentado na sessão 4.12, do capítulo anterior.

Implantado no ano de 1986, o Perímetro Irrigado do Brumado ainda permanece como obra inconclusa, não oferecendo uma infraestrutura hídrica adequada. Grande parte do sistema de

distribuição da água ainda se dá por regos, o que provoca um desperdício significativo, mesmo que no interior dos lotes seja utilizado tecnologia apropriada.

Como consequência da inadequada infraestrutura hídrica e da longa estiagem na região, o volume de produção já reduziu em mais de 90% de 2010 até o ano de 2016, saindo de uma produção de mais de 51 mil toneladas, para pouco mais de 4500 toneladas, conforme ilustra o Gráfico 55.

Gráfico 55 – Volume de produção (em toneladas) no Perímetro Irrigado do Brumado entre os anos de 2010 e 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Romão (2017).

O reflexo também pode ser sentido na capacidade de geração de emprego. Estimativas dão conta de que o número de mão de obra absorvida pelo Perímetro Irrigado do Brumado tenha reduzido a menos de um terço do que era gerado no ano de 2010 quando ainda não havia o impacto da longa estiagem.

Mesmo tendo sido por muitos anos o principal elemento econômico do município de Livramento de Nossa Senhora e impactando nos municípios de Dom Basílio e Rio de Contas, pouco foi feito pelo perímetro nos últimos anos, caminhando para a sua extinção.

Essencialmente, pela representatividade que possui, reerguer o Perímetro Irrigado do Brumado é tema de suma relevância ao se abordar as perspectivas de desenvolvimento econômico da região PSCD. Entre as necessidades apresentadas, está a qualificação da infraestrutura hídrica do complexo, a regularização fundiária e a assistência técnica.

Ressalta-se que, se a estiagem fez com que o setor agropecuário nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio entrassem em grande declínio, no entanto, houve a ascensão do setor agropecuário nos municípios de Rio de Contas e Jussiape.

Por ofertar melhores condições no acesso à água, o Vale do Rio de Contas, absorveu produtores que migraram dos municípios vizinhos de Livramento de Nossa Senhora e de Dom Basílio, bem como toda a estrutura de processamento e embalagem das frutas.

Esta reorganização da cadeia produtiva do agronegócio na região representa uma nova perspectiva econômica para os municípios de Rio de Contas e Jussiape, ilustrado pelo crescimento do agropecuário no PIB destas cidades. Acredita-se que, mesmo havendo a reestruturação do Perímetro Irrigado do Brumado, os investimentos no setor agropecuário em Rio de Contas e Jussiape sejam mantidos ou até mesmo ampliados.

Sendo assim, a migração dos produtores para outros municípios da região decorrente das fragilidades estruturais atuais do Perímetro Irrigado do Brumado pode representar uma elevação global da produção agrícola da região num segundo momento, desde que seja retomada a condição favorável à produção no interior do perímetro, a partir da readequação da infraestrutura hídrica.

Não há registro de uma pecuária de corte intensiva na região. As criações animais, em geral, são em pequena monta. Ao longo da zona rural dos municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina é comum que se encontre pequenos rebanhos de caprinos e suínos. As criações de bovinos e de aves aparecem em menor número. Há o aproveitamento do leite animal e os gados também são utilizados como auxílio nas pequenas lavouras.

O setor pecuário também foi bastante afetado pela longa estiagem, porém sua representatividade para economia da região é pequena. A seca prologada reduz a qualidade do capim e do pasto para alimentação dos animais e impacta também no custo das rações que são servidas aos animais. A palma, por resistir bem à falta de água, tem sido a principal fonte de alimentação dos rebanhos animais.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR INDUSTRIAL

Há uma perspectiva que a região possa experimentar um processo de industrialização a partir do beneficiamento da produção agrícola e da produção mineral. Em ambos os casos, a

perspectiva de atração industrial está sustentada na proximidade da matéria prima e no caso específico da produção mineral, a proximidade com a Ferrovia Engenheiro Vasco Neto, antiga Ferrovia de Integração Oeste-Leste, é de suma importância para a logística de transporte do produto.

Neste quesito, é importante relembrar as proposições de Alfred Weber (1929), um teórico pioneiro na abordagem da questão da localização industrial. O modelo proposto por Weber considera os fatores e a dinâmica locacional, a orientação pelo transporte, a orientação pelo trabalho e os efeitos de aglomeração. Dentro desta concepção, existem fatores gerais e alguns especiais que orientam a localização industrial.

Os fatores gerais de localização, assim denominados por afetar indistintamente todas as indústrias, são os custos de transporte, o custo de mão de obra e a renda da terra. Seriam exemplos de fatores especiais, a perecibilidade da matéria prima, a influência do grau de umidade do ar no processo produtivo e a disponibilidade de água, questões que podem afetar de maneira particular determinados segmentos industriais (WEBER, 1929).

A partir destes fatores, as indústrias se distribuiriam de maneira concentrada ou dispersa. Em alguns casos as indústrias se orientariam para a fonte de matéria prima, noutros pela mão de obra abundante e mais barata, ou até, pelos centros já congestionados e com renda elevada. Estas orientações específicas se dão pela influência de fatores regionais de localização (WEBER, 1929).

A posição ótima em relação ao custo de transporte pode ser suplantada quando existe variação no custo dos salários de modo que a diferença salarial compense os acréscimos que existirão nos custos de transporte, ou em função das economias de aglomeração por conta da instalação de duas ou mais empresas em um mesmo local provocado ganhos com economias externas, a exemplo do aumento das matérias primas que estão disponíveis em todo lugar, a disponibilidade de mão de obra qualificada e especializada, a proximidade com cliente potenciais, a disponibilidade de serviços superiores, etc. (WEBER, 1929).

Considerando que os custos com a mão de obra e com a tecnologia sejam constantes, a firma tende a se localizar onde houver menor custo no transporte da matéria prima e do produto acabado. Quanto maior for a participação do custo de transporte no custo total, mais importância é dada a análise e escolha de localização ótima que possa reduzir este custo (WEBER, 1929).

De maneira simplista, para isto, o custo de transporte deve ser analisado a partir dois elementos determinantes: o peso do material a ser transportado e a distância a ser percorrida. Localiza-se junto a fonte de matéria prima quando a perda no processo produtivo é mais importante que o peso dos insumos que são encontrados em qualquer local, se instala próximo ao mercado consumidor principal quando os pesos das matérias primas encontradas em qualquer local são maiores do que o peso perdido durante o processo produtivo. Existe uma indefinição quando essa relação entre o peso das matérias primas e peso do produto for igualitária (WEBER, 1929).

Com relação a produção mineral, trata-se de um caso típico onde as indústrias tendem a se instalarem próximos a fonte de matéria prima. Entres os elementos minerais explorados na região estão o quartzo, o quartzito e o granito, cujos potenciais na atração industrial devem ser considerados para os próximos anos. Outro potencial na exploração mineral na região é o ferro.

Em 2012 a empresa Cabral Resources, uma subsidiária australiana, chegou a anunciar investimentos no município de Livramento de Nossa Senhora para exploração do minério de ferro. A expectativa era de que os investimentos pudessem chegar a ordem de 2 bilhões de dólares e previa-se a instalação de uma unidade fabril no município para fabricação do concentrado de ferro.

Foram realizados investimentos iniciais, porém, como a qualidade do minério encontrado na região não confirmou estudos os preliminares da empresa, o investimento foi postergado sem uma previsão concreta neste momento. Outro fator que está contribuindo para o retardo na previsão inicial de investimento pela Cabral Resources são os atrasos na execução da obra da Ferrovia Engenheiro Vasco Neto.

Já em relação ao aproveitamento industrial dos produtos agrícolas, as produções de manga e de maracujá na região garantem matéria prima abundante e o potencial está na posição das transformações iniciais das frutas, a exemplo da produção de poupas, néctares, doces e geleias.

Em ambos os casos, beneficiamento mineral e beneficiamento da produção agrícola, perspectiva de existência de economias de aglomeração está condicionada aos investimentos na qualificação da mão de obra e o aproveitamento destes produtos pelo poder público, por representar importantes clientes potenciais, de forma especial nas merendas escolares.

5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS

5.5.1 Comércio e serviços em geral

O comércio e os serviços estão concentrados no município de Livramento de Nossa Senhora, que é demandado em grande medida pelos moradores dos demais municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina. Este é o segmento mais afetado pela crise vivida no país. Outro forte impacto negativo sofrido pelo setor se dá em função da redução na circulação de renda gerada no setor agropecuário por conta da longa estiagem que a região experimenta nos últimos anos.

Muitas redes de varejo já estão presentes na região, mas a força do comércio da região é eminentemente local. O crescimento que houve no comércio e nos serviços, em muitos casos, é um efeito transbordamento da renda gerada no setor agrícola. O fato de o comércio e os serviços serem ofertados em sua maioria por empresário locais, faz com que seja oportuno tratar de um problema característico da Bahia, a falta de uma elite empresarial.

A classe empresarial na região tem contingenciado investimentos e muitas empresas fecharam. Creditam o contingenciamento nos investimentos às questões relacionadas ao poder público, no qual se destaca a questão da crise hídrica que impacta drasticamente o setor agropecuário da região, pelo fato de não serem realizados os investimentos necessário para uma adequada infraestrutura, que possa garantir uma estabilidade na produção e consequentemente garantir a geração de renda para região.

Com o enfraquecimento da participação setor agropecuário na geração de renda da região, aumenta a dependência em relação ao poder público, pois a renda da região se dá majoritariamente pelos salários do funcionalismo público, dos aposentados e da transferência direta de renda através do Programa Bolsa Família. Neste sentido, o cenário de incerteza com relação a consequência dos ajustes e reformas propostos no âmbito nacional também se coloca como entrava ao investimento privado neste segmento.

5.5.2 Saúde

Há uma grande contradição entre a cobertura do serviço de atenção básica de saúde, representado pelo Programa de Saúde da Família, cuja cobertura abrange 100% nos municípios

de Dom Basílio, Jussiape e Rio e Contas e 90% em Livramento de Nossa Senhora e os elevados índices da taxa de mortalidade infantil.

Não é escopo desta pesquisa o aprofundamento nos motivos pelos quais os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina ainda apresentam índices elevados de mortalidade infantil, mas é perceptível que não há ações nas gestões municipais direcionadas ao conhecimento das causas e tampouco no combate às mesmas.

Através da pesquisa de campo, também pode ser constatado que o indicativo de cobertura em 100% pelo PSF, ou 90% no caso de Livramento de Nossa Senhora, podem apresentar uma falsa impressão de que se atingiu o estágio máximo na qualidade do serviço ofertado. Em muitas oportunidades as extensas áreas de cobertura da unidade de saúde dificultam o contato mais próximo, pelo qual se preza o serviço de saúde familiar. Um ponto a ser levantado é com referência a localização das unidades a partir do remapeamento da localização das unidades e suas áreas de cobertura. Outro aspecto já levantado é o não cumprimento das 40 horas no atendimento médico conforme está previsto pelo programa.

Os dados com referência ao número de leitos, quantidade de médicos e enfermeiros cadastrados reforçam a posição do município de Livramento de Nossa Senhora como polo regional na oferta de serviço de saúde. Mais de 75% dos leitos na rede de saúde da região está Livramento de Nossa Senhora. O município também representa mais de dois terços dos médicos e mais da metade dos enfermeiros que atuam na região.

Nos últimos anos houveram dois avanços consideráveis no segmento de saúde pública na região, já mencionados na sessão 5.2: a implantação da Unidade de Pronto Atendimento em Livramento de Nossa Senhora e do SAMU 192, com unidades básicas em todos os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina e com a unidade avançada que está sediada em Livramento de Nossa Senhora, mas que cobre todas as cidades da região.

No entanto, o que merece ser destacado são os altos investimentos no serviço de saúde pelo setor privado no município de Livramento de Nossa Senhora. O significativo volume de investimentos certamente tem refletido na linha crescente que representa a participação dos serviços em geral no município e consequentemente na região.

Como já mencionado na sessão 5.2, o município de Paramirim possui unidades de saúde credenciadas ao PLANSERV e absorvia a demanda dos usuários do plano da região PSCD.

Contudo, recentemente, houveram credenciamentos de unidades de saúde de Livramento de Nossa Senhora ao PLANSERV e isto deve conter o fluxo dos participantes do plano para outras regiões e estimular novos investimentos em função do acréscimo na demanda pelos serviços de saúde na região pelos usuários do plano.

Os governos municipais podem ser parceiros importantes para os investimentos neste segmento na região, pois, serviços que não são ofertados diretamente pelo setor público podem vir a ser contratados nas unidades privadas de saúde. Estes serviços, de maneira geral, são pactuados com municípios de outras regiões e envolve o deslocamento de distâncias consideráveis por aqueles que necessitam dos serviços. Vale ressaltar que os municípios em muitas oportunidades também acabam arcando com o custo do deslocamento, através das verbas destinadas aos Tratamentos Fora do Domicílio (TFD).

A compra de serviços no setor privado evitaria o deslocamento dos pacientes, bem como a destinação de recursos para outros municípios, concentrando a renda na própria região. Esta proposta de aquisição de serviços de saúde no setor privado aumentaria a demanda e o faturamento destas empresas, que tendem a gerar novos investimentos e avançar ainda mais o segmento na região.

Com custo de manutenção muito elevado, não se tem perspectivas para o curto e médio prazo para os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina com relação aos serviços de alta complexidade de saúde. A dificuldade percebida no segmento pode ser retratada pelo que vem acontecendo no município vizinho de Brumado, que mesmo já tendo construído o espaço físico da Unidade de Terapia Intensiva há alguns anos, ainda não foi aparelhado adequadamente, tampouco iniciou o seu funcionamento.

Analisando a perspectiva social do desenvolvimento, o problema latente com a falta de saneamento básico e a ainda baixa cobertura da rede de abastecimento de água preocupam. Com relação ao saneamento básico, o município de Dom Basílio, pode até ser desconsiderado desta análise, tendo em vista que menos de 1% das residências tem acesso ao serviço, estando todos em condições ruins.

O fato é que as áreas onde não há cobertura de um destes serviços ou de ambos, oferece condições de saúde inferiores e uma maior vulnerabilidade a determinadas doenças do que às percebidas nos locais onde estes serviços são ofertados, já que, diversas doenças são associadas

à qualidade da água consumida e ao tratamento adequado dos dejetos pela rede de esgoto, o que cria perspectivas e qualidade de vida inferiores para esta parte da sociedade.

5.5.3 Educação

Os indicadores apontam para a necessidade de uma melhor estruturação do setor de educação em todas as faixas educacionais, desde a pré-escola ao ensino técnico e superior. A persistência de elevados índices de analfabetismo demonstra que não dá para sustentar uma política pública direcionada apenas ao público jovem e adulto. Neste âmbito, é necessário que haja garantia da alfabetização das crianças.

Existe o desafio de fornecer aparato tecnológico suficiente nas unidades de ensino. Há um grande distanciamento do aluno da sala de aula e o aparato tecnológico pode ser um importante atrativo não só para as crianças, mas para os alunos de modo geral e deve ser visto como peça importante na alfabetização das crianças.

A qualidade do ensino básico e fundamental ainda oscila na região Portal Sul da Chapada Diamantina. No primeiro ciclo do ensino fundamental tem-se percebido uma constante evolução nos últimos anos, mantendo-se com uma qualidade superior à média no estado, porém, no segundo ciclo, a evolução percebida é mínima e com um nível semelhante ao do estado.

Quase que a integralidade das vagas de ensino ofertadas nos municípios da PSCD é do setor público, apenas em Livramento de Nossa Senhora há oferta de vagas no ensino privado nos três níveis, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Em Dom Basílio não existe estabelecimento privado de ensino.

Com reflexo da própria transformação da pirâmide etária nos municípios, todos passam um processo de redução no número de matrículas, especialmente no ensino fundamental. Dos municípios, apenas em Jussiape apresenta uma clara redução no número de matrículas nos três níveis, realidade compatível com a redução populacional pela qual o município atravessa.

Vê-se uma crítica constante por parte dos educadores com relação as condições estruturais das unidades escolares, da questão salarial e a necessidade da formação continuada. No entanto, é preciso ressaltar que, na questão salarial, a definição do piso salarial para a classe dos educadores representou um avanço importante, mesmo que ainda distante de condições ideais e das dificuldades que alguns municípios têm para o cumprimento do piso estabelecido.

O maior desafio no setor educacional na região Portal Sul da Chapada Diamantina está na educação profissional e no nível superior. A falta de qualificação da mão de obra está explicitada nos números apresentados pela RAIS, onde majoritariamente os trabalhadores formais se limitam ao ensino médio completo.

Tem-se um número relativamente significativo de profissionais com nível superior atuando, especialmente nas cidades de Dom Basílio e Rio de Contas. Na região percebe-se a difusão do ensino superior na modalidade "à distância" e não há registros de estabelecimento de ensino superior presencial nos municípios.

A ausência da oferta do ensino superior presencial nos municípios da região tem provocado o êxodo de muitos estudantes, que abandonam suas cidades natais em busca de qualificação profissional adequada. Cabe aqui uma consideração econômica, pois estes moradores que vão se qualificar em outras regiões transferem renda para outros municípios, a exemplo de recursos que são destinados à sua estadia e alimentação, por exemplo.

Merece ser destacada também a desigualdade nas condições das classes mais altas e das classes mais inferiores de se alcançar a qualificação profissional adequada, o que consequentemente refletem na perpetuação das diferentes condições sociais, sustentando o "privilégio" das elites na região. Houve um avanço significativo na redução desta desigualdade diante das novas oportunidades ofertadas às classes mais inferiores, quer seja pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou pela política de cotas raciais e por condição social.

Há no município de Livramento de Nossa Senhora, um exemplo a ser seguido pelos demais municípios da região, numa iniciativa que visa dar maiores oportunidades aos membros das classes menos favorecidas, através das Residências Estudantis em Salvador e Vitória da Conquista, com a oferta de moradia digna sem custos aos estudantes. Esta política pública, no entanto, está estacionada e carece de ser revista, pelo menos em termos dos locais onde estão sendo ofertados, pois já existe demanda de alunos para residências em outros polos educacionais na Bahia.

Em abordagens recentes, Stiglitz (2016) e Piketty (2014 e 2017) reforçam a influência da questão do acesso à educação na sustentação da desigualdade social. A educação é de fato um instrumento de ascensão social e políticas públicas como as mencionadas anteriormente são de

extrema relevância para ao menos garantir a competição por espaço no mercado de trabalho em nível de igualdade de formação às classes mais carentes e a elite. De modo que, pessoas das classes mais carentes possam vir a ocupar posições mais elevadas dentro da divisão do trabalho e ascender socialmente.

Pela vocação natural da região, o ensino técnico e superior na região deve voltar-se para agricultura, em especial questões relacionais a fruticultura irrigada e para o turismo, cujas potencialidades já são exploradas nos dias de hoje. Mas, diante das perspectivas que se apresenta na região, deve ser considerado também as questões relacionadas a mineração e ao setor industrial.

Especialmente em Livramento de Nossa Senhora, o setor de saúde tem apresentado forte crescimento, muito em função da iniciativa privada, o que requer uma mão de obra especializada. Porém, em geral, os cursos da área de saúde requerem investimentos bastante significativos e a capacidade de absorção desta mão de obra na região não justificaria investimentos para aqueles que ocupam as posições que estão no topo da escala no curto e médio prazo, a exemplo de cursos de medicina, odontologia e enfermagem. Há espaço para que sejam investidos na qualificação da base da pirâmide do setor de saúde, como técnicos em enfermagem, em saúde bucal e radiologia, por exemplo.

5.5.4 Turismo

O município de Rio de Contas é o grande ator do turismo da região Portal Sul da Chapada Diamantina, cuja cidade é tombada como Patrimônio Histórico Cultural do Brasil. O tombamento aconteceu no ano de 1980 em função das construções que reúne da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX. São ao todo 287 edificações centenárias tombadas, que apresentam um traçado antigo, a exemplo das casas construídas em adobes, edificações em pedras e igrejas barrocas (IPHAN, 2017).

Entre os principais monumentos estão a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, o Teatro São Carlos, a Casa à Rua Barão de Macaúbas, a Casa da Câmara e Cadeia, a Casa Natal do Barão de Macaúbas e a Igreja de Santana. O potencial turístico de Rio de Contas, no entanto, não se limita as construções históricas e os aspectos culturais.

Outro importante potencial turístico de Rio de Contas é o turismo ecológico e de aventura. A cidade é cortada pela Serra das Almas e por diversos rios, que apresentam belíssimas

cachoeiras. Em termos do turismo ecológico e de aventura, se destacam o Pico das Almas, terceiro pico mais alto do Nordeste brasileiro, a Serra do Barbado, a Cachoeira do Fraga, o Mirante Bitencourt, a Ponte do Coronel, o Rio da Água Suja e a Estrada Real, que foi construída no século XVIII em pedra bruta para o transporte do ouro de Rio de Contas para Livramento de Nossa Senhora. Através da Estrada Real se acessa a Cachoeira Véu de Noiva que já pertence ao município de Livramento de Nossa Senhora.

Há no calendário municipal três grandes eventos que costumam atrair grande número de turistas. São eles: o carnaval, o São João e o Corpus Christi, que ainda mantém a tradição dos belíssimos tapetes confeccionados nas ruas. Nos últimos anos, o município vem fazer parte do Brasil Ride, um evento esportivo de porte mundial.

Em Livramento de Nossa Senhora, além da Cachoeira Véu de Noiva e da Estrada Real já citadas, existe o Balneário Dr. Edilson Pontes, que está em ruínas, um local denominado Barraginha e o Poço Preto, estes dois últimos são locais poucos explorados turisticamente, mas muito conhecido da população local. Na cidade de Jussiape o maior atrativo está no Distrito de Caraguataí em função da cachoeira do Rio da Barra.

Apesar do imenso potencial, muito pouco é explorado. A distância que a região possui dos principais acessos dificulta a chegada do turista. Os aeroportos mais próximos, de Lençóis e de Vitória da Conquista, possuem voos regulares para alguns grandes centros, porém estão distantes em mais de 200 km do município de Rio de Contas. O acesso tem que acontecer inevitavelmente por meio rodoviário e o serviço transporte intermunicipal é limitado.

Haviam dois aeródromos, com capacidade de receber voos de pequeno porte, em Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, porém, o de Livramento de Nossa Senhora foi desativado recentemente, numa questão que envolve uma investigação judicial por parte do Ministério Público Federal. Já o aeródromo localizado no município de Rio de Contas esta construído num morro e não há condições físicas para sua ampliação. Outro problema do aeródromo de Rio de Contas é a questão do tempo, pois a serração impede o seu funcionamento em muitas oportunidades.

O turismo de negócios, que se dá principalmente em Livramento de Nossa Senhora, esbarra no mesmo problema. A questão da infraestrutura segue sendo um grande empecilho. Assim, vê se

reduzidas as chances de avançar nas condições de acesso à região para seu melhor aproveitamento turístico.

5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUPERAÇÃO DA POBREZA

Mesmo considerando o caráter multidimensional para análise do desenvolvimento humano, a distribuição da renda se coloca como questão chave. De um modo ou de outro, os indicadores sociais dos municípios que formam a região Portal Sul da Chapada Diamantina estão dentro das condições aceitáveis e compatíveis com municípios de igual porte.

Neste sentido, a agricultura familiar, cujo principal produto é o maracujá, se coloca como alternativa no avanço na geração de renda e de maneira distribuída. O estímulo à agricultura familiar passa por dois aspectos das condições de infraestrutura destes municípios: o acesso à energia elétrica e a conservação das estradas vicinais. Questões que muitas vezes são desconsideradas nas tratativas referente ao assunto.

O acesso à energia elétrica é importante para dar condições de que sejam instalados poços artesianos como alternativa de irrigação para a plantação, já que o abastecimento de água por poço artesiano bombeado utilizando óleo diesel, inviabiliza economicamente a produção. Considerando que na maior parte da extensão territorial da região não há rede de abastecimento de água, nem áreas irrigadas, o poço artesiano é a principal alternativa para o acesso da água para a irrigação da produção.

Já a manutenção das estradas é importante não só para a escoação da produção, mas também para melhor circulação dos moradores da zona rural dos municípios. A dimensão territorial dos municípios indica a complexidade na resolução deste quesito. Os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina, abrangem extensas áreas territoriais, majoritariamente na zona rural, o que implica num volume significativo de recursos a ser destinado para que se garanta a atenção adequada na conservação das estradas vicinais.

A formação de cooperativas também deve ser considerada, evitando assim, a função exercida pelo “atravessador”, que nem sempre é da região e cumpre o papel intermediário no processo da venda e obviamente é remunerado por isto, renda esta que poderia ser destinada diretamente aos produtores locais.

Não obstante, em que pese a relevância da agricultura familiar, a mesma não exerce preponderância na economia da região e, portanto, existem outros elementos dentro da estrutura produtiva da região que, pelo potencial que apresentam, tendem a contribuir de maneira muito mais efetiva na geração de emprego e consequentemente na distribuição da renda.

5.7 ANÁLISE DOS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO PORTAL SUL DA CHAPADA DIAMANTINA A PARTIR DAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Em condições ideais, o planejamento deve ser realizado com a participação efetiva da sociedade, contudo, neste estudo, a oitiva dos anseios da comunidade se deu a partir da análise dos indicadores, da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas pelo autor. O que em si apresenta uma fragilidade deste trabalho, dada a pluralidade da região Portal Sul da Chapada Diamantina e as limitações do autor na realização da dissertação.

O problema que hora se apresenta, no entanto, não é uma limitação que se restringe a este estudo e muitas vezes pode ser percebido nos instrumentos que compõe o planejamento em todos os níveis. Em que pese o avanço com a obrigatoriedade da participação popular na construção dos Planos Diretores, por exemplo, não há garantias de que os mesmos reflitam os anseios da comunidade de forma concreta, dado a disputa entre os interesses das classes dominantes e as menos favorecidas ou até mesmo pelo fato de que entidades da sociedade com maior expressão podem conseguir sobrepor os seus interesses.

Este trabalho não debruçou sobre os Planos Diretores dos municípios que compõe a região Portal Sul da Chapada Diamantina, mas espera-se que os mesmos cumpram efetivamente o seu papel enquanto instrumento para realização do planejamento em escala municipal. Ressalta-se que a falta de unidade política da região indica que os mesmos não devem traduzir as responsabilidades de cada um dos municípios no âmbito das políticas de interesse regional.

Uma maneira interessante da comunhão de forças para superar estes problemas que extrapolam os limites das cidades vem sendo defendido pelo Governo da Bahia e já tem começado a ser adotado em casos específicos, através da formação de consórcios. A criação de um consórcio envolvendo os quatro municípios que formam a região poderia atuar em diversas diretrizes, indo desde a questão de saúde aos aspectos de infraestrutura.

A estrutura da rede formada na região e a oferta de serviços mais especializados credenciam o município de Livramento de Nossa Senhora como uma cidade intermediária. Esta condição está muito relacionada ao crescimento do setor de saúde, com oferta de serviços intensivos em tecnologia, a instalação de grandes redes atacadistas e a estrutura da rede bancária, que atuam na camada superior da economia, condição não percebida nos centros locais, cujos bens e serviços ofertados estão direcionados às camadas mais pobres da sociedade.

Ao longe deste capítulo foram apontadas as principais vertentes para se alcançar o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina, mas o que se vê é que o Estado não tem atuado em nenhuma das reais necessidades da região. Um claro exemplo da ausência das ações do poder público é o alto grau de abandono do Perímetro Irrigado do Brumado, cuja inauguração se deu na década de 1980 e segue como obra inconclusa até os dias de hoje. A falta de infraestrutura adequada, soma-se a grave crise hídrica que a região vem atravessando, chegando a reduzir a capacidade produtiva do principal elemento da economia da região em aproximadamente 90%.

O setor mineral, especialmente a exploração do minério de ferro no município de Livramento de Nossa Senhora, pode não ter despontado ainda na cidade por conta do problema logístico, do qual o segmento é dependente. Havia a expectativa de que a Ferrovia Engenheiro Vasco Neto já estivesse em operação, porém as obras estão paralisadas, sem previsão de conclusão.

No turismo, o potencial é muito pouco aproveitado e mais uma vez a questão da infraestrutura da região se coloca como grande entrave. Distante de importantes portas de chegada dos turistas, a exemplo dos aeroportos de Lençóis e Vitória da Conquista, não há perspectiva de avanço para região, pois o aeródromo de Rio de Contas não apresenta condições favoráveis para a sua expansão e o de Livramento de Nossa Senhora foi desativado recentemente. A dependência do modal rodoviário é desfavorável para o aproveitamento turístico da região, já que pela localização geográfica exige que sejam percorridas longas distâncias dos grandes centros.

Apesar dos avanços apresentados nos últimos anos no serviço de saúde, tanto público quanto privado na região, a perspectiva atual é de que os municípios da região Portal Sul da Chapada Diamantina façam parte de consórcios para instalação de equipamentos em municípios de maior porte, direcionando o investimento para outras regiões.

Como na própria conceituação de região apresentada neste trabalho, que delimitou espacialmente o estudo, Livramento de Nossa Senhora se coloca como polo para o desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina. A existência dos polos de desenvolvimento é tema central da proposição teórica de Perroux. Espera-se que os efeitos benéficos possam transbordar para as demais cidades da região.

As considerações feitas por Coraggio, apresentadas na sessão 3.1, a respeito da construção teórica de Perroux, merecem ser destacadas dentro da proposta do desenvolvimento da região. A atividade motriz deve estar relacionada a transformação dos insumos já característicos da região. De fato, o aproveitamento pelo segmento industrial da produção agrícola é um elemento importante para os efeitos para trás, servindo como novo estímulo à produção agrícola.

Outro aspecto levantado por Coraggio é a existência de indústrias intensivas em mão de obra, pelo efeito que pode provocar na renda da região. Tanto as indústrias de beneficiamento agrícola, quanto o segmento mineral requerem muita mão de obra. Ele defende ainda que os recursos devem permanecer na região e que isto teria como consequência a realização em novos investimentos, que não seriam necessariamente na atividade matriz. A força do comércio na região, está ligada diretamente a este aspecto. Muitos dos comerciantes iniciaram as suas atividades nas produções agrícolas e diversificaram os seus investimentos.

Fazendo um paralelo com a proposição de Myrdal, a crise hídrica representa um efeito regressivo, provocando a redução no nível de renda da região e tem limitado inclusive os investimentos em outros setores. No sentido oposto, a retomada da produção agrícola nos patamares anteriores ao período de crise, um maior aproveitamento do potencial turístico da região ou o surgimento da indústria, seja mineral ou de beneficiamento agrícola, podem representar um efeito propulsor e desencadear um novo clico de crescimento econômico.

A intensidade dos efeitos propulsores que podem se desencadear a partir destes elementos seriam maiores, caso aconteçam de forma conjunta, já explicitado por Hirschman. O setor agrícola e mineral pode ainda desencadear efeitos para frente, o que intensificaria os fluxos com outras regiões.

Em analogia a teoria de Rostow, os efeitos propulsores da instalação de novos elementos na economia ou do aproveitamento das reais potencialidades já existentes, representariam um novo momento de decolagem, que permitiria alcançar índices consideráveis de crescimento para a

economia da região e reascenderia a possibilidade de exportação. A proposta de desenvolvimento da região Portal Sul da Chapada Diamantina não deve estar dissociada da produção agrícola, sendo este um ponto de divergência da proposição de Rostow.

Rosenstien-Rodan traz em sua abordagem aspectos que são relevantes para o modelo de desenvolvimento a ser adotado na região, dos quais destacam-se a relevância da qualificação da mão de obra e a necessidade de que se possa haver investimentos locais, surgindo ou reascendo a classe empresarial, pois isto fará com que os lucros gerados na região possam ser reinvestidos localmente. Ele fala dos investimentos nos serviços públicos que podem gerar novos investimentos, neste aspecto, reforça a defesa do investimento no ensino superior, por exemplo.

Das considerações feitas por Nurkse, dois aspectos devem ser considerados a necessidade de ampliação do mercado interno e o direcionamento da renda para o investimento na cadeia produtiva. Porém, em sua teoria são tratadas de questões que não estão contempladas no modelo percebido na região Portal Sul da Chapada Diamantina. Entre eles, a necessidade de existir indústrias complementares e a fragilidade da produção voltada para exportação por conta da dependência do mercado externo.

A teoria de base de exportação de North tem forte relação com a trajetória econômica da região. A economia na região conseguiu avançar e aumentar a renda a partir da base de exportação, cujo produto de exportação era a manga. O acréscimo na renda local desencadeou investimentos em outros segmentos, cujos efeitos propulsores também devem ser considerados. O declínio pelo qual a região passa no momento também é consequência da decadência da base de exportação, que na verdade deixou de existir, já que não se registra mais a exportação de manga na região.

Percebe-se na região Portal Sul da Chapada Diamantina um laço muito forte com a produção agrícola e de maneira mais especial, a relação da população de Rio de Contas com a vocação turística. Este envolvimento da comunidade está fortemente identificado nas teorias de desenvolvimento endógeno e local e seriam condicionantes para que os efeitos dos investimentos sejam duradouros, bem como para o avanço tecnológico, pela difusão das técnicas relacionadas.

Por fim, são pontuadas as contribuições de Boisier que se identificam com a região Portal Sul da Chapada Diamantina e até mesmo na justificativa da relevância deste estudo. Ele reporta ao fortalecimento das cidades e das regiões como consequência do processo de globalização, amplamente debatido na sessão 2.1 e do papel do Estado na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. A ausência do Estado também reflete em entraves ao desenvolvimento, como percebido na região. Boisier fala ainda do contexto político no desenvolvimento já abordado em diversas oportunidades ao longo deste texto.

Ao passo que as rendas das pessoas das classes menos favorecidas tendem a ser consumidas quase que na integralidade na própria região, a minoria mais favorecida pode retirar parte destes recursos de circulação através de aplicações financeiras ou realizar investimentos noutros locais. Isto reforça a necessidade de que é preciso buscar equilibrar o crescimento com a distribuição de renda. Já os investimentos em áreas sociais e na infraestrutura nada mais são do que a garantia de condições iguais de vida aos moradores da região.

Na região Portal Sul da Chapada Diamantina, vê-se que os municípios da região não conseguem construir unidade política em muitos aspectos e esta disputa política tem como consequência o enfraquecimento política junto as demais instâncias do poder público, o que reduz a possibilidade de se conseguir os investimentos necessários. É até contraditório, pois a classe política na região reconhece a baixa capacidade de investimento por parte dos governos municipais, mas a atuação política tem se limitado a aspectos político partidário.

Cabe, ainda, considerar a relação direta entre a força econômica e política defendida por Stiglitz (2016). Para ele, “trata-se de um círculo vicioso, em que a desigualdade econômica leva à desigualdade política e a reforça, favorecendo a desigualdade econômica” (STIGLITZ, 2016, p. 62). Isto implica dizer que a retomada do desenvolvimento econômico daria uma maior representatividade política da região, o que se traduziria na atração de novos investimentos governamentais, de modo que a região seja qualificada para se elevar a um novo patamar de desenvolvimento econômico, reiniciando o círculo vicioso de desenvolvimento, processo semelhante a causação circular e cumulativa proposta por Myrdal.

Como afirma Stiglitz (2016, p. 268), “um sistema político-econômico que não favorece a maioria de seus cidadãos não é sustentável a longo prazo. No final, a fé na democracia e na economia de mercado será comprometida, e a legitimidade das instituições e dos arranjos existentes será questionada.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco a caracterização socioeconômica da Portal Sul da Chapada Diamantina, a identificação das reais necessidades para o desenvolvimento região e a análise de políticas públicas que vão de encontro a estas necessidades, considerando o fato de que o Estado da Bahia possui uma política clara de regionalização e que por isto, estas necessidades deveriam ser contempladas nas ações governamentais.

Diante da exposição realizada no decorrer desta dissertação, ficou evidenciado que as reais necessidades da região não são contempladas pelas políticas públicas que se efetivam na atualidade e que ao contrário do que se esperava, a ausência de ações do poder público tem representado entraves ao desenvolvimento da região.

Isto não nega, contudo, a relevância que o Estado possui na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, especialmente para correção das distorções provocadas pelo mercado. Nem que diversas políticas desenvolvidas tenham apresentado resultados positivos, tendo sido mencionado em diversas oportunidades a relevância de programas, especialmente do Governo Federal, tais como Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, FIES, PROUNI, etc.

Ressalva-se que esta pesquisa pode carregar consigo limitações, considerando dois aspectos: o primeiro se deve ao fato de que os indicadores e dados disponíveis, não abrangem todas as questões que merecem ser consideradas numa análise tão complexa quanto a que se buscou neste trabalho; a segunda vem da limitação do olhar do próprio autor, que foi a campo visando suprir as falhas que poderiam se apresentar na primeira limitação citada, mas não há garantias que a sensibilidade do autor seja capaz o suficiente para superar as deficiências dos indicadores e dados.

Fato é que as pequenas cidades ascenderam em termos de importância com o advento da globalização e hoje competem entre si, na busca de criação de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico. Não há como negar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento de modo a corrigir distorções que se apresentam ao longo do seu território provocadas pela livre atuação do mercado. Cabe ao Estado o planejamento dos investimentos estratégicos e a integração regional, desenvolvendo o sistema urbano regional e promovendo respostas além da escala municipal como consequência de uma atuação coordenada de todos os entes federativos.

Infelizmente, na Bahia ainda persiste a concentração da atividade econômica na RMS e mesmo com uma política clara de regionalização, tomando por base o resultado obtido nesta pesquisa, vê-se que ainda não consegue agir satisfatoriamente, de modo a auxiliar no processo de desenvolvimento de regiões mais atrasadas do ponto de vista econômico e também no aspecto social. Os desenhos e modelos propostos muitas vezes se limitam a ideários que se restringem aos papeis.

A proposta de regionalização do Governo da Bahia diverge desde o seu nascedouro com a abordagem teórica sobre região e por isto, foi desconsiderada como recorte espacial nesta dissertação. Um mesmo Território de Identidade consegue reunir municípios sem quaisquer relações de identidade histórica e cultural ou relações no âmbito econômico. Analogamente, consegue separar cidades com fortes laços, como no caso dos municípios estudados. A proposta de regionalização do estado segrega Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio em um Território de Identidade e Jussiape e Rio de Contas em outro.

Se por um lado, os dirigentes políticos locais queixam-se da pouca capacidade de investimento das prefeituras, muitas das pautas de interesses comuns não conseguem unificar a classe política da região, o que a deixa fragilizada na busca dos recursos necessários junto as outras esferas do poder público. Percebe-se que não há um planejamento efetivo e que as ações acontecem de maneira desordenada e pontuais, até como um caminho “natural” diante de programas efetivados em outras esferas do poder, especialmente do Governo Federal.

A pouca relevância dada à discussão das questões que afetam a região está refletida neste trabalho, que em muito dependeu da visão proporcionada pelo trabalho de campo ao autor, pois, a classe política e a sociedade de modo em geral despertam pouco interesse para o assunto. As motivações podem ser diversas, indo desde o desmerecimento do trabalho acadêmico às questões políticas locais, o que em muito dificulta a construção da unidade e consequentemente deixa a região em condição política frágil junto aos demais entes federativos. A política na região limita-se a um debate eleitoral que se estende aos ciclos de quatro anos entre um processo eleitoral e o subsequente, com os interesses pessoais e partidários se sobrepondo aos interesses comuns da sociedade.

Exemplos bons e ruins da importância da importância da unidade política, como teoriza Boisier, estão marcados na história da própria região. Os últimos avanços no setor público de saúde na região consideraram a característica regional da abrangência do serviço, tendo sido de extrema

relevância para chegada a UPA e do SAMU 192. Como retrato negativo da falta de unidade e marca da disputa política está a construção da Barragem do Paulo, num rio que não é perene e cujo reservatório nunca atingiu níveis significativos.

Compreender que questões políticas podem se sobrepor aos interesses da coletividade é negar a própria essência da política, pois, a representação política deveria estar atrelada aos interesses da maioria e a garantia do bem comum. No entanto, a forma como se dá efetivamente o processo político e eleitoral em nosso país e de modo muito especial em nosso estado, contribui e muito para a manutenção de privilégios e a perpetuação no "poder" de poucos, muitas vezes representados por oligarquias.

Os modelos teóricos sobre o desenvolvimento regional não contemplam plenamente a realidade percebida em municípios de menor porte e cuja dinâmica econômica é bastante limitada, mas apontam elementos extremamente relevantes nas análises a serem realizadas. Por muito tempo, apenas a industrialização era entendida como mecanismo de se alcançar o desenvolvimento e a lógica mudou com a teoria de base de exportação e com as teorias de desenvolvimento endógeno e local.

Da revisão teórica que versa sobre o desenvolvimento regional, a que mais se enquadra a realidade percebida na região é a teoria de base de exportação, proposta por North. O crescimento da renda, que desencadeou em novos investimentos em outros segmentos, se deu a partir da exportação de manga, principal produto do Perímetro Irrigado do Brumado. O declínio da região também coincide com o período de baixa nas exportações de manga e posteriormente a exportação foi interrompida, como consequência da crise hídrica que a região tem enfrentado nos últimos anos.

A redução da renda gerada pela fruticultura irrigada, não provoca apenas consequências diretas. Há um rebatimento muito forte no setor comercial e de serviços, já que a circulação de dinheiro dependia fortemente da renda gerada pelo setor agrícola, tanto para os empresários, quanto a renda dos trabalhadores do segmento. Hoje a renda da região depende fortemente do funcionalismo público, das aposentadorias e dos recursos transferidos aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

O único segmento que caminha na contramão do que se nota majoritariamente na região é o serviço privado de saúde, cujos investimentos aumentaram significativamente nos últimos anos.

O avanço tecnológico no segmento e a ausência de oferta de muitos serviços por parte do poder público, que não consegue acompanhar o ritmo do avanço da tecnologia e das especializações, estimula os investimentos.

Há que se considerar também que é natural o sacrifício da renda pelas questões de saúde que não são observados em outros gastos das famílias. Mesmo com a redução da renda o setor de saúde consegue garantir a demanda. Espera-se que os investimentos possam prosseguir e o credenciamento do PLANSERV pode representar um novo estímulo para o setor. Outra perspectiva para que os investimentos no setor mantenham a crescente são as contratações de serviços por parte do poder público municipal, que representaria uma nova demanda importante.

Os empresários cobram e culpam o setor público pela redução nos investimentos. Cobranças que se justificam, em parte. Mas, é preciso ressaltar que a exemplo do que está retratado na história da Bahia, não há na região uma elite empresarial, que se movimente fortemente para que se crie condições de que seus investimentos possam se perpetuar. Reflexo disto é o não aproveitamento das vantagens locacionais para instalação de indústrias de beneficiamento da fruta.

Outro aspecto relevante neste quesito é a falta de iniciativa do empresariado com relação ao declínio do Perímetro Irrigado do Brumado. Não houve nenhuma iniciativa coletiva e as ações dos produtores para tentar suprir a carência da água se restringiram ao interior de suas propriedades, através da construção de barramentos ou da perfuração de poços artesianos. Parte deles preferiu sacrificar a produção e houve aqueles que se deslocaram para outras regiões com acesso mais fácil à água, num clássico exemplo da mobilidade do capital.

De igual modo, não é possível que se negue que a ausência da atuação do Estado prejudique o desenvolvimento da região e que as distorções provocadas pelo mercado sejam mantidas. Dentre os exemplos na região Portal Sul da Chapada Diamantina, já repetidas vezes mencionas, estão os problemas de infraestrutura logística que afeta principalmente a exploração mineral e o turismo e a falta de infraestrutura hídrica que penaliza a produção agropecuária.

Um outro aspecto que tem forte dependência com a atuação do setor público é a baixa qualificação da mão de obra. A oferta de ensino profissionalizante e superior deve estar atrelada

as vocações locais, para que possam representar futuramente uma vantagem locacional e tornar-se um atrativo para os novos investimentos na região.

Neste quesito, a necessidade de se buscar formação noutras regiões, além de transferir renda, atua no sentido de garantir o “privilégio” das famílias com melhores condições financeiras. Devemos considerar ainda a desigualdade proveniente da vulnerabilidade a doenças, diante da falta de uma rede de abastecimento de água e da infraestrutura urbana na região, em especial a pequena cobertura da rede de esgotamento sanitário.

Este trabalho serve como alerta para uma adequação da política regional adotada pelo Estado, vide que, o próprio recorte espacial deste trabalho, demonstra uma divergência na abordagem teórica do modelo adotado para a criação dos Territórios de Identidade. Mesmo que não tenha sido objeto deste estudo aprofundar-se na análise do modelo de regionalização adotado pelo Estado da Bahia, este trabalho sinaliza para necessidade de revisão da proposição.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Ipardes, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004b.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeinização no desenvolvimento econômico regional e local.** 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78> Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129> Acesso em: 15 fev. 2017.

ARAÚJO, Maria Ilza. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Dom Basílio: [s.n.], 20 de mar. 2017.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. **Cadernos Metrópoles**, n. 20, p. 81-91, seg. semes. 2008.

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Editora UFGRS, 2002.

BATISTA. Carlos Roberto Souto. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Livramento de Nossa Senhora: [s.n.], 15 mar. 2017.

BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. De la regulación de los espacios a los espacios de la regulación. In BOYER, R.; SAILARD, Y. (Org.). **Teoria de la Regulación**: Estado de los Conocimentos, Buenos Aires: Associación Trabajo e Sociedad/ Oficina de Publicaciones del CBC, 1997. v.2.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13 – 68.

BOISER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional:** entre a caixa preta e o projeto político. 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135> Acesso em: 6 fev. 2017.

BOUDEVILLE, Jacques. **Los espacios economicos.** Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v.2, n. 1, p. 9-32, 2007.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1961.

CORAGGIO, José Luís. Hacia una revisión de la teoria de los polos de desarrollo. In: ILPES. PLANIFICÁCION REGIONAL Y URBANA EM AMERICA LATINA. PIMER

SEMINARIO INTERNACIONAL, Vina del mar, Chile, 1972. **Annals...** Vina del mar, Chile, 1972.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DEATON, Angus. **A grande evasão:** saúde, riqueza e as origens da desigualdade. Lisboa: Editorial Presença, 2016.

DIAS, Nádia. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Livramento de Nossa Senhora: [s.n.], 18 de mar. 2017.

FARIAS, Márcio. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Rio de Contas: [s.n.], 16 de mar. 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Busca Banco.** Disponível em: <http://www.buscabanco.org.br/BuscaBanco.asp>. Acesso em: 20 maio 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Rômulo, Desenvolvimento regional e industrialização.** Salvador: Sistema FIEB, 2013. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/65anos/file/FIEB_Livro_ROMULO_APLICATIVO_FINAL.pdf> Acesso em: 6 fev. 2017.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de e LEITE, Emanuel Ferreira. Cidades empreendedoras: as novas visões sobre planejamento urbano e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração,** ed. 53, v. 12, n. 5 set./out. 2006.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator,** Ceará, p. 75-81, dez. 2010.

GAROFOLI, Giacchino. **O exemplo Italiano,** 1992. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1595/1964> Acesso em: 03 out. 2015.

GONDIM, Linda. **O plano diretor como instrumento de um pacto social urbano: quem põe o guizo no gato?** In: Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 16, n° 2, 1995, pp. 472-90.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Política Territorial do Estado da Bahia.** Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

_____. **Lei Nº 13.214 de 29 de Dezembro de 2014.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279550>. Acesso em: 12 dez. 2016.

HADDAD, Paulo R. Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**, Ano 1, n. 2, ago./nov. 2001.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. L'accumulation flexible par l'urbanisation: reflexions sur le "post-modernisme" dans la grande ville americaine**. Futur Antérieur**, v.29, n.3, p. 121-145, 1995. Disponível em: <http://www.multitudes.net/L-accumulation-flexible-par-l/>. Acesso em: 2 jan. 2017.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2011.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2012.** Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2013.** Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2014.** Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Histórico do município de Dom Basílio.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2910107>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

_____. **Histórico do município de Jussiape.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2918605>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Histórico do município de Livramento de Nossa Senhora.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2919504>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Histórico do município de Rio de Contas.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2926707>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Indicadores demográficos Censo 2010 do município de Dom Basílio.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2910107/pesquisa/23/2010>. Acesso em: 23 de jan. 2017.

_____. **Indicadores demográficos Censo 2010 do município de Jussiape.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2918605/pesquisa/23/2010>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Indicadores demográficos Censo 2010 do município de Livramento de Nossa Senhora.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2919504/pesquisa/23/2010>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Indicadores demográficos Censo 2010 do município de Rio de Contas.** Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2926707/pesquisa/23/2010>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB a Preços Correntes do Município de Dom Basílio.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2910107/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB a Preços Correntes do Município de Jussiape.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2918605/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB a Preços Correntes do Município de Livramento de Nossa Senhora.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2919504/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB a Preços Correntes do Município de Rio de Contas.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2926707/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB Per Capita do Município de Dom Basílio.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2910107/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB Per Capita do Município de Jussiape.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2918605/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB Per Capita do Município de Livramento de Nossa Senhora.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2919504/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **PIB Per Capita do Município de Rio de Contas.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2926707/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes do Município de Dom Basílio.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2910107/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes do Município de Jussiape.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2918605/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes do Município de Livramento de Nossa Senhora.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2919504/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____. **Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes do Município de Rio de Contas.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2926707/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB Resultado e Metas.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Rio de Contas (BA).** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/118>. Acesso em: 9 abr. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: Políticas Públicas Municipais e Indicadores Sociais, 2002., p. 51 - 72.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia**.** In: A GEOGRAFIA ativa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

KAYSER, Bernard ; GEORGE, Pierre. A região como objeto de intervenção. In In: A GEOGRAFIA ativa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

LASSUÉN, José Ramon. **Ensayos sobre economía regional y urbana.** Madrid: Ariel, 1976.

LEMOS, Mauro Borges de. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Eds.). **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 173-194.

LIPIETZ, Alian. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n.48, p. 151-167, 2003.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIRA, Wanda. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Livramento de Nossa Senhora: [s.n.], 10 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relatório Anual de Informações Sociais 2015.** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2011.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2011-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2012.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2012-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2013.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2013-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2014.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2014-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2015.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2015-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Balança Comercial dos Municípios Brasileiros 2016.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios?item=2016-12> Acesso em: 28 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Quantidade de famílias beneficiárias e valores de repasse do Programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=293&p_ibge=29&p_geo=0>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 1. ed. [S.l.]: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, 1977. p. 333-343.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A.N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 277-291.

OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ão: Globalização, nação, região e metropolização**.** In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Ed.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 33-60.

PAELINCK, Jean. **A teoria do desenvolvimento regional polarizado.** In: Schwartzman, Jacques (org.). Economia Regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PIKETTY. Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Às urnas, cidadãos!** : crônicas 2012 – 2016. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina**.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 567 – 587.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil no ano de 2013.** Disponível em: <http//www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Elementos de economia regional.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da cidade e conferência das cidades: instrumentos para uma política urbana democrática-participativa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 6, 2003.

ROMÃO, Rosivaldo. **Análise do Portal Sul da Chapada Diamantina.** Livramento de Nossa Senhora: [s.n.], 14 mar. 2017.

ROSENSTIEN-RODAN, Paul Narcyz. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A.N. ; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 265-275.

ROSTOW, Walt Whitman. **A decolagem para o crescimento autossustentado.** In: AGARWALA, A.N. ; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 181-211.

RUIZ, Ricardo Machado. **A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20200.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SANTOS, Domingos. Teorias de inovação de base territorial. In: COSTA, José S. **Compêndio de economia regional.** Coimbra (Portugal): APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002. p. 285-313.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Territórios de Identidade.** Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Planejamento Regional Integrado:** Observatório Baiano de Regionalização. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/obr/?id=3>. Acesso em: 20 maio 2017.

SOJA, Edward. **Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales.** In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XX, Nº 2, 2006, p. 9-43.

SORGI, Fernando Antônio. **Desenvolvimento econômico regional:** um estudo do norte pioneiro do Paraná – microrregião de Cornélio Procópio. Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/Dissertacoes%20Mestrado/156%20%20FERNANDO%20SORGI.pdf> Acesso em: 10 jun. 2016.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional.** São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise,** Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**.** In: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: BCD União de Editores S.A., 2000. p. 77-116.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: a experiência da Bahia. 1. ed. Salvador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 2003.

STIGLITZ, Joseph. **O grande abismo:** sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SUPERINTEDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos Território de Identidade Sertão Produtivo (2013).** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=284>. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos Território de Identidade Chapada Diamantina (2014).** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=284>. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. **Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos de 2010.** Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2516&Itemid=744>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos de 2011.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2516&Itemid=744>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos de 2012.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2516&Itemid=744>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos de 2013.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2516&Itemid=744>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. **Mapa Territórios de Identidade Bahia 2016.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/pdf/territorio_identidade_m2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. p. 237 – 247.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of indrustries.** Chicago: Editora Universidade de Chicago, 1929.

APÊNDICE A – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM DOM BASÍLIO

Apresentação: Prezado Sr(a), esta entrevista tem caráter estritamente acadêmico e será subsídio para uma pesquisa acadêmica com o título "Portal Sul da Chapada Diamantina: diagnóstico e os caminhos para o desenvolvimento", desenvolvida pelo mestrando Roberto Lucas Spínola Souto, sob a orientação do professor Dr. Noélio Dantaslé Spinola, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador – UNIFACS.

1. O Índice de Gini, indicador utilizado como medida da desigualdade da renda, no município, apresentou queda entre os anos de 2000 e 2010, mas ainda é um cenário de alto grau de desigualdade. Qual o caminho que deve ser perseguido para combater esta desigualdade e poder haver uma distribuição mais igualitária da renda no município?
2. Em 2010, 64,89% da população de Dom Basílio ainda se encontrava na vulnerável a pobreza (renda mensal inferior a R$ 255,00), destes, 19,27% encontrava-se na situação de extrema pobreza (renda mensal inferior a R$ 70,00). Esta condição de vulnerabilidade social é corroborada pelo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que totalizou 1.711 no ano de 2016. De que forma o senhor entende que o poder público pode atuar para auxiliar estas famílias e para que as mesmas possam criar novas alternativas de renda?
3. Mais de 20% da população do município em 2010 ainda era analfabeta. Como alcançar a erradicação do analfabetismo no município?
4. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de educação do município?
5. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de saúde do município?
6. Aproximadamente 4% do total da população possui emprego formal no município, sendo mais de 50% ligados a administração pública, o comércio e o setor de serviços juntos representam cerca de 35%. Os trabalhadores possuem baixa escolaridade o que deve ser parte da explicação do baixo nível salarial. Qual o caminho para mudar esta realidade?
7. O PIB do município de Dom Basílio é historicamente ligado ao setor agropecuário, mas houve uma queda bastante acentuada entre 2010 e 2012 e depois começou a dar sinais

de que o setor está se recuperando, ainda bem distante do que já representou. A queda do setor agropecuário fez com que a administração pública aumentasse a sua importância para economia do município. O setor de serviços em geral é representativo e o setor industrial segue com uma pequena participação no PIB do município. Qual a sua perspectiva para a economia do município?

8. Quais as ações devem ser adotadas para que o setor agropecuário no município possa recuperar a sua pujança?
9. O município tem potencial turístico, ainda mais quando analisado de forma conjunta com as cidades vizinhas. Qual a maneira de explorar melhor e fortalecer o setor turístico no município?
10. Livramento é importante polo para os municípios de Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape. A exemplo dos serviços de média complexidade de saúde. Como fortalecer esta relação entre os municípios?
11. Há algum ponto que não foi abordado na entrevista e que considera importante em ser abordado?

APÊNDICE B – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM JUSSIAPE

Apresentação: Prezado Sr(a), esta entrevista tem caráter estritamente acadêmico e será subsídio para uma pesquisa acadêmica com o título "Portal Sul da Chapada Diamantina: diagnóstico e os caminhos para o desenvolvimento", desenvolvida pelo mestrando Roberto Lucas Spínola Souto, sob a orientação do professor Dr. Noélio Dantaslé Spinola, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador – UNIFACS.

1. O Índice de Gini, indicador utilizado como medida da desigualdade da renda, no município, apresentou queda entre os anos de 2000 e 2010, mas ainda é um cenário de alto grau de desigualdade. Qual o caminho que deve ser perseguido para combater esta desigualdade e poder haver uma distribuição mais igualitária da renda no município?
2. Em 2010, 51,09% da população de Jussiape ainda se encontrava na vulnerável a pobreza (renda mensal inferior a R$ 255,00), destes, 13,43% encontrava-se na situação de extrema pobreza (renda mensal inferior a R$ 70,00). Esta condição de vulnerabilidade social é corroborada pelo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que totalizou 1.107 no ano de 2016. De que forma o senhor entende que o poder público pode atuar para auxiliar estas famílias e para que as mesmas possam criar novas alternativas de renda?
3. Mais de 20% da população do município em 2010 ainda era analfabeta. Como alcançar a erradicação do analfabetismo no município?
4. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de educação do município?
5. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de saúde do município?
6. Aproximadamente 7% do total da população possui emprego formal no município, sendo mais de 60% ligados a administração pública, o comércio e o setor de serviços juntos representam cerca de 30%. Os trabalhadores possuem baixa escolaridade o que deve ser parte da explicação do baixo nível salarial. Qual o caminho para mudar esta realidade?
7. Em 2010 cerca de 15% dos domicílios não possuíam rede de abastecimento de água, 90% não estava ligado à rede de esgoto, cerca de 4% ainda não tinham ligação com a

rede de energia elétrica e aproximadamente 70% não possuíam pavimentação. Dentro das condições do poder público municipal, como qualificar as condições de infraestrutura do município?

8. O PIB do município de Jussiape é historicamente dependente da administração pública, representando 45% no ano de 2014, seguido pelo setor de serviços em geral com 29%. O setor agropecuário cresceu significativamente entre os anos de 2013 e 2014 e o setor industrial segue com uma pequena participação no PIB do município. Qual a sua perspectiva para a economia do município?
9. O município tem potencial turístico, ainda mais quando analisado de forma conjunta com as cidades vizinhas. Qual a maneira de explorar melhor e fortalecer o setor turístico no município?
10. Livramento é importante polo para os municípios de Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape. A exemplo dos serviços de média complexidade de saúde. Como fortalecer esta relação entre os municípios?
11. Há algum ponto que não foi abordado na entrevista e que considera importante em ser abordado?

APÊNDICE C – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

Apresentação: Prezado Sr(a), esta entrevista tem caráter estritamente acadêmico e será subsídio para uma pesquisa acadêmica com o título "Portal Sul da Chapada Diamantina: diagnóstico e os caminhos para o desenvolvimento", desenvolvida pelo mestrando Roberto Lucas Spínola Souto, sob a orientação do professor Dr. Noélio Dantaslé Spinola, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador – UNIFACS.

1. O Índice de Gini, indicador utilizado como medida da desigualdade da renda, no município, apresentou queda entre os anos de 2000 e 2010, mas ainda é um cenário de alto grau de desigualdade. Qual o caminho que deve ser perseguido para combater esta desigualdade e poder haver uma distribuição mais igualitária da renda no município?
2. Em 2010, 60,86% da população livramentense ainda se encontrava na vulnerável a pobreza (renda mensal inferior a R$ 255,00), destes, 18,58% encontrava-se na situação de extrema pobreza (renda mensal inferior a R$ 70,00). Esta condição de vulnerabilidade social é corroborada pelo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que totalizou 5.104 no ano de 2016. De que forma o senhor entende que o poder público pode atuar para auxiliar estas famílias e para que as mesmas possam criar novas alternativas de renda?
3. Mais de 20% da população do município em 2010 ainda era analfabeta. Como alcançar a erradicação do analfabetismo no município?
4. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de educação do município?
5. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de saúde do município?
6. Menos de 8% do total da população possui emprego formal no município, sendo a administração pública, o comércio e o setor de serviços os maiores empregadores. Os trabalhadores possuem baixa escolaridade o que deve ser parte da explicação do baixo nível salarial. Qual o caminho para mudar esta realidade?
7. O PIB do município de Livramento de Nossa Senhora é majoritariamente do setor de serviços, com 39% dos serviços em geral e 29% do setor público. Em 2010 o setor mais importante era o agropecuário, no entanto o mesmo perdeu espaço e no ano de 2014

voltou a crescer. O setor industrial segue com uma pequena participação no PIB do município. Qual a sua perspectiva para a economia do município?

8. O Perímetro Irrigado do Brumado ainda é importante elemento para a economia do município. Como dotar o perímetro de condições para o seu pleno funcionamento?
9. O município tem potencial turístico, ainda mais quando analisado de forma conjunta com as cidades vizinhas. Qual a maneira de explorar melhor e fortalecer o setor turístico no município?
10. Livramento é importante polo para os municípios de Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape. A exemplo dos serviços de média complexidade de saúde. Como fortalecer esta relação entre os municípios?
11. Há algum ponto que não foi abordado na entrevista e que considera importante em ser abordado?

APÊNDICE D – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM A CLASSE POLÍTICA E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL EM RIO DE CONTAS

Apresentação: Prezado Sr(a), esta entrevista tem caráter estritamente acadêmico e será subsídio para uma pesquisa acadêmica com o título "Portal Sul da Chapada Diamantina: diagnóstico e os caminhos para o desenvolvimento", desenvolvida pelo mestrando Roberto Lucas Spínola Souto, sob a orientação do professor Dr. Noélio Dantaslé Spinola, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador – UNIFACS.

1. O Índice de Gini, indicador utilizado como medida da desigualdade da renda, no município, apresentou queda entre os anos de 2000 e 2010, mas ainda é um cenário de alto grau de desigualdade. Qual o caminho que deve ser perseguido para combater esta desigualdade e poder haver uma distribuição mais igualitária da renda no município?
2. Em 2010, 60,80% da população rio contense ainda se encontrava na vulnerável a pobreza (renda mensal inferior a R$ 255,00), destes, 16,88% encontrava-se na situação de extrema pobreza (renda mensal inferior a R$ 70,00). Esta condição de vulnerabilidade social é corroborada pelo número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que totalizou 1.805 no ano de 2016. De que forma o senhor entende que o poder público pode atuar para auxiliar estas famílias e para que as mesmas possam criar novas alternativas de renda?
3. Mais de 20% da população do município em 2010 ainda era analfabeta. Como alcançar a erradicação do analfabetismo no município?
4. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de educação do município?
5. De maneira mais abrangente quais os desafios e as perspectivas que tem para o setor de saúde do município?
6. Aproximadamente 5% do total da população possui emprego formal no município, sendo a administração pública, o comércio e o setor de serviços os maiores empregadores. Os trabalhadores possuem baixa escolaridade o que deve ser parte da explicação do baixo nível salarial. Qual o caminho para mudar esta realidade?
7. O PIB do município de Rio de Contas é majoritariamente do setor de serviços, com 38% dos serviços em geral (inclui o setor turístico) e 33% do setor público. Em 2010 o setor mais importante era o serviço público, no entanto o mesmo perdeu espaço e foi superado

pelos serviços em geral. Entre 2013 e 2014 houve um importante salto na representatividade do setor agropecuário e o setor industrial segue com uma pequena participação no PIB do município. Qual a sua perspectiva para a economia do município?

8. Quais são os aproveitamentos econômicos da Barragem Luiz Vieira?
9. O município tem potencial turístico, ainda mais quando analisado de forma conjunta com as cidades vizinhas. Qual a maneira de explorar melhor e fortalecer o setor turístico no município?
10. Livramento é importante polo para os municípios de Dom Basílio, Rio de Contas e Jussiape. A exemplo dos serviços de média complexidade de saúde. Como fortalecer esta relação entre os municípios?
11. Há algum ponto que não foi abordado na entrevista e que considera importante em ser abordado?